

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Comunicação Social

Juliana Magalhães e Ribeiro Gusman

GÊNEROS REBELDES
O jornalismo narrativo na representação de vidas abjetas

Belo Horizonte

2019

Juliana Magalhães e Ribeiro Gusman

GÊNEROS REBELDES

O jornalismo narrativo na representação de vidas abjetas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Serelle

Bolsista CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Área de concentração: Interações Mdiatizadas

Linha de pesquisa: Mediação, imagens e narrativas

Belo Horizonte

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

G982g Gusman, Juliana Magalhães e Ribeiro
Gêneros rebeldes: jornalismo narrativo na representação de vidas abjetas /
Juliana Magalhães e Ribeiro Gusman. Belo Horizonte, 2019.
174 f.: il.

Orientador: Márcio de Vasconcellos Serelle
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

1. Jornalismo. 2. Repórteres e reportagens. 3. Narrativa (Retórica). 3.
Feminismo. 4. Teoria Queer. 5. Identidade de gênero. I. Serelle, Márcio de
Vasconcellos. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de
Pós-Graduação em Comunicação Social. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 070

Juliana Magalhães e Ribeiro Gusman

GÊNEROS REBELDES

O jornalismo narrativo na representação de vidas abjetas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Serelle

Bolsista CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Área de concentração: Interações Midiatizadas

Linha de pesquisa: Mediação, imagens e narrativas

Prof. Dr. Marcio de Vasconcellos Serelle (Orientador) – PUC Minas

Prof. Dra. Rosana de Lima Soares (Banca examinadora) – USP

Profa. Dra. Juliana Gonzaga Jayme (Banca examinadora) – PUC Minas

Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 2019

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Governo Federal que financiou essa pesquisa.

Ao professor Elton Antunes pelas contribuições na banca de qualificação. À professora Juliana Jayme por ter me apresentado à Teoria Queer e por ter aceitado continuar essa preciosa interlocução nas várias etapas dessa pesquisa. À professora Rosana Soares, cujas palavras tem inspirado, há alguns anos, indispensáveis reflexões. À professora Shirley Miranda, pelas inestimáveis trocas realizadas na Faculdade de Educação da UFMG.

Ao professor Marcio Serelle, pela dedicada orientação e cuidadosa leitura. Obrigada pela parceria e pelo diálogo.

Aos colegas do grupo de pesquisa Mídia e Narrativa que, desde a graduação, tem me ajudado a crescer e a desafiar meus limites.

Aos professores e professoras que, nestes seis anos de PUC Minas, me mostraram a importância do pensamento crítico e das lutas por justiça social. Eu fui muito feliz na escola que vocês batalharam para construir.

À Valéria, Maria de Lourdes, Laura e Iolanda. Mãe, avó e irmãs admiráveis e fortes. Mulheres de luta que desafiam, cada uma a sua maneira, normas impostas em um mundo controlado por homens. Ao meu pai, João, que sempre me incentivou a acreditar em minhas capacidades e a ignorar a validade dessas normas.

À Michaela, nem sei por onde começar. Precisaria de mais 175 páginas para falar da sua importância.

Ao Ercio, “os dias todos”. Obrigada pela vida.

Tem pessoas que dizem que somos doentes ou loucas. Mas há quem pense que somos as coisas mais lindas e especiais do mundo. Eu gostaria de ser uma burguesinha branca e mimada. Elas sempre conseguem o que querem. Elas não precisam sofrer.

Venus Xtravaganza, performer, transmulher, estrangulada até a morte em um quarto de hotel em Nova York no ano de 1988, aos 23 anos. Em *Paris is burning*, de Jennie Livingston

RESUMO

Essa pesquisa pretende problematizar estereótipos que circulam na mídia dominante, especialmente nos discursos jornalísticos tradicionais, que contribuem, em muito, para a perpetuação de hierarquias e relações desiguais de poder. Acreditamos que o jornalismo se ancora, frequentemente, em uma racionalidade indolente, reguladora e domesticadora, que pouco se empenha para abarcar a diversidade que compõe o tecido social. Pretendemos, então, colocar em relevo experiências inscritas no âmbito da reportagem que se contrapõem a essa visada, forjando relatos mais afeitos a alteridade. Através do estudo de *A floresta das parteiras*, de Eliane Brum, *Presos que menstruam*, de Nana Queiroz, e *O nascimento de Joicy*, de Fabiana Moraes, pretendemos investigar o papel de produções autorreflexivas – que assumem a parcialidade e a incompletude de seus próprios discursos – na representação de corpos abjetos, recorrentemente marginalizados e expulsos do terreno da inteligibilidade social. As personagens das reportagens são subjugadas por suas conformações de gênero e são atravessadas, também, por outras condições subalternas. A partir de contribuições da teoria crítica feminista e da teoria *queer*, objetivamos compreender como esses relatos podem operar nas lutas por reconhecimento e humanização de sujeitos considerados “anormais”.

Palavras-chave: Reportagem. Narrativa. Feminismo. Teoria *Queer*. Gênero. Representação.

ABSTRACT

This research aims to problematize stereotypes that circulate in the mainstream media, especially in traditional journalistic discourses, which contribute in a great way to the perpetuation of social hierarchies and unequal relations of power. We believe that journalism is often anchored in an indolent, regulating, and domesticating rationality that does little to embrace the diversity that makes up the social space. We plan then to emphasize experiences registered in the scope of the reportage that are opposed to this view, forging more accurate narratives of otherness. Through the study of *A floresta das parteiras*, by Eliane Brum, *Presos que menstruam*, by Nana Queiroz and *O nascimento de Joicy*, by Fabiana Moraes, we intend to investigate the role of self-reflexive productions – which assume the partiality and incompleteness of their own speeches – in the representation of abject bodies, recurrently marginalized and expelled from the terrain of social intelligibility. The characters of these stories are subjugated by their gender conformations and are also crossed by subaltern class conditions. From the contributions of feminist critical theory and queer theory, we expect to understand how these reports can operate in the struggles for recognition and humanization of subjects considered "abnormal".

Keywords: Reportage. Narrative. Feminism. Queer Theory. Gender. Representation.

Lista de figuras

Figura 1: Tirinha Laerte Coutinho.....91

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1. Sobre repórteres e reportagens	14
2. JORNALISMO E REPORTAGEM: DA RACIONALIDADE INDOLENTE AO CONHECIMENTO EMANCIPATÓRIO	18
2.1. Sobre a atrofia do discurso: pressupostos do jornalismo moderno	19
2.1.1. <i>Das origens: as reformas modernizantes da imprensa</i>	20
2.1.2. <i>Das contaminações: a ciência e o paradigma da modernidade</i>	27
2.1.3. <i>Por uma nova objetividade: contribuições da perspectiva feminista</i>	34
2.2. Os rumos da reportagem	40
2.2.1. <i>Solidariedade como conhecimento</i>	40
2.2.2. <i>O gênero bastardo</i>	42
2.2.3. <i>Narrativa, opacidade e autorreflexividade</i>	47
3. JORNALISMO E HUMANIZAÇÃO: DOS GÊNEROS PRECÁRIOS AOS GÊNEROS POSSÍVEIS	55
3.1. Sobre os modos de fixação: cristalizações do jornalismo dominante	56
3.1.1. <i>A produção de estereótipos no discurso midiático</i>	57
3.1.2. <i>Femininos fixados ou “sexo frágil, isso sempre foi uma grande piada”</i>	61
3.1.3. <i>Não se nasce, torna-se</i>	68
3.2. A potência política dos anormais	76
3.2.1. <i>Queer: a teoria dos desviados</i>	76
3.2.2. <i>Desvendando o capitalismo sexual e o sexo do capitalismo</i>	79
3.2.3. <i>As vidas que já foram perdidas</i>	84
3.2.4. <i>Do gênero-corpo ao gênero-texto: por um jornalismo transformativo</i>	86
4. FEMININOS IMPLÓDIDOS E CACOS REJUNTADOS: DAS POSSIBILIDADES DE RUPTURA ÀS BARREIRAS DA REPRESENTAÇÃO	91
4.1. A aut mediação	97
4.1.1. <i>A instância introdutória</i>	97
4.1.2. <i>O afastamento de práticas dominantes</i>	102

<i>4.1.3. A qualidade lacunar.....</i>	<i>105</i>
<i>4.1.4. A construção do “eu” repórter.....</i>	<i>108</i>
4.2. A mediação das personagens.....	123
<i>4.2.1. As mulheres com o dom de pegar menino.....</i>	<i>123</i>
<i>4.2.2. As mulheres enjauladas.....</i>	<i>130</i>
<i>4.2.3. A mulher sem clitóris e vagina.....</i>	<i>142</i>
4.3. Os limites da mediação.....	152
5. QUALQUER CANTO É MENOR DO QUE A VIDA DE QUALQUER PESSOA: BREVES CONSIDERAÇÕES.....	163
REFERÊNCIAS.....	168

1. INTRODUÇÃO

Este é um trabalho político, de corte feminista. Articulamos as tecnologias de gênero de Teresa De Lauretis, a performatividade de Judith Butler e a testosterona de Paul. B. Preciado a reflexões sobre regimes de representação midiática vigentes. Almejamos contestar estereótipos que aprisionam determinados sujeitos – especificamente aqueles compreendidos como femininos –, em categorias cristalizadas e em hierarquias violentas, gesto bastante comum no jornalismo, nosso campo de estudo. Acreditamos, contudo, que algumas produções inseridas especificamente no âmbito da reportagem, também políticas, posicionadas e perspectivadas, podem sugerir caminhos alternativos às práticas jornalísticas hegemônicas, responsáveis por expelir corpos excêntricos da esfera da humanidade.

Em *A floresta das parteiras*, que inaugura o livro *O olho da rua*, Eliane Brum (2017) conta a história esquecida de algumas das 700 parteiras encarregadas de povoar o acume do Brasil. Nana Queiroz (2015), em *Presos que menstruam*, investiga a história de mulheres – pobres, negras, lésbicas *butch*, lésbicas *femme*¹, indígenas, mães de famílias que deixam de existir, miseráveis – submetidas à violência que modela o sistema carcerário brasileiro. Fabiana Moraes (2015), por sua vez, acompanha, em *O nascimento de Joicy*, a cirurgia de redesignação sexual de uma cabelereira do distrito de Perpétuo Socorro, interior de Pernambuco, que luta cotidianamente para ressignificar sua feminilidade.

Esses trabalhos expõem em seus universos diegéticos – seja nas escritas principais ou em paratextos que as acompanham – certas limitações e incompletudes inerentes à gramática do gênero da reportagem, aceitando a inevitabilidade das relações assimétricas e potencialmente antagônicas estabelecidas entre jornalistas e personagens. As autoras buscam incorporar falhas e conflitos dessas interações em seus respectivos textos, evitando encerrar significados sobre as realidades indomáveis que tentam apreender. Acreditamos que essas iniciativas podem contribuir para desestabilizar, em maior ou menor medida, regimes de representação ancorados em visadas universalizantes, essencialistas e supostamente imparciais que, em verdade, procuram afirmar modos de pensar e agir no mundo de grupos dominantes que governam, majoritariamente, as esferas produtivas dos discursos midiáticos.

Iniciamos a jornada com o capítulo *Jornalismo e reportagem: da racionalidade indolente ao conhecimento emancipatório*, no qual esquadrihamos o paradigma da objetividade jornalística, responsável pela perpetuação de fortes estruturas de poder.

¹ Os termos *butch* e *femme*, oriundos do inglês, são utilizados na subcultura lésbica para designar identidades de contornos masculinos ou femininos, respectivamente.

Buscamos reconstituir o processo de consolidação de valores, como a neutralidade e a imparcialidade, que orientam práticas do jornalismo moderno, originário do final do século XIX, porém ainda preponderante no nosso tempo. A partir de autores como Boaventura de Sousa Santos (2007, 2011), Michael Schudson (2010), Erik Neveu (2006), Flávia Biroli e Luís Felipe Miguel (2011, 2012) evidenciamos a hereditariedade cientificista do ideal da objetividade, caudatário de uma racionalidade reguladora, atrofiada e inerte que fomenta representações de mundo demasiadamente restritivas e pouco comprometidas com a alteridade social.

Na contracorrente, as reportagens elegidas para nossa pesquisa nos fazem refletir sobre outra acepção de objetividade possível, desvinculada da neutralidade e da imparcialidade características da visada tradicional. Com Sousa Santos, Jay Rosen (2000), Donna Haraway (1995) e Sandra Harding (1993,2007), para citar alguns autores, propomos como alternativa para o campo o conceito de *objetividade perspectivada*, inspirado na teoria feminista, que incorpora a subjetividade às práticas do saber, favorecendo o surgimento de conhecimentos posicionados, assumidamente parciais e solidários. Ao abrir mão da universalidade e da impessoalidade que o saber hegemônico conclama para si, os textos que investigamos denunciam tentativas de totalização desses discursos e reconhecem a insuficiência de qualquer tipo relato. O “humano” que se almeja enquadrar sempre desafiará tentativas de representação, incapazes de incorporá-lo, plenamente, em discurso.

Sugerimos que o tensionamento entre elementos narrativos, conforme as proposições de Walter Benjamin (1994) e Ricardo Piglia (2015), e a inescapável natureza informativa do jornalismo, embora paradoxal, seja decisivo na constituição dessa objetividade perspectivada, gerando produções que designamos, a partir de Serelle (2018), por *autorreflexivas*. Seguindo essa tendência, Brum, Queiroz e Moraes conseguem propor questionamentos sobre os processos de feitura de seus relatos. As jornalistas arquitetam, dessa forma, espaços de reflexão sobre seus trabalhos e sobre o próprio gênero da reportagem. Sem desconsiderar inegáveis e prováveis fissuras desses textos, vulneráveis, por exemplo, à verticalidade de relações ou a etnocentrismos de classe, raça e gênero, essas profissionais pretendem esboçar percursos mais democráticos para o jornalismo contemporâneo, em prol de uma esfera pública agonística e pulsante, como deseja Chantal Mouffe (2015), e, quem sabe, mais plural e solidária.

Em *Jornalismo e humanização: dos gêneros precários aos gêneros possíveis* problematizamos, especificamente, o impacto dos regimes de representação, dominantes e

alternativos, na instituição ou na contestação de estereótipos e hierarquias sociais. Sabemos que o jornalismo tradicional, ancorado na racionalidade indolente do cientificismo moderno, é uma das instâncias midiáticas responsáveis por produzir e reforçar processos de estereotipagem que desumanizam grupos e sujeitos marginalizados. Stuart Hall (2016), Richard Dyer (1999) e Flávia Biroli (2017) nos alertam que esses dispositivos de inteligibilidade costumam operar no aprofundamento de desigualdades sociais. Sujeitos codificados como mulheres são, recorrentemente, vítimas desse desequilíbrio.

Uma vez que a esfera produtiva da mídia é governada, quase em sua totalidade, por homens, brancos, cisgêneros, heterossexuais, provenientes de classes mais abonadas, cujos pensamentos e valores são universalizados, podemos aferir que sujeitos que se identificam diversamente como mulheres são, com frequência, estereotipados e constrangidos por esquemas representativos da mídia hegemônica. Logo, noções de “feminino” e “masculino” continuam sendo reiteradas a partir de concepções convencionais, cristalizadas e dicotômicas de gênero, como denunciam Biroli e Miguel (2011), Dulcília Buitoni (2009), Candice Vidal Souza (2010), Beatriz Marocco e Márcia Veiga (2017).

Entretanto, nem mesmo a crescente inserção de mulheres no mercado de trabalho nos últimos anos conseguiu estremecer o androcentrismo basilar que prevalece nas redações. Por isso, discordamos de alguns trabalhos de viés liberal que apostam, somente, em uma escrita feminina, identitariamente conformada, como tática de enfrentamento a práticas masculinistas, universalistas e essencialistas dominantes. Evidentemente, não desconhecemos a importância e a imprescindibilidade da representatividade, mas, a nosso ver, precisamos de um movimento mais radical para estremecer rotinas produtivas sedimentadas.

A objetividade perspectivada que elegemos como conceito alternativo para uma prática jornalística democrática e emancipatória depende menos de competências supostamente femininas de linguagem e mais de posturas reflexivas e autocríticas despertadas por relações de solidariedade, posicionamento que Brum, Queiroz e Moraes parecem, parcialmente, adotar. Para nós, não se trata de defender uma identidade “mulher” fixa e inteligível capaz de fornecer capacidades específicas de escrita. Judith Butler (2016a), Teresa De Lauretis (1987), Nancy Fraser (2006, 2007) e Vladimir Safatle (2015b) nos lembram que a categoria “mulher”, referência estável para parte da política e da teoria feminista, pode se tornar, em verdade, um obstáculo para enfrentamentos de estruturas normativas. Essa categoria apoucada, causa de muitas das asperezas de nosso tempo, não pode ser tomada acriticamente como norte para nossas principais ações políticas. Da mesma maneira que aprisiona

determinadas mulheres em padrões solidificados de inteligibilidade, pode deixar de fora de seu domínio sujeitos atravessados por subordinações regionais, de classe, raciais ou sexuais.

Descartamos, então, uma noção rígida de mulher como pressuposto de nossas investigações. Ela nos parece insatisfatória tanto para pensar a vitalidade dos discursos das repórteres que estudamos como a complexidade desidentitária das personagens de seus relatos. Cabe notar que ao dispensarmos a proposta de uma escrita “de mulher”, nos eximimos, também, de uma feminilidade que não comporta as parteiras, as detentas e transexuais. Afinal, estamos lidando com corpos múltipla e contraditoriamente femininos.

Para nós, a teoria feminista *queer* é uma perspectiva crítica adequada para acolher essas aflições. Em diálogo com De Lauretis (1984), Butler (2016a) e Paul B. Preciado (2011, 2017, 2018), conseguimos compreender a falibilidade das noções clássicas de sujeito e identidade, restritivas e tendencialmente abusivas. A epistemologia *queer* evita disposições culturalistas classificatórias e direciona seus esforços para a problemática da abjeção, confrontando as operações de repulsa e expulsão de determinados corpos do terreno da inteligibilidade social. Questiona, portanto, a normatividade hétero, masculina, branca, colonial, racista e classista que o jornalismo tradicional ajuda a travar. Supomos, ainda, que uma abordagem teórica *queer*, desviante e desviada, nos ampare no entendimento da vicissitude identitária das personagens dos relatos que pretendemos investigar.

Acreditamos que as reportagens de Brum, Queiroz e Moraes estão comprometidas, de certa maneira, com problemáticas concernentes à política *queer*. A mídia tem um papel importante na naturalização dos estereótipos de gênero que perfazem corpos considerados “anormais”, mas ela também pode ser utilizada subversivamente para evidenciar a fabricação da própria ideia de normalidade. Narrativas autorreflexivas podem ser, portanto, importantes mecanismos de revelação. Trata-se de textos que demonstram a sinteticidade de seus enquadramentos e desnudam as estruturas discursivas que utilizam para relatar vidas abjetas que, quem sabe, podem desafiar, por sua vez, a normatividade dessa mesma linguagem.

Supomos que *A floresta das parteiras*, *Presos que menstruam* e *O nascimento de Joicy* nos ajudem a compreender a potência política dos corpos “anormais” que denunciam a artificialidade de todos os processos de constituição do humano. São trabalhos que apontam para a necessidade de reapropriarmos meios de produção, de furtarmos máquinas geradoras de discursos e de adultermos tecnologias fabricantes de corpos. Essas reportagens nos lembram que é possível redirecionar aparatos midiáticos para humanizarmos e recuperamos existências subalternas.

Por fim, em *Femininos implodidos e cacos rejuntados: das possibilidades de ruptura às barreiras da representação*, vamos às reportagens. Objetivamos analisar as mediações que as constituem. Isso significa que nos dedicaremos à compreensão das estratégias textuais desses relatos, ou seja, das formas empregadas para registrar, delinear e ressignificar os sujeitos da representação. Para isso, optamos por realizar uma análise do discurso narrativo, que consiste, de acordo com o crítico literário Gérard Genette (1995), em pensar sobre as relações entre o discurso escrito (o enunciado), os acontecimentos ou a história que esse discurso ou relata (o conteúdo narrativo) e o próprio ato de narrá-los (a narração). Pretendemos analisar esses elementos a partir de três instâncias da mediação, a saber: a *automediação* das repórteres em seus próprios textos, a *mediação das personagens* – construídas discursivamente a partir concepções de gênero específicas – e os *limites da mediação*. Dessa forma, intentamos refletir sobre as possibilidades de subversão desses relatos, suas capacidades de promover relações de reconhecimento social e de sugerir, para o jornalismo, formas distintas de enquadrar vidas desviadas, capazes de alargar aquilo que entendemos por humanidade.

1.1. Sobre repórteres e reportagens

Eliane Brum, gaúcha de Ijuí, trabalhou durante onze anos no Jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, e dez como repórter especial da revista *Época*, em São Paulo. Em 2010, abandonou as redações tradicionais para se dedicar a projetos independentes e de longo prazo, priorizando temas que já lhe despertavam o interesse, como as populações tradicionais da Amazônia e as periferias da Grande São Paulo. Como jornalista, ganhou mais de 40 prêmios nacionais e internacionais, como o Esso, Vladimir Herzog e o Líbero Badaró. Em 2008, recebeu o Troféu Especial da Imprensa ONU por seu trabalho em defesa da justiça e da democracia. Entre seus principais livros-reportagem podemos destacar *O olho da rua* (2017), *A vida que ninguém vê* (2006) – vencedor do Prêmio Jabuti 2007 – e *Coluna Prestes: o avesso da lenda* (1994). Assinou, ainda, o romance *Uma Duas* (2014), a coletânea de crônicas *A menina quebrada* (2013) e suas memórias em *meus desacontecimentos: a história da minha vida com palavras* (2014). Brum flerta, também, com a linguagem do documentário. Em 2005, dividiu direção e roteiro de *Uma história Severina* com a antropóloga Débora Diniz, no qual retratou a luta de uma jovem grávida de um feto anencéfalo por uma autorização judicial para interromper a gestação. Em *Gretchen Filme Estrada* (2010), com codireção de Paschoal

Samora, Brum acompanhou a última turnê de circos mambembes do interior do nordeste e a primeira campanha política da artista que dá nome à película. Uma de suas últimas experiências audiovisuais foi arquitetada em parceria com Lygia Barbosa e Silva. *Laerte-se* (2017) apresenta os dilemas da cartunista Laerte Coutinho, mulher trans que viveu por 59 anos como homem. No mesmo ano, lançou *Eu+1: Uma jornada de saúde mental na Amazônia*. Atualmente, Eliane Brum é colunista do jornal *El País Brasil* e colaboradora do jornal britânico *The Guardian*.

A reportagem *A floresta das parteiras* compõe o livro *O olho da rua*, que reúne dez trabalhos da jornalista publicados originalmente na revista *Época*. No livro, Brum revisita seus relatos propondo, ao final de cada um, reflexões sobre seus processos de criação, sobre seus encontros com os entrevistados e sobre as mediações que conseguiu forjar. Nessa reportagem específica, que inaugura a obra, Brum desbrava “o ventre úmido da Amazônia” (BRUM, 2017, p.19) onde vivem mulheres que nasceram com o dom de “pegar menino”. Tomando emprestado o vocabulário amapaense para contar a história de algumas das 700 parteiras que carregam nas mãos mais de 500 anos de tradição, Brum relata as especificidades que moldam um feminino que nem sempre obedece a enquadramentos hegemônicos, até mesmo porque os desconhece; são outros regimes de relação, outras conformações de gênero. O feminino para comunidades do extremo norte do país é distinto, orientado por ancestralidades, por vinculações com a natureza, por religiosidades, por relações comunitárias específicas, por outras inevitáveis hierarquias, exploradas e contemporizadas pela jornalista.

Nana Queiroz cresceu em Pirituba, bairro da periferia paulistana. Formou-se em Jornalismo pela Universidade de São Paulo, onde desenvolveu, como trabalho de conclusão de curso, os primeiros rascunhos de *Presos que menstruam*. A profissional passou por diversas revistas como *Época*, *Galileu*, *Criativa* e *Veja*, além de ter trabalhado nos jornais *Correio Braziliense* e *Metro*. Em 2015, criou a revista feminista *AzMina*, publicação online e gratuita voltada para o jornalismo investigativo, com foco em questões de gênero, considerando as diversidades de raça, classe e orientação sexual. A finalista do Troféu Mulher Imprensa 2016, organizou, ainda, o livro *Você já é feminista: abra este livro e descubra o porquê*, publicado no mesmo ano.

Em *Presos que menstruam*, Queiroz investiga a história e apresenta o cotidiano de mulheres com pouca perspectiva de futuro, tratadas como homens em diversas prisões de todo Brasil. Apresenta relatos individuais protagonizados por sete detentas condenadas a sobreviver no sistema carcerário brasileiro, além de fragmentos de experiências que

denunciam outros tipos de violência nesse contexto. Queiroz embaralha histórias formando um mosaico textual que revela que, se fora do universo investigado pela reportagem as mulheres lutam pelo direito a igualdade, dentro das prisões a batalha é pelo direito ao reconhecimento de suas especificidades. Segundo a autora, “é fácil esquecer que mulheres são mulheres sob a desculpa de que todos os criminosos devem ser tratados de maneira idêntica. Mas a igualdade é desigual quando se esquecem das diferenças.” (QUEIROZ, 2015, p. 19). A igualdade é desumana, por exemplo, quando gestantes não têm qualquer tipo de auxílio médico ou quando bebês recém-nascidos dormem no chão úmido das cadeias. É preciso lembrar que “alguns desses presos, sim, menstruam.” (QUEIROZ, 2015, p. 19).

Fabiana Moraes nasceu no Recife e trabalhou como repórter especial do *Jornal do Commercio*. Doutorou-se em sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco e buscou alinhar a prática jornalística às atividades acadêmicas. Também foi vencedora de diversos prêmios, sendo condecorada com três “Esso”. É autora de quatro livros-reportagem: *Os Sertões* (2010) – finalista do Prêmio Jabuti em 2011 –, *Nabuco em pretos e brancos* (2012), *No país do racismo institucional* (2013) e o objeto de nossa pesquisa *O nascimento de Joicy* (2015), pelo qual recebeu o Prêmio Esso de Reportagem em 2011. Ao longo de sua trajetória, procurou abordar temas pouco explorados pela imprensa. Assim como Brum, aventurou-se no documentário, dirigindo o curta *Dia de pagamento* (2016), no qual explora, mais uma vez, as vidas comuns do sertão de Pernambuco. Atualmente, Fabiana Moraes é professora do Núcleo de Design e Comunicação da UFPE, campus do Agreste.

O nascimento de Joicy foi publicada, inicialmente, em uma série de reportagens veiculadas em abril de 2011, durante três dias, no *Jornal do Commercio* do Recife (tanto na edição impressa quanto em um site especial, em formato multimídia). A jornalista acompanha a cirurgia de redesignação sexual de Joicy Melo da Silva aos 51 anos de idade. No livro-reportagem, Fabiana expande o universo diegético construído na publicação original, apresentando, em textos inéditos, ponderações sobre seu próprio trabalho. Amplia, assim, a história da pernambucana, uma das muitas mulheres transexuais a fazer a vaginoplastia pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A obra recupera a árdua transformação de um pobre agricultor do distrito de Perpétuo Socorro na mulher que sempre foi. Joicy, porém, não se enquadra em estereótipos de mulheres trans, que geralmente utilizam certos símbolos e aspectos da feminilidade para se afirmarem socialmente como mulheres. A feminilidade de Joicy é mais ambígua, mais questionada e, logo, mais combatida.

Rascunhadas as produções jornalísticas que guiarão nossos ânímos investigativos, desejamos “boa sorte meninas, e boa viagem”².

² Votos presentes nas ultimas linhas de Teoria King Kong (2016), da escritora feminista Virginie Despentes.

2. JORNALISMO E REPORTAGEM: DA RACIONALIDADE INDOLENTE AO CONHECIMENTO EMANCIPATÓRIO

Segundo Boaventura de Sousa Santos (2007), o capitalismo, que foi se tornando uma energia cada vez mais central no paradigma sociocultural da modernidade, excedeu seu sentido convencional de produção econômica e passou a constituir um universo simbólico-cultural suficientemente hegemônico para impregnar subjetividades e mentalidades até mesmo das vítimas de suas classificações e hierarquias. Nesse contexto, são muitos os sistemas de relações desiguais de poder – opressão, dominação e exploração, racismo, sexismo, homofobia, xenofobia. Atualmente, o afrouxamento da tensão entre democracia e capitalismo tem contribuído, em escala global, para a consolidação de democracias de baixa intensidade.

O controle da mídia, aponta Sousa Santos, é uma das estratégias centrais desse tipo de democracia não popular, conduzida por perspectivas neoliberais, que objetivam garantir a perpetuação de um fascismo social. São configuradas relações sociais de poder de tal forma desiguais que grupos mais poderosos exercem direito de veto sobre modos e expectativas de vida de outros segmentos sociais. Muitos cidadãos vivem em sociedades politicamente democráticas sujeitos a constrangimentos, censuras, autocensuras e privação de direitos elementares de expressão.

Diante dessa conjuntura, pretendemos explorar brechas da contra-hegemonia no campo midiático, especialmente no jornalismo, a despeito de seus inegáveis mecanismos de exclusão. Neste primeiro capítulo, intentamos problematizar o paradigma da objetividade jornalística, com foco na esfera do impresso, que contribui expressivamente para perpetuação de estruturas de poder. Percorremos, criticamente, a trajetória da consolidação de valores, ideais, práticas e procedimentos adotados e legitimados pelo campo, desde o surgimento da imprensa moderna, no final do século XIX, até os dias de hoje. Argumentamos, junto com Sousa Santos e outros autores – como Michael Schudson (2010), Erik Neveu (2006) e Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2011, 2012), para citar alguns – que o ideal da objetividade, fruto da racionalidade reguladora do saber científico positivista, pode, muitas vezes, fomentar representações de mundo significativamente cingidas, orientadas por determinações de grupos dominantes, que orquestram, quase que exclusivamente, as esferas produtivas dos discursos veiculados pela imprensa.

Como contraponto, objetivamos colocar em relevo experiências jornalísticas de contornos emancipatórios, que tentam se afastar da lógica reguladora e simplificadora predominante nas redações. Dialogando com teóricos como Jay Rosen (2000), Donna Haraway (1995), Sandra Harding (1993, 2007) e, novamente, Sousa Santos, propomos uma outra acepção para a ideia de objetividade, desatada de valores como a imparcialidade e a neutralidade, que frequentemente ocultam posicionamentos e percepções de mundo de determinados setores sociais. A “objetividade forte”, como nomeia Sousa Santos, ou “perspectiva”, se preferimos o termo empregado por Haraway e outras autoras feministas, incorpora a subjetividade às práticas do saber, autorizando o florescimento de conhecimentos situados, posicionados e assumidamente parciais, que desafiarão a universalidade que o saber hegemônico reivindica para si. Almejamos expor os limites de discursos totalitários, assim como evidenciar a necessidade de pavimentarmos outros percursos para o jornalismo contemporâneo, mais condizentes com um projeto de democracia radical. Nosso intento é contemplar falas engajadas com o reconhecimento de diferentes experiências, polissêmicas e polifônicas, que integram e transformam o espaço social.

Reconhecemos em alguns trabalhos inseridos no gênero da reportagem – como das jornalistas Eliane Brum (2017), Nana Queiroz (2015) e Fabiana Moraes (2015) – um caminho para um pequeno, porém significativo, estremecimento dos paradigmas do campo. Ao rivalizarem elementos da narrativa, conforme as proposições de Benjamin (1994) e Piglia (2015), com a natureza informativa do jornalismo, as reportagens que designamos, a partir de Serelle (2018), por *autorreflexivas* se afastam dos produtos ordinários encampados pela mídia tradicional. Trata-se de discursos opacos, que evidenciam suas limitações e fissuras, propondo indagações acerca das mediações que se configuram em seus processos de elaboração. Por meio de paratextos que dialogam com a escrita principal, as jornalistas engendram espaços de reflexão sobre seus trabalhos e sobre o próprio gênero da reportagem. Em outras palavras, supomos que esse tipo de produção consegue acionar um dispositivo de questionamento que desafia, mesmo que timidamente, suposições e expectativas sobre a forma do texto jornalístico. É sobre esse enfretamento e seus possíveis desdobramentos que, neste capítulo inicial, pretendemos discorrer.

2.1. Sobre a atrofia do discurso: pressupostos do jornalismo moderno

Não podemos compreender o campo da representabilidade simplesmente examinando seus conteúdos explícitos, uma

vez que ele é constituído fundamentalmente pelo que é deixado de fora.

Judith Butler, *Quadros de Guerra*

2.1.1. *Das origens: as reformas modernizantes da imprensa*

Objetividade, neutralidade e imparcialidade, valores-guia da prática jornalística hodierna, nem sempre compuseram o tripé da hegemonia no campo. Ficção e informação, por exemplo, se amalgamavam indiscriminadamente no jornalismo brasileiro popular do início do século XX. Mesmo a imprensa mais elitista, segundo Muniz Sodré (2009), era marcadamente partidária e empenhava-se, por meio de formas pouco objetivas e frequentemente literalizadas, em orientar percepções e paixões sobre o Estado e as classes dirigentes, a modelo do jornalismo europeu, sobretudo, o francês (JACOME, 2017). Nesse tempo, prevaleciam nas páginas dos jornais tupiniquins nuances literárias, panfletárias e políticas.

Essas práticas, no entanto, foram gradativamente abandonadas, ou pelo menos diluídas, a partir de reformas modernizantes e profissionalizantes da imprensa nacional inspiradas pelas experiências midiáticas desenvolvidas nos Estados Unidos. Para Phellipy Jacome (2017), seria equivocado falarmos em uma “importação” de práticas, apesar de reconhecer a “efetividade histórica e a importância das influências que o jornalismo estadunidense exerceu sobre o latino-americano e, especificamente, o brasileiro.” (JACOME, 2017, p. 64). Independentemente do termo empregado, é possível afirmar que buscou-se arquitetar no Brasil, a partir dessas sensibilizações, um saber de “excelência técnica”, materializado, por exemplo, pelo surgimento dos primeiros manuais de redação entre as décadas de 1930 e 1950. Por meio deles, seria possível defender “um ideal que, ao mesmo tempo, disciplina, controla e confere legitimidade às práticas jornalísticas.” (BIROLI e MIGUEL, 2012, p. 24). Podemos dizer que as normas profissionais do modelo estadunidense de imprensa, que se tornariam referência mundial para o jornalismo moderno, se impuseram, em alguma medida, nas nossas produções.

Tal predominância se deu, principalmente, a partir da primeira metade do século XX, momento em que os sistemas de poder globais estavam se reconfigurando após o desfecho da I Guerra Mundial. Segundo Jacome, os Estados Unidos, cujo protagonismo despontava no cenário internacional, dedicaram-se à elaboração de estratégias para ampliar suas zonas de influência. A América Latina, na mira intervencionista do Tio Sam, continuava sendo um dos seus alvos preferenciais. “Assim, o *american way of life* e seus valores liberais começaram a ser promovidos e estimados como a modernidade, substituindo, aos poucos, a apreciação do

estilo de vida e cultural da Europa em nosso subcontinente.” (JACOME, 2017, p. 108). O jornalismo moderno foi um importante instrumento nesse cenário de transformação cultural. Houve, portanto, grandes esforços em propaga-lo em outras nações, cujos sistemas midiáticos supostamente “careceriam de padrões profissionais e objetivos e que, por isso, estariam colocando em risco a democracia e a paz mundial.” (JACOME, 2017, p. 109).

Michael Schudson (2010) empreendeu uma significativa investigação acerca das condições sociais que permitiram a configuração e a hegemonia da imprensa moderna estadunidense. Para o autor, foi a eclosão da *penny press* – simbolizada pelo lançamento do *New York Sun* em 1833 – que potencializou um jornalismo calcado na “coleta do fato” (NEVEU, 2006). A nova prática suplantou, a seu ver, a imprensa de forte influência partidária que até então vigorava no país, voltando-se não somente para políticos ou comerciantes, mas para um público-leitor geral. Conforme Schudson, os *penny papers* – mais baratos e mais circulantes³ – engajaram-se na venda da “notícia”, um produto original que pretendia representar de maneira realista, porém apartidária, diversos acontecimentos da vida social. “A maioria dos *penny papers*, incluindo todos os pioneiros do campo, declaravam independência política, algo que os primeiros jornais raramente fingiam ter alcançado.” (SCHUDSON, 2010, p.32). Assim, assumindo a lógica empresarial da maximização das audiências, a *penny press* contribuiu para tornar a notícia uma mercadoria de ampla procura. Ela se firmou como um importante agente de transformações do campo, fazendo prevalecer a “notícia” sobre o “editorial” e os “fatos” sobre a “opinião”, uma mudança motivada, de acordo com Schudson, pela expansão da democracia e, sobretudo, do mercado.

A lógica economicista impulsionou, como destaca Erik Neveu (2006), uma profissionalização forçada das redações. Nos anos 1840 e 1850, grande parte dos jornais nos Estados Unidos prosseguiu na direção estabelecida pelos *penny papers*, culminando com a solidificação e disseminação da figura do repórter nos anos 1880 e 1890. A *penny press* abriu mão de correspondentes não profissionais, atuantes nos jornais do século XVIII e início do século XIX, e passou a contratar repórteres pagos especificamente para escrever, acima de tudo, sobre o cotidiano. Esses jornalistas, segundo Schudson, firmavam suas convicções profissionais em torno da sua lealdade aos fatos. Em 1896, o próprio *New York Times* começou a se estabilizar hegemonicamente ao enfatizar o modelo da “informação”, em detrimento do modelo “narrativo”, atraindo principalmente os setores dominantes da

³ Schudson nos explica que esses jornais eram vendidos a um centavo, e não a seis, como os demais, e eram, ainda, distribuídos diariamente nas ruas por jornaleiros. Com essa equação, a *penny press* passou a crescer vertiginosamente.

sociedade. É nesse contexto que a entrevista se torna um método amplamente utilizado, dando base ao trabalho de apuração. Da forma como era empregada, essa técnica permitia certa despersonalização da escrita por meio de uma transferência da responsabilidade da enunciação (JACOME, 2017). Ia-se gestando, dessa maneira, uma estética textual austera e impessoal, especificamente jornalística, motivada, também, pelas premissas da literatura naturalista, que tentava se impor como uma espécie de “espelho da vida ordinária” (JACOME, 2017). Começava a emergir, em tal contexto, uma prática profissional voltada para a especialização e para um profissionalismo ascendente.

Nesse período, “os repórteres enxergavam a si mesmos, em parte, como cientistas desvelando fatos políticos e econômicos da vida industrial, de forma mais corajosa, clara e realista do que ninguém havia feito antes.” (SCHUDSON, 2010, p. 89). Não por acaso, muitos dos jornalistas da década de 1890 compartilhavam admiração pela técnica e pelo saber científico, uma deferência que perduraria nos anos seguintes. O surgimento da figura do repórter foi concomitante com a popularização da ciência no final do século XIX, sob influência de pensadores como Darwin, Spencer e outros autores vinculados a corrente positivista. As habilidades dos profissionais da imprensa foram sendo talhadas pelos pressupostos da metodologia científica, influência que se tornaria ainda mais evidente – e estruturante para o campo jornalístico – a partir dos anos 1920, após a I Guerra Mundial.

Schudson demonstra que, entre os primeiros repórteres, persistia uma crença pueril em torno da ideia de “fato”. O autor os pormenoriza como “empiristas ingênuos”, profissionais indiferentes à existência de uma construção social que permeava a prática jornalística e pouco atentos às interferências da subjetividade em suas percepções do mundo. Confiavam em suas habilidades de colher dados puros da natureza, e não “declarações humanas” a respeito de realidades intercedentes. Essa ingenuidade dos repórteres se esvaeceu brutalmente diante de suas experiências com as propagandas durante a guerra – e as relações públicas, posteriormente – que “os convenceram de que o mundo que reportavam era algo que os partidos interessados tinham construído para que a imprensa relatasse.” (SCHUDSON, 2010, p. 17). A partir de década de 1920, os jornalistas passaram a duvidar da “suficiência da informação” e da isenção que havia assinalado o exercício profissional até então.

A ameaça da manipulabilidade dos fatos impulsionou diferentes reações dentro do campo jornalístico. Implementaram-se, por exemplo, novos gêneros no jornal diário que visavam separar relatos de informação e opinião, como a coluna política. A especialização dos profissionais tornou-se, também, prioridade. Outra reformulação eminente foi o surgimento da

reportagem interpretativa na década de 1930. Embora mais denso que os demais formatos noticiosos, é importante destacar que esse tipo de reportagem não procurou eliminar intenções de se alcançar uma verdade presumivelmente isenta. Ao contrário, desconsiderava “as sombras, as rugosidades, e a ambiguidade tanto no acontecimento social quanto na experiência dos protagonistas do cotidiano” (MEDINA, 2008, p.61), corroborando com a reformulação da ideia de objetividade, capital diante da crise epistemológica que o jornalismo estadunidense estava enfrentando. Schudson nos lembra que os repórteres diários precisavam, nesse momento, não apenas acreditar no valor e na seriedade de seu próprio trabalho, como necessitavam convencer leitores e críticos a encará-los com respeitabilidade. A consequente reinvenção da ideia de “objetividade” – e sua relação com a ciência – talvez tenha sido a reação pós-guerra mais peremptória para os novos contornos do discurso midiático moderno.

Lavraram, dessa maneira, o que Jay Rosen (2000) chama de “epistemologia dos jornalistas americanos”, ou uma teoria de “como chegar à verdade”. A simples confiança nos fatos foi substituída pela lealdade a normas e procedimentos criados em um contexto no qual os fatos estavam colocados em questão. A objetividade passa a significar “que as afirmações de uma pessoa sobre o mundo podem ser confiáveis se forem submetidas a regras estabelecidas consideradas legítimas pela comunidade de profissionais.” (SCHUDSON, 2010, p.17). A ideia de “fato” não se referia mais a aspectos e dados brutos da natureza, mas a afirmações a respeito do mundo validadas, consensualmente, por um grupo de “especialistas” que, através de técnicas de trabalho específicas, pretendiam, antes de tudo, separar fatos de valores, informação de opinião, notícias de pontos de vista (ROSEN, 2000). Essa competência se liga a uma ética profissional ancorada nas ideias de objetividade – uma suposta fidelidade ao mundo –, imparcialidade – a afirmação da ausência de preferência por um dos lados diante de qualquer questão –, e neutralidade – uma indiferença diante das implicações de um discurso. Esse tripé – agora sim, hegemônico – conforma aquilo que Flávia Biroli e Luís Felipe Miguel (2011) designam por *objetividade jornalística*.

De acordo com Schudson, Walter Lippmann foi figura central na sedimentação das bases ideológicas do jornalismo objetivo. Apostava na unidade fornecida pela ciência e pelo experimento disciplinado como solução para profissionalização do campo nesses novos termos. “Ele acreditava que a busca do método científico no jornalismo tornaria a imprensa não só mais profissional, mas mais liberal e heroica.” (SCHUDSON, 2010, p. 182). Não por acaso, é nesse cenário que surgem as primeiras escolas de jornalismo, engajadas na promoção de um treinamento sistemático e no ensino de técnicas específicas.

Cremilda Medina (2008) nos mostra que até hoje é possível perceber marcas epistemológicas do positivismo comtiano no fazer profissional do jornalista moderno: seja em sua relação objetiva com a realidade, no uso afirmativo da linguagem, na busca obsessiva pela precisão de dados e informações, na fuga de abstrações e imprevisibilidades, na categorização de sujeitos ou na instituição de uma ordem universal inteligível. “Se visitarmos os manuais de imprensa, livros didáticos da ortodoxia comunicacional, lá estarão fixados os cânones dessa filosofia, posteriormente reafirmados pela sociologia funcionalista.” (MEDINA, 2008, p. 25).

Gaye Tuchman, citada por Neveu, também indica alguns rastros textuais que a metodologia científica polvilha no discurso do jornalismo objetivo: o uso intensivo de aspas para assinalar a fidelidade na reprodução de falas; a apresentação ostensiva de posicionamentos discordantes para criar um “simulacro de pluralidade”; o excesso de dados factuais que confirmam seus próprios enunciados e caracterizações; a preferência dada a fontes institucionais “que supostamente detém uma autoridade pouco discutível.” (TUCHMAN apud NEVEU, 2006, p.109). Tuchman ressalta, ainda, a preocupação da imprensa em erigir uma espécie de consenso, evitando, a qualquer custo, matérias cujos conteúdos pudessem contrariar visões e percepções de mundo presentes no imaginário do senso comum.

Esse é o modelo de jornalismo que os Estados Unidos passaram a advogar como parte de uma estratégia de propagação de influências, visando, sobretudo, conquistar seus vizinhos continentais simbolicamente. Em 1926, por exemplo, diversas empresas, jornais e agências de notícias, com apoio do governo, organizaram o I Congresso Pan-Americano de Jornalistas, que recebeu cerca de 126 representantes da imprensa sul-americana. O encontro, para Jacome, pode ser compreendido como um esforço primário de expansão de ideais e valores vinculados à objetividade jornalística para profissionais da América Latina. “A imprensa é valorizada, nesse sentido, como promotora da verdade e, conseqüentemente, ocuparia a importante função de ser a guardiã da liberdade.” (JACOME, 2017, p. 111). A título de curiosidade, um dos participantes desse evento, Gilberto Freyre, enviado, à época, pelo *Diário de Pernambuco*, chegou a fixar em outro jornal onde trabalhou, *A Província*, do Recife, uma folha de papel com instruções para uma escrita clara, correta e concisa. Uma tentativa inicial de formular um manual de redação, segundo alguns autores trabalhados por Jacome. “Nessa perspectiva, acreditava-se que copiar o jornalismo estadunidense poderia fazer com que os jornais brasileiros deixassem de ser usados politicamente, em favor de uma informação correta e imparcial.” (JACOME, 2017, p. 116).

De acordo com Jacome, podemos afirmar que empresas privadas e o próprio governo dos Estados Unidos promoveram uma intensa campanha “pela liberdade de imprensa e pela valorização da livre-iniciativa” na América Latina, fortalecida nas décadas seguintes. Em 1941 criou-se, até mesmo, um órgão específico com essa finalidade, o *Office for Coordination of Commercial and Cultural relations between the American Republics* (OCIAA)⁴. A instituição tinha o objetivo de afinar relações comerciais e culturais entre Estados Unidos e os países latino-americanos, garantindo a hegemonia dos valores propagados pelo Norte.

Assim, investidos de um discurso emoldurado por valores nobres como a defesa da democracia e da liberdade de expressão (*american style*), entre as décadas de 1940 e 1950, jornalistas, diplomatas e *publishers* estadunidenses empreenderam uma verdadeira cruzada para tentar exportar seu sistema noticioso para todo o mundo. (JACOME, 2017, p. 121).

No Brasil, o *Diário Carioca* foi um dos primeiros jornais a adotar o receituário da imprensa estadunidense. Instituiu, precursoramente, a figura do copidesque, responsável por fazer valer as normas contidas nos manuais de redação. Esses profissionais eram encarregados, ainda, de contratar novos jornalistas e orientá-los em sua formação, evitando, assim, antigos vícios rebuscados característicos dos veteranos, pouco talhados na lógica modernizante da imprensa. Conforme Jacome, a grande rotatividade entre os jovens que compunham a redação do *Diário Carioca* favoreceu o espalhamento dessas premissas em outros veículos, resultando na formatação de uma nova “mentalidade jornalística” que se tornaria, progressivamente, hegemônica no Brasil. Nos anos seguintes, principalmente entre as décadas de 1950 e 1970, essa tendência se solidificou graças ao surgimento dos primeiros cursos de jornalismo a nível de ensino superior no país e ao desenvolvimento de prêmios que qualificavam os melhores trabalhos desenvolvidos por repórteres brasileiros a partir de critérios amoldados pelos valores da objetividade moderna. Em diversas frentes, podia-se perceber uma tentativa de padronização de técnicas e de valores do “bom jornalismo”.

A partir de Jacome, nos atentamos para o fato de que a valorização do modelo jornalístico dos Estados Unidos e seus desdobramentos em outros contextos socioculturais é algo mais “complexo, heterogêneo e poroso” do que parte da historiografia da imprensa nacional e internacional parece supor. Destaca que certos trabalhos, como o do próprio Schudson, ignoram modelos concorrentes e alternativos de imprensa que tensionavam práticas modernas dominantes, privilegiadas em estudos dessa natureza. Ainda, contesta narrativas

⁴ Segundo Jacome, o nome desse órgão foi alterado para *Office of the Coordination of Inter-American Affairs* um ano após sua formação.

históricas que se ancoram na ideia de várias rupturas ou revoluções do jornalismo, ao invés de se voltarem para as continuidades e ambiguidades presentes na constituição da imprensa. O autor denuncia um tipo de discurso autorreferente promovido nos jornais contemporâneos que fixam certos padrões normativos como se o jornalismo pudesse existir e ser compreendido de uma única forma. Nessa visada, “ mídias e narrativas associadas a partidos políticos, populares ou ligados a uma estética sensacional passaram a ser consideradas como o outro indesejado do jornalismo, elencadas como seu contraexemplo malquisto.” (JACOME, 2017, p. 107). Jacome percebe uma certa hierarquização excludente que elimina da cena jornalística experiências dissonantes do padrão legitimado. Para ele, a defesa de uma história linear, supostamente natural e com pretensões evolutivas empobreceria nossas percepções acerca da diversidade de processos que de fato atravessaram a história do campo. A seu ver, se estabelece uma contradição entre o jornalismo que se constrói nos discursos (muitas vezes, autorreferentes, reiteramos) da história “oficial” e as práticas jornalísticas efetivas que, por vezes, escapam dos regimes propostos pela concepção dominante.

Obviamente, concordamos com as ponderações do autor e acreditamos que o termo “jornalismo” abriga práticas, pensamentos e valores muito mais complexos do que pudemos esboçar nessa breve tentativa de reconstrução do passado. Claro que há uma distância entre a idealização desse projeto jornalístico moderno e práticas polissêmicas que desafiam seus pressupostos. Jacome adverte que “qualquer modelo normativo inclui sempre um elemento de fantasia” e que “as normas do jornalismo ocidental [...] não descrevem o que os jornalistas fazem. Elas descrevem, no máximo, a forma como eles *deveriam* atuar.” (JACOME, 2017, p. 233). No entanto, entendemos que mesmo dotada de aporias, a objetividade jornalística se funda, inquestionavelmente, como parâmetro para o campo, influenciando o papel social que o jornalismo assume no espaço público, assim como percepções que a audiência tem desse tipo de produção cultural. Tal premissa, ainda que não plenamente cumprida, serve, ao menos, como uma roupagem que, consideradas diferentes gradações, é assumida em grande medida no exercício jornalístico. Por vezes, a defesa da objetividade é acionada para obnubilar intenções de experiências menos interessadas em fazer valer os ideais que circundam o conceito e mais seduzidas por suas capacidades legitimadoras, como veremos adiante. O que nos importa, nesse trabalho, como o próprio Jacome reconhece, é que a modernização se institui como um projeto central na consolidação da imprensa hegemônica, que determinou, em amplas proporções, os rumos do jornalismo nacional, apesar de suas matizes e contradições.

A partir dessa sucinta recuperação das bases que constituíram o jornalismo objetivo moderno, que se alicerça em sua alegada capacidade de ordenar simbolicamente a vida social por meio de uma metodologia precisa, de técnicas acuradas e de intenções positivistas bem delimitadas, sugerimos que esse tipo de discurso se empenha, sem qualquer constrangimento, em domesticar a desordem inerente à vida cotidiana através de seus valores-guia. A imprensa se coloca – tal qual a ciência – como uma instituição abalizada pelo paradigma regulador da modernidade (SOUSA SANTOS, 2011).

Concordando com Chantal Mouffe (2001), essa pesquisa parte do argumento que a racionalidade decorrente desse paradigma, e, por consequência, a prática jornalística que a partir dela se desenvolve, falha ao não compreender o pluralismo social e a inviabilidade do controle e de uma harmonia total. A objetividade almejada por essa mirada é constituída, inexoravelmente, mediante atos de poder e exclusão. Ela é, portanto, política e esconde traços das supressões de grupos e indivíduos que não se enquadram nas regras e valores legitimados por segmentos sociais dominantes, mesmo que busquem afirmar uma verdade livre de conflitos e contradições. Ao lançar mão de uma metodologia que negligencia o caráter contingente de toda e qualquer sociedade, a imprensa dominante estabelece, para Neveu, um “efeito de coro”, polarizando-se, quase sempre, sobre os mesmos temas e sujeitos, retraindo o espaço reservados a outras questões que poderiam ser dignas de cobertura.

Em oposição aos trabalhos que pretendemos analisar, a mídia tradicional tem atuado, em grande parte, de acordo com uma “racionalidade indolente” (SOUSA SANTOS, 2007), que atua na contração do presente e no apagamento das muitas realidades possíveis, que de fato coexistem e se articulam na vida comum. Essa lógica totalizante, ancorada em “conhecimentos preguiçosos”, legitima realidades pretensamente universais, agenciando o aniquilamento de experiências alternativas. Isso posto, compreender a conformação e o amoldamento da razão inerme e displicente que tem embriagado gravadores e bloquinhos de anotações desde o século passado nos parece ser um movimento vital para o enfrentamento crítico que essa pesquisa se dispõe a fazer.

2.1.2. Das contaminações: a ciência e o paradigma da modernidade

A mídia hegemônica, aferrada nos princípios da objetividade jornalística, pode impulsionar a desumanização de determinados grupos e suas respectivas experiências a partir da perpetuação de uma racionalidade atrofiada, que não se exercita o suficiente para poder ver

a riqueza inesgotável oferecida pelo mundo. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2007), experiências locais, não muito conhecidas nem legitimadas pelo conhecimento científico e pelo senso comum, são hostilizadas pelos meios de comunicação e por isso têm permanecido invisíveis, desacreditadas, inumanas. Biroli e Miguel, em consonância, encaram os meios de comunicação como “dispositivos de seleção” capazes de barrar e invisibilizar sujeitos e grupos, ao mesmo tempo em que reproduzem um conjunto claramente restrito de discursos. Contrários à prerrogativa que afirma a existência de um “livre mercado” de falas e formas de expressão, os autores apontam para as desigualdades concretas de acesso às formas discursivas legitimadas, que influenciam diretamente as chances de participação de diferentes indivíduos no debate público. Não custa lembrar que, no Brasil, impera um verdadeiro oligopólio midiático: cinco famílias (família Marinho, do grupo Globo; a família de Edir Macedo, da Record; a família Saad, do grupo Bandeirantes; a família Sirotsky, da RBS; e a família Frias, do grupo Folha) controlam mais da metade dos principais meios de comunicação do país. Somados outros grupos, oito famílias comandam 32 dos 50 maiores veículos⁵ da imprensa nacional.

O aniquilamento de diversas experiências que compõem a tessitura do real é um gesto caudatário da *racionalidade indolente* que perfura o paradigma social da modernidade e talha as instituições que participam de sua constituição, como é o caso da mídia. Para Sousa Santos (2011), se a modernidade ocidental emerge com um projeto ambicioso e revolucionário dos séculos XVI e XVII – fundado a partir de uma tensão dinâmica entre regulação social e emancipação social –, sua convergência com o capitalismo consegue abalar as estruturas originais desse paradigma, que será sublinhado, a partir do século XIX, pelo esfacelamento do princípio da emancipação e pela prevalência da ideia de regulação. Desse desequilíbrio, insurge uma racionalidade hostil, totalitária e domesticadora. Expliquemos.

Sousa Santos distingue por conhecimento-emancipação a trajetória entre um estado de ignorância que nomeia como *colonialismo* a um estado de saber que designa por *solidariedade*. O conhecimento-regulação, por sua vez, é uma trajetória entre um estado de ignorância conhecido como *caos* a um estado de saber denominado como *ordem*. A realização do equilíbrio dinâmico entre essas duas formas de conhecimento foi confiada, segundo o sociólogo, a três lógicas de racionalidade moderna, a saber: moral-prática, estético-expressiva e cognitivo-instrumental.

⁵ De acordo com a pesquisa *Monitoramento da Propriedade da Mídia*, financiada pelo governo da Alemanha, realizada pela ONG brasileira *Intervozes* em parceria com o Repórteres Sem Fronteiras (RSF), baseado na França. O relatório foi publicado pela revista Carta Capital. Ver referências.

Porém, durante o século XIX, ciência moderna, que teve forte influência, como já vimos, sobre a constituição do campo jornalístico, se converteu em saber hegemônico e institucionalizou-se como tal. Dessa forma, a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da tecnologia foi se impondo às demais. Com isso, o conhecimento-regulação conquistou a primazia sobre o conhecimento-emancipação por meio de um cálculo perverso: o estado de saber do conhecimento-emancipação – solidariedade – foi recodificado como caos; e seu estado de ignorância – colonialismo – foi recodificado como ordem. Nesse processo, a emancipação deixa de ser o “outro” da regulação e torna-se seu duplo. “A racionalidade moderna, uma vez colonizada pela racionalidade cognitivo-instrumental, tende a privilegiar uma forma de representação que conhece e regula tanto melhor quanto maior é a distância entre o sujeito que representa e o objeto que é representado.” (SOUSA SANTOS, 2011, p. 115). Ainda, o autor adverte que o próprio pilar da regulação, embora hegemônico, padeceu de um desequilíbrio interno: seus três princípios – Estado, mercado, comunidade – não passaram por um desenvolvimento harmônico, ao contrário. O princípio do mercado conquistou primazia em agravo dos demais.

Logo, temos a redução da emancipação moderna à racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e a redução da regulação moderna ao princípio do mercado, sequelas da transformação da ciência como principal força produtiva. Assim sendo, a racionalidade moderna ocidental confia “a gestão de suas potencialidades a uma forma de conhecimento, a ciência, que progressivamente se transformou na força produtiva, por excelência, do capitalismo.” (SOUSA SANTOS, 2011, p.193). Do depauperamento decorrente dessas dinâmicas deriva uma racionalidade totalitária que busca negar a legitimidade de outras formas de conhecimento que não se pautam por seus princípios epistemológicos e por suas orientações metodológicas. “É esta a sua característica fundamental e a que melhor simboliza a ruptura do novo paradigma científico com os que o precedem.” (SOUSA SANTOS, 2011, p. 61). Esse modelo desvaloriza todos os saberes que não passam pela peneira da ciência. O próprio jornalismo, já notamos, ao tomar emprestado pressupostos da metodologia científica em sua busca pelo “fato”, também assume a mesma indiferença diante das realidades e discursos que não passam por seus critérios de visibilidade ou por seus mecanismos de controle da vida comum. Assim como algo se torna “socialmente relevante” ao ser noticiado pela imprensa, outras experiências são produzidas, pelo próprio aparato midiático, como jornalisticamente desimportantes: basta não se tornarem pauta da instituição que avoca o poder de definir, com autonomia, o interesse de uma coletividade abstrata. Critérios de

noticiabilidade, como postulados por Nelson Traquina (2005), pré-determinam acontecimentos presumivelmente dignos de cobertura, que precisam se encaixar em parâmetros como notoriedade, proximidade e notabilidade, demasiadamente limitados diante da riqueza do espaço social, para se tornarem notícia.

Podemos afirmar que tanto o conhecimento científico como a produção jornalística perpassam a ideia de ordenamento, concebida, conforme Sousa Santos, a partir da lógica matemática, que vai “fornecer à ciência moderna não só o instrumento privilegiado de análise, como também a lógica de investigação e o modelo de representação da própria estrutura da matéria.” (SOUSA SANTOS, 2011, p. 63). Isso quer dizer, primeiramente, que a inteligibilidade ambicionada compreende o “conhecer” como “quantificar”, e aquilo que não é quantificável passar a ser cientificamente irrelevante. Em segundo lugar, mas não menos importante, o método científico mira a redução de qualquer complexidade. “Conhecer significa dividir e classificar para depois poder determinar relações sistêmicas entre o que se separou.” (SOUSA SANTOS, 2011, p. 63). O objetivo é eliminar complicações e acidentes das condições iniciais da natureza através da seleção dos fatos relevantes a se observar, para então analisa-los e medi-los com rigor. No jornalismo, particularmente, podemos perceber o uso estratégico da premissa matemática por meio da utilização de números, dados, gráficos e estatísticas, supostamente neutros e inquestionáveis, para comprovar determinadas afirmações principalmente no âmbito das *hard news*. Mas ela se infiltra, não menos incisivamente, nas estratégias de representação voltadas para a categorização, a classificação e a simplificação de determinados sujeitos e grupos, como discutiremos, posteriormente, nessa pesquisa. Percebemos, a partir da incorporação dessa lógica, tentativas de diminuição e de controle do caos que determinadas existências podem provocar em benefício da ordem considerada legítima. Uma ordem, no entanto, colonialista e domesticadora, conforme pretendemos, em breve, demonstrar.

Sousa Santos afirma que esse tipo de conhecimento, de viés matemático, parte da ideia do “mundo-máquina”, poderosa o suficiente para se tornar “a grande hipótese universal da época moderna” (SOUSA SANTOS, 2011, p. 64). A mirada utilitária e funcionalista que se funda nesse contexto alvitra a transformação tecnológica do real, mais preocupada em dominá-lo do que compreendê-lo em sua complexidade. O problema é que no plano social, “é esse também o horizonte cognitivo mais adequado aos interesses da burguesia ascendente, que via na sociedade, em que começava a dominar, o estágio final da evolução da humanidade.” (SOUSA SANTOS, 2011, p. 65). A ciência moderna, ao se converter no modelo de

racionalidade hegemônica, passou a impregnar, também, os estudos sobre a sociedade que emergem no século XIX. Se era possível descobrir as leis da natureza, acreditava-se na possibilidade de se revelar as leis da sociedade.

A teoria da evolução tornara-se o modelo da ciência; ela enfatizava não apenas a descoberta, mas a conexão histórica dos fatos. E, mais importante ainda, incorporava os seres humanos como objetos sobre os quais os fatos poderiam ser coletados e estudados. A mente humana exteriorizou ou objetivou o corpo humano e, conforme psicólogos e outros cientistas sociais decifravam as implicações da teoria darwinista, os seres humanos objetivaram-se. (SCHUDSON, 2010, p. 93).

Todavia, sabemos que as ciências sociais, assim como o saber jornalístico, são incompatíveis com a racionalidade matemática. Não há leis universais capazes de prever fenômenos sociais, de natureza subjetiva, historicamente situados e culturalmente direcionados. Ainda, “As ciências sociais não são objetivas porque o cientista social não pode libertar-se, no ato de observação, dos valores que informam a sua prática em geral e, portanto, também a sua prática de cientista.” (SOUSA SANTOS, 2011, p. 66). A racionalidade moderna, porém, valida o conhecimento científico independentemente das condições que o tornaram possível. E, uma vez descontextualizado e despersonalizado, esse conhecimento torna-se potencialmente absoluto. O apagamento da subjetividade e do arcabouço cultural dos sujeitos produtores de saber os torna inimputáveis.

No jornalismo, a adoção de um método acaudilhado por critérios de objetividade, neutralidade e imparcialidade retira dos repórteres cargas de responsabilidade sobre aquilo que produzem: a matéria é o que é não por causa de crenças e valores particulares, mas por ser resultado de um processo de produção maquínico, impessoal e universal, não importando o indivíduo que o mobiliza. Para Sousa Santos, ainda hoje “é muito fácil produzir ou aplicar conhecimento”, e acrescentamos, produzir jornalismo, “escapando às consequências” (SOUSA SANTOS, 2011, p. 31). Tuchman (apud NEVEU, 2006) afirma, em conformidade, que a objetividade jornalística faz parte de um “ritual estratégico” dos repórteres para que eles possam se defender de erros e críticas. Sumariamente, “a objetividade é um conjunto de convenções concretas que persistem porque reduzem o grau em que os próprios repórteres podem ser responsabilizados pelas palavras que escrevem.” (NEVEU, 2006, p. 216).

Persistindo nessa reflexão com Rosen, notamos que o conjunto de rotinas e procedimentos profissionais – ou a “rede técnica” do jornalismo, termo afillhado por Fabiana Moraes (2015) – conformado por estereótipos, valores, normas e práticas radicados, não apenas engessa o campo discursivamente, como fornece, engenhosamente, uma blindagem

contra possíveis contestações. A objetividade jornalística que dá suporte a tais procedimentos tem uma “astuciosa habilidade de desvalorizar e de desviar de qualquer crítica” (ROSEN, 2000, p. 142) ao defender um discurso impessoal e desprovido de paixões. Segundo o autor, as rotinas jornalísticas criam um dispositivo retórico, uma técnica de persuasão, que sustenta seu valor de verdade ao se amparar na ideia de “equilíbrio” – entre diferentes pontos de vista, falas ou versões de um mesmo fato. O discurso se tornaria indiscutivelmente verdadeiro porque metodologicamente contrabalançado. “É por essa razão que alguns estudiosos veem a objetividade não como uma declaração de responsabilidade, mas antes como uma forma que os jornalistas têm de fugir à responsabilidade pela verdade de seus relatos.” (ROSEN, 2000, p. 142). Não obstante, o escudo discursivo fornecido pelas rotinas da profissão apadrinha, se muito, a produção de um gênero de crítica facilmente desvalorizado: contesta-se quando jornalistas não cumprem o rigor de uma metodologia que, em tese, possibilitaria a emergência da verdade, mas não se coloca em xeque a validade desses procedimentos. Em verdade, esse tipo de crítica parece revigorar sua legitimidade.

Biroli e Miguel, alinhados a essa perspectiva, reiteram que a reivindicação da objetividade, da neutralidade e da imparcialidade por parte do discurso jornalístico está relacionada com a defesa uma posição não situada socialmente. Os valores-guia do jornalismo permitem que o campo reivindique sua competência para produzir discursos verdadeiros porque não posicionados, exteriores a conflitos sociais. Promove-se uma pretensa anulação das mediações em nome de critérios que ocultam ações e determinações da cultura dominante. A mídia tradicional agencia perspectivas essencialistas e aparentemente universais, disponibilizando representações de mundo significativamente limitadas e constringendo a emergência de experiências que compõem a trama do real. Para Biroli e Miguel, a mídia jornalística tradicional “é a transcrição, para a prática profissional, da neutralidade axiológica própria do pensamento liberal.” (BIROLI e MIGUEL, 2011, p. 36). Ela ambicionaria representar a totalidade dos interesses considerados comuns, evitando, para esse fim, se situar em uma posição social.

A objetividade jornalística esconde a adesão a uma série de valores parciais, que correspondem à visão de mundo de alguns grupos, mas não de outros. Em uma sociedade cindida por sérias clivagens (de classe, de gênero, de raça) a própria noção de “bem comum” precisa ser posta em xeque. As ambiguidades da objetividade jornalística revelam, assim, muitas das ambiguidades latentes na própria neutralidade valorativa reivindicada pelo pensamento liberal. (BIROLI e MIGUEL, 2011, p. 38).

Jacome ressalta que a imprensa, em sua faceta moderna, tenta se afirmar como um meio independente de informação, negando posicionamentos em disputas políticas e dispensando, até mesmo, seu papel de agente promotor de diálogos públicos. O jornalismo serviria, apenas, como um documento imparcial que reflete acontecimentos considerados metodologicamente relevantes. A cientificidade que ronda o campo, entre outros fatores, situa-o, dissimuladamente, acima das disputas e dos interesses políticos particulares e coletivos.

Em resumo, a mídia jornalística, esculpida por ideais fundamentados na lógica cientificista do paradigma da modernidade, reclama sua capacidade de ordenar, regular e simplificar a realidade social. A imprensa se mascara através de discursos, ao que parece, voltados para o público geral, tracejados pelo suposto rigor de uma metodologia objetiva operada por um repórter desprovido de qualquer subjetividade enquanto, na maior parte das vezes, torna inteligível apenas percepções das classes que dominam a produção no campo. Nessa dinâmica, o jornalismo se sedimenta como uma prática profissional que reitera a racionalidade indolente que lhe dá origem, em uma retroalimentação cíclica de panoramas práticos e ideológicos, reforçando a irrelevância de todos os saberes que não passam por seu crivo.

O “privilégio epistemológico” que o jornalismo – assim como ciência moderna – concede a si próprio “é, em verdade, resultado da destruição de todos os conhecimentos alternativos que poderiam vir a pôr em causa esse privilégio.” (SOUSA SANTOS, 2011, p. 242). Essa regalia é, para Sousa Santos, produto de um epistemicídio e, conseqüentemente, causa direta da destruição de práticas sociais e da desumanização de diversos grupos e sujeitos. A exclusão de experiências por critérios aparentemente neutros de divisão e hierarquização se torna possível diante de mecanismos que promovem apagamentos enquanto afirmam uma busca pela instituição do bem comum.

A realidade que o discurso jornalístico apresenta é um artefato moral. Mas como as disputas entre interesses e representações diversas do mundo social não são explicitadas, ela é apresentada como um artefato sem artífices. O ideal da objetividade não corresponde apenas à ilusão de que os jornalistas podem transcender sua condição de indivíduos socialmente posicionados. Corresponde, também, à ficção de que os valores morais hegemônicos são universais. Objetividade e imparcialidade são, nesse sentido, dispositivos que permitem ocultar o trabalho moral realizado pelos jornalistas. Expressam posições políticas e valorativas específicas que são, no entanto, apresentadas como a expressão de uma crítica que resguarda valores que são os de “todos nós”. (BIROLI e MIGUEL, 2012, p 41).

Em desacordo à crença em uma empiria ingênua diante da coleta de fatos que prevaleceu no século XIX, substituída por uma “metodologia jornalística positivista” no início do século XX – que encarava a objetividade, a neutralidade e a imparcialidade como ideais desejáveis –, que também contestamos, defendemos, em sintonia com os autores aqui trabalhados, que a objetividade jornalística e os valores a ela correlatos servem a funções ideológicas precisas (YOUNG apud BIROLI e MIGUEL, 2011). A objetividade que o jornalismo moderno apregoa não pode ser encarada apenas como algo a ser perseguido, metodologicamente, apesar de sua impossibilidade final. Por reforçar opressões e transformar posicionamentos de grupos dominantes em verdades universais, os valores planeados durante as reformas modernizantes da imprensa, devem ser, acreditamos, objetados, uma vez que visam, antes de tudo, eliminar a alteridade como integrante efetiva do espaço público.

2.1.3. Por uma nova objetividade: contribuições da perspectiva feminista

Rosen reitera a necessidade de abrimos mão de determinadas prerrogativas da objetividade jornalística e de propormos uma filosofia pública mais forte para orientar profissionais do campo. Sugere, então, substituir a confiança na objetividade pelo conceito de democracia, um possível farol para uma nova teoria da credibilidade. Segundo o autor,

Desde que os jornalistas assumam que a democracia é o que nós temos, continuarão a confiar na objetividade, e a sofrer da fraqueza desse conceito. Mas se puderem encontrar uma forma de ver a democracia como algo que fazemos, ou ainda melhor, como algo que temos que criar, de reinventar, de reimaginar, então estarão no seu caminho para uma nova abordagem. (ROSEN, 2000, p. 149).

No entanto, Rosen supõe que essa orientação – cujo objetivo final não seria mais atingir uma pretensa objetividade, mas atuar na construção de uma sociedade democrática – nortearia a constituição de discursos de verdade, de preferência, desinteressados. Para o autor, “a procura de uma verdade desinteressada é de uma importância vital para qualquer comunidade política democrática.” (ROSEN, 2000, p. 145). Sem abrir mão de sua proposta por um novo conceito basilar, pensamos que é, justamente, a explicitação dos interesses pela hegemonia da verdade, e não a sua negação, que permitiria ao jornalismo se firmar como um campo atuante na consolidação de um projeto de democracia radical. Com esse gesto, teríamos, possivelmente, uma ruptura mais significativa com a isenção, com a neutralidade e com a impessoalidade que vem guiando práticas profissionais hodiernas.

Partindo de discussões apresentadas por Chantal Mouffe (2015), sugerimos que no lugar de tentar projetar instituições – como a mídia – que negam o caráter polissêmico e potencialmente conflitante do espaço social em busca de uma consonância inquestionável, a principal tarefa de um projeto midiático comprometido com os valores da democracia seria, em nossa visão, “imaginar a criação de uma vibrante esfera pública ‘agonística’ de contestação, na qual diferentes projetos políticos hegemônicos possam se confrontar.” (MOUFFE, 2015, p.3). A impossibilidade do consenso total – tão ambicionado pelo jornalismo moderno, e que ainda parece vigorar, em menor escala, na proposta de Rosen – é, nada mais, nada menos, do que o resultado de uma articulação hegemônica, ou seja, “de um conjunto de práticas que tentam estabelecer a ordem em um contexto de contingência.” (MOUFFE, 2015, p. 16). Queremos dizer que o consenso absoluto em torno de determinado fato, perseguido de formas específicas pelo jornalismo tradicional, desemboca muito mais no apagamento de visões e posicionamentos dissonantes do que na defesa de uma verdade genuinamente coletiva.

Para Mouffe, a principal questão de uma política radicalmente democrática – e de uma prática jornalística democrática, acrescentamos – não seria como eliminar contradições e dissensos, mas sim como constituir formas de poder que são compatíveis com os valores da democracia, desarmando e anulando tendências de exclusão. A partir desse posicionamento, aferimos que mídia poderia atuar tanto no âmbito da política, no sentido de reunir práticas, discursos ou instituições que tentam estabelecer ordens e organizar a coexistência humana em condições potencialmente conflitantes, como pode negar – e o jornalismo tradicional usualmente nega – essas dimensões. Uma sociedade verdadeiramente democrática, segundo Mouffe, abre espaço para expressão de interesses e valores colidentes, através de canais que permitam que enfrentamentos assumam uma forma “agonística”, ou seja, que possibilitem relações de reconhecimento mútuo, rebatendo a invisibilização do contraditório, que desemboca, somente, na impotência em perfilhar suas diferentes manifestações. Sustentamos, na conversa com Mouffe, a necessidade de cotejarmos outras lógicas discursivas que se apresentem como mecanismos de afirmação democrática e de articulação entre forças distintas, levando em conta a pluralidade de vidas presentes no espaço social.

A partir dessas provocações, nos inspiramos na teoria crítica feminista para redirecionarmos asserções sobre o conceito de democracia, inicialmente proposto por Rosen, no campo jornalístico. Segundo Cecília Sardenberg (2007), essa abordagem, conduzida por um olhar desconstrucionista de gênero, tem questionado pressupostos básicos da ciência

moderna – que o jornalismo procurou incorporar –, como a neutralidade e a objetividade, revelando que ela, de fato, nunca cumpriu com aquilo que pretendia afirmar. A teoria feminista argumenta que a ciência precisa ser vista, ao contrário do que desejariam os defensores do positivismo, como um produto moldado por contextos sociais e políticos, e não como uma manifestação isenta deles. Nessa mirada, parte-se da premissa que nenhum conhecimento é neutro, ao contrário: sua produção é sempre perpassada por aspectos históricos e culturais e, assim sendo, o conhecimento é incapaz de refletir uma verdade absoluta, podendo, apenas, representar versões apreensíveis a partir de certos atravessamentos. Em outras palavras, a epistemologia feminista formula uma crítica radical à ideia de ciência universal descontextualizada, cujo caráter é, segundo Lenise Borges (2014), particularista, ideológico e, não obstante, racista, classista e sexista.

Lourdes Bandeira (2008) argumenta que a crítica feminista assume aspectos contextuais, relacionais e relativistas presentes em toda produção científica, rejeitando totalidades universais ou fronteiras fixas. Essa abordagem pressupõe a historicização de conceitos acionados, em oposição a eixos epistemológicos dominantes. Abre-se mão, portanto, de categorias, conceitos e métodos que escondem traços de uma ação investigativa hegemônica e excludente que acaba por cravejar parâmetros permanentes de poder. Bandeira nota que processos dessa natureza correm riscos de corroborarem com sistemas de dominação contra os quais o pensamento feminista deve insurgir. Sandra Harding (2007), nessa mesma linha, reforça que opiniões sexistas e racistas, por exemplo, eram suposições naturalizadas e reproduzidas nas instituições, no pensamento científico e no senso comum sem nenhuma resistência até o surgimento das lutas feministas e antirracistas. Portanto, para a autora, tornou-se imperativo para a teoria feminista criar categorias analíticas instáveis, assumir conceitos provisórios, perseguir abordagens teóricas contingentes e pensar em temporalidades múltiplas. Estamos falando de uma teoria imperfeita, com bases conceituais e metodológicas circunstanciais e flexíveis. Afinal, “teorias coerentes e consistentes em um mundo instável e incoerente são obstáculos tanto ao conhecimento quanto às práticas sociais.” (HARDING, 1993, p 11). A teoria crítica feminista nos convoca a pensar, então, sobre “tudo que a ciência não faz, as razões das exclusões, como elas conformam a ciência precisamente através das ausências, quer sejam elas reconhecidas ou não.” (HARDING, 1993, p. 13).

Harding defende que ao basearmos nossas pesquisas em estruturas conceituais distintas das dominantes, torna-se possível trazer novos olhares sobre as opiniões comuns de uma cultura. Esse esforço permitiria uma articulação promissora e afirmativa entre a ciência e

a política, que nos parece condição nevrálgica para a eclosão de demandas democráticas. Em verdade, ciência e política sempre estiveram intimamente relacionadas, mesmo que furtivamente. “Fechar os olhos para as implicações políticas nas escolhas feitas, que, de fato, modelam o projeto e os métodos, não isenta da política. Na verdade, só faz ficar ignorante sobre a política que se está fazendo.” (BORGES, 2014, p. 283). Dessa forma, segundo Sardenberg, a desconstrução dos pressupostos do positivismo é fundamental para o florescimento de qualquer possibilidade de ciência assumidamente politizada.

É por isso que, aliado ao ideal democrático de Rosen, que nos parece indispensável, acreditamos que o conceito de *perspectiva* proposto pela teoria feminista pode contribuir, em muito, com nossos empenhos nessa problematização. Biroli e Miguel (2011) defendem esse termo como um adequado contraponto às noções de imparcialidade e neutralidade, já que almeja escancarar que qualquer discurso, inclusive o midiático, é marcado por uma complexa rede de relações. Essa abordagem, defendida principalmente pela bióloga e historiadora da ciência Donna Haraway (1995), compreende que conflitos devem ser explicitados a fim de alcançarmos uma compreensão mais abrangente das relações sociais, que se fundam, exatamente, na interação entre diferentes pontos de vista e entre outros multiplamente situados. Esse conceito feminista busca mostrar “que o lugar de onde se vê (e se fala) – a perspectiva – determina nossa visão (e nossa fala) do mundo.” (HARAWAY, 1995, p. 14). Para Haraway, o conhecimento tem sempre um caráter parcial. Como pondera Sardenberg, ele reflete a posicionalidade dos sujeitos cognocentes.

A perspectiva feminista abre mão de uma objetividade transcendente, de uma história que tenta apagar os “rastros de suas mediações”. Segundo Haraway, não se promete uma “teoria de poderes inocentes para representar o mundo” (HARAWAY, 1995, p. 16), mas a formatação de capacidades de tradução de conhecimento entre comunidades marcadamente desiguais em termos de poder. A autora alude a uma “corporificação específica e particular”, e não a uma falsa visão “perversa, distorcida e irresponsável” (HARAWAY, 1005, p. 21), que enturva limites e responsabilidades.

As feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contém. (HARAWAY, 1995, p. 15).

A perspectiva feminista significa, em suma, “saberes localizados”. Ao contrário da objetividade e do consenso que o jornalismo moderno busca alcançar a qualquer custo, por meio de uma posição pretensamente não situada e imparcial como denunciam Biroli e Miguel, esse conceito propõe que a única forma de atingirmos uma visão objetiva do mundo é por meio de uma perspectiva parcial. “Esta é uma visão objetiva que abre, e não fecha, a questão da responsabilidade pela geração de todas as práticas visuais. A perspectiva parcial pode ser responsabilizada tanto pelas suas promessas quanto por seus monstros destrutivos.” (HARAWAY, 1995, p. 21).

Isso não significa dizer, no entanto, que devemos rejeitar qualquer critério de objetividade. Haraway – assim outras autoras que se debruçaram sobre o tema – intercede a favor de uma doutrina e de uma prática da objetividade ancorada na desconstrução, na contestação e nas transformações dos sistemas de conhecimento dominantes. A autora compromete-se a trabalhar, inclusive, com uma noção de “objetividade fortalecida”. Pretende-se, com essa abordagem, fundar práticas científicas e política voltadas para a interpretação, para a tradução, para o “gaguejar” e o “parcialmente compreendido”. O feminismo, podemos perceber, “tem a ver com as ciências dos sujeitos múltiplos” e com um “posicionamento crítico num espaço social não homogêneo.” (HARAWAY, 1995, p. 31). Harding, também nessa seara, afirma que a visão convencional da ciência que opera a partir da maximização da neutralidade dos valores só consegue alcançar uma forma fraca de objetividade, uma vez que “muitas suposições sexistas e androcêntricas (sem falar das suposições baseadas em interesses e valores de classe, religião, cultura, nacionais, raciais e imperiais) moldaram, nos que foram declarados os projetos de pesquisa científica mais rigorosos, os resultados das pesquisas.” (HARDING, 2007, p. 164).

Sousa Santos adentra nessa discussão de maneira bastante pertinente às nossas reflexões, reiterando, principalmente, a necessidade de abstrairmos a objetividade da neutralidade e da imparcialidade. Dessa forma, seria possível compreendê-la como uma aplicação rigorosa de métodos de investigação que permite identificar preconceitos, valores e interesses que acorrentam a investigação científica, aparentemente desprovida deles. Assim percebida, ela se configura como uma “objetividade forte”, termo colocado pelo sociólogo a partir das propostas conceituais do campo feminista, que permite dar conta de posições distintas e até mesmo contraditórias diante do tema de análise. Essa outra objetividade afirma a indispensabilidade de uma argumentação em favor de uma posição própria. Para Sousa Santos a “atitude do cientista social crítico deve ser a que se orienta para maximizar a

objetividade e para minimizar a neutralidade.” (SOUSA SANTOS, 2011, p. 32). Nessa visada, subjetividade não se torna um valor incompatível com a objetividade, mas sua própria condição de existência. O conhecimento é objetivo não apesar da subjetividade do cientista ou do jornalista, mas justamente porque ela está presente e explicitada em sua produção.

Ao se reconhecer a parcialidade de um relato, valoriza-se perspectivas usualmente marginalizadas e coloca-se em xeque vozes que, até então, eram as únicas que contavam. Acreditamos, portanto, que a proposta de uma “objetividade forte” alvitada pelo sociólogo, ancorada nas ideias de “perspectiva” e “conhecimentos situados” da teoria crítica feminista, pode ser bastante profícua para a constituição de um jornalismo mais democrático, que assume, agonisticamente, a dimensão do conflito inerente a qualquer formação social. Iremos nos referir a essa postura, de agora em diante, como *objetividade perspectivada*. Esse conceito favorece, principalmente, a insurgência do caráter *reflexivo* da produção científica. Para Borges, se os investigadores acionam a reflexividade em suas formulações, torna-se possível assumir uma ética profissional comprometida com propósitos emancipatórios.

Pensamos, assim como Linda Steiner (2018) que o jornalismo pode se beneficiar, em muito, do diálogo com a teoria feminista que, segundo a autora, exige padrões mais fortes de confiabilidade empírica em comparação aos padrões que empreendimentos científicos e jornalísticos tradicionais costumam reivindicar. A incorporação da subjetividade, da parcialidade e da reflexividade às práticas do saber comporta, em sua visão, a elaboração de discursos social e epistemologicamente responsáveis.

Este é um ponto importante. A responsabilidade se manifesta com a explicitação de contextos de investigação e com a instituição de mecanismos de autoavaliação. Jornalistas podem, a partir de uma abordagem perspectivada responsável, reconhecer que eles também são atores sociais em suas histórias. Isso significa assumir a artefactualidade e o caráter fabricado de todo e qualquer tipo de relato jornalístico por meio da desmistificação de práticas, procedimentos e valores, destacando, até mesmo, as posições privilegiadas que os jornalistas ocupam na produção de conhecimento. Persistindo nessa reflexão, Steiner e Chad Okrusch (2011) acreditam que a articulação entre o campo jornalístico e a teoria crítica feminista exigiria dos profissionais uma certa modéstia em relação às reivindicações da verdade de seus relatos, que seria, de fato, apenas provisória, particular, incompleta, situada em um momento social e político historicamente específico.

Esses autores afirmam que teóricos, epistemólogos e jornalistas aliados às discussões da perspectiva feminista precisam explicitar suas preocupações e interações principalmente

com seus sujeitos de pesquisa que, no âmbito jornalístico, podemos chamar de fontes ou personagens. Steiner e Okrusch acreditam que o gesto de assumir a parcialidade e a precariedade dos relatos torna-se um modo ético de conhecê-los. Estamos pensando em uma ética de cuidado que orienta a escolha de histórias, de pessoas e de modos de narrá-las, tendo como objetivo a constituição de discursos promotores da justiça social. A partir da dimensão do cuidado, jornalistas engajados com uma objetividade perspectivada são eticamente obrigados a se sensibilizar – e aos seus leitores – com as demandas por igualdade radical, com as reivindicações por carinho e com as situações de sofrimento, conformando discursos solidariamente forjados, capazes de interferir, politicamente, em contextos de desigualdade. Permitir que vozes de cuidado surjam pode, talvez, ampliar capacidades de escuta e de compreensão da alteridade.

Ainda que a noção moderna se mantenha basilar da narrativa jornalística (SERELLE, 2009), propomos pensar a emergência, em maior ou menor grau, da objetividade perspectivada em seus discursos. Sugerimos perscrutar experiências que tentam dismantlar o tripé do jornalismo moderno, mantendo o rigor de uma apuração comprometida ética e politicamente com o plano social, mas que retirem as marcas da neutralidade e da imparcialidade que servem para maquiagem tentativas de dominação simbólica.

2.2. Os rumos da reportagem

Tive que aceitar que, como repórter, contadora de histórias reais, posso muito pouco. Mas poder pouco é bem mais do que não poder nada. No sentido mais profundo de tudo aquilo que pertence ao humano, não posso salvar ninguém, ninguém pode.

Eliane Brum, *O olho da rua*

2.2.1. Solidariedade como conhecimento

Argumentamos, até agora, que a ciência moderna e, por conseguinte, o projeto de jornalismo formatado sob sua determinação aspiram a naturalização do conhecimento através de “verdades” objetivas, de descrições precisas e de regularidades observáveis. A alternativa proposta pela teoria crítica feminista, por sua vez, assume a artefactualidade discursiva que marca a produção de conhecimento. A verdade seria fruto de uma “batalha argumentativa contínua e interminável travada entre vários discursos de verdade.” (SOUSA SANTOS, 2011, p. 96). E por ser provisória, parcial e fabricada, a verdade, elaborada por processos

perspectivos de conhecimento, sujeita-se a investidas críticas e reivindica responsabilidades por parte de quem a produz. Em outras palavras, a verdade seria, sempre, um resultado provisório de uma negociação de sentido.

Para o paradigma da modernidade, a comunidade científica era o único agente considerado relevante na disputa nessa arena simbólica, se é que havia disputa. Os especialistas conseguiam instituir com exclusividade aquilo que era considerado “natural”. A crítica que aqui defendemos pretende romper com tal lógica de marginalização, com os monopólios de interpretação e com a própria renúncia à interpretação, através da proliferação de “comunidades interpretativas”. Sousa Santos sugere que, dessa maneira, seria possível pôr em prática o que chama de “Epistemologia da Visão”, ou a emergência da *solidariedade* como forma de conhecimento. A solidariedade se refere ao “reconhecimento do outro como igual, sempre que a diferença lhe acarrete inferioridade, e como diferente, sempre que a igualdade lhe ponha em risco a identidade.” (SOUSA SANTOS, 2011, p. 246). Trata-se de uma forma de conhecer que contesta hierarquias e desigualdades políticas sem eliminar pluralidades culturais contingentes. Porém, como a socialização ocidental se dá, sobretudo, por meio de uma concepção de conhecimento que impõe ordem, tanto na natureza como na sociedade, fazer prevalecer solidariedade emancipatória ou até mesmo imaginá-la como a forma hegemônica de saber é, no mínimo, desafiador.

Para superar essas dificuldades, Sousa Santos propõe três passos epistemológicos: a epistemologia dos conhecimentos ausentes – ou seja, mostrar que o que não existe é ativamente produzido como não existente; a epistemologia dos agentes ausentes – provocar subjetividades desestabilizadoras que se rebelem contra práticas sociais conformistas e que se deixem estimular por formas de sociabilidade marginais; e a revisitação dos limites da representação. Queremos expor que, para fortalecer o conhecimento emancipação, marcado pela solidariedade, diante do conhecimento regulação, marcado por uma ordem colonial, é necessário que “sujeitos rebeldes” façam o esforço de retomar as experiências desperdiçadas, reconhecendo os inevitáveis limites de qualquer ato representacional e aceitando um certo nível de caos decorrente da negligência relativa ao conhecimento-regulação. Então, além de revalorizarmos a emancipação, devemos reafirmar o caos, também, como uma forma de saber. O conhecimento emancipatório se torna, portanto, aquele obtido no “processo, sempre inacabado, de nos tornarmos capazes de reciprocidade através da construção e do reconhecimento da intersubjetividade.” (SOUSA SANTOS, 2011, p. 81).

Nosso trabalho intenta indagar como o princípio da solidariedade pode se fazer presente na prática jornalística contemporânea, tão marcada pela visada reguladora do pensamento moderno. Tentamos trazer para o debate projetos que tensionam a tendência domesticadora do jornalismo, que dialogam com os pressupostos de uma objetividade perspectivada e que aceitam – ou até mesmo explicitam – a parcialidade, a insuficiência e o caos dos discursos que engendram. Destacamos a rebeldia de três jornalistas, Eliane Brum, Nana Queiroz e Fabiana Moraes, cujo denominador comum é o cultivo do gênero da reportagem.

2.2.2. *O gênero bastardo*

Retornemos aos Estados Unidos do início do século XX, precisamente na década 1930. A reportagem interpretativa, fruto dos impactos da I Guerra Mundial no campo jornalístico, foi celebrada como uma maneira de manter a posição profissional em um mundo que havia superado a ingenuidade da busca empírica pelo “fato”. Esse tipo de produção, lembremos, contribuiu para a consolidação da objetividade jornalística arraigada na racionalidade moderna e na imparcialidade metodológica. Entretanto, nos anos 1960, o escopo do profissionalismo começou a ser colocado, mais enfaticamente, sob suspeita. A objetividade do jornalismo deixou ser vista entre os profissionais como um mecanismo de defesa contra a parcialidade, passando a ser encarada como a parcialidade mais ardilosa de todas, precisamente por ser encoberta. Os próprios jornalistas começaram a afirmar que “a reportagem ‘objetiva’ reproduzia uma visão da realidade social que se recusava a examinar as estruturas básicas do poder e do privilégio.” (SCHUDSON, 2010, p. 188). Ela não era apenas um ideal inatingível, embora necessário, como sustentavam os críticos dos anos 1930, mas uma distorção e uma mistificação.

Os jovens jornalistas da década de 1960, diplomados e conseqüentemente influenciados pela sensibilidade crítica das universidades (NEVEU, 2006), passaram a exigir um jornalismo mais ativo, mais “participante” e crítico diante de posicionamentos oficiais sobre assuntos públicos. Denunciavam que:

A “notícia factual” não era apenas monótona e restritiva – ela era, em si, uma forma de participação, uma cumplicidade com as fontes oficiais cuja característica mais alarmante era alegar com tanta hipocrisia estar acima de considerações partidárias ou políticas. (SCHUDSON, 2010, p. 190).

Insurge, dessa insatisfação, uma cultura de oposição, que recriminava a forma da notícia e sua tendência em reforçar estruturas de poder, beneficiando instituições com melhores condições de criar e controlar “eventos” considerados jornalisticamente relevantes. Essas instituições, bem conhecendo os critérios de noticiabilidade dos profissionais da imprensa, conseguiriam manipulá-los, enquanto movimentos sociais e reformadores, por exemplo, menos voltados para as estratégias de visibilidade midiática do que para suas pautas políticas, eram frequentemente ignorados pelos jornalistas. Os repórteres da década de 1960 começaram a notar que o processo de coleta de notícias edificava uma versão da realidade que privilegiava o ponto de vista oficial.

A cultura de oposição foi caracterizada pela retomada e pelo fortalecimento de duas importantes tradições. A primeira foi o *muckraking*, prática originada no final do século XIX voltada para a reportagem investigativa que, em sua reformulação mais recente, visava denunciar casos de abusos e corrupções de grupos poderosos, a exemplo do célebre trabalho de Bob Woodward e Carl Bernstein, do *Washington Post*, com o escândalo de Watergate na década de 1970. Conforme Schudson, o *muckraking* teve um impacto mais significativo sobre as *hard news*.

A segunda tradição foi a literária, com o florescimento, ainda nos anos 1960, do Novo Jornalismo estadunidense. A articulação entre jornalismo e literatura já era uma tendência nas redações desde década de 1930, mas em menor escala. O trabalho de John Hersey em *Hiroshima*, reportagem publicada na revista *The New Yorker*, em 1946, um ano após o lançamento da bomba que destruiu a cidade japonesa no final de Segunda Guerra Mundial, é considerado um dos precursores dessa imbricação de gêneros. Mas foi somente perante um forte cenário de oposição às normas da objetividade que essa consciência foi mais amplamente endossada. Marcelo Bulhões (2007) também não nos deixa esquecer que a década de 1960 fornecia um “cardápio extraordinário de trânsitos comportamentais, um fervilhar estonteante de transgressões.” (BULHÕES, 2007, p.157). Foi a década do movimento *hippie*, do fortalecimento das lutas feministas e antirracistas, do *flower power*, do *rock ‘n’ roll*, da pílula anticoncepcional e dos embates por direitos civis. Segundo Tom Wolfe, um dos expoentes do Novo Jornalismo, eram necessários escritores que dessem conta de retratar toda essa efervescência política e cultural.

Ganhando espaço sobretudo em revistas, o *New Journalism* empenhou-se na recuperação de uma narrativa elaborada através de sofisticados recursos estilísticos, pegando emprestado, conforme Wolfe (2005), as principais técnicas do romance realista, que

despontou no século XIX, como o “imediatismo”, a “realidade concreta”, o “envolvimento emocional”, a qualidade “absorvente” ou “fascinante” (WOLFE, 2005, p. 53). Segundo Bulhões, o realismo foi responsável por instituir, na literatura, uma postura documental da realidade circundante, preocupada com a retratação rigorosa de ambientes e iniquidades sociais, inspirações bastante positivas para o jornalismo “inovador” que se almejava praticar. Então, para resgatar o prestígio do campo, conforma-se “um gênero novo, aquela ‘forma bastarda’, aquele ‘parajornalismo’” que por meio de “suas reportagens pedestres, ‘cavadoras’, prostituídas” (WOLFE, 2005, p. 44) ignorou – e não sem contestações – a divisão de classes literária que perdurou durante quase um século, realocando o repórter para um lugar de notoriedade social.

Tudo isso para reivindicar a emergência de uma subjetividade crítica, que pudesse fornecer um texto mais atento às narrativas das pessoas comuns e que refletisse, também, sobre a escrita do jornalismo em si. O Novo Jornalismo funciona “sobre uma espécie de inversão das formas de cobertura comum da atualidade, passando do ponto de vista dos que decidem para o dos efeitos de suas decisões” (NEVEU, 2006 p. 171), se estabelecendo como importante marco na consolidação da reportagem como gênero.

Reiteramos que no Brasil o percurso trilhado pelo jornalismo não foi muito diferente. Assim como nos Estados Unidos, a oscilação entre ruptura e diálogo com a tradição literária era, como já registramos, bastante comum no início do século XX, a exemplo do trabalho de escritores como João do Rio, figura marcante na cena carioca, que priorizava, em seus relatos, a observação detalhada da realidade, o uso intensivo de entrevistas, descrições minuciosas de ambientes e o ritmo narrativo (LIMA, 2009). Por seu hibridismo com a literatura, nem sempre aceito de maneira pacífica, a reportagem passou a ser vista com desconfiança e a ser reconhecida, também no território nacional, como uma “forma bastarda” que incorporava “a autoridade factual do jornalismo e a licença excitante da ficção.” (MACDONALD *apud* SERELLE, 2014, p. 29).

A partir das décadas de 1940 e 1950, – sob forte influência da objetividade jornalística estadunidense e do surgimento dos primeiros manuais de redação no país – passa-se a valorizar uma identidade estilística e social expressada, segundo Candice Vidal Souza (2010), na padronização da linguagem “pela via do expurgo de vícios adquiridos na coexistência com a liberdade literária e da purificação de excessos retóricos, em benefício daquilo que se define como a tarefa básica e a habilidade exclusiva dos jornalistas: de informar.” (VIDAL SOUZA, 2010, p. 31). As reações mais pujantes ao jornalismo objetivo também surgiram, no Brasil, na

década 1960, com destaque para a revista *Realidade*, inspirada no *New Journalism* de Gay Talese, Jimmy Breslin e Tom Wolfe, que impulsionou, por cerca de dez anos, reportagens densas e com intensa inclinação subjetiva e narrativa.

No contexto brasileiro, o cerne da reportagem de cunho narrativo voltou-se, principalmente, para seu ímpeto nacionalista e desbravador. Vidal Souza destaca que essa singularidade repousou na eficácia do gênero para realizar a missão de revelar e fazer compreender aquilo que se passa com a nação. Segundo a autora, o trabalho da reportagem se caracterizou por seu gesto aventureiro, pelo risco e pela audácia. O heroísmo tornou-se um emblema máximo da profissão. “O repórter é herói porque corre riscos e é atraído por assuntos dramáticos. É um viajante que não se interessa por paisagens plácidas.” (VIDAL SOUZA, 2010, p. 86). De fato, a crença na natureza exploradora dessa atividade jornalística permanece em vigor desde o surgimento do gênero, por meio de profissionais que se orientam pela ambição de dominar, cognitivamente, experiências e territórios ignotos do espaço nacional. Os repórteres têm como objetivo fazer com que pessoas e lugares, comumente apagados de qualquer registro, passem a existir a partir do momento os organizam, os relatam e os fixam discursivamente.

De acordo com Marcio Serelle (2014), a valorização da história de sujeitos comuns, anônimos, embora não seja uma vertente única da reportagem, tornou-se uma premissa crucial no seu desenvolvimento, a partir da qual a imprensa adquire um caráter mais popular e progressista, passando a ser avaliada a partir de seu comprometimento social. Para o autor, “a tese de uma invisibilidade que insiste e que precisa ganhar volume até tornar-se sensível.” (SERELLE, 2014, p. 33) é um motor geral do gênero. Ao mesmo tempo que lança mão de recursos estilísticos da literatura para provocar o interesse do leitor, implicando-o ao fato narrado, atua na “exposição e argumentação ética e moral para acessar e dar a ver as realidades humanas.” (RODRÍGUEZ apud SERELLE, 2014, p. 33). A reportagem reconstrói, narrativamente, fatos que ocorreram com pessoas realmente viveram, visando, de tal modo, romper barreiras – sociais, políticas, econômicas, regionais etc. – que impedem que determinados grupos e sujeitos possam ser reconhecidos em sua humanidade.

Esse jornalismo se conforma, então, como uma escrita de intervenção, como um “modo de leitura que vincula texto e referências extratextuais e uma função social.” (SERELLE, 2014, p. 33). Estabelece, conforme Serelle, uma qualidade sensível que demanda e convoca, por sua imediatividade, uma atitude prática e um engajamento ativo com a realidade retratada. O repórter, portanto, assume o papel de agente mediador dessas

experiências sociais distintas que, através de uma observação direta e participante, seria capaz de empreender narrativas que “resgatam” suas personagens do anonimato.

Embora socialmente engajada, a orientação heroica e exploradora da reportagem brasileira pode, frequentemente, suscitar relações domesticadoras entre jornalistas e personagens, ainda que o repórter esteja desprovido dessas intenções. Vidal Souza nos lembra que, afinal, há uma discrepância entre lugar social desses dois atores. Nessa forma específica de olhar e retratar alteridades, os representados – na maioria das vezes sujeitos marginalizados – possuem somente o lugar de silêncio diante daquilo que foi falado, ou não, pelo jornalista. Como bem aponta a autora,

Uma das questões centrais do ato de reportar consiste na revelação da existência de um fato social. Existência jornalística, esclareça-se. Mas para quem índios, sertanejos, moradores de favelas e outros grupos sociais ganham sentido? Para alguém que nunca esteve entre eles, que lerá o jornal, verá nas imagens e saberá que eles existem de tais e tais modos, pensam de tal jeito vivem de outro. O outro não é o receptor da reportagem e nem o repórter. O narrador jornalista descreve o mundo que não é seu, da mesma forma que os viajantes descreveram e inventaram um Brasil que não conheciam. É a descoberta da alteridade. (VIDAL SOUZA, 2010, p. 111).

A voz do repórter é soberana em uma reportagem e há uma inegável desigualdade entre quem é representado e quem representa, assimetria que pode ser reforçada na tradução da realidade histórica para enunciado textual. A própria Eliane Brum, por exemplo, demonstra seu incômodo em transformar a oralidade que marca sua relação com os sujeitos que aborda em palavra escrita, ato que considera perigosamente colonizador.

Possíveis abusos da função jornalística nem sempre são resultados de uma perversidade do profissional, embora, obviamente, alguns jornalistas se mostrem mais atentos a essas questões. Vidal Souza pondera que muitas vezes descrições estigmatizantes são desdobramentos involuntários de uma ação movida por boas intenções. O usufruto da liberdade que se tem para traduzir e representar alteridades, uma vez que o outro narrado provavelmente não terá acesso a esses textos, pode colaborar para descrições contaminadas de etnocentrismos, não só de classe, mas regionais, étnicos, raciais e de gênero. Esse pode ser, inclusive, o próprio limite da reportagem. A assimetria que inevitavelmente se estabelece entre aquele que reporta e aquele que é o sujeito (ou, por vezes, objeto) da representação do relato é constituinte, podemos perceber, das próprias premissas desse gênero jornalístico. Para Serelle (2018), a tarefa do repórter de narrar o outro é “tão necessária quanto impossível.” (SERELLE, 2018, p. 12). O risco estará sempre implicado nos processos de mediação.

Concluimos que o gênero da reportagem, em si, não necessariamente contribui para corroer as amarras da regulação e da objetivação moderna no campo jornalístico. A verticalidade das relações entre jornalistas e personagens nos parece, por exemplo, um problema difícil, senão impossível, de se superar. É importante destacar, ainda, que embora inclinações literárias permitam uma presença mais ou menos marcante da subjetividade do repórter e uma relativização de sua onipotência, até mesmo no pródigo Novo Jornalismo grande parte dos trabalhos foi traçada de forma a ocultar as marcas do autor, que se mantinha, conforme Wolfe, absolutamente invisível, tendência adotada por outras experiências que, em diferentes contextos, compartilham essa gramática. O apagamento da autoria pode acentuar, até mesmo, a assimetria estabelecida entre atores envolvidos na feitura da reportagem. Serelle (2009) destaca que, apesar de sua forte consciência narrativa, o enunciador do *New Journalism*, “buscava anular, no discurso, marcas de sua pessoa passional, o que permitia que o narrador atuasse como um centro de consciências, apresentando as cenas pela perspectiva das personagens.” (SERELLE, 2009, p. 36). Apesar da retomada da subjetividade nesse tipo de produção, e em outros tentames decorrentes, o posicionamento crítico e reflexivo (afinal, não estamos falando de qualquer tipo de posicionamento) do sujeito repórter não era explicitamente assumido em seus discursos.

Acreditamos que para fazer emergir uma objetividade perspectivada, comprometida com um conhecimento emancipatório, não basta à reportagem renunciar a simples informação e apresentar uma estrutura narrativa e literária, que “assume a relação de um acontecimento ou uma série de acontecimentos.” (GENETTE, 1995, p.23). A nosso ver, é preciso perscrutar relatos que coloquem em confronto a impossibilidade e a indispensabilidade do discurso sobre o outro. Para esse fazer jornalístico, é necessária uma prática que assuma sua parcialidade e suas conseqüentes fissuras, colocando-se explicitamente como um argumento, entre tantos, na batalha pela hegemonia discursiva. Com o intuito de desafiar a totalização e a universalização que se projetam o tempo todo no jornalismo, cotejamos experiências que optam por percorrer, criticamente, o caminho da crítica. A esse gesto, dá-se o nome de autorreflexividade.

2.2.3. *Narrativa, opacidade e autorreflexividade*

Eliane Brum, Nana Queiroz e Fabiana Moraes procuram, no próprio universo diegético de seus textos, reconhecer possíveis limitações de seus relatos através de autocríticas que costuram acontecimentos mediados, favorecendo engajamentos com o outro

representado sem restringi-lo em esboços simplificadores. Tentam, no processo da reportagem, como sugere Brum (2017), “abrir mão do controle total”, surpreender-se com o não planejado, de onde é possível vir o novo. Por meio de uma abertura de sentidos, conferem visibilidade a realidades ignotas recusando certas categorias classificatórias. Nossa hipótese é de que essas produções se desafiam diante de suas insuficiências. Elegemos, como objeto de estudo da dissertação, três reportagens que, através de posturas dialógicas, estimulam processos de tradução intercultural – ou seja, processos de reconhecimento mútuo que incorporam a impossibilidade de transparência total, impulsionando interconhecimentos e maximizando articulações (SOUSA SANTOS, 2007) – entre os atores envolvidos em suas elaborações, tornando possível a emergência da solidariedade necessária para o traçado de um jornalismo emancipatório.

As personagens desses relatos – as parteiras amapaenses, as mulheres encarceradas e Joicy, transexual do interior do Pernambuco –, longe de se encaixarem nos moldes do feminino heteronormativo, nos são apresentadas em textos reflexivos, a molde das propostas da teoria feminista, que, ao não ambicionarem encerrar as significações sobre esses corpos, evitam algumas armadilhas de abordagens categóricas, totalitárias, reguladoras e, muitas vezes, violentamente redutoras. O enfoque autocrítico dos trabalhos de Brum, Queiroz e Moraes faz transparecer, propositalmente, entraves e responsabilidades inerentes a esse tipo de discurso. Consequentemente, apresentam-se como falas posicionadas, subjetivas, entretanto não menos rigorosas com os desafios de abordar as realidades e os corpos múltiplos femininos que enfrentam. Ainda que reportagens dessa natureza não consigam eliminar, por completo, todos os lastros da herança positivista do jornalismo moderno – e muito menos retirar os repórteres de seu lugar privilegiado de mediador – elas podem se firmar, segundo Serelle (2018), como um importante instrumento de crítica às práticas jornalísticas, uma vez que buscam desvelar procedimentos e problematizar determinados preceitos do campo.

A existência de certa flexibilidade para abordar essas questões está ligada, conjecturamos, ao fato de tais reportagens serem veiculadas em livros⁶, um “suporte privilegiado”, para Beatriz Marocco (2011). A autora acredita que esse formato enseja uma melhor disposição de resultados de trabalhos investigativos extensos e amplia espaços para

⁶ Para Lima (2009), o livro-reportagem é um “veículo de comunicação impresso não-periódico que apresenta reportagens em grau de amplitude superior ao tratamento costumeiro nos meios de comunicação jornalística periódicos.” (LIMA, 2009, P.26). Conforme o autor, o livro-reportagem possibilita maior ênfase de tratamento no tema em questão, se comparado a outros meios.

investimentos mais expressivos em efeitos de “humanização”. Os “livros de repórteres”, como ela os chama, são capazes, ainda, de esboçar reflexões sobre produções jornalísticas sedimentadas às margens das teorias tradicionais do campo, tecendo ponderações críticas alternativas sobre sentidos, métodos de apuração e estilos de escrita, em defesa de uma espécie de “utopia” ou “dever” do jornalismo. Os livros de repórter podem operar não apenas na contestação dos modos de objetivação tradicionais buscando outras formas de relato, como podem realizar um exercício crítico sobre essas mesmas práticas por meio do “comentário”, um tipo de texto

[...]que se ocupa do jornalismo, para dele elaborar outros textos que oferecem o desvendamento de certos modos de fazer jornalismo, ou a crítica dos mesmos, em operações de produção de sentidos, em que o jornalista, naturalmente, fará um exercício de interpretação crítico daquilo que é considerado norma do jornalismo, quer seja em suas práticas, quer seja no âmbito acadêmico. (MAROCCO, 2011, p. 121).

O potencial crítico dos trabalhos apresentados por essa pesquisa surge, com destaque, na articulação entre as reportagens e os “comentários” sobre elas – prefácios, posfácios e outras formas de textos complementares – que refletem a escrita principal, orientando possíveis leituras. Trata-se de “paratextos”, conceito que Serelle traz para o jornalismo a partir de Gérard Genette. O crítico francês remete a “uma espécie de franja do texto impresso” (GENETTE, 2018, p.10), que se configura como estratégia de ação sobre o público, “a serviço, bem ou mal compreendido e acabado, de uma melhor acolhida do texto e de uma leitura mais pertinente” (GENETTE, 2018, p.10) para os propósitos de quem o escreve. O paratexto almeja apresentar aos leitores interpretações autorais e refletir sobre processos de escritura, estruturas linguísticas e prováveis limites que circundam produção. Obviamente, cada jornalista lança mão dessa estratégia discursiva a seu modo.

Eliane Brum discorre sobre êxitos e fracassos de *A floresta das parteiras* no texto *Reportagem por cesariana*, além de apresentar algumas questões sobre seu ofício no posfácio intitulado *Os limites da palavra*⁷. Moraes, por sua vez, rememora todos os passos de sua investigação na segunda parte de seu livro, *Aproximação e distanciamento*, principalmente no que diz respeito a sua relação conflituosa com Joicy. Na terceira parte, *O subjetivo como elemento político*, oferece uma reflexão sobre o próprio campo jornalístico, sobre as redes técnicas que o conformam e possíveis maneiras de confrontá-las. Já Queiroz, no prefácio de

⁷ A nova edição de *O olho da rua* (2017), livro originalmente publicado em 2008, apresenta uma revisão, no posfácio, sobre os confrontos de Eliane Brum com a reportagem. Diante da relevância desse texto para compreender a prática jornalística da repórter, decidimos adotar essa versão em nossa análise.

Presos que menstruam, pondera alguns aspectos da estrutura de sua narrativa. A repórter, mais explicitamente do que as outras colegas de profissão, torna-se personagem de sua própria história, narrando-se na reportagem principal, estratégia oportuna para problematizar suas relações com as personagens, para apresentar seus métodos de trabalho e para evidenciar dilemas presentes no processo de apuração.

O encontro entre texto e paratexto permite que as reportagens analisadas denunciem a insuficiência das mediações estimuladas em seus processos de constituição, opacidade que, dificilmente, um jornalismo influenciado pelas premissas do positivismo arriscaria assumir. Nesse sentido, discordamos de Lima quando afirma que o livro-reportagem apenas maximiza “recursos operativos inerentes à prática jornalística” (LIMA, 2009, p.62), apoiando-se no jornalismo cotidiano e ampliando-o. A nosso ver, parte dessas experiências não está a serviço da legitimação e do revigoramento de uma prática vigente bastante redutora – conforme debatido nessa pesquisa – mas intentam proliferar dispositivos críticos que propõem, ao jornalismo, outros percursos que não o hegemônico.

As reportagens analisadas, compostas pela articulação entre textos primários e secundários, são marcadas, como já sugerido, pela automeiação do sujeito que fala – no caso, as jornalistas – e pelos desdobramentos de suas ações nas realidades que buscam edificar. A presença de narradoras homodieéticas que, conforme Luiz Gonzaga Motta (2008), constroem suas histórias perspectivadamente – para retomarmos a expressão da teoria feminista – é, portanto, uma das características mais relevantes dos trabalhos que exploramos na pesquisa. Reiteramos, mais uma vez, que esses textos vão contra os enunciados jornalísticos tradicionais, nos quais os repórteres procuram apagar sua presença nos relatos, transformando-se, segundo Motta, em mediadores discretos, idealisticamente invisíveis. Não é essa a postura que Brum, Queiroz e Moraes procuram adotar. A explicitação do ato de narrar, nos textos primários – utilizando-se ou não da primeira pessoa – e, principalmente, nos paratextos – aí sim, com um discurso mais claramente marcado pelo “eu” – oportuniza não somente uma retórica acerca da tarefa do repórter (SERELLE, 2018) como, ainda, estimula cogitações, por parte das jornalistas, sobre o próprio gênero da reportagem.

Os relatos jornalísticos fundeados na autonarração, nos quais “a perspectiva do sujeito não apenas molda a matéria narrada, mas a própria experiência do narrador torna-se parte do fato a ser comunicado” (SERELLE, 2009, p. 39), evocam o efeito de verdade provocado pelo testemunho, ansiando revelar elementos da realidade pouco notados pela percepção objetiva e “reivindicando, de modo engajado, a intervenção na realidade imediata.” (SERELLE, 2009, p.

43). Quando falamos de testemunho, estamos lidando com um tipo de relato que nos oferta a “sobra” da experiência, impossível de ser apreendida em sua totalidade. É justamente esse fragmento que nos permite forjar aproximações. Conforme Ana Peres (2017), o testemunho atua como uma “ponte para a alteridade”, capaz de recuperar a tornar transmissível a experiência vivida e parcialmente perdida.

A recuperação do “eu repórter” em narrativas jornalísticas contemporâneas se desenvolve, principalmente, a partir da *guinada subjetiva* da década de 1970. Segundo Beatriz Sarlo, citada por Serelle, os relatos produzidos nesse contexto, até então excluídos dos discursos majoritários, eram ligados a casos limite, como as grandes guerras ou, no caso da América Latina, as ditaduras que assolaram o subcontinente no século XX. No Brasil, por exemplo, eclodiram fortes clamores por testemunho findo o regime militar (1964-1985). Segundo Bulhões, o trauma despertou anseios por compreensão de nossos fracassos sociais, políticos e institucionais. Essas narrativas, portanto, colocaram em “primeiro plano argumentos morais apoiados no respeito ao sujeito que suportou os fatos sobre os quais fala.” (SERELLE, 2009, p. 39). Porém, as reportagens em foco se valem desse recurso de uma forma peculiar.

Conforme Peres, a testemunha é compreendida, tradicionalmente, como o sujeito que se coloca entre duas partes para julgá-las (*testis*) ou como o sobrevivente que viveu uma experiência radical e que tenta narrar esse acontecimento (*supertes*). A autora, ao tomar emprestado proposições de Jeanne Marie Gagnebin, sugere uma terceira acepção, bastante adequada para nosso propósito investigativo:

A testemunha não é somente aquele que vivenciou ou que viu com seus próprios olhos; testemunha é também “aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento a história do outro”. (PERES, 2017, p. 22).

A ideia da testemunha como aquela que escuta é instigante para pensarmos a figura do repórter. Brum, Queiroz e Moraes narram suas personagens por meio da experiência do encontro, tornando-se, de certa forma, testemunhas não da experiência em si, mas do ato – encenado pelo outro – de relatá-las. Elas são incluídas no desafio de narrar como parte do problema instituído pelas lacunas da experiência. As *narradoras-jornalistas-testemunhas*, como denomina Peres, não conseguem, portanto, oferecer respostas prontas nem explicar, plenamente, os fatos que a elas se apresentam. Assim, deixam espaço para que o leitor se relacione com aquilo que é narrado a partir de seu próprio arsenal simbólico. Como Peres

pontua, o jornalismo de contornos testemunhais não depende de uma escrita na primeira pessoa do singular. O que define a posicionalidade das autoras é o efeito de presença que é construído discursivamente. Para Peres, é a performatividade da presença que garante ao texto o estabelecimento de relações de proximidade, seja entre repórteres, personagens ou leitores. A explicitação tímida ou imponente desse “eu que escuta”, que não se pretende onisciente e cuja visão é limitada, mas não menos relevante, nos parece, portanto, um elemento medular nas reportagens com as quais iremos dialogar.

As jornalistas, ao lançarem mão da subjetividade como artefato discursivo e ao se posicionarem criticamente diante de pequenas tragédias cotidianas – a vida árdua das parteiras da Amazônia; a crueldade e o machismo do sistema carcerário; e a marginalidade estrutural que subjuga uma mulher pobre e trans – se tornam capazes de “validar o fato testemunhando na potência do seu relato entendendo que há sempre uma “incapacidade” ou uma “insuficiência” desse relato.” (PERES, 2017, p. 68). Entendemos que a apresentação desse “eu que ouve o Outro” faz transparecer, por meio das camadas de mediação assumidas, as fendas simbólicas das reportagens e, conseqüentemente, a perspectiva crítica desses relatos.

Para Fernando Resende (2009), o processo dialógico que se estabelece em narrativas como essas é capaz de gerar textos vivos, aberto a significações, uma vez que não são produzidos a partir do olhar de um “jornalista-deus”. Por ser impreciso e lacunar, o testemunho se apresenta como um texto ruidoso, sujeito a intervenções e interpretações, na contracorrente de uma prática profissional pautada, preferencialmente, para o fechamento e para a dominação total do sentido do discurso. Fabiana Moraes acredita que esse é um “caminho para minar clichês e lugares-comuns que tantas vezes só engessam nosso olhar sobre o mundo.” (MORAES, 2015, p. 159). Esses trabalhos podem atuar, pois, na construção de um *conhecimento narrativo*.

A narrativa, na concepção de Ricardo Piglia (2015), não almeja dizer de maneira direta qual é seu sentido. Fundada a partir do próprio testemunho, experiências e subjetividades, ela está sempre aberta, sem encerrar sua significação, arquitetando modos de transmissão de uma verdade que é sempre enigmática. A narrativa rompe com a dicotomia entre o certo e o incerto da tradição filosófica de conhecimento, conceitual e categórica, fazendo circular, por meio de relatos, saberes outros, múltiplos, que, mesmo se contrapondo, não necessariamente se eliminam. Afinal, segundo o autor, uma história será sempre contestada por outra história, em um contínuo e interminável palimpsesto discursivo. A questão da narração, para Piglia, é da ordem da experiência, tanto de quem narra, quanto de quem escuta. O relato, ao não dar por

feito seu sentido, permite que ele seja reconstruído pela imaginação de quem o recebe, corroborando, a nosso ver, com os preceitos de uma construção emancipatória e dialógica de conhecimento. No caso específico da reportagem, a narração seria capaz de estimular o engajamento e o posicionamento crítico de leitores diante de realidades muitas vezes marginalizadas, autenticando o papel social atribuído ao gênero. A partir das brechas do relato, o leitor pode se inserir, ainda que minimamente, nos espaços vazios do discurso, tomando a experiência para si e vinculando-se, emocionalmente, com ela.

Porém, a narrativa, nessa acepção, não consegue se desenvolver plenamente no campo jornalístico. Walter Benjamin (1994), assim como Piglia, aponta que a informação – ideia a partir da qual se fundam a imprensa burguesa e as noções do jornalismo moderno – torna-se incompatível com o espírito da narrativa ao postular uma plausibilidade absoluta e uma verificabilidade imediata. Ela precisa ser compreensível, para Benjamin, “em si e para si”. A informação seria “um produto do capitalismo plenamente desenvolvido, cuja característica distintiva é ‘reivindicar a imediata comprobabilidade’.” (SCHUDSON, 2010, p. 108). Os fatos, acompanhados de explicações, deixam pouco espaço para que o leitor interprete, autonomamente, o texto. Benjamin acredita que a arte da narrativa almeja evitar explicações prontas, o que lhe permite uma amplitude simbólica que não existiria na informação. Também para Piglia, o excesso de informação impede que o relato possa ser incorporado, na recepção, à experiência do ouvinte. A reportagem, de uma forma ou de outra, ainda tem que cumprir sua promessa de desvendar, organizar e explicar o cotidiano. Afinal, nos lembra Roger Silverstone (2002a), a celebração do paradoxo cotidiano é um luxo de elites. O dia a dia é difícil para a maior parte das pessoas e elas dependem desse ordenamento para organizar, cognitivamente, suas próprias vidas.

Rosen nos atenta para o paradoxo entre informação e narração ao nos lembrar que “ser objetivo não é de todo uma característica de um qualificado contador de histórias. Contudo os jornalistas irão reclamar simultaneamente esses dois aspectos para o seu trabalho.” (ROSEN, 2000, p. 146). Sugerimos, portanto, que bastardia da reportagem parece não residir somente no amálgama entre literatura e jornalismo, mas, e talvez principalmente, no entrelaçamento entre sua natureza informativa e suas potencialidades narrativas, no sentido proposto por Benjamin e Piglia. Entre manter seu papel social de criar inteligibilidade a partir do caos cotidiano e evitar determinações demasiadamente redutoras típicas do jornalismo dominante, as reportagens que investigamos caminham em corda bamba nessa equação irresolúvel, procurando equilíbrio no alinhamento de uma postura crítica, presente, central.

Inspirada por uma objetividade perspectivada, a *reportagem narrativa autorreflexiva* parece reafirmar a importância de experiências desperdiçadas e de grupos invisibilizados em prol de um projeto de jornalismo de cercanias democráticas, pluralistas e solidárias. Ponderaremos, agora, o papel dessas iniciativas na luta por humanização e reconhecimento de corpos comumente subalternizados tanto pela mídia, como pelo imaginário social.

3. JORNALISMO E HUMANIZAÇÃO: DOS GÊNEROS PRECÁRIOS AOS GÊNEROS POSSÍVEIS

Os esquemas de representação midiática vigentes, partidários da racionalidade indolente e do cientificismo moderno, dependem da produção e da reprodução de estereótipos para garantir autoridade social. O jornalismo tradicional, em particular, lança mão dessa estratégia discursiva para potencializar a proliferação de suas falas, estimulando, assim, a categorização de determinados sujeitos e grupos. Autores como Stuart Hall (2016), Richard Dyer (1999) e Flávia Biroli (2017) revelam que esses mecanismos reguladores de inteligibilidade estão fortemente implicados em contextos de desigualdade de poder e são responsáveis, em parte, pela determinação e reforço de hierarquias sociais. Tendo em vista que a esfera produtiva da mídia é comandada, majoritariamente, por sujeitos codificados como homens, brancos, cisgêneros, heterossexuais, provenientes de classes mais abonadas, que investem na universalização e na descontextualização de seus pensamentos e valores, podemos afirmar que sujeitos que se identificam (multiplamente) como mulheres são amiúde estereotipados e constrangidos pelos discursos da mídia dominante.

Percepções de “feminino” e “masculino” permanecem representadas a partir de critérios convencionais e binários de gênero, como nos mostram Flávia Biroli e Luís Felipe Miguel (2011), Dulcília Buitoni (2009), Candice Vidal Souza (2010) e Beatriz Marocco e Márcia Veiga (2017). Na esfera jornalística, mulheres ocupam, recorrentemente, o lugar de *objeto de que se fala*. Mesmo com a crescente inserção de mulheres na profissão nos últimos anos – e de um grupo restrito de mulheres, cabe destacar –, a estrutura da instituição ainda é bastante heterossexista, o que pode intervir, em alguma medida, em suas ações.

Isso nos leva a contestar alguns trabalhos que, ao versar sobre problemáticas semelhantes, apostam em uma escrita especificamente feminina, identitariamente elaborada e compartilhada, como contraponto à prática jornalística dominante. Apesar de reconhecermos a importância da representatividade, não acreditamos que esse seria um gesto, por si só, suficientemente radical para tensionar valores e rotinas produtivas do jornalismo regulador. Afinal, mulheres também podem reproduzir posicionamentos supressivos. A objetividade perspectivada que alvitramos como conceito alternativo para uma prática com tendências emancipatórias depende muito mais de uma postura reflexiva, que admite parcialidades e incompletudes, do que de um agente produtor dotado de uma identidade fechada, plenamente inteligível, que garanta à sua portadora competências singulares de linguagem. Com Judith

Butler (2016a), Teresa De Lauretis (1987), Nancy Fraser (2006, 2007) e Vladimir Safatle (2015b), lembramos que a categoria “mulher”, ponto de referência para a política e para a teoria feminista comprometidas com uma luta culturalista por reconhecimento, pode se tornar um empecilho para o enfrentamento às estruturas normativas que tanto a constituem, como a oprimem. Ainda, sabemos que essa categoria pode deixar de contemplar outros agrupamentos de mulheres, atravessados por subordinações regionais, sexuais, de raça e de classe. Ela nos parece insuficiente tanto para pensar o vigor dos discursos das jornalistas que estudamos, como a complexidade (des)identitária das personagens de suas reportagens.

Elegemos, portanto, a teoria feminista *queer* como perspectiva crítica para problematizar a participação de textos narrativos e autorreflexivos no embate por formas mais humanizadoras de relato. Essa abordagem, articulada por autores como Butler e Paul B. Preciado (2011, 2017, 2018) nos possibilita contestar noções clássicas e predicativas de sujeito e identidade, de cunho liberal, restritivas e tendencialmente abusivas, assim como questionar formas de produção do conhecimento hegemônico heterossexista que o jornalismo tradicional ajuda a tramar. Acreditamos que esse enfoque pode nos auxiliar a entender como as reportagens de Brum, Queiroz e Moraes pretendem desestabilizar a gramática que elegem para relatar suas personagens, no caso, o gênero da reportagem, sem totalizar e demarcar a diversidade de sujeitos que miram apreender. Não obstante, supomos que a teoria *queer* nos ampare na compreensão da instabilidade identitária desses sujeitos – das parteiras, das detentas e de transexuais – que podem, também, tensionar a normatividade da linguagem, estimulando, por meio de sua complexidade, a busca por escritas menos restritivas e categóricas. Em suma, buscamos refletir sobre a potência política dos corpos “anormais” que denunciam a artificialidade de todos os processos, sejam eles midiáticos ou não, de constituição do humano, que desafiam os limites do reconhecimento e que nos estimulam a perseguir narrativas não apenas inclusivas, mas propositalmente transformadoras.

3.1. Sobre os modos de fixação: cristalizações do jornalismo dominante

Essa mulher branca e feliz, cuja imagem nos é esfregada o tempo todo na cara, essa mulher com a qual deveríamos nos esforçar para parecer – tirando o fato de que elas devem ficar de saco cheio com qualquer coisa –, devo dizer que jamais a conheci, em lugar algum. Acredito até que ela nem mesmo exista.

Virginie Despentes, *Teoria King Kong*.

3.1.1. A produção de estereótipos no discurso midiático

A mídia dominante, lapidada pela racionalidade indolente do cientificismo moderno, almeja oferecer, como ressaltamos em discussões anteriores, representações de mundo simplificadas e categóricas, eliminando o caos e a complexidade inerentes ao cotidiano e visando, dessa forma, a regulação e o controle social. Os meios de comunicação, a nosso ver, reiteram uma ordem desigual e monolítica, reproduzindo informações e visões homogêneas que confirmam perspectivas e posicionamentos dominantes. Por isso, eles podem ser vistos, segundo Flávia Biroli (2017) como propagadores privilegiados de estereótipos.

O jornalismo tradicional, cujas premissas foram esquadrihadas no último capítulo, depende desse recurso para engendrar seus discursos. O trabalho do repórter é facilitado pelo acionamento de um conjunto cingido de padrões narrativos solidificados, elaborados a partir de certas convenções. A circulação de modelos discursivos repetitivos constitui uma estratégia que permite mobilizar, com maior agilidade, percepções sobre acontecimentos que emergem na vida cotidiana.

Para Biroli, existe uma espécie de “memória compartilhada” entre os profissionais do campo, edificada a partir da ética caudatária à objetividade jornalística, de uma metodologia positivista homogeneizante e de uma posição social específica desses atores, assim como dos destinatários de suas falas. Essa memória comum, geralmente registrada nos manuais de redação, os leva a enfatizar determinados aspectos do comportamento humano ao invés de outros, a estimular conexões previsíveis entre acontecimentos distintos, e também a sugerir ângulos e enquadramentos standardizados para os eventos que pretendem apreender. Tal prática auxilia não apenas o trabalho dos jornalistas, como a recepção do conteúdo por parte dos diferentes segmentos da audiência, “na medida em que orienta a leitura por meio de padrões que, cumulativa e rotineiramente, constituem as representações do mundo social nas quais suas novas leituras de novos discursos estarão ancoradas.” (BIROLI, 2017, p. 141). A inteligibilidade do discurso jornalístico moderno está amarrada, portanto, aos processos de estereotipagem que permitem potencializar sua circulação e sua penetração em diferentes camadas sociais. Sendo assim, precisamos compreender essa estratégia medular do jornalismo hegemônico, e da representação midiática de forma geral, e seus possíveis desdobramentos.

Podemos nos referir aos estereótipos como atalhos cognitivos empenhados na representação e na categorização de pessoas. São ordenamentos simbólicos historicamente

situados que participam ativamente de exercícios de poder. Primeiramente, é importante entendê-los como dispositivos necessários que, como nota Richard Dyer (1999), facilitam a assimilação de informações e permitem certa previsibilidade diante do desconhecido. Através desses recursos, a sociedade se torna capaz de produzir sentidos sobre ela mesma. Não nos referimos a ordenamento falsos, mesmo que limitados. Os estereótipos são “padrões que correspondem às expectativas normativas sobre os comportamentos dos atores numa dada sociedade, e, nesse sentido, remetem diretamente aos papéis socialmente definidos.” (BIROLI, 2017, p. 122). Eles incorporam poucas características simples e amplamente reconhecidas sobre uma pessoa, para depois exagerá-las e generalizá-las. A estereotipagem, em suma, almeja essencializar e fixar a diferença para melhor apreendê-la.

Obviamente, essa padronização não é neutra apesar de, não raramente, se afirmar como tal. E aí reside nosso principal problema. Assim como Dyer, Stuart Hall (2016) adverte que a estereotipagem ocorre, com frequência, em contextos de significativas desigualdades de poder que atingem grupos subordinados ou excluídos, acuados por padrões etnocêntricos de normas de comportamento. “Não estamos lidando com uma coexistência pacífica, mas sim com uma hierarquia violenta.” (HALL, 2016, p. 192). Essa violência, entretanto, precisa ser incorporada e justificada no imaginário social e no senso comum para ser coletivamente aceita.

A arquitetura de determinada ordem depende de uma crença mais ou menos consensual em sua totalidade e certeza, assim como da negação de suas limitações e parcialidades. A estereotipagem da realidade social, principalmente voltada para a classificação de grupos e indivíduos, precisa evitar e conter críticas aos seus arranjos para sustentar as hierarquias que implementa. “A mídia não apenas difunde os estereótipos, como colabora para sua naturalização, confirmando cotidianamente determinadas visões de mundo em detrimento de outras.” (BIROLI, 2017, p. 120). Para ser eficaz, o estereótipo deve, segundo Dyer, expressar uma concordância universal sobre um grupo social, como se essa concordância precedesse a própria existência do grupo, além de manter, bem definidas, as fronteiras entre comportamentos permitidos e condenáveis.

A estereotipagem, em outras palavras, é parte da manutenção da ordem social e simbólica. Ela estabelece uma fronteira simbólica entre o normal e o perverso, o normal e o patológico, o aceitável e o inaceitável, o pertencente e o que não pertence ou é o Outro, entre pessoas de dentro e forasteiros, entre nós e eles. (HALL, 2016, p. 191).

Para Dyer, os estereótipos atuam, precisamente, nos limites que separam um conjunto social de outro, determinando aquele que pode ser socialmente aceito e aquele que deve ser coletivamente condenado. Cria demarcações rígidas entre categorias sociais que são, na verdade fluídas e instáveis. Como o próprio autor ilustra, somos levados a encarar a heterossexualidade e a homossexualidade, por exemplo, como categorias diametralmente distintas, enquanto, de fato, trata-se de experiências experimentáveis, por todos nós, de uma forma muito mais aberta e imprecisa. Mas a linha entre a sexualidade “normal” e “patológica” é traçada, midiaticamente, por uma voz fina, pela quebrada do punho, pelo colorido de roupas ou pelo contrabando de feminilidade. *Habemus* uma bicha.

O papel dos estereótipos é, conforme Dyer, tornar certa a incerteza de determinados corpos, é evitar possíveis ameaças que eles podem representar. É “tornar visível o invisível, de modo que não haja perigo de que ele apareça e surpresa; e tornar bem delimitado o que, na realidade, é fluido e muito mais próximo da norma do que o sistema de valores dominante se importa em admitir.” (DYER, 1999, p. 5. Tradução nossa)⁸.

Por meio da constituição de estereótipos, as identidades de determinados sujeitos e grupos passam a ser encaradas como dados objetivos, concretos e bem delimitados por certas características pretensamente recorrentes, dando pouco espaço para quaisquer problematizações acerca de seus processos de conformação. Esquemas normativos perpetuados e fomentados pela mídia e, especificamente, pela prática jornalística hegemônica buscam interpelar e abalizar indivíduos, suas experiências, comportamentos e subjetividades. A identidade cultural, local e objeto de lutas políticas, torna-se, logo, uma das principais áreas em que a hegemonia simbólica é exercida, podendo estremar ou até mesmo inibir a manifestação de possibilidades de ser, pensar e agir no mundo.

Na contramão da perspectiva reguladora da racionalidade indolente, que encara indivíduos como entidades transparentes, capazes de transmitir significados homogêneos ao campo total de conduta, Chantal Mouffe (2001) aponta para a impossibilidade da unificação do caráter do sujeito, criticando, assim, a rigidez identitária imposta pelo pensamento liberal, e, conseqüentemente, o mascaramento de suas exclusões. A autora propõe uma concepção que negue abordagens essencialistas das relações sociais, reconhecendo o caráter contingente e impreciso de toda identidade e a impossibilidade de uma fixação em uma literalidade última.

⁸ The role of stereotypes is to make visible the invisible, so that there is no danger of it creeping up on us unawares; and to make fast, firm and separate what is in reality fluid and much closer to the norm than the dominant value system cares to admit.

Mouffe sugere, então, que identidades são fundadas a partir da relação com o outro, que funciona como agente exterior – um “exterior constitutivo”, conforme o termo proposto por Jacques Derrida, citado pela autora. A chave para se compreender a formação de identidades está na alteridade e no dinâmico processo relacional entre diferentes sujeitos, formando uma pluralidade incompatível com o objetivismo e o essencialismo dominante nas ciências sociais e na visada liberal. Para Mouffe, o processo de constituição de identidades ocorre por meio de dois movimentos opostos, porém complementares: de um lado, há uma descentralização que evita fixações de um conjunto de posições em torno de um ponto pré-constituído; e de outro, resultado dessa não fixação essencial, a instituição de *pontos nodais*, fixações parciais que limitam o fluxo do significante sobre o significado. A dialética da não fixação/ fixação é possível somente porque a fixação não é pré-dada, já que nenhum centro de subjetividade é imanente às identificações do sujeito. Afirma-se, portanto, o caráter provisório e politicamente negociável de toda identidade, que se conformará sempre diante de um “movimento permanente de mestiçagem”. Importante destacar que nem a absoluta fixação nem a absoluta não fixação são possíveis; o fluxo de diferenças seria impraticável. Mouffe nos previne que, para haver a possibilidade de subversão de sentido, deve haver algum sentido. A sociedade se constitui, precisamente, no esforço em delimitar significações coletivas, que estarão sempre em transformação. Diferentes discursos emergem, então, na tentativa de dominar o campo da discursividade e de deter os fluxos das diferenças. Só que alguns deles possuem mais estímulos para vencer essa batalha.

Hall, que também pondera sobre a impossibilidade de retenção absoluta de significados flutuantes, afirma que a tentativa de fixação, ou de estabelecimento de pontos nodais, se adotarmos o termo utilizado por Mouffe, é trabalho de uma prática representacional que interpela vários significados potenciais e tenta privilegiar apenas alguns deles. Ele afirma que a instituição da normalidade através de estereótipos é uma estratégia de grupos dominantes que tentam moldar a sociedade de acordo com suas próprias visões de mundo, sistema de valores, sensibilidades e ideologias, cultivando um repertório simbólico – ou um *regime de representação* – por meio do qual a diferença é estipulada.

A nosso ver, a questão fulcral sempre se volta para a compreensão de quem são os atores e grupos que propõem regimes de representação e estereótipos que norteiam concepções de mundo aceitáveis. Como apontam Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2011) e Candice Vidal Souza (2010), esses grupos são formados, em sua maioria, por homens brancos, cisgênero, heterossexuais, pertencentes a classes sociais mais abastadas. Como alerta

Dyer, a partir das proposições de Berger e Luckmann, “*he who has the bigger stick has the better chance of imposing his definitions of reality.*” (BERGER e LUCKMANN apud DYER, 1999, p.2)⁹. Esse conjunto social, que se forja a partir da crença em sua própria universalidade, coloca, literalmente, o pau na mesa. Não apenas almeja ser representado fora de padrões da estereotipagem, como costuma definir os moldes que cravam em esquemas representativos outros grupos sociais, uma vez que governam, majoritariamente, as esferas produtivas desses discursos.

3.1.2. . *Femininos fixados ou “sexo frágil, isso sempre foi uma grande piada”¹⁰*

De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2011), os estudos feministas têm denunciado, principalmente nas últimas duas décadas, que concepções dominantes na ciência, em suas diferentes ramificações, estão fortemente amarradas a princípios e valores ocidentais e vinculadas à noção de masculinidade, como o individualismo, a concorrência e a agressividade, confundidos com posicionamentos tidos como neutros e universais. A força dessa ordem masculina, segundo Pierre Bourdieu (2017), depende exatamente desse embaralhamento e de uma conseqüente dispensa por justificação. Assim, “a visão androcêntrica impõem-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la.” (BOURDIEU, 2017, p. 23). Estamos falando de uma ordem que pretende ser pré-discursiva, despersonificada, descontextualizada, não posicionada e que, por essas características, não precisaria ser, em tese, problematizada.

O paradigma sexista da ciência, baseado “na falsa universalidade das generalizações transcendentais” (SOUSA SANTOS, 2011, p. 88), inspirou, sem dúvidas, a constituição do campo jornalístico, cujas práticas, lembremos, foram norteadas pelos demais alicerces do positivismo e pela negligência da racionalidade moderna. Segundo Bandeira (2008), a racionalidade que se espraia no jornalismo carrega marcas cognitivas, éticas e políticas de seus criadores, delineados pelo gênero masculino e por suas condições raciais e classistas privilegiadas. O feminino, por sua vez, foi sempre vinculado àquilo que o conhecimento racional consegue dominar. Para Sardenberg (2007), o androcentrismo que envolve o

⁹ Na frase, o termo *stick* pode ser traduzido tanto como “bastão”, ou uma espécie de arma, quanto no sentido fálico de “pau”. Tomando emprestada a ambigüidade da frase, reforçamos, conforme nosso entendimento, que “quem tem o *pau* maior (bélica e sexualmente falando) tem mais chance de impor suas definições de realidade”. Afinal, em uma sociedade heterossexista não há arma mais legitimadora que o pênis.

¹⁰ Virginie Despentes em Teoria King Kong. Ver referências.

processo de produção científica, além de produzir saberes pouco úteis para as mulheres e outros grupos marginalizados, atua na consolidação de hierarquias e desigualdades sociais.

Biroli e Miguel (2014) acreditam que o jornalismo também desenvolveu vívidas associações com preceitos convencionados como masculinos. A perspectiva epistemológica que tem guiado a produção carrega, para eles, marcas de gênero profundas. Beatriz Marocco e Marcia Veiga da Silva (2017) salientam que os atributos supostamente masculinos estão relacionados, no interior do campo, a espaços de poder e prestígio, delegando ao feminino lugares de menor importância. Não por acaso, as mulheres têm ocupado, no jornalismo, o lugar do *objeto de que se fala*. Sua presença embrionária, tanto na produção como na representação midiática, restringiu perspectivas *de* mulheres (e não *sobre* mulheres) que poderiam, segundo Biroli e Miguel, confrontar o discurso coroado como “universal” pelos meios de comunicação. Ainda que, para nós, um maior número de mulheres nas redações não represente uma estratégia de enfrentamento radical do androcentrismo do campo, como iremos problematizar adiante, é importante refletir sobre a subordinação que as marca em uma sociedade e em uma cultura profissional estruturadas pela dominação masculina.

Curiosamente, a representatividade de mulheres no mercado de trabalho tem se expandido nos últimos anos, sobretudo nas profissões intelectuais e nas diferentes formas de venda de serviços simbólicos, como é o caso do jornalismo. Porém, não podemos ignorar que essa expansão é cercada por diversos obstáculos. Bourdieu, em um de seus últimos trabalhos publicados no Brasil, afirma que mesmo que mulheres consigam conquistar determinados espaços e meios de produção os trabalhos atribuídos a elas serão frequentemente percebidos como menos qualificados, ao passo que toda profissão será mais prestigiada se exercida por homens, seja qual for sua natureza. Expectativas reservadas a certos cargos, especialmente de autoridade, incluem diversas aptidões que, para Bourdieu, são sexualmente conotadas e concebidas a partir de aspectos associados à masculinidade, como virilidade, agressividade, segurança e imposição, para mencionar alguns. Uma mulher, para ocupar um lugar de poder, deveria não somente possuir as exigências profissionais para o cargo, como uma série de características que estiveram, em grande parte, ausentes de seu processo de socialização, enquanto “homens foram preparados e treinados tacitamente enquanto homens.” (BOURDIEU, 2017, p. 92). O autor conclui que as normas que avaliam a competência profissional de mulheres nada têm de universais.

Certos constrangimentos reservados às mulheres que conseguem se inserir no mundo do trabalho, especificamente no campo jornalístico, não são resultados somente de decisões

pensadas conscientemente pelos demais profissionais. Como já sugerimos, a manutenção de sua baixa presença em posições estratégicas se liga às rotinas produtivas da mídia, à naturalização das hierarquias e ao não enfrentamento de situações de acesso desigual à voz. Elas são condicionadas, de acordo com Biroli, a percursos onerosos, muito mais rígidos do que aqueles direcionados aos seus competidores. O relatório *Mulheres no Jornalismo Brasileiro*, divulgado em 2017 pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, ilustra bem essa situação, revelando, por exemplo, que 64% das jornalistas alegam que seus colegas homens exercem mais funções de poder nas redações. A discriminação de gênero está bastante presente no ambiente profissional, vitimando cerca de 86,4% das profissionais, sendo que 83,6% já relataram ter sofrido algum tipo de agressão psicológica. É razoável afirmar que o fato de um jornalista ser homem ou mulher determina trajetórias e influencia oportunidades na profissão.

Não obstante, Vidal Souza destaca que na produção de reportagens, esfera privilegiada em nossa pesquisa, os repórteres itinerantes que se arriscam pelo mundo cumprindo o imaginário social do “jornalista herói” ainda são, em sua maioria, homens. Segundo a autora, poucas mulheres conseguiram se consagrar nessa vertente do jornalismo, apesar da crescente presença feminina nas redações, como já destacamos. Sem dúvidas, há um apagamento do trabalho realizado por repórteres mulheres, o que nos faz crer, conforme Vidal Souza, em sua quase total ausência no ofício¹¹. A elas são reservadas tarefas mais sedentárias e atividades com pouca mobilidade no espaço urbano. Embora existam profissionais que conseguem conturbar esses entraves – como as repórteres que abordamos neste trabalho – ainda há nichos prestigiados entre jornalistas que são reservados quase que exclusivamente aos homens.

Se levarmos em consideração, assim como Marcia Veiga da Silva (2014), que assuntos ligados a trajetórias pessoais e materiais dos jornalistas tem maior probabilidade de se tornarem matéria, podemos supor que a homogeneização dos sujeitos responsáveis pela produção desses discursos resulta em produtos midiáticos também assemelhados. Em sua pesquisa, a autora pontuou, ilustrativamente, que pautas relacionadas a sexualidades desviantes, fora das práticas estabelecidas como “normais”, eram frequentemente sufocadas diante do estranhamento dos jornalistas. “Os profissionais acabavam fazendo escolhas por se

¹¹ Nos últimos anos, percebe-se que uma geração de jornalistas mulheres tem se empenhado na produção de um jornalismo de cunho narrativo. Nos parece que, hoje, há uma emergência de um grupo mais coeso nessa vertente, com marcante projeção no cenário nacional. Supomos que esse recente movimento, encarnado por profissionais como Eliane Brum, Nana Queiroz e Fabiana Moraes, além de outras como Daniela Arbex e Adriana Mabilia, pode ser sintoma de uma maior abertura e flexibilidade no campo jornalístico, fenômeno a ser, ainda, investigado.

identificarem com algo que lhes faça sentido, e esse sentido, no processo criativo das notícias, se revela como um fio condutor.” (VEIGA DA SILVA, 2014, p. 233). Diante do cenário profissional atual, é esperado, portanto, que a oposição entre masculino e feminino continue a ser representada a partir de concepções convencionais, binárias e desiguais de gênero. O feminino socialmente legitimado é cristalizado através de estereótipos hierarquicamente situados, trazendo marcas da subalternidade, do inferior, do frágil, do irracional, aparecendo como o outro – domesticado – de um universal que é masculino.

O regime de representação masculinista e universalista do jornalismo tradicional tem reforçado o pertencimento da mulher à esfera privada e ao ambiente doméstico, enfocando, também, questões relativas à aparência física e à estética. Esse retraimento temático foi fortalecido, principalmente, por meio do surgimento de revistas e jornais especificamente femininos. Cabe dizer, criados por homens. De acordo com Dulcília Buitoni (2009), a imprensa feminina tinha o objetivo de delinear seu público-alvo para uma economia do consumo, ou seja, mirava constituir um mercado consumidor de mulheres brancas e com certo poder aquisitivo, funcionando como agente de uniformização.

O primeiro periódico feminino foi o *Lady's Mercury*, publicado na Grã-Bretanha em 1693, com uma abordagem voltada, principalmente, para conversas sobre relacionamentos. Na França, o pioneiro foi o *Courrier de la Nouveauté, Feuille Hebdomadaire à l'Usage des Dames* (Correio da Novidade, Folha Semanal para Uso de Damas), de 1758. Lá, priorizavam-se assuntos como economia doméstica e medicina caseira. Nos Estados Unidos, a inaugural *American Magazine* seguiu rumos semelhantes. A imprensa feminina no Brasil, por sua vez, surgiu mais tarde, somente no século XIX, como sintoma das transformações sociais que ocorriam à época. A chegada da corte portuguesa em 1808 não apenas possibilitou o surgimento de jornais e revistas, até então proibidos no território colonial, como impulsionou a participação da mulher na vida social e estimulou o mercado da moda, que assumiu grande importância entre classes argentárias. O carioca *O Espelho Diamantino* foi lançado em 1827 com o subtítulo “periódico de política, literatura, belas-artes, teatro e modas, dedicado às senhoras brasileiras”.

Versando sobre temas como literatura, moda, beleza, culinária, decoração, comportamento, celebridades e as chamadas artes domésticas, o jornalismo feminino, brasileiro e ocidental, foi talhado com um caráter secundário. Caracterizou-se, e assim tem permanecido, pelo foco no entretenimento e no diversional, conferindo mais espaço a textos opinativos e de serviço, flertando pouco com o jornalismo informativo, articulado à esfera

política. Reproduzia-se, de certa forma, a dicotomia entre masculino e público/ feminino e privado. Segundo Rosa Cabecinhas (2016), alguns editores chegaram a contratar mulheres para escrever notícias mais leves, com um “ângulo de interesse humano”. Mesmo tratando ocasionalmente de assuntos de cunho político ou social, elas eram orientadas a focar em aspectos mundanos capazes de despertar emoções em suas leitoras. Para a autora, a tentativa de afastar o feminino, supostamente emotivo e trivial, de qualquer temática com traços de racionalidade privava as mulheres de participação na esfera política. A emotividade que dava forma à ideia de feminino e que impregnaria todo e qualquer indivíduo reconhecido como mulher se tornaria um empecilho para a atuação desses sujeitos em julgamentos morais e atividades intelectuais. Como nota Buitoni, a própria periodicidade da imprensa feminina contribuía com seu distanciamento do fato atual, afastando cada vez mais as mulheres dos debates coletivos. O chavão típico desse tipo de jornalismo, que exaltava o “mundo da mulher”, revelava, conforme a autora, a tentativa de estabelecer um universo feminino do qual as mulheres não poderiam (e nem deveriam) sair. Outro clichê vocabular era o “eterno feminino”, que esperava cristalizar no tempo aspectos supostamente virtuosos da mulher ideal, exaltando qualidades como a maternidade, a beleza e a suavidade.

Para além da representação tradicional que reforçava a vinculação entre o feminino, a emoção, o privado e o doméstico, surgiam, concomitantemente, formas de representação progressistas e feministas, comprometidas com a luta dos direitos das mulheres. Essas abordagens começaram a ser incorporadas na década de 1880, tanto nos Estados Unidos como no Brasil, conquistando projeções significativas na segunda metade século seguinte, acompanhando o desenvolvimento dos movimentos sociais. Entretanto, discursos midiáticos dominantes de maior circulação expressividade, pretendendo neutralizar a potência dessa vertente, assimilavam as pautas relacionadas aos interesses das mulheres, esvaziando seus propósitos coletivos e transformativos, a modelo de uma perspectiva liberal e individualista. Prevalecia, portanto, a clivagem entre a imprensa voltada para o público feminino – um feminino branco e economicamente privilegiado – e aquela direcionada para o público “geral” – não por acaso, predominantemente masculino.

Em suma, toda uma estrutura produtiva foi operacionalizada de forma a facilitar determinados discursos no lugar de outros. Os processos de estereotipagem – como vimos, uma das principais estratégias da mídia dominante – foram e continuam empregados para coibir certas perspectivas e visões de mundo, dentre elas, as das mulheres, condicionando-as a enquadramentos que deslegitimam falas e ações. A visibilidade midiática é diferenciada,

assimétrica e, reiteramos, um elemento central na naturalização e na manutenção de hierarquias de gênero. Mesmo que o discurso jornalístico não permita manifestações explícitas de machismo, o androcentrismo segue organizando os pressupostos do campo e o binarismo feminino/masculino ainda é basilar na produção de discursos. A estrutura da instituição midiática é masculina, com agravantes pretensões de universalidade. Em analogia às proposições de Guacira Lopes Louro (2016) sobre a escola, supomos que mesmo que os agentes de produção de discursos – sejam eles pedagógicos ou midiáticos – possam ser mulheres, elas ocupam um universo imperativamente sexista capaz de intervir, de uma forma ou de outra, em suas ações.

O que nos leva a outro problema. Para contestar o regime de representação dominante, não nos parece suficiente insistir, como contraponto, em uma escrita especificamente feminina, identitariamente elaborada e compartilhada, como alguns trabalhos, preocupados com problemáticas semelhantes, insinuam fazer – Marocco e Veiga, por exemplo, falam da elevação do feminino na hierarquia de valores por meio da afirmação da subjetividade. Suspeitamos gestos como esse, ancorados na celebração de uma essencialidade feminina, poderiam acabar por reforçar binarismos e a naturalização de um sujeito mulher, cujas características seriam somente revalorizadas, mas não verdadeiramente subvertidas. Apesar da inquestionável necessidade de representatividade, não confiamos que a ampliação do número de mulheres no campo ou a aposta em uma linguagem feminina, acessível somente às portadoras de uma identidade particular, ameaçariam valores e rotinas produtivas do jornalismo regulador. Mulheres também podem reproduzir perspectivas androcêntricas.

Evidentemente, acreditamos que seja de fundamental importância que as jornalistas contempladas em nosso estudo sejam mulheres. Como bem pontua Harding (1993), sujeitos que experimentam situações de opressão podem ter maiores inclinações para mapear e evitar predisposições masculinistas. Mas ela afirma que essa percepção não depende, exclusivamente, de uma condição identitária, e sim do contato e do envolvimento dos produtores de discursos com saberes subalternos, como os feminismos. Sardenberg postula que o androcentrismo resulta da adesão de normas lógicas e sociológicas de investigação que podem ser adotadas, acriticamente, por investigadores – e investigadoras – pouco atentos para suas características burguesas, homofóbicas, brancas e sexistas. É a percepção dos modos de operar relações de gênero, e não diferenças biológicas entre sexos, que sensibiliza olhares epistemológicos vantajosos capazes de averiguar hierarquias vigentes.

Por isso, não basta que as jornalistas contempladas em nossa investigação sejam mulheres. É necessário que reflitam, como de fato procuram fazer, sobre suas práticas e seus limites justamente por pertencerem a grupos que, em determinados contextos, compartilham vivências opressoras com outras minorias sociais e por saberem que suas perspectivas não são, e não devem pretender ser, universais. Afinal, esse grupo de profissionais é, ainda, restrito. Feminino, mas predominantemente letrado, de classe média, branco¹², heteronormativo, que endereça seus discursos para um conjunto de destinatários também circunscrito. Outros grupos sociais que são considerados ameaças ao bom funcionamento da coletividade – transexuais e transgêneros, como Joicy; lésbicas *butch*, como algumas encarceradas de Queiroz; e parteiras amapaenses que vivem nos limites esquecidos do Brasil – cujas experiências são recebidas com recusa e repugnância, são abandonados do outro lado de uma linha abissal (SOUSA SANTOS, 2007), onde o fascismo social predomina em prejuízo dos valores democráticos. Esses grupos não têm acesso aos meios de produção de discursos legitimados, ou pouco conseguem fazer valer suas próprias formas discursivas, que fogem de moldes e lógicas dos textos midiáticos que circulam predominantemente no espaço social.

Para nós, não se trata de enaltecer características e potencialidades inerentemente femininas, que emergem em um “corpo-mulher” delimitado, em prol de uma virada no campo jornalístico, principalmente porque esse feminino é cingido por padrões de “normalidade” e atravessado por condições raciais, classistas, sexuais, étnicas e regionais específicas. Ele poderá ser, também, excludente. Em outras palavras, não objetivamos, unicamente, destacar a importância da revalorização de um polo feminino subjugado – seja na produção ou na representação de discursos –, o que é de fato importante e indispensável, mas apontar a necessidade de interrogarmos o sistema que produz e reproduz práticas de estereotipagem e, não obstante, a própria polaridade que dá origem à ideia, circunscrita, de feminino. Exigir apenas imagens mais verdadeiras ou corretas sobre a feminilidade, que exprimem e trazem em seu interior determinada realidade, seria equivocado em um projeto democrático de sociedade (BUTLER, 2011) e, também, para a proposta jornalística que queremos esboçar.

A objetividade perspectivada que indicamos como conceito alternativo para uma prática jornalística potencialmente emancipatória não depende de um sujeito fixo dotado de uma identidade fechada e plenamente inteligível – como a identidade mulher – para ser posto em prática, mas de uma postura reflexiva e responsável que reconhece sua própria falibilidade

¹² Das três jornalistas que escolhemos para nossa pesquisa, apenas Fabiana Moraes se identifica como negra.

e parcialidade, e que pode ser acionada a partir de diversos posicionamentos sociais, complexos e imprecisos. A teoria feminista, ocupada em incorporar alteridades, não se restringe somente às mulheres, mas absorve “outros sujeitos omitidos pelas grandes discursividades iluministas.” (BANDEIRA, 2008, p.221). O denominador comum desses grupos não é uma identidade única, mas uma subordinação compartilhada.

A aposta exclusiva em um jornalismo feminino, ou em uma escrita feminina, representaria, a nosso ver, uma barreira para um exercício representacional com traços solidários. Abraçar acriticamente uma categoria “mulher” nos impediria de pensar sobre vigor dos discursos das profissionais que estudamos, assim como a complexidade desidentitária das personagens de suas reportagens.

Afinal, o que é ser uma mulher?

3.1.3. *Não se nasce, torna-se*

Categorias como “sexo verdadeiro”, “gênero distinto” e “sexualidade específica” têm sido temas de referência relativamente estáveis para o pensamento feminista. A consolidação identitária do sujeito “mulher” tornou-se um “ponto de partida epistemológico” para as ações políticas do movimento. Segundo Teresa de Lauretis (1987), as práticas culturais do feminismo das décadas de 1960 e 1970 – localizadas em um contexto sócio-histórico no qual o imaginário socialista perdia sua centralidade como motor de lutas por emancipação social (SAFALTE, 2015b) – partiam de uma noção de gênero como “diferença sexual”, conceito considerado central para críticas à representação. As novas demandas ancoravam-se na necessidade de se “reconhecer a diferença”, ou seja, de demarcar (binariamente) e estimar particularidades intrínsecas a determinado grupo, em especial, a mulheres. Essa postura fez com que a gramática do *reconhecimento*, conforme Nancy Fraser (2007), conquistasse centralidade nessas reivindicações.

O reconhecimento, conceito originário da filosofia hegeliana e retomado por cientistas políticos ligados, com mais expressividade, à terceira geração da Escola de Frankfurt¹³, é uma noção frequentemente atrelada às políticas de identidade, que prioriza a valorização da diferença, nos termos (binários) descritos anteriormente, ao invés da promoção da igualdade, objetivo das lutas por redistribuição que vigoravam na fase anterior. Ao contrário da geração

¹³ Segundo Vladimir Safatle (2015b), o conceito de *reconhecimento* foi recuperado na década de 1930 e passou a ser sistematicamente explorado a partir dos anos de 1990. Axel Honneth e Charles Taylor são alguns dos principais filósofos que trabalharam com o termo a partir das proposições de Hegel.

inspirada pelo ideal socialista de equidade radical e pela transformação político-econômica, essa outra corrente voltou-se para uma luta contra padrões antropocêntricos de valor cultural e hierarquias que condicionavam determinados grupos, como negros, mulheres e gays a experiências de desrespeito social e vulnerabilidade. A luta por reconhecimento, nesses critérios, não integrou uma luta mais ampla por ampliação de direitos universais, mas engajou-se na afirmação das diferenças que poderiam desafiar o universalismo imposto por grupos culturalmente hegemônicos. O movimento feminista, nesse cenário, voltou-se para a afirmação e valorização das especificidades de um sujeito mulher. “Mas o conceito de gênero como diferença sexual e seus conceitos derivados – a cultura da mulher, a maternidade, a escrita feminina, a feminilidade etc. – acabaram por se tornar uma limitação, com que uma deficiência do pensamento feminista.” (DE LAURETIS, 1987, p. 206).

O problema reside, para Judith Butler (2016a), na suposição de que a categoria “mulher” consiga dar conta de uma identidade comum e totalmente inteligível. “Ao invés de um significante estável a comandar o consentimento daquelas a quem se pretende descrever e representar, *mulheres* – mesmo no plural – tornou-se um termo problemático, um ponto de contestação, uma causa da ansiedade.” (BUTLER, 2016a, p. 20). Analisemos por quê.

Primeiramente, a luta pelo reconhecimento acabou por deslocar o imaginário feminista, em parte, da luta econômico-social pela redistribuição, como já sugerimos. Vladimir Safatle (2015b) aponta que diversos críticos do conceito de reconhecimento, principalmente aqueles vinculados à matriz marxista, viam nesse termo um caráter meramente compensatório, que esvaziava o embate radical contra a desigualdade econômica e política¹⁴. As lutas sociais foram, de certa forma, subordinadas às lutas pela ressignificação da cultura, um desprendimento que facilitou, conforme Fraser¹⁵, a insurgência do neoliberalismo hegemônico, cujo objetivo era reprimir, a qualquer custo, a memória do igualitarismo social.

¹⁴ Vladimir Safatle (2017) tem problematizado em publicações recentes que a luta por reconhecimento, embora indiscutivelmente justa, foi transformada na única modificação concreta que a esquerda é capaz, atualmente, de mobilizar. O autor denuncia a inexistência de um discurso econômico de esquerda com forças transformativas sólidas, restando aos atores políticos que representam essa vertente gerir, mesmo que de maneira diferenciada, o mesmo modelo econômico liberal de seus opositores.

¹⁵ Luis Felipe Miguel (2018) nos explica que Fraser entende a redistribuição e o reconhecimento como duas dimensões da luta por justiça social. É importante destacar, porém, que estamos falando de duas instâncias que estão fortemente imbricadas. Após alguns questionamentos sobre seu modelo bidimensional, provocados, inclusive, por Butler (2016b), a autora reforçou o caráter de mera ferramenta analítica de sua proposta, útil, conforme Miguel, para organizar fenômenos que são, de fato, muito mais complexos e amalgamados. Feita essa ressalva, acreditamos que as proposições de Fraser nos ajudam a compreender os múltiplos enfoques adotados pelas lutas por emancipação social em diferentes contextos históricos, permitindo-nos uma crítica mais precisa dos fenômenos delas recorrentes. Supomos, ainda, que a distinção entre lutas por reconhecimento e redistribuição nos auxiliam a perceber, como sugere Safatle (2015b), as especificidades e as características insubstituíveis de cada política.

A perspectiva neoliberal poderia conviver muito bem com demandas circunscritas à esfera da cultura. Essa relação insidiosa foi adotada, por exemplo, pelo jornalismo feminino hegemônico sobre o qual discorremos neste capítulo, que permitia, em seus discursos, a emergência de questões relacionadas às mulheres, porém esvaziando-as de qualquer conotação política e social. A incorporação midiática de pautas identitárias, descoladas de questões redistributivas e de desigualdade, podem vir a fortalecer o próprio fazer hegemônico da mídia, que, através dessas ações, costuma reclamar seu caráter supostamente inclusivo sem colocar em risco estruturas e regimes de representação. Luiz Felipe Miguel (2018) observa que os mecanismos de reprodução da dominação são muito capazes de acomodar elementos que representam, supostamente, sua completa negação.

O resultado foi uma trágica ironia histórica. Ao invés de chegar a um paradigma maior e mais rico que incluísse tanto a redistribuição quanto o reconhecimento, nós efetivamente trocamos um paradigma truncado por outro – um economicismo truncado por um culturalismo truncado. (FRASER, 2007, p. 297).

Não obstante, a aposta em uma identidade feminina supostamente universal como base para a luta política é acompanhada, segundo Butler, de uma visão homogênea da opressão direcionada às mulheres, como se a dominação masculina agisse de maneira singular em qualquer contexto social. Para De Lauretis, “se continuarmos a colocar em questão o gênero dessa forma, o pensamento feminista permanecerá amarrado aos termos do próprio patriarcado ocidental.” (DE LAURETIS, 1987, p. 207). Essa noção tem sido ultimamente criticada por sua incapacidade de perceber outros atravessamentos culturais que conformam a estrutura tirânica da dominação masculina. Entretanto, as críticas se limitaram a contestar somente a universalidade do patriarcado. Butler acredita que “a noção de uma concepção genericamente compartilhada das ‘mulheres’, corolário dessa perspectiva, tem se mostrado muito mais difícil de superar.” (BUTLER, 2016a, p. 22).

A insistência em um sujeito rigorosamente definido poderia ignorar, também, interseccionalidades¹⁶ de raça, classe, éticas, sexuais e regionais, gerando mecanismos de coerção e exclusão, independentemente de seus propósitos emancipatórios. Em diálogo com Adorno, Butler (2015a) adverte que se o conjunto de normas que rege a sociedade, como

¹⁶ O termo *interseccionalidade* foi cunhado em 1989 pela feminista negra Kimberlé Crenshaw, para problematizar reflexões de opressões de gênero e raça na vida da mulher negra, especialmente no mercado de trabalho, articulação que julgava imprescindível para compreender, de maneira mais complexa, as experiências desse grupo. Patricia Hill Collins, também representante do feminismo negro, apropriou-se do termo para pensá-lo em relação a todas as mulheres, pois, para ela, o gênero está sempre implicado com outros padrões de opressão (CONNEL e PEARSE, 2015).

aquelas que determinam os sujeitos que serão reconhecidos como mulheres, não pode ser apropriado de maneira afirmativa por todos os integrantes dessa coletividade, ela deve ser submetida a uma revisão crítica, pois ela será, inevitavelmente, brutal. Lembremos de Joicy, personagem da reportagem de Fabiana Moraes, por exemplo: na ideia normativa de “mulher”, cabe uma Joicy? A estruturas normativas de reconhecimento do sujeito mulher permitem a inteligibilidade desse corpo? Butler (2018) afirma que “se a atribuição de direitos para um grupo é instrumentalizada para privar outro grupo de prerrogativas básicas, então o grupo que tem essas prerrogativas está certamente obrigado a recusar os termos nos quais o reconhecimento político e legal e os direitos estão sendo dados.” (BUTLER, 2018, p.79). Esses direitos, para a filósofa, só serão realmente significativos quando inseridos no âmbito de uma luta mais ampla por justiça social.

O que nos leva, por fim, ao fato de que construção política do sujeito “mulher” é fruto de uma formação discursiva e de uma versão específica da política representacional que o próprio feminismo deveria, em tese, combater. Paradoxalmente, o sujeito do feminismo é produzido e reprimido pelas mesmas estruturas de linguagem jurídica a partir das quais tenta alcançar a emancipação. A construção política da categoria “mulheres” atende a objetivos tanto de legitimação como de exclusão, processos que podem ser obnubilados e naturalizados por abordagens que se respaldam, sem questionamentos, nessas estruturas jurídicas. Para Butler (2015a), se a perspectiva feminista lança mão desse sistema acriticamente, ela estará condicionada ao fracasso. Ao reforçarmos a presença da estrutura jurídica, ainda que mobilizada para favorecer grupos marginalizados socialmente, reiteramos, como alerta Safatle, a regulação disciplinar da vida. Ela se torna, portanto, cada vez mais penetrante e determinante diante das distintas formas a partir das quais a vida pode se estabelecer.

Algumas vertentes do feminismo têm questionado a concepção dominante e liberal do movimento, deixando de compreender sujeitos “mulheres” como estáveis ou permanentes, interrogando, até mesmo, a viabilidade do “sujeito” como candidato último à representação ou à libertação. Poderíamos assumir uma estratégia política que passa, como sugere Safatle, pela “desativação dos nomes”, já que a nomeação de sujeitos sociais parte de uma gramática das identidades já instituída e que é, portanto, apoucada. Isso não significa, conforme Butler, uma recusa à política representacional, pois não há como abrir mão dela. As estruturas jurídicas da linguagem, a seu ver, fazem parte da arena contemporânea do poder, e, por isso, não podemos conceber uma posição fora desse espaço. Propõe, como alternativa, uma genealogia crítica de suas práticas de legitimação. Ou seja, o seu lugar nessa arena combativa é o de promover

interrogações acerca das identidades que as estruturas jurídicas hodiernas neoliberais fabricam, naturalizam e agridem.

Se articularmos tais proposições às nossas aflições com as práticas jornalísticas, é viável sugerir que o tipo de produção que tentamos investigar, mais narrativo, aberto, reflexivo e lacunar, pode atuar, assim como Butler e Safatle tracejam no âmbito da política, na contestação estrutural dos preceitos que norteiam os discursos do campo. O escopo dos trabalhos de Brum, Queiroz e Moraes parece ser, precisamente, desestabilizar a gramática que elegem para relatar suas personagens, no caso, o gênero da reportagem, muito mais do que defender, para o jornalismo, uma linguagem alternativa feminina. A objetividade perspectivada das reportagens vincula-se, de maneira mais enfática, à responsabilização, à abertura a possíveis críticas e contestações e à afirmação de suas parciaisidades.

Por outro lado, as jornalistas objetivam, nas reportagens que serão analisadas, conferir visibilidade a sujeitos que se nomeiam diversa e multiplamente como mulheres, cuja instabilidade identitária constrange categorizações. Se essas profissionais pretendem formular textos dialógicos, sem demarcar agressivamente a alteridade que as desafia, a noção “mulher” de um feminismo liberal e identitarista precisaria ser, em nossa visão, abandonada. Um abandono, acreditamos, promissor.

Para retomarmos discussões sobre encontros entre repórteres e personagens e sobre possíveis desdobramentos dessas relações, aludimos trazer para a produção jornalística uma concepção de reconhecimento antipredicativo, capaz de radicalizar o reconhecimento da alteridade. Quando defende essa abordagem, Safatle se refere à necessidade abrirmos mão de uma concepção de sujeito possessivo definido por predicados diversos, cultivando, dessa forma, uma “potência indeterminada” e uma “força de indistinção”. Para o autor, a recusa a uma identidade predicativa pode nos levar a lidar com aspectos de nossa própria identidade, e da identidade do outro, que não são completamente estruturáveis. O reconhecimento dessa opacidade mútua poderia me conduzir a uma relação mais solidária com esse outro, cuja identidade também não conseguirei completamente integrar.

Safatle sugere que novas formas de solidariedade e igualdade podem ser criadas quando sujeitos se tornam suporte de práticas desconstrutivas capazes de promover a emergência de diferenças instáveis e de modificar as estruturas dos sistemas de representação social. Eu me transformo ao reconhecer o outro, que também não sai imune dessa interação. Esses deslocamentos possibilitariam que as vidas não contempladas pela gramática jurídica hegemônica se tornassem “mais possíveis e mais suportáveis” e que seus corpos pudessem

“respirar e se mover mais livremente” em todos os espaços, coletivos ou privados (BUTLER, 2018). O objetivo é precisamente “relaxar o domínio coercitivo das normas sobre a vida generificada – o que não é o mesmo que transcender ou abolir todas as normas – com a finalidade de viver uma vida mais vivível.” (BUTLER, 2018, p. 40). Nos referimos a uma luta e a uma prática política que “que procura expandir aquilo a que nos referimos quando falamos de nós.” (BUTLER, 2018, p. 78). Articula-se, portanto, uma relação de reconhecimento que provoca, devido a sua capacidade transformativa, expansões normativas imprevisíveis e um conseqüente espaço de “indiferença cultural”, no qual diferenças possam ser radicalmente expressas, sem abrir mão da igualdade política. Não obstante, as condições e as reverberações desse encontro imprevisível não podem ser definidas aprioristicamente.

O reconhecimento da opacidade mútua consegue, portanto, potencializar a escuta e o respeito diante da alteridade, gesto que seria bastante promissor no jornalismo, especialmente quando se pretende formular discursos de contornos testemunhais e narrativos. A realidade impõe às jornalistas formas de relato que só podem ser concebidas no momento que a interação com o outro se realiza. O abandono de uma essência feminina da escrita, conseqüência de uma identidade fixa, por parte das repórteres, poderia significar, também, o abandono de métodos pré-concebidos de abordagem e de tentativas endurecidas de representação. Relembrando Sousa Santos, é por meio de um processo inacabado de reconhecimento intersubjetivo que o conhecimento emancipatório se torna possível.

Supomos que as reportagens abordadas por nossos estudos trilhem – ou tentam trilhar – no jornalismo, percurso semelhante ao que Butler indica para a política. Para ela, *estratégias de coalizão* ou *políticas de aliança* dispensam, para sua realização, um conteúdo pré-determinado da categoria do sujeito. Envolvem práticas que promovem encontros nos quais diferentes sujeitos, distintamente posicionados e que, às vezes, não tem muitas coisas em comum, poderiam se articular politicamente – e aqui retomamos a noção de *política* proposta por Mouffe (2015) – em busca de uma melhor distribuição da justiça social. O combate à concentração da precariedade em determinados estratos sociais, segundo Butler (2018), é capaz de sensibilizar grupos que procuram formas de viver juntos, mas não de maneira unificada e conformista. A única universalidade possível dá-se a partir da sustentação de conflitos de formas politicamente produtivas (BUTLER, 2016b), dispensando tentativas de síntese de um conjunto de tensões. Rejeita-se pretensões de instituir identidades ou problemas específicos a grupos particulares em prol “um conjunto de relações possibilitadoras e dinâmicas que incluem suporte, disputa, ruptura, alegria e solidariedade.” (BUTLER, 2018, p.

34). Safatle nos alerta que somente o abandono de particularismos poderia possibilitar a emergência de forças concretas de transformação. O filósofo afirma que os “sujeitos só se transformam em sujeitos políticos quando demandas individuais se desindividualizam, podendo inclusive aparecer como condição maior para a ampliação genérica de direitos.” (SAFATLE, 2015b, p. 103).

As ideias de coalizão e alianças propostas por Butler e trabalhadas, de maneira similar, no pensamento de Safatle, poderiam se tornar alicerces de práticas jornalísticas comprometidas com a democracia radical, impulsionando discursos que não dependem de um sujeito produtor marcadamente feminino, ou de personagens facilmente contornáveis. Aliás, sua potência política está na vicissitude identitária desses atores e na solidariedade que suas opacidades reivindicam. O objetivo dessas práticas seria, então, promover relatos capazes de expandir balizas de um reconhecimento antipredicativo e desindividualizado a partir do encontro, imprevisível, com os sujeitos representados. Abandona-se, então, anseios de delimitar personagens identitariamente, esforço sintonizado com ordem reguladora do saber positivista.

Sem a expectativa compulsória de que as ações feministas devam instituir-se a partir de um acordo estável e unitário sobre identidade, essas ações bem poderão desencadear-se mais rapidamente e parecer mais adequadas ao grande número de mulheres para as quais o significado da categoria está em permanente debate. (BUTLER, 2016a, P. 41).

Quando em 1948 Simone de Beauvoir escreveu, pioneiramente, que ninguém nasce mulher e sim se torna mulher, ela postula que mulher é um termo em processo, “um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim.” (BUTLER, 2016a, p. 70). A identidade gendrada será, sempre, uma prática discursiva contínua, sujeita a intervenções e ressignificações. A cristalização do gênero é resultado de um constrangimento social persistente e artiloso que não pode ser tornar, acriticamente, a base de nossas principais ações políticas. Retomando, novamente, considerações de Mouffe, concordamos que as identidades fundantes de grande parte do movimento feminista podem tanto mobilizar suas agentes quanto limitar, de antemão, as possibilidades culturais que o feminismo deveria, supostamente, abrir. Concluímos, então, que “de nada adiantaria abandonarmos uma noção essencialista de natureza para cairmos em uma visão identitária de performatividade social.” (SAFATLE, 2015a, p. 174). A essa altura, arriscamos afirmar que a aposta em uma contra-hegemonia a partir de uma escrita “de mulheres”, para os nossos propósitos específicos, está descartada.

Dessa maneira, a tarefa crucial do feminismo, para Butler, e do jornalismo narrativo autorreflexivo, para nós, é contestar práticas repetitivas que forjam tanto identidades, no caso da política feminista, como estereótipos que produzem e reforçam essas identidades, no contexto da produção jornalística. Concomitantemente, busca-se repetições subversivas que podem intervir no sistema normativo imperialista. Compreendemos, então, que “a desconstrução da identidade não é a desconstrução da política; ao invés disso, ela estabelece como políticos os próprios termos pelos quais a identidade é articulada.” (BUTLER, 2016a, p. 256). Tanto Safatle como Butler, que mantêm ávido debate intelectual, como podemos notar, conseguem formular, inclusive, uma crítica ao capitalismo e à lógica neoliberal que organizam a vida social – e coordenam parte da produção jornalística hegemônica – uma vez que contestam e desarticulam o princípio de identidade que estimula a figura do indivíduo atrelado à ideia de posse – seja ela de atributos, de narrativas, de objetos – “como se a afirmação da despossessão fosse estratégia maior para toda e qualquer crítica do capitalismo como forma de vida.” (SAFATLE, 2015a, p. 178). Recuperam, até mesmo, a “força desidentitária própria ao conceito marxista de proletariado” (SAFATLE, 2015b, p. 90), essa categoria abstrata capaz de unificar múltiplas manifestações sociais e transformar o desamparo e a despossessão em forças políticas transformativas.

Ao lembrarmos, com os autores, que “é na escuta da experiência sexual que aprendemos inicialmente e viver despossuídos” (SAFATLE, 2015a, p. 178), supomos que representações que busquem desestabilizar estruturas normativas de gênero e sexualidade possam fazer aflorar, talvez com maior voracidade, a ideia própria de despossessão. Abandonar uma noção possessiva de gênero poderia estimular o abandono de qualquer noção predicativa de identidade.

Então, se queremos eleger o feminismo como perspectiva crítica para analisar possíveis desdobramentos dos trabalhos de Brum, Queiroz e Moraes, temos que dialogar com abordagens que questionam a política de identidade como pressuposto epistemológico. Consideramos que uma prática jornalística baseada na categoria “mulher” plenamente inteligível, mesmo comprometida com sua revalorização, pode fomentar fixações e estereótipos que ancoram a produção midiática dominante.

Isso posto, não abrimos mão de um uso estrategicamente provisório de identidades, importante mecanismo em contextos nos quais o peso da violência contra grupos específicos depende dessa articulação. Sugerimos pensar, entretanto, sobre o que Fraser (2006) designa por “remédios transformativos de reconhecimento”. Para além de soluções “afirmativas” que

promovem a diferenciação de grupos existentes em identidades transitórias para alcançar objetivos políticos – e aqui podemos pensar em medidas indispensáveis como cotas raciais e leis que combatem a violência contra mulher, como exemplo¹⁷ – pretendemos refletir sobre formas de desestabilizar as estruturas que produzem a violência contra esses grupos – estruturas essas que influenciam o jornalismo e que o jornalismo ajuda a construir – abrindo, assim, espaços para outras e futuras formulações. Então, se queremos eleger o feminismo como perspectiva crítica, nos parece que esse feminismo deve ser *queer*.

3.2. A potência política dos anormais

[...] na realidade, vocês são como eu. Tentados pela mesma deriva química. Vocês a levam dentro: vocês se acreditam mulheres cis, mas tomam pílula; vocês se acreditam homens cis, mas tomam Viagra; são normais, mas tomam Prozac ou Paxil na expectativa de que algo os livre dos seus problemas de decréscimo de vitalidade; vocês usam cortisona, cocaína, álcool, Ritalina e codeína.... Vocês, você também, vocês são o monstro que a testosterona desperta em mim.

Paul B. Preciado, *Testo Junkie*

3.2.1. *Queer: a teoria dos desviados*

A partir dos anos 1980 e 1990, a crítica radical ao sujeito unitário do feminismo começa a se fortalecer, principalmente no plano teórico. Perspectivas dissidentes surgem a partir da denúncia, por parte de sujeitos subalternos, dos processos de normatização constrangedores do feminismo branco heterossexual liberal. Ao afastar-se de projetos revolucionários, a vertente feminista hegemônica favorecia a proliferação de discursos puritanos que enxergavam, nas diferentes práticas sexuais, conformações culturais e orientações políticas uma ameaça ao ideal heterossexual e eurocêntrico de mulher.

A ruptura com o movimento feminista identitário seria encarnada, principalmente, por lésbicas e pós-feministas estadunidenses que mantinham estreito diálogo com o pós-estruturalismo francês, especialmente com as obras de Michel Foucault, Jacques Derrida e Gilles Deleuze. Reivindicando, conforme Paul B. Preciado (2011), um movimento *queer*,

¹⁷ Pontuamos, com Butler (2016b), que para uma política de “inclusão” escapar de tendências de redomesticação e ressubordinação das diferenças, é preciso desenvolver alianças que provoquem novas formas de encontros conflituosos.

figuras como Teresa de Lauretis¹⁸ – a primeira a enunciar o termo –, Donna Haraway, Judith Butler, Judith Halberstam, Marie-Hélène Bourcier, Gloria Anzaldúa, além de feministas negras como Barbara Smith e Audre Lorde, se propuseram a contestar a feminilidade branca, colonial, classista e dessexualizada que vinha respaldando a política feminista até então. “Poderíamos falar do despertar crítico do ‘proletariado feminino’, povoado por mulheres não brancas, sapatonas, mulheres estupradas, dissidentes de gênero, soropositivas, pessoas transgêneros e transexuais, pessoas gordas, imigrantes, *crips*...em resumo, quase todas nós.” (PRECIADO, 2018, p. 355).

Segundo Safatle (2015a), o termo *queer* surge no inglês do século XVI para adjetivar o “estranho”, o “excêntrico” e o “peculiar”. A partir do século XIX, a palavra passa a ser utilizada como uma ofensa, como uma interpelação humilhante para menosprezar o sujeito a que se refere (BUTLER, 2002), geralmente homens e mulheres homossexuais. *Queer* é o estranho, o bizarro, o viado, a bicha, a sapatona, o afeminado. O insulto foi, no entanto, reapropriado pelas próprias vítimas de sua invocação e redirecionado com sua carga de estranheza e escárnio para designar uma postura de oposição e protesto, em prol de uma política interseccional contra opressões interligadas.

No Brasil, onde prevalecia um feminismo de forte viés marxista, a teoria *queer* – como algumas vertentes contemporâneas dos Estudos Culturais, dos Estudos Pós-Coloniais e étnico-raciais – só ganhou espaço na circulação intelectual no final da década de 1990. Ela chegou ao país por intermédio, principalmente, de profissionais do campo da Educação, como Tomaz Tadeu Silva e Guacira Lopes Louro, que entrou em contato com a problemática *queer* durante um período de pesquisa da Universidade da Califórnia¹⁹. Em artigo publicado no Dossiê Teoria Queer, da Revista Cult (2018), Richard Miskolci explana que a recepção dessa corrente esteve articulada ao enfrentamento de nossos desafios práticos. Na área educacional, especificamente, se encarava a universalização no ensino básico e a decorrente emergência de problemas vinculados a questões de gênero, sexualidade e raça, temas bastante sufocados durante a ditadura militar. Buscava-se, portanto, incorporar essas reflexões em ações objetivas no plano social. A partir dos anos 2000, a teoria *queer* disseminou-se para outras áreas do conhecimento, como a sociologia, antropologia, psicologia e até mesmo na comunicação. Em

¹⁸ Ver DE LAURETIS, Teresa. *The Practice of Love: Lesbian sexuality and Perverse Desire*. Bloomington: Indiana University Press, 1994.

¹⁹ Louro chegou a publicar um importante artigo publicado na Revista Estudos Feministas, em 2001, sintetizando reflexões a partir de sua experiência nos Estados Unidos. Ver LOURO, Guacira. *Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação*. Estudos Feministas [online]. 2001, vol.9, n.2, pp.541-553.

2007, a revista *Cadernos Pagu*, da Unicamp, publicou a primeira compilação de estudos *queer* brasileiros que se firmaram, nacionalmente, como perspectiva analítica e epistemológica.

Mas, afinal, o que promete essa abordagem desviada?

A perspectiva *queer* – que reúne um conjunto de teóricas e teóricos bastante heterogêneo e, por vezes, divergente – se articula em torno do confronto ao apagamento das diferenças internas entre o sujeito que o feminismo ambiciona representar. Essa abordagem se relaciona, de certa forma, às tentativas de desidentificação esboçadas por Safatle e Butler, sobre as quais discorreremos anteriormente. No imaginário *queer*, o projeto feminista estaria menos ocupado com a libertação das mulheres do que com o dismantelamento de dispositivos políticos que produzem diferenças de classe, gênero, raça e sexualidade. Em outras palavras, a abordagem *queer* não se volta para a defesa de uma identidade particular de mulheres, homossexuais e outras minorias, mas para uma crítica às noções clássicas de sujeito e identidade, para aquilo que “parece expulso do universo da reprodução ‘normal’ da vida” (SAFATLE, 2015a, p. 178), e para as normas viperinas que provocam essa expulsão.

Por oposição às políticas feministas ou homossexuais, a política da multidão *queer* não repousa sobre uma identidade natural, nem sobre uma definição pelas práticas, mas sobre uma multiplicidade de corpos que se levantam contra um regime que os constroem como normais ou anormais. (PRECIADO, 2011, p. 16).

Ao evitar abordagens classificatórias, o *queer* localiza sua problemática na abjeção e na “experiência de ser temido e recusado com repugnância” (MISKOLCI, 2012). O abjeto²⁰ se refere ao obsceno, ao “fora de cena”, ao corpo que a sociedade preferiria não enxergar. “A partir da ideia de abjeção, compreendemos a dinâmica coletiva que gera a injúria e a violência contra aqueles e aquelas que explicitam a instabilidade dos gêneros e, das formas mais diversas, encarnam a diferença.” (MISKOLCI, 2012, p. 44)

A teoria *queer* engendra, portanto, uma crítica emergente à heteronormatividade que produz, assim como as linhas abissais de Sousa Santos, os limites entre o aceitável e o não aceitável. Os teóricos *queer* pretendem, portanto, instituir uma virada epistemológica que rompa com a lógica binária – presente tanto nas estruturas de dominação como em determinadas lutas por emancipação – e suas consequências disciplinares e normalizantes, sobre as quais já discorreremos, brevemente, neste trabalho. Por compreender que a política de identidade pode se tornar aliada dos sistemas contra os quais ela pretende se posicionar, a

²⁰ A “abjeção” é um termo, segundo Miskolci (2012), originário da psicanálise, mas que foi reapropriado tanto na antropologia, como no trabalho de Mary Douglas, como na teoria feminista. Julia Kristeva, em *Pouvoirs de l'horreur* (1980), se referia ao abjeto como aquele que, na visão hegemônica, deveria permanecer invisível.

teoria *queer* propõe uma política pós-identitária – que vai se opor às instituições políticas tradicionais que almejam ser universalmente representativas – e hiperidentitária – ativando articulações estratégicas e identificações perturbadoras que se voltam contra concepções de normalidade. Butler (2018) reforça que *queer* diz respeito a alianças, “e é um bom termo a ser invocado quando fazemos alianças difíceis e imprevisíveis na luta por justiça social, política e econômica.” (BUTLER, 2018, p. 79).

Assim como outros saberes subalternos, a teoria *queer* questiona as formas de produção do conhecimento hegemônico e seus regimes de visibilidade, cuja autoridade deriva não de sua suposta – e já desacreditada – neutralidade, mas de seu comprometimento com o regime de poder vigente. “Pensar *queer* significa questionar, problematizar, contestar todas as formas bem-comportadas de conhecimento e identidade. A epistemologia *queer* é, nesse sentido, perversa, subversiva, impertinente, profana, desrespeitosa.” (LOURO, 2016 p.49).

O que queremos defender é que, na gramática do conhecimento dominante, na qual se ancoram os regimes de representação do jornalismo tradicional, a voz do subalterno pode se tornar inaudível. Na produção de estereótipos de homens e mulheres, negativos ou positivos, muitos homens e mulheres são deixados de fora. Supomos que o silêncio e a invisibilidade que sujeitam certos grupos e pessoas só podem ser quebrados a partir do desafio às (hetero)normas que os aprisionam em zonas de não importância e “às epistemologias sexopolíticas *straight*” (PRECIADO, 2011), das produções científicas e jornalísticas dominantes. Tendo em vista a centralidade da mídia no estabelecimento das fronteiras do socialmente aceitável e do politicamente relevante, queremos problematizar, a partir de uma perspectiva *queer*, a força e a importância de abordagens alternativas, narrativas e reflexivas, que parecem comprar, pelo menos parcialmente, esse desafio.

Desviemo-nos.

3.2.2. *Desvendando o capitalismo sexual e o sexo do capitalismo*

A teoria *queer*, conforme pontuamos, inspirou-se, inicialmente, em algumas postulações do filósofo francês Michel Foucault. Acreditamos, logo, que ao retomarmos algumas de suas proposições, estaremos instituindo um bom ponto de partida para uma jornada desviada rumo à constituição de uma perspectiva crítica e feminista da mídia.

Segundo Foucault (1988) os últimos três séculos foram marcados, ao contrário do que se possa imaginar, pelo crescimento do discurso sobre o sexo. Principalmente a partir do

século XIX, tramou-se uma robusta aparelhagem para produzir falas de controle, de deslocamento, de intensificação e de modificação do desejo. “O sexo se tornou algo que se deve dizer, e dizer exaustivamente, segundo dispositivos discursivos diversos, mas todos constringedores, cada um à sua maneira.” (FOUCAULT, 1988, p.39). O ordenamento em torno da ideia de sexo – procedente, também, da racionalidade indolente que vem atravessando grande parte de nossas discussões – estaria preocupada em assegurar o povoamento e a reprodução das forças de trabalho, originando “uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora.” (FOUCAULT, 1988, p. 43).

Conforme Preciado (2018) Foucault descreve a transição de uma *sociedade soberana*, que dependia de uma forma de poder que decidia e ritualizava a morte, para uma *sociedade disciplinar*, que lança mão de um poder que planeja tecnicamente a vida em termos de população, saúde e interesse nacional. Essa nova forma de poder produtivo será nomeada, pelo filósofo, de *biopoder*.

Este poder já não se comporta como uma lei coercitiva, um mandato negativo: é mais versátil e acolhedor, adquirindo a forma de uma “arte de governar a vida”, uma tecnologia política geral transformada em arquiteturas disciplinadoras (prisões, quartéis, escolas, hospitais, etc.), textos científicos, tabelas estatísticas, cálculos demográficos, manuais, recomendações de uso, calendários de regulação produtiva e projetos de saúde pública. (PRECIADO, 2018, p. 75).

Em outras palavras, discursos do sexo e a sexualidade tornam-se, na modernidade, alvos prioritários do biopoder e elementos centrais dessa habilidade de administrar a vida, operando como agentes de controle a padronização. Em diálogo não apenas com Foucault, mas também com Monique Wittig e Judith Butler, Preciado se refere às formas dominantes da ação biopolítica do capitalismo disciplinar como *sexopolítica*, responsável por formatar a “estética da diferença sexual” e as decorrentes hierarquias político-anatômicas entre masculino e feminino. “É aqui que a verdade anatômica passa a funcionar como legitimação de uma nova organização política do campo social.” (PRECIADO, 2018, p. 81).

Entretanto, Preciado pondera que, para melhor compreender essas dinâmicas na sociedade contemporânea, precisaríamos ir além da análise de Foucault que, em sua visão, ignora uma série de transformações tecnológicas ocorridas a partir do início da Segunda Guerra Mundial que seriam, a seu ver, determinantes na produção de corpos e subjetividades. Para o autor, tais mutações nos obrigariam a pensar sobre um terceiro regime de subjetivação

vigorante, não soberano e nem disciplinar. Um regime que Preciado denominará como *farmacopornográfico*²¹.

O biocapitalismo farmacopornográfico lança mão, principalmente, da biotecnologia e da pornocomunicação para produzir “ideias variáveis, órgãos vivos, símbolos, desejos, reações químicas e condições de alma.” (PRECIADO, 2018, p. 38). Com a pílula, com o Viagra, com o silicone, com a Testosterona, com a pornografia masculinista ou com representações libidinosas constrói-se um sujeito – heteronormativo – para reprodução em escala global. Segundo Preciado, o contexto da hipermodernidade *punk* nos obriga a pensar sobre tais processos culturais, políticos e tecnológicos por meio dos quais um corpo obtém seu *status* de natural. “Não há nada a descobrir no sexo ou na identidade sexual; não há segredos escondidos; não há interior. A verdade sobre o sexo não é uma revelação, é *sexdesign*.” (PRECIADO, 2018, p. 38).

Se concordamos que a naturalização do sexo é um artefato do biocapitalismo, podemos afirmar, partindo de Butler (2016a), que talvez “o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula.” (BUTLER, 2016a, p. 27). O gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza, dada a impossibilidade de se recorrer a um corpo não interpelado por significados culturais. Não há vida fora do discurso, assim como não há sexo fora da cultura. O sistema sexo/gênero é, logo, “um conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais, por meio do desdobramento de uma complexa tecnologia política.” (DE LAURETIS, 1984, p. 207). A generificação dos corpos vigentes, tal como a compreendemos hoje, é nada mais do que um engenho da burguesia no final do século XVIII, com vistas a garantir a perpetuação e a sobrevivência de sua hegemonia de classe. Por meio de discursos biotecnológicos das indústrias médicas e terapêuticas, a produção da masculinidade e da feminilidade chega ao século XX a todo vapor.

Queremos dizer que a solidificação de corpos gendrados ocorre diante da ação de várias *tecnologias de gênero* – as escolas, os tribunais, a família, a academia e, claro, a mídia

²¹ Obviamente, o regime farmacopornográfico não oblitera o poder da construção soberana e disciplinadora de corpos e subjetividades sexuais. Não estamos falando de três períodos históricos lineares e precisamente delimitados, e sim de regimes de poder distintos, por vezes conflitantes, que atuam simultânea e diferentemente na sedimentação do sujeito contemporâneo e de seu corpo sexuado e gendrado.

–, fatores econômicos e políticos do farmacopornismo com poder de dominar o campo do significado social.

Masculino e feminino são termos sem conteúdo empírico para além das tecnologias que os produzem. Assim, a recente história da sexualidade aparece como uma gigantesca Disneylândia farmacopornográfica, em que as metáforas do naturalismo sexual são fabricadas em escala global como produtos de indústrias midiáticas, endocrinológicas, cirúrgicas e do agronegócio. (PRECIADO, 2018, p. 111).

O reconhecimento de identidades como “homem” ou “mulher”, bastante limitadas, diz respeito a operações “fabricadas e preservadas mediante signos corpóreos e outros meios discursivos por meio da regulação pública e social e com vista a manter a ordem (hetero)sexual.” (BUTLER *apud* COELHO, 2009, p. 32). A mídia, em suas diversas instâncias, pode ser encarada como um dos agentes reguladores dessa ordem, como uma tecnologia que cria e reitera, em consonância com outras instituições sociais, diferenças sexuais a partir de uma normatividade *straight*²², dualista e, notoriamente, excludente. O gênero, portanto, “não é o efeito de um sistema fechado de poder nem uma ideia que recai sobre a matéria passiva, mas o nome do conjunto de dispositivos sexopolíticos (da medicina à representação pornográfica, passando pelas instituições familiares)” (PRECIADO, 2011, p.14), assim como a heterossexualidade não é uma prática sexual, mas “um regime político que faz parte da administração dos corpos e da gestão calculada da vida no âmbito da biopolítica.” (PRECIADO, 2011, p. 12).

Para Preciado, o corpo *straight* organizado a partir de uma justificativa estritamente biológica do sexo é, na verdade, “produto de uma divisão do trabalho da carne”. O sistema heterossexual, dispositivo de produção de feminilidade e masculinidade, atua na fragmentação do corpo, recortando órgãos e definindo certas partes como centros de totalidade, que serão identificados como naturais e determinantes da diferença sexual. Homens e mulheres tornam-se, assim, “construções metonímicas do sistema heterossexual” que subordina especialmente as mulheres, transformando-as na principal força de trabalho sexual e, especialmente, em meio de reprodução. É o “capitalismo sexual e o sexo do capitalismo” (PRECIADO, 2011, p. 12). A construção da natureza do sexo faz parte das disputas de poder que, por meio de seus aparatos discursivos reguladores, agenciam o domínio da vida. Órgãos sexuais, de acordo com Preciado, não são apenas órgão reprodutores que possibilitam reprodução da espécie, mas órgãos produtores da coerência do corpo humano.

²² Termo utilizado por Preciado (2011), para se referir a uma qualidade “hetero”.

Preciado concorda com Butler quando diz que o gênero é *performativo*, ou seja, “ele é um certo ripo de representação” (BUTLER, 2018), cujo aparecimento é confundido com um sinal de uma verdade inerente. O gênero, para Butler, é forjado a partir de normas obrigatórias – mais precisamente, de heteronormas binárias – que nos obrigam a incorporar um gênero ou outro. Em outras palavras, a heterossexualidade, esse regime de normalidade que sexualiza os corpos, é produto de uma reinscrição possibilitada por operações contínuas de repetição dos códigos reconhecidos como naturais, o masculino e o feminino. Representações midiáticas funcionam como dispositivos de ressonância, estimulando a naturalização de estereótipos que ordenam cognitivamente e hierarquicamente *identidades de gênero inteligíveis* (BUTLER, 2016a), aquelas que, em certo sentido, estabelecem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo.

A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual. O ato de diferenciar os dois momentos oposicionais da estrutura binária resulta numa consolidação de cada um de seus termos, da coerência interna respectiva do sexo, do gênero e do desejo. (BUTLER, 2016a, p. 53).

Entretanto, uma vez que as normas precisam ser reiteradas para se tornarem efetivas, elas estão sujeitas a repetições inesperadas, desviantes, capazes de abrir caminhos para reconstruir a realidade de gênero sob outras orientações. Corpos que escapam dos regimes de inteligibilidade e que subvertem a heterodivisão do corpo precisam ser, então, considerados anômalos ou, como alega Butler, impossibilidades lógicas. Uma mulher como Joicy, personagem da reportagem de Fabiana Moraes, representaria, por exemplo, uma dupla ameaça para a ordem sexual hegemônica, não somente por sua transexualidade, mas por manter certas características consideradas masculinas, como o corpo musculoso, a cabeça calva ou uma postura por vezes agressiva. No relato, destaca-se que a cabelereira de Perpétuo Socorro foi constantemente menosprezada por seus médicos, que pouco se esforçaram para compreender uma feminilidade não normativa.

O ideal científico heteronormativo, tanto das ciências biológicas como das ciências sociais, evita, com efeito, qualquer ambiguidade que coloque a norma sexual em xeque. “Todo acidente sistemático (homossexualidade, bissexualidade, transexualidade) deve operar como a exceção perversa que confirma a regra da natureza.” (PRECIADO, 2017, p.30). Esses grupos, impedidos de “acessar as tecnologias textuais, discursivas, corporais, etc. que os produzem e os objetivam” (PRECIADO, 2017, p. 168), precisam ser vistos e,

consequentemente, representados, apenas como uma oposição radical às vidas e aos corpos que podem ser considerados como “normais”. Com o advento da modernidade, práticas sexuais comuns se transformaram, progressivamente, em identidades e condições a serem analisadas, diagnosticadas, enfrentadas e, se possível, curadas. Cada corpo torna-se um indivíduo a ser corrigido. No contexto farmacopornográfico, avançamos para o fortalecimento da vigilância médico-jurídica e da espetacularização midiática das “aberrações”.

3.2.3. As vidas que já foram perdidas

Ser mulher pode ser uma condição que se desdobra em experiências múltiplas, certamente pouco compreendidas e frequentemente aniquiladas pela interferência das diversas tecnologias de gênero e, consequentemente, dos esquemas normativos de representação midiática. Grande parte das instituições sociais que governam tecnologias heteronormativas compreende e nomeia como mulheres apenas aqueles sujeitos que apresentam coerência e continuidade entre gênero, sexo, desejo, de preferência sem marcas de submissão de classe ou raça. Todos os outros arranjos identitários são enquadrados como monstruosidades, perturbações, patologias ou problemas. Nessa visão, pessoas como Joicy não seriam consideradas mulheres “de verdade”, o encarceramento das “agressivas” – e também pobres, negras, lésbicas e miseráveis – detentas entrevistadas por Queiroz poderia ser celebrada pelos “cidadãos de bem” e as parteiras da Amazônia sequer teriam suas existências afirmadas, pois habitam o “estado ainda desagarrado do noticiário chamado Amapá.” (BRUM, 2017, p. 19). Assim, “há ‘sujeitos’ que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos, há ‘vidas’ que dificilmente – ou melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas” (BUTLER, 2015b, p.17) e há mulheres que não serão legitimadas como tal.

A entrada em delimitados terrenos ontológicos é barrada a corpos “cujas vidas não são consideradas ‘vidas’, e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’.” (BUTLER *apud* MEIJER e PRINS, 2002, p.161). São corpos abjetos, por vezes femininos, que ocupam zonas inabitáveis da irrelevância, sem gozar dos privilégios do território regulamentado que produz, “preguiçosamente”, o domínio do possível. “São populações ‘perdíveis’, ou que podem ser sacrificadas, “precisamente porque foram enquadradas com já tendo sido perdidas ou sacrificadas; são consideradas como ameaças à vida humana como a conhecemos.” (BUTLER, 2015b, p. 53).

A abjeção não se restringe ao sexo e à heteronormatividade: ela ataca corpos múltiplos – de algumas mulheres, de não brancos, da ralé, das *queers*, dos incapacitados, dos doentes – dos inumanos. São identidades instáveis delineadas por operações de repulsa e de expulsão, como o racismo, o sexismo e a LGBTfobia. Os dejetos dessa matemática perniciosa, comprometida com o funcionamento de uma ordem sexual da economia política, se transformam no outro absoluto, habitantes de um mundo externo que os separa das vidas que importam.

A fronteira entre o interno e o externo é confundida pelas passagens excrementícias em que efetivamente o interno se torna externo, e essa função excretora se torna, por assim dizer, o modelo pelo qual outras formas de diferenciação da identidade são praticadas. Com efeito, é dessa forma que o Outro “vira merda”. Para que os mundos interno e externo permaneçam completamente distintos, toda superfície do corpo teria que alcançar uma impermeabilidade impossível. Essa vedação de suas superfícies constituiria a fronteiras sem suturas do sujeito; mas esse enclave seria invariavelmente explodido pela própria imundice excrementícia que ele teme. (BUTLER, 2016a p. 231).

O que Butler supõe é que essa sujeira sub-humana pode nos dar uma indicação de como o mundo cotidiano dos significados sexuais se constitui. Ela propõe é uma política da reciclagem, por assim dizer: a desnaturalização da exceção e do bizarro seria capaz de denunciar que a aparência de naturalidade é, assim como a deles, artificialmente construída. “Categorias até então utilizadas para definir fronteiras entre normal e patológico, entre o humano e inumano, transformam-se em categorias políticas para denunciar o conteúdo fortemente normativo e impositivo da ‘humanidade’ normalizada.” (SAFATLE, 2015a, p 177). Os corpos abjetos, mais resistentes à fixação simbólica, perturbam categorias que normalizam os demais. “É o estranho, o incoerente, o que está fora da lei, que nos dá uma maneira de compreender o mundo inquestionado da categorização sexual como um mundo construído, e que certamente poderia ser construído diferentemente.” (BUTLER, 2016a, p.191).

São esses corpos, cujas experiências são desperdiçadas, que revelam que somos, todos, tecnocorpos (PRECIADO, 2018). Já ilustrava Butler que “o gay é para o hétero não o que uma cópia é para o original, mas, em vez disso, o que uma cópia é para uma cópia.” (BUTLER, 2016a, p. 67). A proliferação das existências desviantes – como as sapatas, as bichas, ou as *drag kings*, as mulheres de barba e as transbichas sem paus de Preciado – promoveria oportunidades críticas de expor os limites e os objetivos reguladores do regime de inteligibilidade que as rejeita, disseminado, em seus próprios termos, matrizes concorrentes e

perturbadoras de desordem de gênero. Recuperamos o caos como forma de conhecimento a partir de tecnocorpos capazes de insurgir contra regimes que os produzem como “anormais”.

Como esses corpos-caos, ou melhor, representações desses corpos-caos, podem desafiar esquemas representativos da mídia hegemônica? E qual a importância desse gesto?

3.2.4. Do gênero-corpo ao gênero-texto: por um jornalismo transformativo

A sinteticidade das tecnologias de gênero que perfazem determinadas vidas como normais e outras como não importantes pode ser denunciada, segundo Butler, por meio da insurgência de corpos desviantes, que denunciam o caráter fabricado da normalidade em si. A mídia, conforme a filósofa, tem um importante papel na produção e reprodução de normas sociais, mas também pode exercer, subversivamente, um gesto crítico assumindo sua própria opacidade e conferindo visibilidade a existências não normativas. Trabalhos reflexivos e narrativos como os de Brum, Queiroz e Moraes parecem incorporar, em maior ou menor medida, essa tarefa ao expor o equipamento discursivo que utilizam para relatar vidas abjetas que, por sua vez, podem tensionar a normatividade dessa mesma linguagem. Nossa hipótese é de que a incompletude de um gênero-corpo, de qualquer corpo, talvez nos leve a compreender a incompletude do gênero-texto. E vice-versa.

Consideramos esses esforços extremamente relevantes quando reconhecemos que as representações da mídia têm implicações diretas em nossas relações cotidianas, uma vez que somente através das mediações interpessoais e tecnológicas, uma ética de responsabilidade com o outro, inclusive e principalmente com o outro distante, que nos é acessível somente através dos textos midiáticos, pode, ou não, ser forjada (SILVERSTONE, 2002a). Dificilmente reconheceremos uma vida fora nos enquadramentos nos quais ela é apresentada. Com Butler, lembramos que estruturas jurídicas da linguagem fazem parte da arena contemporânea do poder e não podemos nos situar fora desse espaço. Sendo assim, temos o compromisso ético de refletir sobre os mecanismos, ou os enquadramentos, que permitem tornar “certos sujeitos pessoas ‘reconhecíveis’ e tornar outros decididamente mais difíceis de reconhecer.” (BUTLER, 2015b, p.20). Precisamos pensar, também, em maneiras de subvertê-los.

Segundo a filósofa, existem duas formas distintas, porém complementares, de representação normativa. Há, primeiramente, um modo de enquadrar, ou de estereotipar, que produz uma identificação simbólica do rosto do outro como inumano, como o rosto do mal,

repugnante, com o qual não devemos e nem podemos estabelecer qualquer tipo de solidariedade. A outra estratégia seria um apagamento radical do outro, como se a vida em si nunca houvesse existido. Esses regimes de representação obliteram nossa capacidade de engajamento. Configuram formas de narrar que escodem a precariedade e a fragilidade da vida humana, condições necessárias para enxergarmos, nelas, seu valor e dignidade.

Compreender que uma vida pode ser perdida, violada ou negligenciada significa não apenas afirmar que toda vida é finita, mas que toda vida é precária. Todos dependemos de condições sociais e econômicas e de uma rede de apoio para sobreviver. Isso significa que nossa vida sempre está nas mãos do outro. “É exatamente porque um ser vivo pode morrer que é necessário cuidar dele para que possa viver.” (BUTLER, 2015b, p. 32). A vida adquire sua importância quando ela pode ser perdida, o que leva Butler a concluir que “a possibilidade de ser enlutada é um pressuposto para toda vida que importa.” (BUTLER, 2015b, p. 32). Parece-nos muito difícil, a partir dos esquemas de inteligibilidade fornecidos pela mídia e pelo jornalismo tradicional, estimular reações de indignação à precariedade de determinados grupos sociais, dentre eles, mulheres não normativas subjugadas por opressões que não apenas de gênero.

É somente através do desafio à mídia dominante que certos tipos de vida podem se tornar visíveis e reconhecidas como precárias. Para Butler, uma luta precisa ser travada contra as forças que tentam regular nossa sensibilidade e nossa comoção, “diferenciado os gritos que podemos ouvir dos que não podemos, as visões que conseguimos enxergar das que não conseguimos.” (BUTLER, 2015b, p. 83). O sentimento de indignação tem, conforme a autora, um grande potencial político e aglutinador, e por isso ele é frequentemente amortecido e anestesiado por regimes de representação hegemônicos. Dessa forma, narrativas que tentam humanizar o outro abjeto, que reconhecem a precariedade tanto dos sujeitos, como dos próprios relatos, parecem ser uma arma eficaz nesse combate.

Cogitamos que as reportagens de Brum, Queiroz e Moraes, ao tentarem “enquadrar” tanto o narrador quanto o enquadramento que ele trama, permitem aflorar a autorreflexividade e a responsabilidade que as distanciam, em alguma medida, da produção hegemônica. Trata-se de narrativas, como já falamos, perspectivadas, personificadas, assumidamente precárias e falhas e, por isso, tendencialmente imputáveis e sujeitas à crítica. Expõem seus artifícios, mostrando que a “moldura” que circunscreve a realidade narrada, assumindo que ela “nunca conteve de fato a cena a que se propunha ilustrar, que já havia algo de fora, que tornava o próprio sentido de dentro possível, reconhecível.” (BUTLER, 2015b, p.23).

Ao admitir sua parcialidade, narrativas de objetividade perspectivada compreendem que algo sempre escapa às tentativas de representação. Todo ato representacional será, sempre, insuficiente. A precariedade do outro, para Butler (2011), assim que vem à tona, o torna irrepresentável, inapreensível. Estar diante dessa precariedade, do rosto do outro – no sentido levinasiano²³ – é estar diante da “vocalização da agonia que ainda não é exatamente linguagem.” (BUTLER, 2011, p. 22), do clamor de seu sofrimento humano, “do qual não é possível ter uma representação direta.” (BUTLER, 2011, p. 26). Alguma perda do humano sempre acontece quando ele é capturado pela imagem. Porém, é preciso lidar com essa impossibilidade discursiva e com essas vidas pungentes, ainda que de forma limitada. Se insistimos em representar o que em nós há de irrepresentável, esse paradoxo, segundo Butler (2011), deve ser absorvido nas representações que realizamos. “Para a representação exprimir o humano ela não deve apenas falhar, mas deve mostrar sua falha.” (BUTLER, 2011, p.27).

Discursos da mídia e seus efeitos de poder devem ser discutidos por todos os participantes da cultura midiática, ao contrário, nos tornamos cúmplices de sua lógica. A representação e a mediação são atividades coletivas, assim como um jogo. E assim como um jogo, afirma Roger Silverstone (2002a), essas formas de comunicação dependem de que todos os seus participantes aceitem suas regras. Se somos ativos nesse jogo, devemos ser responsáveis por nossas ações, caso contrário, seremos moralmente culpáveis. Esse compromisso precisa ser assumido principalmente por produtores de discursos, que se tornam cúmplices de perspectivas dominantes quando fracassam em refletir sobre as limitações de suas práticas e quando não assumem esses limites tanto para os representados como para as audiências.

Os participantes da cultura midiática são cúmplices na medida em que aceitam que as mídias são necessárias tanto para nossa compreensão do mundo como para nossa capacidade de valorizar o outro, como as mídias de fato são; mas também quando aceitam que elas são suficientes, o que não podem ser. (SILVERSTONE, 2002a, p. 21. Tradução nossa.).²⁴

²³ A noção levinasiana de “rosto” diz respeito ao modo mais básico de responsabilidade. Segundo Butler (2011), o rosto será aquele que emana a extrema precariedade do Outro e, portanto, sua humanidade, que não pode ser diretamente apreendida pela palavra. O rosto representa uma demanda ética de cuidado feita pelo Outro, um pedido que escapa à linguagem. Para Levinás (2018), o rosto é exatamente aquilo que não se reduz a ele. É aquilo que, por sua precariedade, nos convida a um ato de violência para com o Outro, mas é precisamente aquilo cujo sentido nos impede de matar. Em suma, o rosto é uma significação sem contexto, que não se relaciona com outra coisa. É um sentido, conforme Levinás, só para ele. Por isso, não pode ser visto e transformado em conteúdo.

²⁴ Participants in media culture are complicit insofar as they accept the media as necessary for both our understanding of the world and our capacity to value the other, as the media indeed are; but also as sufficient, which they cannot be.

Indagamos se determinados enquadramentos, como aqueles propostos por Brum, Queiroz e Moraes, podem se tornar locais de algumas rupturas politicamente significativas. Em articulação com outras iniciativas semelhantes, as reportagens parecem rascunhar modos transformativos de reconhecimento, comprometidos com a crítica às estruturas linguísticas que conformam seus discursos e aos estereótipos resultantes de sua lógica reguladora. Não obstante, tentam construir percursos mais afeitos à alteridade e à diversidade da vida social.

Em um país como o Brasil, quinto do mundo com mais casos de feminicídio, com aumento expressivo da taxa de morte de mulheres negras, e o que mais mata transexuais e travestis, cujas expectativas de vida não passam dos 35 anos²⁵, refletir sobre o papel das narrativas midiáticas na naturalização dessas mortes é indispensável. Supõe-se que determinadas agruras de nosso tempo, que intercedem brutalmente na vida de mulheres, de negros, de pobres e de pessoas que não se encaixam nos padrões heteronormativos, são resultados de opressões geradas pela perspectiva neoliberal, pela racionalidade indolente, pelo fascismo social, pelas linhas abissais, por estereótipos e por representações midiáticas dominantes que, muitas vezes, permanecem intocadas, inquestionadas e não combatidas.

Ainda que os trabalhos abordados por nossa pesquisa carreguem traços de uma herança positivista do jornalismo, de perspectivas classistas, da heteronormatividade ou da verticalidade que estrutura grande parte das relações entre jornalistas e personagens – elementos que iremos problematizar em nossa análise – desejamos investigar possíveis contribuições fornecidas por essas reportagens bastardas, narrativas e autorreflexivas. Queremos perceber as relações de reconhecimento, no sentido antipredicativo e transformativo proposto por Butler (2015a) e Safatle (2015a, 2015b), que se fazem visíveis nos textos e que tangenciam tanto a produção desses relatos como sua circulação no espaço social. Há alguma superação de fronteiras normativas nessas instâncias?

Nos instigamos, também, a pensar sobre a rebeldia hiper e pós-identitária dos femininos que se busca retratar. As mulheres heterodesviantes representadas nos relatos abordados em nossa pesquisa podem ser encaradas como piratas ou *hackers* de gênero-corpo, nos termos de Preciado. A partir delas, nos perguntamos: poderíamos considerar Brum, Queiroz e Moraes como piratas ou *hackers* de gênero-texto, ainda que cercadas por restrições e dificuldades? Mesmo de forma incompleta ou limitada, essas profissionais parecem tentar, no seu ofício – assim como suas personagens, em suas próprias vidas – saquear a hegemonia da normalidade. Usos diferenciados das representações midiáticas, técnicas centrais de

²⁵ Ver referências.

produção de subjetividade no regime farmacopornográfico, podem, quem sabe, revelar “o caráter radicalmente tecnocontruído, inegavelmente múltiplo, maleável e mutável dos corpos e prazeres.” (PRECIADO, 2018, p. 245).

A despeito de inevitáveis entraves, acreditamos, como Preciado, na necessidade de nos reapropriarmos de tecnologias e espaços e torná-los “lugares de resistência ao ponto de vista universal, à história branca, colonial e hetero do humano.” (PRECIADO apud COELHO, 2009, p.36). Essas tecnologias podem ser usadas para redesenhar fronteiras entre gêneros e dinamitar o sistema econômico capitalista e heterossexual. Levar em consideração experiências jornalísticas, tais quais as que elegemos para nosso estudo, talvez favoreça um esforço político – feminista e *queer* – de repensar dualismos e ressignificar representações de gênero e outras interseccionalidades, mesmo que configurem, apenas, um enfrentamento embrionário às heteronormas.

Reconhecer “uma multidão de diferenças, uma transversalidade de relações de poder, uma diversidade de potências de vida” (PRECIADO, 2011, p.18) pode colocar em questão os regimes de representação política, assim como os sistemas de produção dos saberes dos “normais”. Recuperar narrativas que miram humanizar e reconhecer identidades abjetas e “terroristas”, criticamente, é um movimento vital nesse contexto. Essas iniciativas, brechas no campo jornalístico, podem ter potencial de se transformarem em crateras pluralistas que permitam passar outras vozes, outros discursos, outros corpos, outros tecnogêneros, outras vidas que devem importar.

Vamos a elas.

4. FEMININOS IMPLOLIDOS E CACOS REJUNTADOS: DAS POSSIBILIDADES DE RUPTURA ÀS BARREIRAS DA REPRESENTAÇÃO

Figura 1: tirinha Laerte Coutinho



Laerte Coutinho

Rir de categorias sérias é indispensável para o feminismo.
Judith Butler, *Problemas de Gênero*

Supomos que as reportagens *A floresta das parteiras*, de Eliane Brum, *Presos que menstruam*, de Nana Queiroz, e *O nascimento de Joicy*, de Fabiana Moraes, consigam propor formas alternativas de relatar sujeitos diversamente codificados como mulheres, desviando-se, em algum grau, de uma prática jornalística “indolente”, empenhada em categorizar e estereotipar sujeitos e grupos. As repórteres optam por engendrar textos autorreflexivos e narrativos, fazendo emergir um discurso de verdade parcial, posicionado e perspectivado. Essas produções, a nosso ver, tentam afrontar os limites de sua própria gramática, ao mesmo tempo em que são tensionadas pela instabilidade identitária dos corpos não normativos que ambicionam representar. Reforçamos nossa hipótese: a incompletude de um gênero-corpo pode nos ajudar a compreender a incompletude de um gênero-texto, e vice-versa.

Para melhor interpretar essas dinâmicas, intentamos, em nosso esforço analítico, explorar aspectos textuais constitutivos dessas reportagens. A partir deles, inquirimos possíveis deslocamentos que essas produções podem provocar em heteronormas cristalizadas no tecido social. Queremos, ainda, apreender as relações de reconhecimento que as produções podem invocar em diferentes âmbitos. Perguntamos: as reportagens conseguem estimular formas narrativas mais solidárias e emancipatórias? Elas são capazes de nos oferecer pistas de tal empenho? Sabemos que rastros do saber positivista, estes sem dúvidas, teimam em percorrer as linhas dos textos e não negligenciamos, em nossa análise, a crítica a elementos dessa natureza. Justamente por isso, também indagamos: apesar dessas heranças, quais seriam

as propostas de transformação e humanização presentes no jornalismo narrativo de traquejos feministas?

Para rascunhar algumas respostas, pretendemos realizar uma *análise do discurso narrativo*. Essa metodologia consiste, como nos atenta Luiz Gonzaga Motta (2008), em perscrutar estratégias comunicativas – ou seja, “as atitudes organizadoras de discurso” (MOTTA, 2008, p. 144) – e escolhas linguísticas e extralinguísticas empregadas para cumprir objetivos específicos. Se entendemos, em diálogo com o autor, que a organização de uma narrativa midiática não é aleatória e está articulada a contextos políticos e pragmáticos, produzindo efeitos consciente ou inconscientemente ambicionados, é possível afirmar que por meio de uma análise dos elementos textuais que compõem as reportagens conseguiremos compreender, pelo menos parcialmente, aspectos dos agenciamentos presentes nas representações em questão, assim como possibilidades de subversão e resistência que esses relatos conclamam.

Trazemos para a análise da narrativa jornalística algumas contribuições que Gérard Genette (2005), importante crítico literário e teórico da literatura, já mencionado em nosso trabalho, forneceu para o seu campo de estudo. Segundo o autor, “a análise do discurso narrativo implica o estudo das relações entre o discurso e os acontecimentos que relata e entre esse mesmo discurso e o ato que o produz, realmente ou ficticiamente.” (GENETTE, 2005, p. 25). Em outras palavras, Genette sugere pensar sobre as relações entre o discurso escrito (o enunciado), os acontecimentos ou a história que esse discurso ou relata (o conteúdo narrativo) e o próprio ato de narrá-los (a narração). Objetivamos problematizar esses elementos da narrativa em *instâncias da mediação* que servirão como categorias de análise que, cabe destacar, não ambicionam dar conta da totalidade dos objetos de pesquisa, mas miram alguns aspectos que julgamos mais centrais para problematiza-los. O conceito de mediação torna-se, portanto, uma ferramenta de recorte analítico.

A mediação, palavra complexa originária do latim tardio, *mediare*²⁶, foi empregada de maneira bastante distinta em diversos sistemas do pensamento moderno (WILLIAMS, 2007). Na Comunicação, teóricos como Roger Silverstone (2002a, 2002b) e Jesus Martín-Barbero (2015) trabalharam, com expressividade, possíveis usos do termo para o campo. Ao contrário de abordagens anteriormente prevalecentes, que encaravam a mediação midiática como uma

²⁶ Segundo Raymond Williams (2007), o termo “mediação” carrega dos sentidos principais, no inglês: pode se referir a uma intervenção entre adversários com o propósito de reconciliá-los; ou a um meio de transmissão. Em 1425, aproximadamente, passou-se a registrar um terceiro sentido, de repartir ao meio, hoje, segundo o autor, obsoleto.

espécie de falseamento da realidade, esses teóricos passaram a compreendê-la como parte constituinte, e muito real, da nossa experiência cotidiana.

Para Silverstone (2002b), a mediação implica o movimento de significados: “de um texto para outro, de um discurso para outro, de um evento para outro.” (SILVERSTONE, 2002b, p. 33). Esse movimento é inerentemente transformativo na medida em que resulta de fluxos de produção, de recebimento, de interpretação e de ressignificação. A mediação seria, em suma, a circulação de significados no cotidiano, por meio de textos primários e secundários, através de intertextualidades infundáveis. Silverstone afirma que esse fundamental, múltiplo, dialético e, não obstante, desigual processo depende não apenas da comunicação face a face, mas da mídia institucionalizada. Como já apontado, a mídia está diretamente implicada nos processos de engajamento com o outro, especialmente com o outro distante, uma vez que as tecnologias midiáticas e seus textos são cada vez mais penetrantes e que atores sociais se tornam progressivamente dependentes do fornecimento desses significados. Logo, a mediação tem consequências significativas na forma como o mundo, e como o outro, aparece *no* e *para* o cotidiano.

Martín-Barbero aponta que a mediação perpassa o recebimento, a interpretação e a ressignificação de textos midiáticos por parte de audiências. No âmbito dessas *táticas* de apropriação, ela opera como um filtro ou peneira, como uma chave de leitura entre texto e leitor, que pode provocar desvios e reinterpretações do que lê a partir de suas próprias experiências. A mediação também é um conceito útil para se pensar, como destaca Silverstone, a produção e a construção de textos, conduzindo *estratégias* de engendramento de sentidos que são reproduzidos e continuamente transformados. Podemos dizer, sinteticamente, que enquanto Martín-Barbero se preocupa em perceber a mediação no âmbito das táticas de assimilação acionadas pelo público que se relaciona com os discursos em circulação, Silverstone dedica-se a refletir, principalmente, sobre as estratégias de construção de discursos, embora não negligencie usos que a audiência, cúmplice da lógica midiática, faz dessas narrativas.

Como nossa pesquisa não irá se debruçar sobre formas de engajamentos dos receptores de discursos jornalísticos, ao menos não diretamente, mas sobre elementos textuais das reportagens, pretendemos retomar esferas da mediação, compreendidas a partir das proposições de Silverstone, que buscam registrar, descrever e interpretar o Outro colocado em circulação na narrativa. Através de uma investigação das *automediações* das repórteres em seus próprios textos, da *mediação das personagens* – construídas, primordialmente, a partir de

suas desidentidades de gêneros e de outros atravessamentos, como raça e classe – e dos *limites da mediação*, que emergem a partir do encontro com uma alteridade radical que desafia e intimida tentativas de representação, realizaremos, então, uma análise narrativa dos objetos de investigação.

Como já defendido em nossa pesquisa, uma das características fundamentais das reportagens estudadas é a presença de narradoras homodieéticas que, conforme Motta (2008), constroem suas histórias a partir do “eu” ou de um efeito de presença desse “eu”, como sugere Peres (2017). As repórteres, alternando-se no uso da primeira e da terceira pessoa, encarnam o papel da testemunha capaz de suportar o relato do outro, integrando, logo, a própria experiência que almejam transmitir. As jornalistas explicitam, assim, perspectivas e posicionalidades, como postula a teoria crítica feminista, assumindo o caráter fabricado de seus discursos, comprometidos não com a verdade única e plenamente inteligível do jornalismo dominante, mas com a verdade enigmática, sempre em aberto, do saber narrativo. Isso posto, a *automediação*, ou seja, o relato ou a performatividade de si nas reportagens, se coloca como uma primeira categoria analítica.

A revelação desse ato de narrar – ou da narração, como denomina Genette – parece evidenciar desdobramentos causados pela presença das jornalistas nas realidades que elas buscam apreender. Não obstante, constituem um dispositivo aparentemente indispensável para o jornalismo crítico que procuraram afirmar. A opção de enquadrar-se no relato, como Butler (2015b) propõe, nos parece ser essencial para consolidação da autorreflexividade que distingue esses trabalhos da produção hegemônica. É importante notar que os paratextos, ou textos secundários, atuam em direta sintonia com esse propósito narrativo. São os espaços nos quais as jornalistas, inclusive, encorajam-se no uso do “eu”, utilizando-se da primeira pessoa com mais expressividade. Recordamos com Genette (2018) que o paratexto traz sugestivas marcas dos propósitos de quem escreve. Sua função é, justamente, assegurar ao texto “um destino conforme os desígnios do autor.” (GENETTE, 2018, p. 358).

Ainda, iremos examinar a *mediação das personagens*, no que diz respeito a suas construções literário-jornalísticas e às formas de representação de corpos interseccionalmente gendrados. Não se trata, como ressalta Motta, de realizar apreciações sobre uma realidade histórica ou sociológica, mesmo porque a pessoa real é sempre irreduzível às narrativas constituídas a seu respeito. A personagem jornalística deve ser vista como construto, assim como a personagem literária, na medida em que o autor possui autonomia para escolher os elementos fornecidos pela vida real, separando-os em fragmentos que irão compor seu texto.

Devemos, pois, evitar a análises de cunho psicológico ou social, atentando-nos para o fato de que estamos refletindo sobre figuras do discurso jornalístico. É preciso observar “como o narrador imprime no texto marcas com as quais pretende construir a personagem na mente dos leitores/ouvintes. É por essas outras vias que chegaremos às questões políticas e sociais.” (MOTTA, 2008, p. 152).

Nas reportagens, as jornalistas, assim como na literatura, precisam oferecer uma linha de coerência para delimitar, mesmo que minimamente, a existência de suas personagens, que na realidade são muito mais complexas e caóticas. Para Antônio Candido (2004), as personagens estão sujeitas, “antes de mais nada, às leis de composição das palavras, à sua expansão em imagens, à sua articulação em sistemas expressivos coerentes.” (CANDIDO, 2004, p. 78). Isso não quer dizer que as personagens serão simples. Assim como no romance moderno, que lhe rendeu inspirações, a reportagem narrativa pode investir na elaboração do ser fictício, anuviando esquemas fixos de “ente delimitado” presentes em outras correntes literárias e em certas práticas tradicionais do jornalismo. No entanto, mesmo que se busque formas mais abertas de relato que incorporem, textualmente, as ambiguidades inerentes a corpos heterodesviantes, as jornalistas que abordamos em nosso estudo almejam edificar sujeitos minimamente inteligíveis e lógicos, pois elas se atêm a algumas premissas do jornalismo tradicional. A missão ainda é, de uma forma ou de outra, informar. Nas reportagens autorreflexivas e narrativas, a construção de personagens simultaneamente bem delineadas e imprevisíveis podem provocar persistentes tensões.

É preciso ter em vista, também, a complexidade singular dessa construção fática que, eticamente, demanda maior cuidado e responsabilidade por parte das repórteres. As personagens existem fora dos universos diegéticos propostos pelas reportagens; não estamos lidando com entidades puramente ficcionais e aleatórias. Como nos rememora Motta, a personagem jornalística relaciona-se estreitamente com uma pessoa cuja vida será afetada pelo relato a seu respeito. Ou seja, a forma como essas personagens serão vistas, por narratários que as desconhecem, está intimamente ligada às estratégias de representações operadas pelas jornalistas. Afinal, “quando o narrador configura um discurso na sua forma narrativa, ele introduz necessariamente uma força ilocutiva responsável pelos efeitos que vai gerar no seu destinatário.” (MOTTA, 2008, p. 144). Possíveis engajamentos dependem, diretamente, dessas formas de narrar.

A construção das personagens das reportagens que investigamos passa, a nosso ver, por três aspectos principais. Acreditamos que o enquadramento desses sujeitos como

indivíduos marginalizados por seu “terrorismo de gênero” é engrenagem central dessas produções. Torna-se necessário, portanto, refletir sobre aspectos textuais que revelam *concepções de gênero* que orientam tentativas de representação. Considerando, ainda, que o gênero é construído a partir de atravessamentos de raça, classe, etnia, sexualidade e geração, para citar alguns fatores, pretendemos notar, em nossa análise, marcas das *interseccionalidades*, principalmente ao consideramos que todas as personagens em questão são oprimidas, também, por outras operações de exclusão, como o racismo e o classismo. Temos personagens pobres, negras, indígenas, nordestinas, lésbicas, transhomens, transmulheres, velhas e jovens que pouco se relacionam com a figura de mulher do feminismo liberal, já efusivamente criticada em nosso estudo. Para fugir dessa categoria restrita, acreditamos na necessidade de problematizarmos outros aspectos constituintes dos sujeitos que interferem nos processos de construção narrativa. Por fim, objetivamos averiguar como as reportagens podem desafiar alguns *estereótipos* de gênero ou, até mesmo, reforçar outros. Sabemos que há contradições e ambiguidades nesses relatos e queremos colocá-las em relevo. A partir desses eixos, podemos nos perguntar sobre as maneiras de operar, textualmente, a opacidade que o sujeito da representação reivindica. Questionaremos quais são os pontos nodais de identidade cultural que, inadvertida ou propositalmente, se tenta fixar e quais se pretende, subversivamente, dissolver. Nos termos de Genette, pretendemos investigar, em suma, como a história perturbadora de sujeitos desviantes se torna enunciado.

Em nossa última categoria analítica, investigaremos os *limites da mediação*, revelados quando a radicalidade do outro representado emerge, quando algo escapa à tentativa de dominá-lo cognitivamente. Ao tentar trazer para cena a impossibilidade de incorporar o humano, assim como percalços de qualquer ato representacional, repleto de ruídos e empecilhos, as jornalistas se distanciam de práticas dominantes que tentam negar a instância do embate, fundamental para todo discurso que se pretende posicionado, solidário e radicalmente democrático.

O conflito desponta quando um acontecimento desafia quem pretende transformar a alteridade em discurso, em uma tensão entre história e narração que dificulta a construção narrativa. Como vimos com Butler (2011), a precariedade do outro, assim que vem à tona, o torna irrepresentável, inapreensível. Precisamos, pois, compreender como essa impossibilidade discursiva passa a existir nas reportagens investigadas. Apostamos que, a partir desses questionamentos, conseguiremos analisar marcas dos processos de

reconhecimento que perpassam a feitura das reportagens, assim como das alianças estabelecidas entre atores envolvidos nessas relações.

Guiando-nos mais por um exercício provocativo do que por repostas absolutamente categóricas, acreditamos que esse percurso metodológico nos permite perceber em que medida os trabalhos de Eliane Brum, Nana Queiroz e Fabiana Moraes podem contribuir na busca por legitimação, visibilidade e reconhecimento social, pelo equilíbrio das relações de poder e pela garantia de direitos e participação política.

4.1. A aut mediação

4.1.1. A instância introdutória

“Acredito na reportagem como documento da história cotidiana, como vida contada, como testemunho.” (BRUM, 2017, p. 14). É afirmando uma forma singular de encarar o jornalismo que Eliane Brum inicia sua obra. Antes de adentrarmos os confins da selva Amazônica, cenário-personagem de *A floresta das parteiras*, Brum lança mão da primeira pessoa e posiciona-se como profissional na introdução do livro *O olho da rua*, texto que precede as dez grandes reportagens sobre os vários “Brasis” que percorreu e conheceu exercendo seu ofício. A defesa de certas premissas que dão lastro à produção jornalística que se almeja colocar em prática está presente, em verdade, nos trabalhos das três profissionais que elegemos para nosso estudo. Nana Queiroz, em *Presos que menstruam*, e Fabiana Moraes, em *O nascimento de Joicy*, também exploram a primeira pessoa e a instância introdutória de suas obras nesse sentido.

Recordamos, com Genette (2018) que aqueles paratextos que antecedem a escrita principal podem orientar, decisivamente, percepções do leitor. “A localização preliminar é, portanto, monitória: eis por que e eis como você deve ler esse livro.” (GENETTE, 2018, p. 173). Trata-se, a seu ver, de um domínio de comunicação desigual e até mesmo desequilibrado, pois o autor apresenta um comentário sobre um texto que, naquele momento da leitura, o público desconhece. Com a introdução, Brum, Queiroz e Moraes parecem buscar, logo, contornos bem delimitados para suas práticas. Procuram moldar olhares que percorrerão as linhas de seus relatos, norteando interpretações conforme seus próprios intuitos. Esse tipo de “paratexto é, de algum modo, um instrumento de adaptação.”

(GENETTE, 2018, p. 358). Nos referimos, portanto, a escrituras capazes de sugerir, com certa veemência, como essas jornalistas ambicionam a recepção de seus trabalhos.

Eliane Brum, como podemos notar, destaca o *caráter testemunhal* de seus textos. Faz saber que a experiência do “eu” repórter é constitutiva de seu exercício jornalístico, mesmo que este “eu”, na escrita principal, seja sorrateiro, discreto e pontualmente percebido, como iremos demonstrar. Ao sublinhar, na introdução, a experiência particular que aporta a produção da reportagem em voga, Brum nos adverte que ela será, conseqüentemente, parcial e posicionada: o texto não é resultado da metodologia intransigente de práticas dominantes, mas um desdobramento da vivência específica da profissional, que se torna, assim, responsável por aquilo que relata. A repórter chega a afirmar: “Exerço o jornalismo sentindo em cada vértebra o peso da responsabilidade de registrar a história do presente.” (BRUM, 2017, p. 14). Reivindica-se, dessa forma, a autoria do texto e, de maneira inevitável, seus possíveis desdobramentos.

O testemunho, como discutimos a partir de Serelle (2009), Peres (2017) e Resende (2009), além de reivindicar posicionalidades e responsabilidades faz emergir, também, as lacunas e as falhas dos processos de representação, dimensão da reportagem bastante estimada por Brum. *O olho da rua*, afirma, é “uma confissão de minhas escolhas, meus sustos, meus dilemas e também de meus erros.” (BRUM, 2017, p. 14). A jornalista não dispensa riscos e falibilidades que acompanham seus textos. Para ela, essas fissuras são fundamentais. Sua própria opacidade parece ser uma condição indispensável para seu trabalho. “Meu ofício é encontrar o que torna a vida possível, a delicadeza nas horas brutas. É esse o mistério que me fascina. Para buscá-lo, escolhi meu farol: o olhar que carrego pelos tantos Brasis é aquele que reconhece no outro a fratura que já adivinhou em si mesmo.” (BRUM, 2017, p. 13). Somente a lacuna de si permitiria que ela, Eliane, percebesse o caos que o outro, desconhecido, representa. Apenas uma repórter incompleta e capaz de se “despossuir”, para usarmos o termo proposto por Safatle (2015b), conseguiria, a seu ver, “atravessar primeiro a larga e sempre arriscada rua de si mesmo” (BRUM, 2017, p. 14) para encher-se do relato do outro. E não um outro qualquer: Brum privilegia a história cotidiana de pessoas comuns, cujas vidas ordinárias são frequentemente esquecidas pelos regimes de representação que pautam a produção jornalística cotidiana. Em seu conteúdo, *A floresta das parteiras* reafirma a tradição da reportagem brasileira, destaca por Vidal Souza (2010), que busca desvendar o Brasil remoto, ainda que por meio de abordagens narrativas particulares, conforme iremos apontar.

Nana Queiroz, na introdução de *Presos que menstruam*, também deixa transparecer os ruídos que acompanham seu relato, sugerindo, no entanto, que essas falhas ocorrem menos por escolha e mais pelas condições de apuração que lhe foram impostas.

Nunca me foi permitido levar câmeras ou gravadores e tive que desenvolver uma memória robusta. Muitas vezes, deixava o presídio repetindo frases em sussurros, feito ave-marias, para não esquecer exatamente como foram ditas. Noutras, anotava tudo nas mãos ou em pequenos pedaços de papel que carregava nos bolsos. Era, afinal, possível quebrar silêncios. (QUEIROZ, 2015, p. 17).

Ao expor sua metodologia, notadamente precária frente regras de sigilo impostas pelos presídios, a jornalista insinua que a reportagem poderá conter certas imprecisões factuais. Entretanto, as dificuldades que perpassaram o processo de apuração não comprometem seu escopo. Para Queiroz, o mais importante não aparenta ser a reprodução exata das realidades que aborda em texto, mas a percepção de que essas realidades são violentas, cruéis e precisam ser enfrentadas. A objetividade jornalística, como objetivo último da reportagem, parece ser parcialmente escanteada pela repórter, mais engajada, alegadamente, com desdobramentos políticos e democráticos do seu trabalho.

Apesar de explorar elementos testemunhais e narrativos em sua reportagem, como veremos adiante, Queiroz pouco fala sobre eles na introdução de seu texto. Em seu primeiro contato com o leitor, prefere destacar, de maneira mais efusiva, outros aspectos de sua produção. Opta por privilegiar, por exemplo, o ativismo que a impulsiona como repórter:

Tabus são mantidos, também, pelos que se recusam a falar sobre ele. E nós, enquanto sociedade, evitamos falar de mulheres encarceradas. Convencemos a nós mesmos de que certos aspectos da feminilidade não existirão se nós não o nomearmos ou se só falarmos deles bem baixinho. Assim, ignoramos as transgressões de mulheres como se pudéssemos manter isso em segredo, a fim de controlar aquelas que ainda não se rebelaram contra o ideal da feminilidade pacífica. Ou não crescemos ouvindo que a violência faz parte da natureza do homem, mas não da mulher?" (QUEIROZ, 2015, p. 19).

Seu intento maior é tornar visível uma realidade propositalmente ocultada, que tensiona a normatividade que circunda a ideia hegemônica de mulher. Engendra, assim, um *jornalismo de denúncia*, que tenta conferir inteligibilidade a corpos tabus recorrentemente produzidos como não existentes. Nota-se, logo, que a repórter toma a luta feminista como perspectiva orientadora do relato. O embate de gênero pode ser visto, supomos, como elemento estrutural da narrativa.

Alinhada, inclusive teoricamente, à discussão feminista, Queiroz não deixa de trazer à cena sua posicionalidade, utilizando-a para atingir propósitos políticos. A repórter alega que

adentrou “esse mundo me lembrando de ser uma mulher falando com outras mulheres.” (QUEIROZ, 2015, p. 18). Apesar das diferenças – principalmente de classe e raciais – que a separam social, econômica e culturalmente de suas personagens, a autora consegue forjar, nessa sentença, relações de proximidade com as prisioneiras que entrevista, ampliando, por meio de seu próprio lugar como mulher, os limites dessa categoria, cujas barreiras precisam ser alargadas para conseguirem englobar, também, feminilidades desviantes.

Em articulação a essa estratégia narrativa, Queiroz destaca, na introdução, sua escolha por reproduzir, *ipsis litteris*, o vocabulário das presas:

Optei por manter o sabor da gramática das cadeias e o idioma das periferias que lotam as prisões do Brasil. A informalidade, as gírias e a burla à norma culta da língua são informações importantes sobre as origens e a personalidade de cada mulher aqui retratada. Trazem um pouco também das cinco regiões do Brasil pelas quais viajam esses relatos. (QUEIROZ, 2015, p. 18).

Quando fala em “sabor”, Queiroz se refere a algo que deve ser apreciado, experimentado com prazer, degustado. A manutenção de um português bandido, que furta a autoridade de normas gramaticais exaltadas por falantes das classes mais abastadas, é uma estratégia utilizada não apenas para moldar o perfil de suas personagens – elemento que discutiremos nas próximas categorias analíticas – mas para legitimar e valorizar, também, formas subalternas de falar. Tentativas de engrandecer o outro marginalizado parecem percorrer, com protagonismo, a obra ativista de Queiroz.

Fabiana Moraes, por sua vez, prefere se ater, na instância introdutória de seu trabalho, à sua turbulenta relação com Joicy. Segundo ela, seu livro foi pensado, precisamente, “para refletir sobre as proximidades e os distanciamentos que se impõem entre jornalistas e personagens, entre quem observa e quem é observado, entre quem quer ouvir e quem espera ser ouvido.” (MORAES, 2015, p. 22). A repórter se ocupa em defender, portanto, prováveis contribuições que sua obra pode oferecer para reflexões, até mesmo de ordem teórica, sobre essas relações.

Nossas teorias ainda não exploram a contente uma relação na qual os atores em questão, jornalista e fonte/personagem, nunca são estanques nem passivos. Eles podem facilmente sair de suas peles para transmutar-se naquilo que o outro não conhecia – e é justamente aí que reside boa parte do assombro, da dor, do suor e da alegria. (MORAES, 2015, p. 18).

Ao se referir ao “assombro” e a elementos desconhecidos que acometem o encontro com o outro, Moraes se coloca na mesma seara de Eliane Brum e Nana Queiroz, valorizando

imprevistos que podem atravessar seu processo criativo. O embate com a personagem, repleto de “dor”, “suor” e “alegria”, precisa ser pensado, segundo ela, nessa chave mais complexa, de uma maneira que o jornalismo tradicional não deu conta, ou não procura dar conta, de apreender. Como sugerimos a partir das proposições de Mouffe (2015), grande parte das instituições sociais, como a mídia, aspira a eliminação o dissenso como parte constitutiva da coexistência humana, privilegiando falsos e frequentemente brutais consensos em nome do bem comum. Não é o que Fabiana Moraes pretende fazer.

Nesse “confronto” de diferenças”, é importante marcar também a solidariedade estabelecida, os necessários embates e debates que ajudam a repensar lugares e papéis à primeira vista dados, mas que vão sofrendo contínuos abalos durante a reportagem, e, como no caso de “O nascimento de Joicy”, depois de sua publicação. (MORAES, 2015, p. 23).

Para aclarar a relevância do conflito na constituição de sua reportagem – dimensão que pode estimular a busca por relações solidárias – a jornalista tenta salpicar, no início de sua obra, alguns aspectos da personalidade “barroca” de Joicy, perceptíveis, justamente, por meio da automediação que Moraes mobiliza para expor a interação entre elas e os desdobramentos dessa conversação.

Esse alheamento (provável resultado das condições de vida e da socialização da ex-agricultora) foi algo que me fascinou, me irritou, me comoveu, me espantou. Foi também uma das mais difíceis características de Joicy com as quais precisei aprender a lidar – e nem sempre consegui. Brigamos várias vezes, em discussões nas quais não estava claro quem era a antagonista (mas, de fato, existia uma?). Censurei-a outras tantas, principalmente pelo modo pouco suave com o qual cuidava de si, pelo modo pouco suave com o qual lidava com a família. Hoje, vejo que ali eram os meus valores os atingindo negativamente e, por mais que eu tentasse domar minha reação e minha dor, nem sempre era possível mantê-los distantes do ambiente da pauta. (MORAES, 2015, p. 20).

Moraes antecipa ao leitor sua incapacidade de lidar, em momentos de maior tensão, com a diferença que Joicy representa. A jornalista também questiona sua própria conduta, conferindo à reportagem os mesmos contornos testemunhais e lacunares reivindicados por Eliane Brum e Nana Queiroz nas introduções de seus respectivos livros. O testemunho, para Moraes “tem a ver com a verdade uma vez que as limitações da repórter e as negociações realizadas entre jornalista e personagens são expostas.” (MORAES, 2015, p. 230). Isso a leva a defender um *jornalismo de subjetividade*, no qual

[...] não são negados, e sim considerados, os elementos que escapam à rede técnica jornalística. Assumo que não é possível domar o ambiente da reportagem, como intencionam aqueles cuja pretensão enfraquece a própria prática, mas utilizo o que aparece fora da curva a favor da narrativa. (MORAES, 2015, p. 24).

Acreditamos que o jornalismo testemunhal de Eliane Brum, o jornalismo ativista e combativo de Nana Queiroz e o jornalismo de subjetividade de Fabiana Moraes parecem compartilhar algumas consonâncias. No primeiro contato que temos com as reportagens, podemos indicar, até agora, um comum esforço: as três profissionais tentam, de alguma maneira, se afastar da prática jornalística dominante – seja pelo tipo de conteúdo com os quais se dispõem a trabalhar ou pela forma como tratam, discursivamente, essas questões. A demarcação de diferenças com produções que julgam insuficientes para retratar realidades ignotas não é assegurada, no entanto, somente nos textos iniciais, de autoria própria. Apesar da automeadiação introdutória se configurar como estratégia fundamental para convencer o público desse afastamento, uma vez que prepara nosso olhar, como leitores, para interagir com textos de contornos intencionalmente alternativos, contraposições ao jornalismo dominante são reiteradas, principalmente por Brum e Moraes, em outras seções de seus livros. Acreditamos que essa distinção, amiúde pontuada, é capaz de singularizar os relatos conferindo-lhes prestígio.

4.1.2. *O afastamento de práticas dominantes*

Em *O nascimento de Joicy*, a especificidade da reportagem de Fabiana Moraes é sustentada no prefácio alógrafo – segundo Genette, aquele escrito por outra (terceira) pessoa – intitulado *Sensibilidade e senso crítico*, assinado pela professora Sylvia Moretzsohn. Não obstante, a própria Moraes retoma a discussão nos textos posteriores à escrita principal – intitulados *Aproximação e distanciamento* e *O subjetivo como elemento político*.

Nesses âmbitos paratextuais, fortifica-se a defesa do jornalismo de subjetividade, que é, segundo Moretzsohn:

[...] um apelo à valorização do jornalismo que honra sua tradição iluminista de esclarecer o público, o que exige ir contra o senso comum – isto é, contra os cânones sacralizados de interpretação da realidade, que nos levam a aceitar o que deveria ser combatido. Coerentemente, é também uma convocação a que os jornalistas assumam sua autonomia e sejam capazes de produzir narrativas críticas e sensíveis, que confrontem o público com o que ele talvez não deseje, mas certamente precisa saber. (MORETZSOHN, 2015, p. 15).

Ampara-se, assim, uma prática jornalística supostamente melhor, mais crítica e menos suscetível a reproduções de sentido do senso comum presentes em representação dominantes da realidade. E trata-se de um jornalismo melhor porque necessário, já que se dirige a um público amortecido por enquadramentos hegemônicos, pouco acostumando com o tipo de conteúdo proposto pela escrita inovadora de Fabiana Moraes. Para a Moretzsohn, “*O nascimento de Joicy* revela a opção pelo caminho mais árduo, mas certamente mais rico, para a abordagem de um tema já por si difícil quando se pretende fugir de estereótipos: o da redesignação sexual.” (MORETZSOHN, 2015, p.13). Frisa-se a dedicação e o esforço da jornalista frente ao tema, características que lhe conferem brio inalcançável aos profissionais anestesiados pelo cotidiano burocrático das redações. A partir de sua atitude corajosa, “Fabiana olha, repara, espanta-se, revolta-se. E exhibe esses sentimentos no que escreve.” (MORETZSOHN, 2015, p.14). Edifica-se a identidade de uma repórter atenta, sensível e com alto senso de justiça social, características também pouco compatíveis com “o profissional tantas vezes engessado pela rotinização e, tanto quanto, pelo senso comum que molda pautas e escolhas temáticas.” (MORAES, 2015, p. 177). Apesar de exaltar as qualidades da jornalista, Moretzsohn tenta apagar qualquer traço de heroísmo ou vaidade de sua personalidade, características, como vimos com Vidal Souza, comumente vinculadas à ideia tradicional – e masculina – do repórter. A negação da dimensão heroica, que poderia, talvez, elevar Moraes a um protagonismo capaz de ofuscar o de Joicy, não solapa, entretanto, os desafios que ela deve “bravamente” enfrentar.

Como é possível perceber, não basta ao paratexto, apenas, enaltecer a prática da profissional; é preciso construí-la no imaginário do leitor em contraste à prática dominante, efusivamente criticada. Sendo assim, Moretzsohn postula que a repórter realiza “uma contestação à concepção reducionista de objetividade gravada nos manuais de jornalismo, que castra a autonomia do repórter e o condiciona apenas a “relatar os fatos”, como se isso fosse possível.” (MORETZSOHN, 2015, p. 14). A própria Fabiana Moraes, em *O subjetivo como elemento político*, marca seu alheamento frente a profissionais e produções jornalísticas desse calibre:

Grande parte da produção desse campo midiático funciona a partir de um imenso e terrível ato de manipulação e autoritarismo, no qual pessoas e grupos são praticamente obrigados a se comportar, a responder e mesmo a sentir aquilo que o jornalista – quase sempre apressado ou ansioso para dar conta de algo que está em sua cabeça – quer. (MORAES, 2015, p. 160).

Moraes busca se afastar de “reportagens nas quais o Outro está ali, antes de mais nada, para provocar o ‘espetáculo da diferença’, quando ele serve para cacifar o repórter, que descreve o tema com uma profundidade falsa ou precária.” (MORAES, 2015, p. 201). Ao se opor esse tipo de técnica, manuseada por profissionais “ansiosos” e “apressados” demais para perceber as nuances do real, a pernambucana indica que sua prática profissional pode perpetrar exatamente o contrário. Ela nega qualquer anseio sensacionalista de seu texto, assim como defende que sua profundidade é, sim, autêntica e real, já que sua apuração não está condicionada à temporalidade insensível do jornalismo hegemônico. A jornalista observa que essa peculiaridade marca não somente *O nascimento de Joicy*, mas todo seu trabalho como repórter. Ela enfatiza que o conjunto de sua obra tem como objetivo “salientar as características das pautas e o molde utilizado para fazê-las. Acredito que todas – algumas em maior grau – possuem como elemento unificador o esforço de superar o discurso geral empreendido pelo jornalismo, no qual o senso comum é uma forte realidade.” (MORAES, 2015, p. 174).

A estratégia discursiva de Eliane Brum não é muito diferente. Tanto no prefácio alógrafo de sua obra, assinado pelo jornalista Caco Barcelos, como nos demais âmbitos paratextuais de seu livro – os textos *Reportagem por cesariana*, no qual comenta *A floresta das parteiras*, e *Os limites da palavra*, no qual reflete, de maneira mais ampla, sobre sua profissão – existe esse mesmo empenho de se descolar de uma prática jornalística tradicional, ainda que os elementos garantidores desse afastamento não sejam exatamente os mesmos elencados por Moraes.

No prefácio, Barcelos afirma que no trabalho da jornalista gaúcha “o que mais emociona é o olhar, a sensibilidade da autora.” (BARCELOS, 2017, p. 11). A altivez de Eliane Brum se encontra em “práticas de conduta simples, mas simbolicamente corajosas por se oporem, nestes tempos, à corrente dominante nas redações brasileiras, reféns da arrogância e de maniqueísmos.” (BARCELOS, 2017, p. 10). A especificidade que se busca demarcar está, portanto, ancorada na qualidade sensível e emocional da repórter, que representa:

O avesso da dinâmica tecno-burocrática predominante. Apurar por e-mail, por telefone, por intercâmbios eletrônicos de informação, além de excluir da pesquisa a maioria da população, que não tem acesso a essas tecnologias, elimina o melhor da prática jornalística: ouvir de perto, ao vivo, de preferência com os pés envolvidos “na lama dos acontecimentos”. (BARCELOS, 2017, p. 10).

Destaca-se o caráter heroico e aventureiro dessa jornalista que “vai para rua”, se “arrisca” e se enlameia para poder ver o mundo e ouvir o outro. Ao contrário de Fabiana

Moraes, que se afasta desse imaginário, Brum ressuscita a figura do repórter desbravador descrito por Vidal Souza, mas o revigora com sua delicadeza e compaixão. Ela explora temáticas historicamente recorrentes em reportagens brasileiras – como a vida de populações periféricas – porém com métodos de aproximação, apuração e escrita diferenciados, sublinhados por sua sensibilidade. Ela retira lastros da masculinidade que prevalece, conforme Vidal Souza, no imaginário do repórter herói, ressignificando a bravura ao invocar características comumente reservadas ao feminino.

Essa persona profissional vem sendo construída em diversas obras da autora. Em *A vida que ninguém vê* (2006), por exemplo, Ricardo Kotscho, responsável pelo posfácio, afirma que Eliane “cava” suas próprias histórias em quebradas escondidas da mídia, como uma arqueóloga obstinada em busca da vida oculta. Para o jornalista, ela “foge dos lugares comuns e escreve com a alma.” (KOTSCHO, 2006, p. 178). Novamente, uma deferência à sensibilidade da repórter. Com esses predicados, ela se tornaria capaz de perceber as histórias pequenas e desimportantes em suas aventuras pelo território nacional. “O oposto, portanto, do jornalismo clássico. Usando o clichê da reportagem, eu sempre me interessei mais pelo cachorro que morde o homem do que pelo homem que morde o cachorro.” (BRUM, 2006, p. 187).

Para além da separação explícita entre o jornalismo tradicional e o jornalismo de circunscrições alternativas, outras estratégias discursivas são mobilizadas para demarcar originalidades. O caráter lacunar das reportagens, salientado por todas as jornalistas nas esferas introdutórias de suas obras, como pudemos observar, também é retomado posteriormente em outros paratextos.

4.1.3. *A qualidade lacunar*

Especialmente no trabalho de Eliane Brum, o “eu” repórter surge em diversos momentos de sua obra para alinhar facetas de práticas jornalísticas contra-hegemônicas. Recordemos que ela, nas ponderações iniciais do livro, se reconhece como uma repórter “que vive duvidando das certezas, das minhas e das alheias” (BRUM, 2017, p. 14), que está sempre em “carne viva” em sua busca por uma “história em movimento”. Estamos falando de uma realidade presentificada, incatrizável, passível a intervenções e transformações. A jornalista não se esquivava, logo, de admitir que trabalha com uma verdade parcial, imprecisa e contingente. Como pontua Barcelos, Brum é, de fato, uma repórter “que se nega a ser dona de

alguma verdade.” (BARCELOS, 2017, p. 10). Seu relato assume-se, novamente, perspectivo e personificado. “Neste livro, como na vida, tudo que eu tenho a oferecer sou eu mesma.” (BRUM, 2017, p. 14).

A qualidade fissurada do trabalho de Brum desemboca em outros aspectos distintivos de sua obra. A lacuna de sentido que permite, por exemplo, a ativação da figura do leitor, já que:

[...] a realidade é um tecido intricado, costurado não apenas com palavras, mas também com texturas, cheiros, cores, gestos. Marcas. Também com faltas, excessos, nuances e silêncios. Ruínas. Na apuração de minhas matérias, busco dar ao leitor o máximo de riqueza do real, para que ele possa estar onde eu estive e fazer suas próprias escolhas. (BRUM, 2017, p. 14).

A partir da abertura de significados que podem ser multiplamente apropriados, o público se torna parte constitutiva do relato. Afinal, as rachaduras da reportagem lacunar precisam ser preenchidas, justamente, no ato da leitura. Lembremos, como sugerem Benjamin (1994) e Piglia (2015), que a narrativa, ao não dar por acabado seu sentido, permite que ele seja reconstruído a partir do repertório simbólico de quem o recebe. Brum confere aos leitores importante papel na construção das realidades que ela ajuda a tramar. De certa maneira, compartilha, também, responsabilidades por elas.

O aspecto ruidoso entranha-se na metodologia de trabalho da jornalista, que revela, em *Reportagem por cesariana*, que seu texto é fruto não somente de suas intenções e determinações, mas, em grande medida, das escolhas e das imposições que o outro, representado, lhe apresenta.

Acho que a primeira pergunta fala mais de mim do que da pessoa que quero alcançar e ainda não sei quem é. A primeira pergunta também dá pistas ao entrevistado de um suposto desejo do repórter. A primeira pergunta é uma forma de controle. E, para ser boa repórter, eu preciso abrir mão do controle. (BRUM, 2017, p. 36).

Brum avigora que sua relação com a alteridade é, também, lacunar e imprevisível. Em outras palavras, essas características estão presentes, segundo a repórter, tanto no produto final de seu trabalho como no processo que dá origem a ele. Em sua percepção, o encontro com o outro não pode ser delineado aprioristicamente, já que depende, também, das demandas por sentido que esse outro vai invocar. Brum afirma definir, portanto, suas estratégias de enquadramento somente no momento desta interação, fazendo emergir, a partir de uma capacidade de escuta, relações pretensamente solidárias. A vicissitude do encontro, como ela

já vinha sugerindo, torna-se condição da transformação da própria repórter, que tenta se deixar mudar pelas experiências que vive. Para ela, “se um dia eu voltar a mesma de uma viagem para a floresta do Amapá ou para a periferia de São Paulo, abandono a profissão. Ser repórter é renascer e se recriar a cada reportagem.” (BRUM, 2017, p. 36).

Assim como a sensibilidade e a emotividade, a disponibilidade ao outro, à imprevisibilidade que o outro representa, é um traço da personalidade profissional de Eliane Brum que vem sendo burilado ao longo do tempo, virgulado pela própria jornalista em obras anteriores:

Quando saio da redação, tenho uma ideia de para onde devo olhar e o que pretendo buscar, mas é uma ideia aberta, suficiente apenas para partir. Tenho pena dos repórteres das teses prontas, que saem não com blocos, mas com planilhas para preencher aspas predeterminadas. Donos apenas da ilusão de que a vida pode ser domesticada, classificada e encaixotada em parágrafos seguros. Tudo o que somos de melhor é resultado do espanto. Como prescindir da possibilidade de se espantar? O melhor de ir para a rua espiar o mundo é que não sabemos o que vamos encontrar. Essa é a graça maior de ser repórter. (Essa é a graça maior de ser gente). (BRUM, 2006, p. 192-193).

Brum critica colegas reféns de pautas acabadas, vítimas de uma prática profissional acinzentada, sem graça, pouco sensível ao extraordinário que surge da vida comum. As planilhas materializam a metodologia reguladora responsável por produzir estereótipos que aprisionam existências, capazes de provocar ilusões de verdade e conforto, que a repórter rejeita. O jornalismo dominante, a seu ver, não se atreve a trabalhar com imprevisibilidades. Práticas tradicionais tentam anular o caos que o outro, dotado de uma opacidade inerente, representa, elemento que Brum considera central para o ofício do repórter e, não obstante, para as relações humanas de forma geral.

A qualidade lacunar também está presente em *Presos que menstruam*, como já sugerimos a partir das ponderações sobre o texto introdutório da obra. Porém, diferentemente de suas colegas de profissão, Nana Queiroz abdica de outros paratextos para sedimentar suas pretensões. A jornalista, conforme anteriormente explicitado, apenas sugere a existência de imprevisibilidades e fissuras no relato ao revelar, na introdução do livro, sobressaltos que acometeram seu método e seu processo de trabalho. Queiroz, como pontuamos, afirma que as condições de apuração que lhe foram impostas impossibilitaram uma versão da realidade precisa e inquestionavelmente verdadeira. Há ruídos que a memória, mesmo robusta, não dará conta de recompor. Os limites da reportagem são, portanto, prontamente explicitados. Embora Queiroz evite outras instâncias paratextuais que poderiam intervir a favor dessa percepção,

veremos os desdobramentos desses limites, com bastante ênfase, na fragmentada reportagem principal, “uma espécie de colcha de retalhos costurada ao longo de quatro anos.” (QUEIROZ, 2015, p. 18). Para a repórter, essas imprecisões não invalidam o empenho por visibilidade da reportagem. Fabiana Moraes, por sua vez, cultiva posições similares às da colega de profissão:

No fim, o que é mais importante? Respirar fundo e colocar esses “ruídos” de lado em nome do preconizado e quase mítico distanciamento? Nem sempre esses percalços foram levados para a reportagem, como se verá. Talvez porque tudo estivesse fresco demais para ser publicado ou, é claro, porque eu necessitasse daquele susto e do tempo para maturá-lo para depois entender melhor o papel do tapa – e do inesperado. (MORAES, 2015, p. 22).

Em suma, as falhas reconhecidas e tornada visíveis pelas jornalistas que estudamos, em diferentes espaços discursivos de suas obras, permitem a narratividade dos relatos, nos termos propostos por Benjamin e de Piglia, e a emergência da perspectiva, da posicionalidade e da parcialidade tão aspiradas pela teoria feminista. Isto posto, a falibilidade dos discursos permite a configuração de um jornalismo responsável, tanto do ponto de vista das repórteres, quanto dos seus leitores, interpelados a participar dessa construção. Ainda, ao aspirarem a se distanciar de um jornalismo tradicional insuficiente, impessoal e inerte, independentemente dos critérios elegidos para fazê-lo, as profissionais retiram essa prática de seu confortável lugar de inquestionabilidade, tornando-a sujeita a contestações. Insinua-se que há outros modos de se representar. Não nos esqueçamos, porém, que o jornalismo alternativo que se advoga é uma promessa e, como promessa, pode não ser plenamente cumprido. Possíveis heranças de um jornalismo tradicional embrenham-se, furtivamente, nesses relatos. Ao invadirem narrativas que negam sua origem, esses aspectos hegemônicos podem passar despercebidos e ser, paradoxalmente, reforçados. Voltaremos, posteriormente, a este ponto.

4.1.4. A construção do “eu” repórter

Se nos paratextos de *A floresta das parteiras*, *Presos que menstruam* e *O nascimento de Joicy* prevalece o uso da primeira pessoa, mobilizada, principalmente, para a defesa de uma prática jornalística específica, na escrita principal as estratégias de automeiação se espraiam, levantando outros aspectos estratégicos das obras. De todas as profissionais, Nana Queiroz é a que mais assume posicionalidades na própria reportagem, utilizando, inclusive, a

primeira pessoa em diversos momentos da narrativa. Poucos são os excertos em que a jornalista se exime.

Primeiramente, Queiroz incita a figura do “eu” repórter para destacar aspectos de sua relação com as personagens, evidenciando possíveis interferências que sua presença pode causar no rumo das histórias. É o que acontece quando se encontra pela primeira vez com Safira, a mulher de “espírito destrutivo” e “personalidade dura”:

“Eu não conheço meus filhos. Eu sou assim: eles sabem que eu sou a mãe deles, mas praticamente sou uma desconhecida. Além de eu ter que me adaptar às coisas que eu perdi todo esse período que estive presa, eu tenho que aprender a conhecer os MEUS filhos”, pensou [...] Entre tantas imagens fortes de tortura, privações e dias na solitária, é essa a cena com a qual Safira resolve começar a sua história. Enquanto fala, os olhos grandes e espertos me fitam com firmeza sem vergonha alguma, apesar de ser o nosso primeiro encontro. (QUEIROZ, 2015, p. 22).

O que, à primeira vista, parecia ser uma narração em terceira pessoa, guiada por um narrador onisciente, torna-se, através da autonarração, a descrição de uma interação opaca. Quando se transforma em personagem, Nana Queiroz nos lembra que o relato de Safira é mediado pela relação com a jornalista, que lhe dá forma. A automeiação da repórter demonstra, também, que Safira tem autonomia para enquadrar os aspectos representáveis de sua vida. A jornalista parece estar aberta ao imprevisível, já que não determina com exclusividade os rumos que a história pode tomar. No excerto em questão, Queiroz confere à Safira um poder de decisão que lhe eleva na hierarquia do processo de feitura reportagem, embora não a exclua. A automeiação, nesse sentido, permite não somente demonstrar que ações da jornalista impactam a realidade que se busca retratar, mas que há uma intenção, por parte dela, de reequilibrar relações de dominação existentes entre jornalista e personagens.

A tentativa de amortecer relações de controle é percebida, também, quando Queiroz se encontra com outra detenta, Glicéria Tupinambá, que a “apresentou os Encantados enquanto bebíamos água de coco numa noite quente em sua casa catita na Serra do Padeiro, no sul da Bahia. Os Encantados, explicou, em linguajar que eu pudesse entender, são como os espíritos da floresta.” (QUEIROZ, 2015, p. 67). A repórter se retrata como aprendiz e revaloriza o saber dessa ex-detenta, mulher indígena, portadora de um conhecimento digno de partilha. Essa estratégia discursiva é reforçada, também, na reprodução de diálogos diretos:

Um dia, porém, quando Deus andou pela Terra, achou uma série de guerreiros de aldeias diversas a quem quis atribuir a honra de tornarem-se Encantados ao morrer...
– Peraí, Glicéria, você quer dizer quando Jesus veio à Terra?

– Não sei se era Jesus, não perguntei nem tive curiosidade de saber que deus que era, o importante é só que ele veio à Terra, Nana. Quem liga que nome o Deus tinha? (QUEIROZ, 2015, p. 67).

Embora coordene os rumos dos relatos, Queiroz se torna, nesses momentos, uma personagem enquadrável, redimensionado seu próprio papel nas mediações existentes.

A repórter também utiliza a autonarração para comentar e interpretar alguns aspectos das realidades que enfrenta, possibilitando, por meio dessa estratégia, uma reflexão mais demorada sobre elas. Questiona-se, por exemplo, sobre sanidade de Gardênia, uma detenta “ardilosa, adaptável e um pouco louca”: “Eu nunca soube – talvez nem ela – se a loucura era coisa da droga, que foi comendo seu cérebro devagarinho, ou se ela já estava condenada a ser louca pelos genes ou pela vida, caso no qual a droga teria sido uma benção e não uma maldição.” (QUEIROZ, 2015, p. 33). Assim, pode apresentar suas incertezas, suas inseguranças e suas impressões no momento da apuração. Esse recurso narrativo fortalece o caráter lacunar da reportagem, ao demonstrar que o texto não é composto, somente, por reproduções exatas daquilo que se escutou, mas por interpretações e, principalmente, dúvidas.

Almejando, novamente, deslocar posicionalidades e hierarquias na reportagem, a jornalista explora o fluxo de consciências, utilizado em outro trecho em que fala sobre a mesma Gardênia, encarcerada enquanto gestava sua filha Ketelyn:

A dor foi esquecida por um momento, quando Gardênia chegou ao hospital e, já na maca, conheceu a dra. Dariane. Ela se aproximou com seu jaleco branco e rostinho de menina “que nem parecia de uma médica, mas de uma estudante”. Pediu que retirarem as algemas de Gardênia, perguntou se ela precisava de mais anestésicos e disse que poderia ter o quanto quisesse. Fazia tempo que ela não era trada assim que nem gente – principalmente por alguém que não “tirava cadeia” também. (QUEIROZ, 2015, p. 72).

Queiroz mescla a narração em terceira pessoa com falas da própria personagem – como a referência ao “rostinho de menina” da dra. Dariane – tornando barreiras entre vozes muito mais porosas. O relato inicialmente transparente nos transporta, como leitores, para a perspectiva de Gardênia, mas a jornalista quebra essa ilusão com o repentino uso das aspas, que recupera a marcação da mediação que constitui o relato, a opacidade do discurso e a dimensão do diálogo. Em algumas partes do texto, Queiroz chega, até mesmo, a dispensar as aspas e outros indicadores textuais da fala, tornando balizas entre diferentes vozes extremamente fluídas. É o que ocorre quando a jornalista toma emprestado algumas expressões cunhadas por Vera que, para se vingar do mau-tratos que a vida lhe outorgou, forjou, com os não menos avexados irmã e cunhado, uma pequena, porém ambiciosa,

organização criminosa. Viram no sequestro um ramo pródigo. Patrícia, jovem universitária de classe média alta, foi uma das vítimas do trio.

Hoje, Vera se convence de que Patrícia foi bem tratada. Usava droga, até compraram maconha pra ela fumar. E maconha com aquela seda pronta! Fumava maconha o dia inteiro e comia muito bem, tinha até refrigerante. Colocavam-na pra tomar banho duas vezes por dia.

– Teve sorte aquela vítima viu? (QUEIROZ, 2015, p. 48).

A narração oscila, sem claras pontuações e demarcações, entre uma terceira pessoa onisciente e a fala direta de Vera – como, por exemplo, quando se refere à boa qualidade da maconha cedida à sequestrada, ou à mordomia do cárcere que “tinha até refrigerante”. Apesar da crueldade do contexto (afinal, trata-se de um sequestro), Queiroz consegue nos aproximar da lógica operacional de Vera ao amalgamá-la com a figura do narrador, nosso mais íntimo contato com o mundo marginal. Quando retoma o travessão, indicando, com precisão, a fala da personagem, a repórter nos retira, novamente, da ilusão da transparência e do mergulho na vivência da detenta, nos lembrando, mais uma vez, da existência da mediação. O jogo entre proximidade e distância, ou entre transparência e opacidade, parece estar a serviço do engajamento do leitor com a realidade das presas, ao mesmo tempo que se denuncia que esse engajamento é fruto de uma construção, mediada, dessa mesma realidade. Está sujeita, portanto, a limitações inerentes a qualquer tentativa de representação.

A autonarração também recupera a força vocabular das presas, o que torna a liquidez das vozes narradas ainda mais efetiva. Através dessa estratégia, Queiroz esboça o aspecto transformativo de sua relação com essas mulheres.

Na cidade grande, a vida ficou difícil. Não aceitava ter que começar do zero, se matar de trabalhar em troca de mixaria. Era cozinheira de profissão, capacitada para fazer pizzas e tudo. Mas insistiam em oferecer a ela servicinho de faxineira para ganhar, na época, 12 reais por dia. Doze reais! (QUEIROZ, 2015, p. 48).

A repórter toma para si, solidariamente, a indignação da detenta com o “servicinho de faxineira” que lhe foi ofertado a “12 reais por dia. Doze reais!”. Supomos, ainda, que a jornalista elege esse recurso para aferir que é preciso abrir mão de linguagens classistas e dominantes para que realidades distintas e subalternas possam fazer sentido. Provavelmente, apenas por meio de outra gramática, não colonizadora e restritiva, a vida encarcerada teria alguma chance de se tornar inteligível.

Em alguns excertos da reportagem, a automediação nos permite notar que o jornalismo praticado por Nana Queiroz parece configurar, para as presas, uma importante instância de visibilidade, de reconhecimento – em um sentido afirmativo – e de estima social.

Eu era a primeira jornalista para quem Júlia resolvera contar sua história. Durante todo o tempo em que a apuração se estendeu, ela mostrava grande preocupação com o resultado. Fez com que eu promettesse muitas vezes que iria trazer o trabalho final para que ela lesse. Júlia precisava criar sua própria narrativa de vida. Mas, para ela, nossos encontros nunca foram apenas sobre histórias, Júlia queria que alguém ouvisse o que pensava, as análises que havia feito sobre a vida na cadeia. (QUEIROZ, 2015, p. 147).

Queiroz não esconde, porém, a desconfiança que permeia o encontro entre repórter e personagem. Acostumada com enquadramentos da mídia tradicional, Julia temia que o resultado final da apuração pudesse exercer, justamente, o sentido contrário do almejado. Dispondo uma sutil crítica ao tratamento que o jornalismo usualmente confere a sujeitos como ela, Queiroz se coloca como uma alternativa distinta. Seria possível, por meio de seu trabalho, instituir uma relação de escuta com as mulheres que tanto precisavam falar.

A repórter não deixou de relatar tumultos que sua presença causou nas prisões pelas quais passou, motivados justamente por essa necessidade:

Tá vindo jornalista”

– Jornalista, jornalistaaaaa...! – e o grito seguiu ecoado, em mais vozes, por todo o Pavilhão do Centro de Reeducação Feminino (CRF), de Ananindeua, no Pará [...]

– De quatro anos que estou aqui, nunca vi um jornalista pisar nesse lugar – afirma, embasbacada, uma moça negra, magra de doer, cheia de ossos pontudos e olhares incisivos. Mede-me de cima a baixo, sem pudores, e reclama:

– Mas que tipo de repórter não tem câmera?

Retruco, envergonhada, que a ausência de registros fotográficos foi uma das condições da minha visita.

– Mas é claro! Olha pra isso aqui! Falta muita *instrutura*. Eu posso ser analfabeta, mas sei bem que isso não é lugar digno de mostrar pra um jornalista! [...]

A magricela dá um passo à frente, ergue o dedo com ares de revoltosa e começa a praguejar contra a diretora, o superintendente, o sistema e a presidenta. Acho que culpou também a imprensa e a mim, por não nos importarmos o suficiente. E, em seguida, quase me fez desmaiar:

– Eu, por exemplo, estava grávida. Perdi meu filho faz dez dias, sangrei feito porco e ninguém fez nada, não vi um médico. Agora tô aqui cheia de febres. Vai ver o corpinho tá apodrecendo dentro de mim.

Me arrepiei e agradei aos santos e aos orixás quando a carcereira me encontrou (havia fugido para conquistar um tempo a sós com as detentas). Saí pensando no corpinho, e às vezes, quando deixo a cabeça vazia, penso nele ainda. (QUEIROZ, 2015, p. 185- 186).

A cena revela o alvoroço provocado pela visita da repórter, importante testemunha, na perspectiva das presas, das péssimas condições de sobrevivência que lhes são infringidas. A

surpresa com sua aparição revela, também, o esquecimento sistêmico que as subjuga, inclusive o midiático. Queiroz é a primeira jornalista que recebem naquele espaço insalubre. Consideram-na, no entanto, quase incapaz de apetercer seus anseios por visibilidade. Sem máquina fotográfica, a jornalista seria incapaz de reproduzir a imagem do horror, que poderia evocar, sem muitas dúvidas, o valor de verdade daquela situação degradante que buscavam enfrentar. Novamente, uma denúncia da precariedade de suas condições de trabalho. Sua produção é qualificada, dessa vez pelas próprias personagens, como insuficiente diante da violência que acomete a vida das detentas. Uma delas, indignada com a impossibilidade de reprodução imagética da decrepitude da prisão, usa a palavra falada para forjar, na mente da repórter, a cena mais grotesca possível. É por meio do choque que pretende sensibilizar qualquer pessoa que tenha acesso a sua história. Apostou, com a esperança que lhe resta, no impacto do trauma verbal que causou na jornalista para perpetuar seu relato de dor. Mesmo medíocre, a representação midiática ainda pode lhe assegurar alguma notoriedade e, quem sabe, alguma compaixão.

Queiroz reitera que o jornalismo, mesmo aquele que busca formas de representação mais solidárias, consegue promover gestos de reconhecimento precários e de visibilidade restritos, refletindo sobre sua incapacidade de agir, com mais profundidade, em prol da justiça social que falta às suas entrevistadas.

No dia em que conheci Ieda a filha estava no castigo – não era boa em silêncios como a mãe. Ieda cheirou que eu tinha nível superior e me atropelou de perguntas sobre seus direitos. Não sabia quase nada sobre a pena, o regime semiaberto, tratamento médico em presídios. Dependia de um defensor público cujo rosto nunca tinha visto. Fiquei ali, atropelada mesmo, ofertando uma ou outra informação que havia lido em uma cartilha – e me sentido inútil. (QUEIROZ, 2015, p. 62).

Em momentos de conflito, a autonarração de Queiroz serve, também, para contrastar sua própria realidade social com a das encarceradas, colocando em relevo aspectos que separam essas vivências, como a subalternidade que resvala a vida das personagens. Esse recurso discursivo é utilizado para narrar o episódio em que repórter se passa por parente de presa para burlar as normas da prisão, já que ela, como profissional, seria impedida de entrar no local. Nessa roupagem, sente a carga da marginalidade pesar nas costas. “Tento puxar papo com ele [o guarda] e ele olha pra mim de cima, com superioridade, e não dá confiança. Entendo. Não sou mais jornalista, sou amiga de presa. Perdi uns 10 quilos de dignidade na mudança – ou mais.” (QUEIROZ, 2015, p. 88).

Ao contrário de Nana Queiroz, Fabiana Moraes opta por uma mediação mais discreta. No texto principal, ela indica, somente, pequenas ingerências na cena narrada, como ocorre no diálogo direto entre a cabelereira de Perpétuo Socorro e uma de suas irmãs:

Nenem: Eu não tenho nada contra você, mas tem um risco. Tenho medo da cirurgia em si.

Joicy: Não vai acontecer nada, vai dar tudo certo.

Nenem: Eu sou contra, não precisava chegar a esse extremo, você com essa idade...

Joicy: Não tenho medo de nada. É o trem passando e eu me jogando.

Nenem: Tirar é fácil, João...

Joicy: Não vim pedir opinião sua.

Nenem (olhado para repórter): Eu temo é pela vida dele.

Joicy: Eu já falei que não tem problema, tem nada a ver.

Nenem: Olha, João, faça o que você quiser.

Joicy: A pessoas não escolhe ser assim.

Nenem: É que você não tem amor a sua vida. Desejo que você seja feliz, mas não posso ajudar. Para mim, você sempre será a mesma pessoa. Mesmo depois da cirurgia. (MORAES, 2015, p. 44).

Na conversa, notamos o desconforto de Nenem ao abordar a condição da irmã. Com receio de ser mal interpretada, tenta se justificar para a repórter, que presencia o embate. Ela parece tentar evitar que a jornalista a perceba como preconceituosa ou negligente nos cuidados afetivos com Joicy, pois sabe que haverá, posteriormente, um enquadramento midiático a seu respeito. A presença de Fabiana, portanto, provoca constrangimentos que só poderiam ser aclarados com a autonarração, embora a jornalista destrinche os motivos do embaraço apenas nos comentários posteriores.

Outras manifestações conflituosas são apresentadas somente no paratexto *Aproximação e distanciamento*, posterior à escrita principal, que revela seus bastidores. Em verdade, essa instância paratextual funciona, principalmente, como uma espécie de extensão da reportagem. Para abordar esses desdobramentos, a jornalista retoma, nesse espaço narrativo, o uso da primeira pessoa presente na introdução. Explora, novamente, sua relação tumultuada com Joicy, elencando aspectos sutilmente sugeridos ou até mesmo invisibilizados na primeira parte da obra. Nesse paratexto, a autora justifica, inclusive, sua presença recatada que prevalecia até então. Fabiana Moraes explana que queria “observar o mundo não a partir do ponto de vista de Joicy (seria muita pretensão), mas a partir do ponto de vista de alguém que estava continuamente ao lado de Joicy.” (MORAES, 2015, P. 130).

Em *Aproximação e distanciamento*, a repórter narra, de forma mais explícita e alargada, os impactos que sua presença provocou na vida da transexual, principalmente após o término da reportagem original. Uma das interferências mais significativas se deu quando

Fabiana Moraes e o fotógrafo que a acompanhou na apuração, Edu Lôbo, conseguiram arrecadar algum dinheiro para Joicy a partir da contribuição de leitores sensibilizados:

O intuito era tanto entregar as doações a Joicy quanto mostrar como ela estava meses após a cirurgia, o enfretamento do dia a dia naquele lar com problemas de esgotamento, de falta de espaço e de higiene em relação ao banheiro, onde também funcionava uma cozinha. Lôbo e eu decidimos, em vez de entregar o dinheiro a ela, comprar material de construção para reformar o banheiro, instalar um chuveiro e realizar o serviço de saneamento do esgoto. Antes, a ideia era pagar os óculos e o colchão pelos quais ela devia nas lojas locais. Mas o funcionamento de um chuveiro acoplado a um balde (que, antes de cada banho, era enchido pela própria Joicy com a água comprada em tonéis carregados por burros) não era mais viável na situação na qual ela estava. A privada era bastante elevada, construída sobre um bloco de cimento para ficar mais alta do que o terreno do quintal e não provocar o retorno dos dejetos. (MORAES, 2015, p. 139).

As interseções mediadas pela repórter fazem transparecer a relação de cuidado estimulada pela condição vulnerável de Joicy. Moraes parece admitir que apenas narrar aquela vida subalterna não seria suficiente para ajudar satisfatoriamente a personagem. Se na escrita principal a jornalista revela suas intervenções nos rumos do relato, em *Aproximação e distanciamento* percebemos seu desejo de incidir sobre os rumos da própria existência da cabelereira. Entretanto, esse cuidado coloca Joicy, paradoxalmente, no lugar de uma vítima incapaz de tomar suas próprias decisões, enquadramento que, em outros momentos, Moraes tenta evitar. As idas e vindas do romance da transexual com o fugidio Dorneles despertaram a desconfiança da repórter e do fotógrafo, que duvidavam da racionalidade de Joicy para lidar com seu próprio dinheiro, cujo destino era frequentemente decidido pela emoção de um amor quase correspondido.

Havia, também, tanto de minha parte quanto da parte de Lôbo, o medo de que, se déssemos o valor arrecadado à Joicy, o dinheiro, facilmente, fosse para Dorneles. Sei que houve de nossa parte uma “interferência” que pode ser questionada. Mas sabíamos que estávamos garantindo para ela algo de estrutural, de extrema importância, que era vital para a manutenção de sua saúde. (MORAES, 2015, p. 140).

A jornalista reconhece que sua intervenção pode ser questionada, embora os usos das aspas tentem relativizar o significado dessa ação. Ela reitera a importância de seu gesto, crucial para anuviar os percalços enfrentados cotidianamente por Joicy, principalmente após a cirurgia. Entretanto, não deixa de ponderar, também, sobre os desdobramentos, nem sempre pacíficos, desse cuidado.

Durante mais algumas semanas, continuei divulgando sua conta para que as pessoas pudessem ajudá-la, mas era muito pouco o dinheiro enviado – e aquela ajuda, é claro, logo cessaria. Aí nasceu um dos maiores conflitos entre Joicy e eu: ela, tomada pela crença de que sua transexualidade lhe garantiria um benefício eterno, acreditou que receberia, pelo resto da vida, algum dinheiro. Quando percebeu que não havia mais depósitos, passou a ligar com ainda mais frequência – durante todo o processo, mesmo depois da publicação do site e da matéria, não deixamos de nos falar. Do meu lado, sabia que precisava fazê-la ver que aquelas ações seriam pontuais, já que todos os dias os jornais mostravam pessoas em situação de vulnerabilidade, várias vezes também pedindo ajuda para estas. Mas como ela poderia entender isso? Como fazer Joicy compreender que aquela mulher que a acompanhava há tempos não era apenas “ela em si”, mas também uma empresa, um jornal? (MORAES, 2015, p. 140).

A partir dessas tensões, podemos perceber como Joicy, de forma bastante similar às presas entrevistadas por Queiroz, encara o jornalismo como discurso de legitimação da sua existência, como uma prática capaz de lhe conferir reconhecimento e estima social. E mais: no caso de Joicy, a ajuda financeira lhe fez acreditar que o reconhecimento poderia se converter em melhorias na sua vida econômica e financeira, reparando sua condição subalterna de classe. Quando percebe que alimentou a esperança de Joicy por uma vida melhor, a jornalista se vê encurralada na relação de dependência que ela mesma tramou. Ao se pergunta sobre formas de fazer a personagem compreender um prestígio efêmero, Moraes problematiza, também, perímetros de seu ofício: a visibilidade de Joicy era passageira e a redistribuição econômica era, na verdade, caridade paliativa. Mas como cobrar de Joicy outras aspirações se a repórter percebia, desde o início, que havia, por parte dela, expectativas por transformações?

A atenção concedida pela repórter e a estrutura confortável do jornal iam deslumbrando continuamente a garota de Perpétuo Socorro: após almoçar, sentada no banco de trás do carro com ar refrigerado ligado quase na máxima potência, Joicy sacou o celular azul e prata, pequenininho, e ligou para Dorneles, o amor-amigo que eu conheceria semanas depois. “Olha, adivinha onde eu tô? [...] Estou muito chique no carro do jornal, aqui, no fresquinho...vão fazer uma reportagem comigo...” Comecei ali a perceber que símbolos de status de certa forma já ultrapassados em outros grupos (a partir do momento em que o acesso a eles já era uma realidade) ainda eram importantes na vida de Joicy. (MORAES, 2015, p. 97).

Por se compreender como alguém digna de cobertura diante da abordagem da equipe de reportagem, Joicy apostou em uma fama redentora que nunca viria. “Circular nas ruas a bordo de um carro com o logotipo do jornal era, para ela, uma espécie de confirmação de sua natureza ímpar.” (MORAES, 2015, p. 106). Porém, seus desejos pouco coincidiam com o propósito da reportagem, voltada, muito mais, para compreensão de uma realidade social coletiva, que supera a existência singular de Joicy. A escolha da personagem foi, em verdade,

mera contingência: Moraes trabalharia com a próxima transexual a ser operada no Hospital das Clínicas do Recife que, por acaso, era a cabelereira.

Quando encontrei Joicy pela primeira vez, em outubro de 2010, ela encantou-se com a minha atenção: era como se aquilo que ela sabia torná-la especial tivesse finalmente sido percebido por alguém – e não de uma maneira jocosa, como a mulher em pele de homem que estava acostumada. (MORAES, 2015, p. 94).

De alguma maneira, a reportagem conseguiu conferir-lhe a afirmação social, mesmo efêmera, que tanto almejava. Mas o jornalismo esteve longe de resolver seus problemas, principalmente financeiros e de subsistência, como esperava. Contraditoriamente, essa pequena visibilidade midiática contribuiu para desequilibrar outras esferas da vida de Joicy, como sua relação já instável com Dorneles. Devido ao poder de legitimação que a cabelereira enxergava na mídia, ela tentou mobilizar os registros para provar, para o mundo, a existência daquela presença romântica fugaz que, percebendo a estratégia, passou a se afastar.

Se, a princípio, Dorneles estava tranquilo com nossa presença, estabelecendo conosco, como Joicy, um comportamento leve e brincalhão, os dias difíceis no hospital, os embates diários com a cabelereira e a real percepção do que significava a nossa presença foram responsáveis pela mudança total do rapaz. Seu maior temor era sair em um veículo jornalístico como o namorado de Joicy. (MORAES, 2015, p. 112).

A automeiação de Moraes revela dilemas existentes entre os atores envolvidos no processo de elaboração da reportagem que, nem sempre, satisfará o representado em suas ambições. Para a repórter, “o jornalista precisa estar também aberto ao que acontece enquanto ele se aproxima do personagem, ao potencial transformador desse encontro” (MORAES, 2015, p. 27), mas sugere, nas entrelinhas, que o jornalista precisa estar atento, também, à sua incompetência em provocar grandes transformações emancipatórias.

Por fim, Eliane Brum, de maneira muito semelhante a Fabiana Moraes, também opta, no texto principal, por uma mediação discreta. A jornalista gaúcha abandona a primeira pessoa da introdução da obra e performa sua presença, na reportagem, através das reações do outro que relata.

Brum narra-se comedidamente em conversa com Nazira Narciso, parteira que recepcionou a neta com ajuda divina: “‘Deus foi o parteiro’. Mas agiu por mãos de mulher, porque o parto, acredita Nazira, ‘tem de ser feito por uma igual’. ‘Índia, crioula, brasileira, é uma dor só’, explica. ‘É o mesmo chorar’.” (BRUM, 2017, p. 32). A escolha por palavras como “traduz” ou “explica” indica que há, na cena, alguém alheio àquela cultura ancestral

procurando compreendê-la. Através da forma de explicar das parteiras, a repórter se transforma, ela mesma, no outro distante, que precisa de ajuda se aproximar simbolicamente da realidade que não lhe pertence. Nesse deslocamento, Brum transporta as parteiras – detentoras de um conhecimento único, rico e que vale a pena ser “traduzido” ou “explicado” – para uma posição de autoridade, assim como Queiroz tentou fazer, conforme descrito anteriormente, com as detentas que entrevistou.

Das entranhas do corpo feminino Dorica nada arranca, apenas espera. Puxa a barriga da mãe, endireitando a criança. Lambuza o ventre com óleo de anta, arraiá ou mucura para apressar as dores, receita rezas e encantamentos para consumir o mistério. Perfura a bolsa com a unha e corta o cordão umbilical com a flecha. Ou com os dentes. “Pegar menino é esperar o tempo de nascer”, ensina. (BRUM, 2017, p. 21).

A repórter coloca-se na posição de ser ensinada, valorizando a cultura das parteiras. A automediação diminuta, de quem tenta se apagar para fazer insurgir o outro, é reiterada pelo sotaque amapaense que Brum toma emprestado na narração. Ela anula seus modos de dizer para sobrelevar os termos próprios das mulheres das florestas. Contrariando uma sociedade surda, Brum descreve o parto tal qual escutou.

A automediação contida parece ser, portanto, essencial para afirmar o ato da escuta, fulcral para a prática jornalística que Brum pretende empenhar, como defende no posfácio *Os limites da palavra*. Para ela:

[...]o movimento da reportagem implica desabitar-se de si para habitar o outro, o mundo que é o outro. Só nos tornamos capazes de completá-lo pela escuta, esta que se faz com todos os sentidos, que apalpa tanto o dito como o não dito, tanto o que soa e ressoa quanto o silêncio. Tanto a textura dos móveis como a escolha dos quadros nas paredes. Os cheiros e as ausências. As negações, os sobressaltos e as hesitações. As incompletudes das unhas roídas, o esmalte escolhido ou esquecido. As frestas. E as sobras. (BRUM, 2017, p. 365).

A escuta multissensorial se torna recurso nevrálgico para o jornalismo testemunhal advogado pela repórter: é o instrumento de trabalho que Brum utiliza para escavar as fissuras, os ruídos e os imprevistos que circundam a realidade narrada.

Diferentemente da Fabiana Moraes, que recorre ao paratexto para expor os bastidores e expandir a história de sua reportagem principal – sempre em função da problematização das relações de conflito que perpassam a reportagem – Brum organiza esse espaço discursivo para reafirmar sua performance como jornalista-testemunha – a partir de percepções similares ao conceito trabalhado por Peres – que escuta e dá conta de narrar a vida do outro. A repórter “escutadeira”, que consegue captar os modos de dizer e agir de suas personagens é erigida

com esmero em *Reportagem por cesariana*. Nesse texto, Brum afirma que “como repórter (e como gente), eu sempre achei que mais importante do que saber perguntar é saber escutar a resposta.” (BRUM, 2017, p. 36). Como nota Serelle (2017), a imagem de “escutadeira” serve, inclusive, como “contraponto a uma definição de repórteres como ‘seres que perguntam’.” (SERELLE, 2017, p.16). Ao afirmar-se distante da interrogação, Brum se afasta, mais uma vez, da prática hegemônica que, como já vimos, tanto condena. Essa qualidade particular é, portanto, marca da jornalista gaúcha, que exerce seu ofício, para Barcelos, como “um ato de entrega [...] por meio de uma relação preciosa de confiança mútua entre repórter e personagem.” (BARCELOS, 2017, p. 9). A reportagem, para ele, é “a arte da escuta”. (BARCELOS, 2017, p. 10) e Eliane Brum, a artista maior.

Por autodefinição mulher esfinge, ela exercita seu dom de ouvinte tentando captar o tom e o ritmo das palavras e do silêncio da floresta. “Especialmente, nesta reportagem, meu trabalho de repórter foi apenas escutar, prestar atenção em cada gesto, ênfase, trejeito e passar isso tudo para o papel. Foi quase uma psicografia de gente viva.” (BRUM, 2017, p. 38). Brum engendra, nos paratextos de suas obras, uma aut mediação que quase nega a mediação em si.

A escuta tracejada por Brum parece tentar esboçar relações de reconhecimento mútuo, uma vez que, para ela,

[...] escutar é também não interromper as pessoas quando elas não falam na velocidade que a gente gostaria ou com a clareza que a gente desejaria, e, principalmente, quando elas não dizem o que a gente pensava que diriam. Escutar é não induzir as pessoas a dizer o que gostaríamos que dissessem. A reportagem sempre fica melhor quando somos surpreendidos, quando ouvimos algo que não planejávamos. É pela escuta que vem o novo. (BRUM, 2017, p. 35).

Essa escuta é, em certa medida, heroica, característica já aferida à jornalista. Depende, como afirma Barcelos, de um “ato físico”, “carnal” de doação. O caráter testemunhal da reportagem é alcançado através dessa entrega, já que, nos termos descritor por Peres, o jornalista, para se posicionar como testemunha, precisa dar conta de suportar o desafiador e apelativo depoimento do outro. A própria Eliane sugere, na apresentação de seu livro, que “ser repórter é algo visceral, definitivo, do que sou. Algo que eu vivo com o corpo.” (BRUM, 2017, p. 13). A repórter se oferece por completo, já que tudo o tem a ofertar, segundo ela, é a si mesma. Para Serelle, Eliane Brum é, provavelmente, uma das principais personagens de seus próprios trabalhos e “é possível argumentar que, no conjunto dos textos, essa personagem, construída na autonarração, é tão ou mais densa do que qualquer outra retratada por meio das reportagens, tomada como janela para o mundo.” (SERELLE, 2017, p. 16). A

leitura dos relatos será guiada, muitas vezes, pela imagem que a repórter constrói sobre ela mesma.

O conjunto de textos complementares nos faz refletir sobre os limites das lacunas presentes no livro-reportagem, que se pretende aberto, sujeito a diversas interpretações. Textos secundários são responsáveis por assegurar algumas estratégias narrativas que estão presentes, mas nem sempre evidentes, no texto principal. A instância paratextual precisa ser, portanto, mais fechada simbolicamente e menos suscetível a equívocos e desvios de leitura por parte do público. Brum chega a afirmar, na introdução de seu livro, “que para cada reportagem há uma reflexão honesta, tripas à mostra, sobre o que fiz e o que vivi – como repórter, como gente.” (BRUM, 2015, p. 14). O comentário posterior pretende se configurar, logo, como um discurso de verdade transparente.

Em *Reportagem por cesariana*, Brum confirma suas virtudes como repórter, principalmente a sua aguçada, e reiterada, capacidade de escuta. Ela realiza, também, um esforço autocrítico, assumindo alguns percalços da escrita principal. Esse gesto, por um lado, faz com que a reportagem seja vista como uma produção sujeita a contestações, quebrando as barreiras protetivas que vigoram no jornalismo tradicional. Por outro, Brum parece exercer uma espécie de autocrítica profilática, como um “para-raios”, na ilustração de Genette. O próprio texto assume todas as possibilidades de críticas possíveis preventivamente, evitando, assim, a manifestação de outros olhares de desaprovação. O paratexto posterior, assim como o prefacial, é uma instância de controle do autor sobre o processo de leitura. No caso de Brum, ele permite não apenas uma certa fixação de sua identidade como repórter, mas dos supostos erros e acertos de sua reportagem.

A jornalista condena, por exemplo, sua pressa ao cobrir a história das mulheres da floresta. Acredita que errou em não permanecer no Amapá até presenciar o parto realizado pela mais antiga parteira da região, uma índia Karipuna de 96 anos, devido a uma entrevista marcada com a então governadora do Maranhão, Roseana Sarney. Priorizou, assim, o encontro com uma “fonte oficial” necessária para cumprir uma pauta burocrática da revista para qual trabalhava, a *Época*, em detrimento das demandas que a cultura das parteiras impunha para sua compreensão. “Cometi o mesmo erro dos médicos. Não esperei o tempo do parto.” (BRUM, 2017, p. 34).

Minha reportagem por cesariana, ainda assim, é um filho bonito. Porque minha pressa de obstetra com agenda lotada foi parcialmente compensada pelo respeito à linguagem das parteiras. O que as pessoas falam, como dizem o que têm a dizer, que palavras escolhem, que entonação são ao que falam e em que momentos se calam

revelam tanto ou mais delas quanto o conteúdo do que dizem. Escutar é compreender que o silêncio também fala – ou compreender que as pessoas continuam dizendo quando param de falar. (BRUM, 2017, p. 35).

Brum defende que apesar dos equívocos, as qualidades da reportagem se sobressaem. Ela localiza essa virtude justamente na sua capacidade de transmitir, com precisão, as formas de falar das parteiras, o que reitera sua própria imagem de “escutadeira” e o teor testemunhal de seus relatos. A autocrítica presente em *Reportagem por cesariana* acaba sedimentando, portanto, características da repórter e da reportagem que vinham sendo construídas anteriormente. Embora afirme que o texto principal é o relato criticável, abrindo parcialmente suas possibilidades de apreensão, o comentário posterior parece controlar essas mesmas possibilidades de interrogação, congelando, talvez, o tipo de crítica que pode emergir. O autoquestionamento dificilmente será voltado para aspectos mais elementares do trabalho da jornalista. Os limites e as contradições de sua escuta, por exemplo, não são colocados em dúvida. A profissional prefere orientar a crítica para elementos menos basilares para a prática jornalística que acoberta. Brum ainda pontua que sua falha maior em *A floresta das parteiras* – a pressa – é um deslize que, por sua experiência, não cometeria novamente. Após a autocrítica, restaria, então, alguma crítica?

A mesma tentativa de controle ocorre em *O nascimento de Joicy*, quando Fabiana Moraes prefere ressaltar, por exemplo, suas falhas na representação de Dorneles.

Hoje, percebo que essa parte da reportagem poderia ter se referido com mais ênfase ao fato de Dorneles ter permanecido naquele ambiente hospitalar durante quatro dias acompanhando a transexual, quando ninguém da família dela estava ali para lhe oferecer algum suporte. Não há incorreções no texto, mas a construção dada ali não permite que vejamos alguma fresta de carinho real do rapaz pela transexual. No indomável e obscuro da alma humana, há espaço – hoje isso me parece mais claro – para a comunhão entre dois sentimentos radicalmente opostos. No caso de Dorneles, havia a simpatia (e a paciência) pela moça que ele chamava de amigo, ao mesmo tempo que, várias vezes, era clara a instrumentalização do sentimento que ela mantinha por ele. (MORAES, 2015, p. 112).

Ela lamenta sua incapacidade de enriquecer adjacências desse personagem abstruso. Foi com o tempo que conseguiu digerir, melhor, a relação conturbada do jovem rapaz com a cabelereira, elemento geralmente escasso na rotina jornalística. A percepção de seu “erro”, portanto, só foi possível quando transformou *O nascimento de Joicy*, originalmente publicada como série no *Jornal do Comercio*, em um livro-reportagem cujo processo construtivo conta com uma temporalidade mais alargada. A autocrítica é, também, uma denúncia dos limites que a prática jornalística tradicional impõe. Assim como em Brum, o comentário

posterior serve para confirmar questões postas anteriormente. Moraes afasta-se, novamente, do jornalismo hegemônico que vinha contestando. Não obstante, Dorneles é personagem secundário na história que gira em torno de Joicy. Enquadramentos equivocados não seriam, nesse sentido, tão prejudiciais ao conjunto da obra.

O que nos leva a perceber que Moraes não coloca em xeque os enquadramentos que forja para representar Joicy. Prioriza, conforme pontuado, a autocrítica sobre sua tensa relação com a personagem, especialmente sobre os limites nela cruzados, o que revela, como já sugerimos, importantes nuances da personalidade da cabelereira, mas às custas de um embate muito desgastante. A interferência constante da jornalista estimulou, por exemplo, a desconfiança da moradora de Perpétuo Socorro:

“Há inclusive quem diga que você vem ficando com todo o dinheiro que deveria me dar”, disse Joicy, falando de um telefone a quase 300 quilômetros de distância de mim. Eu estava quase acostumada a ouvir absurdos de diferentes graus nas conversas que mantínhamos há mais de um ano, mas a frase foi fulminante. Primeiro, me calou. Depois, estapeou. Veio uma indignação triste, comedida, aquela que nos mostra claramente que, dali em diante, nenhuma ação será proveitosa ou ajudará na manutenção das coisas, pelo contrário: é preciso parar [...] “Certo, Joicy. Eu não voltarei a telefonar para você. Peço também que você não volte a ligar para mim. Assim, você terá total segurança de estar longe de minha má-fé”. O discurso, como sempre, começou a mudar. “Mas não fui eu quem falou de você, são as pessoas aqui em Perpétuo Socorro que estão comentando, eu sei que você não faria isso...” A falta de novidade no jogo que eu já conhecia tão bem – ela dizia o que queria dizer, ainda que magoasse e fosse injusto, e depois repassaria a responsabilidade de sua fala para outros – me exasperou. Eu só queria desligar – de preferência, para sempre. “Joicy, você tem ideia da gravidade do que você falou? Você me acusou de algo muito sério. Eu não me sinto à vontade para continuar conversando com você. Um abraço. (MORAES, 2015, p. 91-92).

Como leitores, podemos ficar indignados com as acusações proferidas pela personagem, insensível frente as sinalizações de amparo da repórter. Mas Fabiana Moraes acredita que a agressividade, a teimosia e a postura incisiva de Joicy são importantes características para retirar-lhe de sua condição de vítima. Para ela, “a face questionadora, briguenta e desconfiada de Joicy também estava posta nessas entrelinhas, o que me ajudava a vê-la de maneira mais complexa, e não passiva; ajudava a sublinhar, isso sim, a sua ação – e toda ação, sabemos é transformadora.” (MORAES, data p. 133). A automediação desse relacionamento difícil, embora polêmica – afinal, temos acesso apenas à perspectiva da jornalista –, desemboca, para Moraes, em uma construção narrativa supostamente positiva para Joicy. A revelação desses embates, para a autora, reverbera em uma percepção mais complexa, e menos vulnerável, da cabelereira. A autocrítica que se tece acaba sugerindo que,

embora delicada, a estratégia narrativa é, em verdade, indispensável, caso contrário teremos uma representação apoucada da personagem.

Sobre suas formas de representar esse corpo desviado a partir de uma perspectiva de gênero, Moraes faz poucas críticas. Ela apenas destaca em nota de rodapé a imprecisão no uso da expressão “mudança de sexo”, “termo que usei erroneamente na chamada da matéria, já que, na verdade, a transexual ajustou seu corpo à sua verdadeira identidade, feminina. Não houve mudança, e sim a adequação do corpo à identidade.” (MORAES, 2015, p. 237). A representação de uma existência gendrada não normativa, principal norte da reportagem, parece ser, para a jornalista, uma questão bem resolvida.

É possível notar, portanto, que grande parte das autocríticas presentes nas obras está vinculada aos pressupostos das práticas jornalísticas encampadas pelas profissionais. Os critérios de contestação relacionam-se com questões que são postas pelas próprias repórteres como sendo ideais. Os maiores problemas são localizados em elementos secundários na hierarquia dessas práticas e os méritos acabam reforçando conjecturas que elas mesmas forjaram. São trabalhos que se reconhecem como criticáveis, mas que parecem orientar os principais termos dessa mesma crítica. Se os textos principais propõem um discurso de verdade lacunar, os paratextos precisam operar como discursos de autoridade para garantir, paradoxalmente, uma interpretação específica dessas lacunas. As falhas das reportagens existem e podem ser reconhecidas, mas não podem contrariar ou colocar em xeque as bases do jornalismo que essas profissionais julgam exemplar.

Eliane Brum, Nana Queiroz e Fabiana Moraes conseguem exercer, na representação de suas personagens, aquilo que defendem?

4.2. A mediação das personagens

4.2.1. As mulheres com dom de pegar menino

“Elas nasceram do ventre úmido da Amazônia, do norte extremo do Brasil, do estado ainda desgarrado do noticiário chamado Amapá.” (BRUM, 2017, p. 19). *A floresta das parteiras* inicia demarcando distâncias. O feminino que Eliane Brum busca representar se define, primeiramente, pelo afastamento simbólico e geográfico da cultura ocidentalizada. A reportagem fala sobre uma feminilidade oculta, umbilicalmente ligada à floresta que arvora limites do país esquecidos pela mídia. Delimita-se, portanto, a abjeção regional que modela

corpos produzidos como não existentes. O humano que coexiste com a selva é apagado, alude Brum, nos regimes de representação midiática vigentes. É esse apagamento sistêmico que provoca a curiosidade da repórter, que almeja ser uma “escutadeira” em um mundo de surdos. Ainda que a reportagem, como gênero jornalístico, tenha explorado, ao longo do tempo, realidades semelhantes, apartadas do circuito de notícias diário, Brum almeja abordar suas personagens a partir de formas textuais próprias, atualizando essa tradição em outros termos narrativos e por meio de enquadramentos específicos.

Curiosamente, o isolamento parece ser condição para o desenvolvimento pleno dessa cultura distinta. É retratado, portanto, positivamente, apesar das críticas à insensibilidade do jornalismo tradicional que não pauta essas vidas remotas. As parteiras, detentoras de um saber singular, “são guias de uma viagem por mistérios transportados de geração para geração em palavras que se inscrevem no mundo sem se escrever.” (BRUM, 2017, p. 20). A oralidade, nesse contexto específico, se mantém viva e é legitimada, pela jornalista, como forma de transmissão de saber.

O conhecimento das parteiras não passa por moldes e critérios do conhecimento cientificista dominante, e nem poderia passar: “Muitas desconhecem as letras do alfabeto, mas leem a mata, a água e o céu.” (BRUM, 2017, p. 19). Uma vez apresentados a essa cultura, descobrimos que a escrita não detém o monopólio da leitura. O ato de ler é expandido pelas parteiras que fazem “literatura pela boca”. “Dorica, a parteira indígena, alarga a língua do colonizador ao poetar enormidades: ‘Parteira não tem escolha, é chamada nas horas mortas da noite para povoar o mundo’.” (BRUM, 2017, p. 20).

Para Brum, a oralidade das parteiras é tão poderosa que é capaz, até mesmo, de roubar a autoria do texto que as retrata:

A riqueza da linguagem das parteiras e a forma como cada uma se expressa é o coração dessa reportagem. As palavras também nasciam dessas mulheres extraordinárias de parto natural. E emergiam de suas vaginas como literatura da vida real. Elas falavam com tanta lindeza, com uma variedade e uma fundura tão impressionantes, que meu trabalho era mínimo. (BRUM, 2017, p. 36).

A jornalista praticamente transforma suas personagens, muitas vezes analfabetas, em coautoras de seu trabalho. Foram repórteres de si mesmas sem saber escrever. Não acreditamos que a automediação discreta da jornalista, analisada anteriormente, configura uma tentativa de apagamento das ações da repórter – que, de fato, performa sua presença. Essa estratégia, supomos, tenta engrandecer a ação dos sujeitos representados na elaboração

da reportagem. As parteiras não são meros “objetos” passivos da investigação de Eliane Brum, mas interferem efetivamente nos rumos da apuração e da escrita.

A reprodução precisa do vocabulário das mulheres da floresta avigora a importância da oralidade e o protagonismo das parteiras no processo criativo do texto. Não obstante, é um recurso que permite a reconstrução de suas especificidades regionais e culturais: revela crenças, valores e noções de mundo singulares. “‘Eu sou de um tempo em que já tinha de ser mãe de filho para conhecer o mistério. Donzela não conversava de sexo para não sentir prazer no falar’, diz Rossilda Joaquina da Silva, 63 anos, 11 filhos, 20 netos, quatro bisnetos.” (BRUM, 2017, p. 27). Por meio de seus modos de expressar, sabemos, por exemplo, que a sexualidade, entre as parteiras, é um tema encoberto, pouco adequado a uma feminilidade pura, quase divinizada. Afinal, as mulheres que parem e que ajudam a parir são responsáveis por ofertar o que há de mais valorizado e sagrado na comunidade: “Filho é riqueza, minha irmã, coisa linda de se ver” (BRUM, 2017, p. 24), conta Jovelina. O tratamento fraterno destinado à repórter esboça, ainda, a coletividade que marca a relação entre essas mulheres “que conjugam os verbos no plural, abusam dos pronomes coletivos. Na lógica de sua vida, o eu é estrangeiro e não detém privilégios.” (BRUM, 2017, p. 20).

Conforme pontuado, Brum frequentemente toma para si esse léxico poético, ensaiando uma desdiferenciação vocabular. Escrita e oralidade, jornalista e personagens se misturam para relatar a experiência de vida das parteiras. A repórter parece surrupiar palavras da própria Rossilda quando conta que ela “larga a vassoura para contar sua sina, sacudindo-se na cadeira de balanço ao som de cantiga para apressar parto embaraçado.” (BRUM, 2017, p. 28). Essa estratégia narrativa, como propomos anteriormente em nossa análise, ajuda a conformar virtudes profissionais da jornalista – como sua capacidade de escuta e de entrega – e, também, a reequilibrar hierarquias prevaletentes entre os atores envolvidos nas mediações da reportagem.

O saber das parteiras difere das concepções dominantes de mundo não somente pela forma, oral, de transmissão, mas pelo conteúdo, que também é dignificado pela repórter. Nesse enquadramento, o conhecimento hegemônico torna-se duvidoso, questionável. “Para as parteiras da floresta, que guardam a tradição graças ao isolamento geográfico de seu berço, é mais fácil compreender que um boto irrompa do igarapé para fecundar a moça donzela do que aceitar que uma mulher marque dia e hora para arrancar o filho à força.” (BRUM, 2017, p. 19). O pragmatismo da maternidade ocidental torna-se mais fantasioso do que a ameaça da

figura folclórica que espreita moças à beira-rio. A aproximação que a reportagem engendra com a cultura das personagens nos distancia dos saberes que consideramos “normais”.

Os outros são os médicos, a quem Jovelina atribui uma ignorância fora do comum. “O que essa mulherada sofre na maternidade é um golpe, minha irmã”, apavora-se. “Aqui, se o menino se acomodou de mau jeito, a gente vai e dobra. Boto a mão e vou puxando, puxando, até ele se ajeitar, botar a cabeça no lugar. Aí não precisa cortar. Médico, coitado, não sabe dobrar menino. (BRUM, 2017, p.27).

Os médicos são colocados em posições dignas de pena. Letrados e diplomados, se tornam ignorantes a partir da perspectiva da reportagem, que tenta incorporar a posicionalidade das parteiras. A abjeção regional que invisibiliza essas mulheres é revertida em virtude. A índia Dorica, no contexto desenhado por Brum, é especialista em gestação: “Pegar menino é esperar o tempo de nascer”, ensina. ‘Os médicos da cidade não sabem e, porque não sabem, cortam a mulher’.” (BRUM, 2017, p. 21). As parteiras – e a própria jornalista – não hesitam em afirmar a superioridade de seu método frente ao saber médico ocidental. “Está além da compreensão das parteiras da floresta que a vida se desenrole em berço de morte, no hospital, como se doença fosse. Para cada parteira, a dor é prenúncio do êxtase do nascimento. Oposições tão inseparáveis como a noite e o dia. Parto não é sofrimento. É festa.” (Brum, 2017, p. 27). O relato faz com a cultura da comunidade amapaense pareça mais coerente e aceitável, apontando contradições supostamente óbvias que percorrem práticas de nossa própria cultura. “O grito atávico, feminino, ecoa do território empoleirado no cocuruto do mapa para lembrar ao país que nascer é natural. Não depende de engenharia genética ou operação cirúrgica, não tem cheiro de hospital.” (BRUM, 2017, p. 19).

A aversão ao saber hegemônico que Eliane Brum constrói discursivamente é percebida por algumas ausências produzidas pela reportagem. Ela é a única jornalista, entre as que estudamos, que não lança mão das chamadas fontes oficiais, inexistentes no universo diegético de *A floresta das parteiras*. Para ela, as amapaenses são especialistas não só de parto, mas de si. Não são necessárias falas “qualificadas” de terceiros para validar o relato. As informações trabalhadas na reportagem ganham, assim, contornos extremamente narrativos: elas não precisam ser certas ou completas. São os fragmentos de vida que as parteiras escolheram partilhar.

Entretanto, ao mesmo tempo que se legitima esse saber esquecido, negligenciado por perspectivas hegemônicas, reitera-se uma concepção bastante familiar de feminilidade. Apesar da subversão hierárquica dos atravessamentos regionais, certa natureza feminina é celebrada e reivindicada como condição para perpetuação do conhecimento que vigora na

floresta. Brum descreve as parteiras como seres que “emergiram dos confins de outras mulheres como dom de pegar menino. Sabedoria que não se aprende, não se ensina, nem mesmo se explica.” (BRUM, 2017, p. 19). Segundo a reportagem “mulher e floresta são uma coisa só [...] A mãe terra tem tudo, como tudo se encontra no corpo da mulher. Força, coragem, vida e prazer.” (BRUM, 2017, p. 20).

Brum secunda a vinculação das mulheres com a natureza e postula que “parto é mistério de mulher. Feito por mulheres, entre mulheres. Assunto delas.” (BRUM, 2017, p. 27). Obviamente, a jornalista arquiteta o texto a partir dos depoimentos de suas personagens, que reproduzem essas percepções. Acredita-se, mutuamente, em uma essencialidade feminina – bastante criticada por este trabalho – capaz de garantir às mulheres capacidades de ação específicas e exclusivas.

A repórter nos coloca, portanto, diante de um impasse. Seu trabalho mobiliza o ofício das parteiras para criticar o discurso médico e científico dominante, mas acaba reforçando estereótipos de gênero presentes na cultura ocidental que pretende negar. Vangloria-se uma identidade feminina forjada a partir dos ritos da reprodução. Sabemos, com Preciado (2017), que esse atrelamento fortalece o sistema heteronormativo que sujeita as mulheres como força de trabalho sexual. Não obstante, a relação especular das mulheres com a natureza sedimenta discursos das ciências naturais e das ciências humanas que insistem na perpetuação de retóricas dualistas cartesianas como corpo/espírito, natureza/tecnologia, mulher/homem. Esses binarismos, segundo Preciado, robustecem a estigmatização política de determinados grupos, como o das próprias mulheres, que, apartados dos polos da racionalidade e da tecnologia, tornam-se impedidos de operar discursos que os constituem como sujeitos.

Parece-nos que, por um lado, o trabalho de Brum tenta enaltecer aspectos de uma cultura esquecida, mas, por outro, condiciona o florescimento dessa cultura a elementos que reforçam a mesma lógica que essa cultura tenta enfrentar. Ainda que não consigamos compreender as diferentes perspectivas que caracterizam as feminilidades amazônicas, certamente distintas e edificadas a partir de relações específicas, temos que ter em mente que a reportagem circula, também, em outros contextos, nos quais determinadas opressões de gênero se fazem inquestionavelmente presentes. Questões relativas à reprodução e às dicotomias que oprimem sujeitos codificados como femininos são frequentemente manuseadas em função da dominação das mulheres e, portanto, não deveriam ser abordadas em nossas produções acriticamente. Precisamos nos perguntar sobre os significados de se reiterar, mesmo de forma não intencional, estereótipos que aprisionam mulheres, no sentido

mais alargado possível do termo. Enquadrar positivamente uma feminilidade que carrega traços de relações de dominação, sem contrapontos, pode fortalecer ações hegemônicas.

Brum adverte que algumas parteiras sequer sentem prazer em exercer o ofício, sugestionando imposições de uma cultura, em parte, sexista. “Dorica – avó, mãe, madrinha de centenas de filhos de pegação – nem mesmo gosta de possuir o dom. ‘O dom é assim, nasce com a gente. E não se pode dizer não’.” (BRUM, 2017, p. 20). A condição feminina, engrandecida muitas vezes por Brum, parece conduzir algumas mulheres a uma vida indesejada e marcada pela pobreza, já que nada recebem pelo trabalho. “‘Tô cansada’, anuncia. ‘Queria pedir a Deus o meu aposentamento de parteira’.” (BRUM, 2017, p. 20). Mas a aposentadoria não chega e elas são obrigadas a continuar. A equação entre a dominação de gênero e a subalternidade de classe não parece ser claramente trabalhada pela repórter.

São pobres, as parteiras. Muitas nem dentes têm. Outras só comem farinha de tapioca. Ajudar a humanidade a vir ao mundo nunca lhes rendeu um tostão. “O que eu mais queria nessa minha vida era uma cama bonita”, suspira Cecília Forte, 66 anos, que nunca conheceu outro pouso para o corpo que não fosse uma rede de algodão. Quando a fome aperta as tripas, o coração capitula, ameaça parar. Moldada em casca dura, Cecília resiste. De partejar, ela confessa quem nem gosta tanto. (BRUM, 2017, p. 30).

Fronteiras entre cultura e opressão – tanto de gênero, como de classe – se tornam turvas. Características que singularizam a cultura que a reportagem tenta sublimar promovem, também, profundas desigualdades sociais. As existências de Dorica e Cecília foram condenadas pela mesma feminilidade que a reportagem, em vários momentos, pretende enobrecer.

Apesar do imbróglio, Brum consegue elencar alguns sopros de contra-hegemonia nesse feminino, ainda que ancorado em uma essencialidade benta. Cecília, a parteira que sonha com a cama bonita, é “moldada em casca dura”. Apesar das delicadezas, não há fraqueza entre as mulheres da floresta. Segundo a jornalista, “quando remam quilômetros por rios ou vão de pés para auxiliar uma igual a consumir o milagre, o parto é resistência e subversão, é a prova de que cada mulher tem um pouco da deusa.” (BRUM, 2017, p. 24). As condições precárias de vidas marcadas pela pobreza conseguem reconfigurar feminilidades fortes, capazes de suportar o peso da vulnerabilidade social. A dimensão da sexualidade evocada pelo relato também rompe, em certa medida, com a sacralidade que assinala o gênero das parteiras. Eliane Brum descreve como Jovelina se “enfogueira por dentro” (BRUM, 2017, p. 27) quando lembra do primeiro marido. A parteira não esconde seus desejos mundanos:

“Só tive oito [filhos]’. Como só? ‘Só, oras. É tão bom parir...’ E emenda, toda safada: ‘De fazer, gosto mais ainda’.” (BRUM, 2017, p. 25).

Essencializado, resistente ou subversivo, esse feminino está sujeito, também, a hierarquias de gênero explícitas. Eliane Brum expõe, por exemplo, a repulsa coletiva frente à gravidez fora do casamento. Nazira Narciso “recepcionou a neta quando a parteira se negou a fazê-lo por se tratar de ‘barriga particular’. ‘Ela não tinha marido’, traduz Nazira.” (BRUM, 2017, p. 32). A abjeção age duplamente nessa mulher impura, uma abjeta entre abjetos, indigna do trabalho das parteiras. Sabemos, conforme o relato de Brum, que as religiões católicas e pentecostais interferem na composição sincrética de crenças na região, podendo influir, diretamente, na consolidação do machismo em termos bem familiares a nossa própria cultura. As mulheres que escapam da estrutura familiar tradicional são, logo, marginalizadas e simbolicamente violentadas.

Outros aspectos sexistas da comunidade amapaense são sutilmente pontuados nas poucas aparições de figuras masculinas. Os homens, quando enquadrados, são representados como sujeitos completamente alheios ao universo das parteiras.

Vencidas as nove luas, os homens do Curiaú são despachados para não fazer atrapalhão. Sim, porque homem, nessa hora, só sabe fazer zoadá. Parto é reunião feminina. Vem vizinha de todo canto, comadre e não comadre. Enchem a casa, fazem café e mingau e se põem a contar causos e piadas para distrair a barriguda. (BRUM, 2017, p. 29).

Não percebemos grandes divergências em comparação a masculinidades hegemônicas, muito afastadas de assuntos concernentes ao âmbito do privado, do doméstico, e não equacionadas na operação da reprodução. “Quando vê, ‘lá vem o menino escorregando pelo mundo’. Só nessa hora o pai é chamado para engatilhar a espingarda e dar três tiros para cima, se for menino, ou dois, para o caso de ter nascido menina.” (BRUM, 2017, p. 29). Nota-se a manifestação da masculinidade viril, armada, que comemora, mais efusiva, o nascimento de um dos seus.

Na maior parte do relato, o masculino é performado a partir de sua ausência, o que impede, também, uma compreensão mais ampla do feminino, uma vez que identidades são construídas relacionalmente, nas dinâmicas de fixação e não fixação propostas por Mouffe (2001). Há uma lacuna de sentido, um apagamento de uma parte da cultura que, no entanto, não compromete os propósitos do texto. Ele não pretende ser um relato completo e totalizante da comunidade amapaense, mas uma representação, perspectivada e posicionada, do olhar que as parteiras têm de si mesmas.

4.2.2. *As mulheres enjauladas*

Em *Presos que menstruam*, Nana Queiroz conta a história de sete mulheres com as quais se encontrou ao longo dos quatro anos de apuração da reportagem. Apresenta o depoimento, também, de algumas detentas que passaram por seu caminho de forma passageira. A partir dessas falas, compôs seu relato como uma “colcha de retalhos”, evitando impor ao leitor suas próprias relações de causa e efeito. Esses fragmentos de texto são organizados a partir de temas abordados pelas presas durante as conversas com a repórter, como família, maternidade e sexualidade.

Queiroz opta por alinhar o primeiro pedaço de tecido partindo da reconstrução da origem de classe das encarceradas. Os primeiros capítulos da obra são dedicados a escavar o passado de diferentes personagens, como estratégia de complexificá-las. A jornalista busca revelar estruturas sociais que as condicionaram ao mundo do crime. As presas são, logo, enquadradas como personagens esféricas, para usarmos a expressão de Edward M. Foster, citado por Candido (2004), dotadas de nuances e contradições. Não as percebemos, na leitura, como pessoas necessariamente boas ou ruins, mas como sujeitos produzidos pelas operações de exclusão que lhes foram impostas. Essa estratégia permite que consigamos notar as interseccionalidades que talham uma feminilidade violenta, agressiva, vingativa e inesperada para padrões hegemônicos.

A história de Safira, por exemplo, poderia ser a história de qualquer outra mulher pobre do Brasil. Ela é a primeira tira de pano da malha narrativa de Queiroz. O sistema carcerário explorado pela jornalista começa a se revelar a partir do depoimento da mulher dura e transparente como a pedra que lhe rendeu o apelido. Tanto ele como a aspereza de sua personalidade foram frutos da vida bruta que lapida a maioria dos corpos da ralé brasileira, termo provocativo que tomamos emprestado de Jessé Souza (2009) para nos referirmos às classes miseráveis do país. A partir desse relato específico, pretende-se iluminar aspectos da realidade social que esculpiu Safira, e outras tantas, para a criminalidade.

Conforme Queiroz, Safira nasceu em uma favela de Guarulhos, São Paulo. Ainda no início da infância que a memória não guarda, foi abandonada pelo pai. A mãe, então, casou-se novamente com um homem de origem simples. Safira “apanhava e sofria humilhações da mãe e do padrasto, que eram pessoas massacradas pelo peso de suas vidas.” (QUEIROZ, 2015, p. 24). Segundo Souza, as famílias da ralé, de fato, são sustentadas por relações interpessoais frágeis. A falta de estrutura familiar impede uma situação de vida segura e estável

emocionalmente. Obviamente, não nos referimos, com exclusividade, a modelos heteronormativos de família. Estamos falando de um grupo capaz de exercer, satisfatoriamente, as funções de amar, proteger e cuidar, a despeito de vínculos consanguíneos ou de papéis socialmente pré-estabelecidos por gêneros específicos. A “família desorganizada”, configuração marcada pela desordem da vida econômica e moral, falha em garantir o desenvolvimento da segurança afetiva entre seus membros. O mínimo de controle é assegurado em forma de agressão, geralmente exercida por figuras masculinas.

Embora não culpe, inteiramente, a mãe omissa, o pai ausente e o padrasto agressivo pelas desventuras que acometeram o percurso de Safira – afinal, foram sujeitos também “massacrados” pela realidade intercedente – a repórter nos mostra, em tom de denúncia, que sua entrevistada dividia fantasias de infância com as surras que recebia nesse contexto compartilhado por muitas crianças da ralé. Ela cresceu, portanto, dividindo teto com a violência doméstica. Em uma sociedade não apenas androcêntrica, mas também adultocêntrica, Safira foi sobrevivente de sua condição de menina pobre. Mas a vitória de alcançar a juventude apenas intensificou o desafio de tornar-se adulta. Deixou um lar abusivo para viver com um marido agressor, Josiel, com quem foi obrigada a seu casar aos 14 anos. Sua mãe “estava convencida de que Safira devia juntar os trapos com o sujeito em nome dos bons costumes e da economia doméstica.” (QUEIROZ, 2015 p. 25).

Queiroz tenta esboçar a lógica por sobrevivência que guiava Safira, que logo concordou com a ideia do matrimônio forçado. “Afinal, com Josiel, ao menos se livraria dos abusos da casa da mãe.” (QUEIROZ, 2015, p. 25). O casamento, podemos ver, longe de ser uma escolha ou gesto de amor, serviu como subterfúgio do espaço ameaçador no qual crescera. Mas o que era para ser uma fuga acabou se tornando uma nova prisão.

Safira acabou procurando exatamente o tipo de homem que reproduzia o lar no qual ela tinha crescido. Na primeira vez em que ele a acertou com um tapa na cara, três meses após a mudança, Safira era ainda uma menina. Como menina, perdoou, e como mulher, insistiu na relação. Relevou as traições, as bebedeiras, as pancadas, os sumiços, as humilhações. (QUEIROZ, 2015, p. 25).

A jornalista assevera as agressões, físicas e psicológicas, sofridas pela personagem. Destaca que Safira, além de ser íntima da violência doméstica e de gênero que lhe moldava mulher, conheceu cedo a violência simbólica que lhe encurtou a infância, colocando-a para trabalhar como empacotadora de caixas de supermercado.

A mãe e o padrasto não reconheciam o esforço com mérito, mas como uma responsabilidade natural dos seres humanos. Essa história de gastar a vida na escola era uma frescura à qual nenhuma deles podia ser dar ao luxo. Safira internalizou aquela visão de mundo, largou a escola aos 14 anos e se convenceu de que as pessoas batalhadoras, com esforço suficiente, sempre chegariam aonde quisessem. Com ela não seria diferente. (QUEIROZ 2015, p. 24).

Podemos perceber a hierarquia de valores que orientou Safira. A escola é vista como luxo, acessível somente a quem goza do conforto de não precisar batalhar pela vida. Notamos que a desorganização familiar grifada pelo descaso não favorece a permanência das crianças e jovens na escola, que, como rememora Souza, demanda dos estudantes desenvolvimentos cognitivos e emocionais específicos, forjados, principalmente, no ambiente doméstico. Safira, distanciada de um atmosfera de estímulos, abandonou cedo as esperanças ligadas aos estudos, apostando na mesma lógica meritocrática que a subjuga como membro da ralé. Ela foi incapaz de adquirir os mesmos capitais, tanto econômicos como culturais, garantidos aos sujeitos pertencentes às classes mais abastadas. A partir da reconstrução do passado da personagem, apartada dos estudos, Queiroz nos ajuda a compreender o trajeto que a levou ao emprego precarizado. A jornalista descreve os motivos pelos quais a personagem não foi capaz de incorporar os elementos necessários para se inserir no mundo do trabalho qualificado.

Safira passou a levantar todos os dias às 5 horas da manhã para empacotar as sacolas de compras da classe média. Embrulhava todos os dias coisas que tinha desejo de comer, biscoitos que adoraria levar para o filho. Tentava não pensar muito na água na boca ou no aperto no estômago e lembrar que os batalhadores sempre alcançavam alguma coisa – nem que fosse um pacote de bolachas recheadas. (QUEIROZ, 2015 p. 28).

A repórter mostra que as ambições de uma vida marginalizada são dolorosamente pequenas se confrontadas com padrões de consumo dominantes. O desejo maior de Safira, um pacote de bolachas para apetercer o estômago vazio, é banalmente consumido pela classe média para quem trabalha. O contraste estabelecido entre a sua realidade e a de seus clientes reforça a escassez que acompanha a personagem.

Quando a fome, a de Safira e de seu filho, falou mais alto que a necessidade de manutenção de um caráter idílico, ela optou pela delinquência, rota alternativa destinada aos cidadãos da ralé. Recorreu a um vizinho que apostou em suas habilidades no volante e tornou-se instrumento de fuga para assaltantes, até que se tornou uma. “E pronto, foi fácil assim. Tinha uma vida digna e não queria mais ganhar 300 reais ao mês.” (QUEIROZ, 2015, p. 58).

A escolha de Safira, como mostra o relato de Queiroz, complexifica noções de dignidade. Se o trabalho não conseguia lhe proporcionar condições de mínimas de sobrevivência, como qualificar ou condenar sua nova condição que, pela primeira vez, lhe daria a decência de fugir da fome? Mas como se julgar livre da miséria se o crime foi a única alternativa que lhe restou? Através da restituição de uma história sustentada pela falta de oportunidades, Queiroz nos aproxima da personagem e de suas angústias, humanizando-a.

A suposta liberdade de Safira durou pouco. Diante da Justiça Penal e do sistema carcerário, descobriu novos tons na paleta de cores da violência que pintou sua vida. Somou-se à porcentagem: entre todas as mulheres presas no Brasil, segundo Queiroz, 40% foram vítimas de violência doméstica. A jornalista insinua que interseccionalidades de gênero e classe lhe outorgaram o veredito de inimiga do povo.

De forma a nos avizinharmos ainda mais dessa existência distinta, marginal e subalterna, a repórter aposta na reprodução exata dos modos de falar das presas, conforme explicitado por ela na introdução do livro e por nós em outro momento desta análise. Gírias, termos e sonoridades são empregados com propósitos bastante similares aos que vimos em *A floresta das parteiras*, de Eliane Brum. Além de auxiliar na construção das personagens, revelando elementos de suas personalidades, de suas origens regionais e de classe, operam na mesma diferenciação vocabular presente na abordagem da jornalista gaúcha sobre as parteiras. Quando Safira comenta que “Queriam me machucar porque cheguei novinha, toda bonitinha. Elas olharam a minha aparência e falaram ‘vamos naquela ali que é otária’. E eu saí na mão umas duas, três vezes. Tive que mostrar que não era boba.” (QUEIROZ, 2015, p. 213), percebemos sua face briguenta e insubordinada, atravessada por uma autoestima bastante elevada. Queiroz reforça essas características ao incorporar, em sua narração, a revolta que levou Safira à criminalidade: “Com sua arma, se vingava do mundo que a fez pobre, que a fez frágil, que a fez mulher. Quem era fraca agora? Quem tinha medo de quem? Quem estava sem escolha? Não era ela. Não era. Nunca mais ia ser.” (QUEIROZ, 2015, 136). A mistura de vozes pode aprimorar nossa capacidade de compreender essa mulher que não se curva aos desgostos da pobreza. Não obstante, ao incorporar alguns desses termos na sua própria escrita, Queiroz, assim como a colega de profissão, legitima esse outro lugar de fala, da ralé, capaz de interferir na linguagem empregada na reportagem.

A maioria das encarceradas entrevistadas pela repórter narra histórias de vida parecidas à de Safira. Entretanto, nem todas as presas compartilham a mesma condição de classe. A repórter explora a narrativa de detentas de outras origens sociais para contrastá-la

com alguns aspectos da realidade de companheiras de cela menos favorecidas. Frisa, através dessa estratégia discursiva, como atravessamentos classistas planeiam experiências de corpos femininos privados de liberdade. É o caso de Júlia, “a estudante de direito que sequestrava”. Queiroz menciona que a imprensa “salivou” com a história da garota.

Faziam vigília na porta da casa de sua família até que eles soltaram cachorros no quintal para espantar gente indesejada. O pai teve que fechar o bar – sua única fonte de renda – e a mãe quase perdeu o emprego quando um jornalista lançou a tese de que ela se disfarçava de faxineira para encobrir a filha sequestradora, que era quem, na verdade, sustentava a casa. (QUEIROZ, 2015, p. 146).

A jornalista pretende forjar uma crítica, primeiramente, ao esquecimento sistemático ao qual presas “comuns”, como Safira, são submetidas. A pobreza convertida em criminalidade é uma transformação naturalizada e desperta pouco interesse da mídia. A ralé é invisibilizada, condenada e aceita socialmente como tal. Júlia, por sua vez, vem de uma família de trabalhadores. As interseccionalidades de gênero e classe que lhe formam não resultam, comumente, em violência. Por isso o espanto da mídia, que sensacionaliza esse desdobramento inesperado. Ao explicitar a falta de empatia por parte do jornalismo tradicional, tanto pelos sujeitos esquecidos como pelos redutoramente representados, começamos a perceber que Queiroz se opõe aos padrões de enquadramentos estereotipados de narrativas policiais que frequentam, todos os dias, jornais ditos “populares”.

Poucos crimes ganharam tanta notoriedade midiática quanto o assassinato de Manfred e Marísia Von Richthofen, mortos em outubro de 2002 a mando da filha mais velha do casal, Suzane, entrevistada pela repórter. Ao abordar esse caso, Queiroz revela discrepâncias de tratamento não somente por parte da mídia. Ela explora os pequenos privilégios de quem adentra o sistema carcerário munido do capital cultural da classe média alta.

A jornalista conheceu Suzane em uma manhã fria de Tremembé. A jovem de família rica trabalhava na oficina da Fundação de Amparo ao Preso. “É ela quem coordena a divisão de trabalho entre as detentas, fiscaliza a qualidade do que fazem, se encarrega dos pedidos mais difíceis e mais exclusivos. Suzane é o braço direito da monitora da oficina.” (QUEIROZ, 2015 p. 295). Sua origem permitiu com que incorporasse certos predicados apreciados pelos carcereiros, garantido um trato diferenciado.

– A Suzane? – ela [a supervisora] diz a um dos presentes – A Suzane é mil! – e põe o braço em volta do seu ombro. – Digo que essa menina é Bombril porque faz tudo aqui. Faz tudo e faz com perfeição. Confio muito na qualidade do seu trabalho. Uma vez, para você ver, tive que me afastar por três meses e a Suzane ficou aqui e cuidou de tudo no meu lugar. Não tive nenhum problema. (QUEIROZ, 2015, p. 205).

Por pior que tenha sido o crime cometido por Suzane, seu capital cultural lhe confere habilidades de estabelecer relacionamentos melhores com seus supervisores. Sua distinção foi percebida, até mesmo, pela aparência: usava, no encontro com Queiroz, tênis “perfeitamente brancos” e um penteado “comportado”, apresentando inegáveis traços de vaidade e asseio. A reportagem alude que o tipo de acolhimento que se recebe na prisão depende menos da percepção do nível de crueldade do crime cometido e mais da origem de classe das detentas.

Nana Queiroz contrasta, também, sua própria realidade e suas percepções de classe média com a vivência de suas personagens. A autonarração, que exploramos previamente nesta análise, nos auxilia, também, na construção narrativa das presas. A insalubridade a que estão sujeitas, por exemplo, é desmascarada a partir da quebra de expectativa da jornalista, que as confronta com seus próprios pressupostos:

– Mas você recebe o kit de higiene aqui na Penitenciária, não é? Não te falta nada...
– Não falta nada? – e ela me olha de um jeito zombeteiro, ridicularizando a minha ingenuidade – Tem dia que até saio recolhendo papel de jornal do chão para limpar a bunda. (QUEIROZ, 2015, p. 181).

Queiroz revela a crueldade do sistema se colocando no lugar das detentas, mas mantendo a perspectiva de alguém pouco acostumada àquelas condições. “Falamos dos horrores da comida que é entregue crua, fria e, às vezes, com cabelos e insetos. Quando olho a quentinha do dia, não tenho coragem de comer.” (QUEIROZ, 2015, p. 90). A jornalista implica que nós, leitores, também não conseguiríamos. Ela se submete a algumas situações extremas para traduzi-las ao seu público, que desconhece esses cenários repulsivos. Queiroz se passou, até mesmo, por amiga de presa:

Passei a caminhar de lado a lado no pátio, num pequeno surto de ansiedade. Pensei na minha equipe pequena do jornal, que ficaria sobrecarregada devido ao meu atraso, lembrei dos maus-tratos que tinha recebido. Queria vomitar. Eu não podia sair. Havia uma claustrofobia meio irracional me dominando. Eu sairia em três horas, pessoas sobreviviam à privação da liberdade por anos. Socorro entendeu meu estado sem me julgar. Colocou a mão no meu ombro e sussurrou:
– Agora sabe o que nós somos. Nada. (QUEIROZ, 2015, p.91).

Presas que menstruam investe, claramente, na investigação das condições e opressões classistas que marcam suas personagens. A partir da constituição de um lugar social assinalado por essas operações de exclusão, o livro se desdobra em diversas temáticas para discutir como

classe e gênero se entrecruzam em outras esferas da vida das detentas. Aspectos comumente vinculados ao feminino, como a maternidade, são ressignificados na reportagem de Queiroz, que desuniversaliza e subverte questões semelhantes, enquadradas, geralmente, a partir de uma ótica hegemônica, branca, abastada, heteronormativa e, por que não dizer, livre.

A experiência de gestante de Gardênia, por exemplo, em quase nada se assemelha à maternidade romantizada de classe média. Grávida da filha Ketelyn, não contou com pré-natal e consultas regulares a obstetras. Não montou enxoval, não fez ensaios fotográficos acariciando a barriga, tampouco contratou uma equipe de filmagem para registrar o emocionante momento do parto. Na verdade,

Gardênia foi algemada à cama novamente. O procedimento é comum para presas que dão à luz. A ativista Heidi Cerneka, uma americana de português quase impecável e fala pausada, que há treze anos trabalha com a causa da mulher presa no Brasil na Pastoral Carcerária, faz brincadeira com esse protocolo:

– Tem mulher que até dá à luz algemada na cama. Como se ela pudesse levantar parindo e sair correndo. Só um homem pode pensar isso. Porque mesmo que ela pudesse levantar, qualquer policial com uma perna só andaria mais rápido que ela. (QUEIROZ, 2015, p. 73).

A maternidade enjaulada, incapaz de conter relações violentas entre presas e carcereiros, explicita a falta de cuidado e, também, de conhecimento sobre corpos não masculinos que habitam o sistema prisional. Percebemos, nesse contexto, a importância de se afirmar, estrategicamente, algumas especificidades identitárias. O apagamento de particularidades desses sujeitos os desumaniza, fortalecendo as estruturas sexistas e segregadoras que os produzem como inferiores nesse processo.

Recentemente, alguns ativistas têm sugerido que as mães de bebês até um ano fiquem em prisão domiciliar, com tornozeleiras eletrônicas, enquanto amamentam. Assim, a criança vive em um ambiente mais saudável, não perde em vivência familiar e pode ser levada a passeio por parentes e vizinhos com mais facilidade. Ao fim do período, a mãe voltaria a cumprir pena em regime fechado, se assim determinasse sua sentença. Uma preocupação, porém, é a de que este tipo de benefício levasse as presas a engravidar propositalmente. Cristina [Magadan, psicóloga da Penitenciária Estadual Feminina da Guaíba] ri da suposição.

- O que eu venho aqui são mulheres abandonadas que nem conseguem visita íntima, iam engravidar como? (QUEIROZ, 2015, p. 117).

A partir da experiência da maternidade nas prisões, Queiroz consegue retornar à questão da desestruturação familiar introduzida, brevemente, no início da obra, quando discorre sobre dominações de classe que sujeitam as detentas. Explora, posteriormente, como

a lógica da família patriarcal influi, de maneira mais cruel, no destino das mulheres encarceradas:

Quando um homem é preso, comumente sua família continua em casa, aguardando seu regresso. Quando uma mulher é presa, a história corriqueira é: ela perde o marido e a casa, os filhos são distribuídos entre familiares e abrigos. Enquanto o homem volta para um mundo que já o espera, ela sai e tem que reconstruir seu mundo. Gardênia foi presa mais vezes depois dessa, e, em algumas partes do caminho, o marido sumiu também. As filhas tiveram que crescer em um abrigo. (QUEIROZ, 2015, p. 77).

Ironicamente, o sentido da palavra família, nas classes subalternas, é levado ao pé da letra. A feminista marxista Mirla Cisne (2015) explica que o termo encontra sua origem no latim *famulus*, que significa “conjunto de servos e dependentes de um chefe ou senhor”. Entre esses servos, estão mulheres e crianças submissas ao poder do marido/pai, o polo dominante do grupo. Mesmo ausente, a figura masculina continua determinando relações de poder. O chefe de família consegue manter a estrutura familiar a sua volta, mas a mulher serviçal, responsável por garantir a ordem doméstica estabelecida pelo homem, não tem esse mesmo privilégio. Não negamos que estruturas machistas também estão presentes nas famílias estruturadas e economicamente avantajadas. A partir da vida de Gardênia, observamos, entretanto, que várias manifestações sexistas ganham arestas mais dramáticas devido a sua classe.

Queiroz pontua que o sexismo interfere, também, na vida amorosa e sexual dessas mulheres:

Na Penitenciária Madre Pelletier, em Porto Alegre, uma agente penitenciária simpática comanda o “tour-cadeia”.

– E aqui atrás fica o ninho de amor delas – dá uma risadinha tímida –, e ali que recebem as visitas íntimas.

Faço questão de ver como é o espaço e ela me leva até lá, sem hesitar. Ao abrir a porta, porém, a surpresa. Sim, era um ninho, mas não de amor, de gatos. Uma bolinha de pelo acinzentada de mais ou menos um mês nos dá uma mirada perigosa. Estava deitado sobre o colchão de casal, coberto com seus excrementos de toda a vida – e que poder tinha o odor dessas pequenezas.

A carcereira, constrangida, explica:

– Sabe o que é? Quase ninguém usa isso aqui...os homens não vêm visitar. (QUEIROZ, 2015, p. 239).

A jornalista apresenta dados para enriquecer a narração: “gira em torno de 2% o número de presas que têm tamanha sorte.” (QUEIROZ, 2015, p. 233). Mas a imagem decrépita de um quarto apodrecido pelo tempo de desuso fala mais sobre o abandono afetivo do que qualquer porcentagem.

Essa mesma perspectiva masculinista é responsável por produzir a femilidade hegemônica completamente apartada de cenários de violência e do mundo do crime. As mulheres inseridas nesse contexto são expulsas, assim, dessa categoria normativa: são problemas, monstrosidades ou exceções. Tornam-se, logo, corpos não apreendidos pela sociedade e, não obstante, pelo sistema carcerário. Carmem Botelho, diretora do Centro de Reeducação Feminino (CRF), apesar de reconhecer a coragem das presas frente às situações que enfrentam, critica, com veemência, características que fogem ao estereótipo da mulher feminina:

– Prefiro mil vezes uma cadeia com 30 mil homens do que uma com cem mulheres – diz ela, enfatizando as palavras para que sejam levadas a sério. – Elas são muito indisciplinadas, arrogantes e não tem medo de nada. Apesar da tropa de choque ser tão agressiva com elas quanto com eles, elas não se acovardavam. (QUEIROZ, 2015, p. 187).

Rejeita-se, portanto, uma feminilidade que não se comporta, destemida e combativa, pouco condizente com o ideal delicado, vulnerável e emotivo de mulher.

Não é surpresa confirmar, pelo relato de Queiroz, que corpos desviantes encontram ainda mais dificuldade de aceitação no sistema carcerário. A repórter narra seu encontro com Lourdes Helena Moreira, transhomem que teve seu direito ao nome social negado quando foi premiado no concurso literário *O direito de olhar*, da Penitenciária Feminina do Tatuapé.

A curadoria do livro considerou o nome oficial de Lourdes e não o seu nome social²⁷. Refere-se a ele como mulher, quando, na verdade, trata-se de um homem transexual. O sistema carcerário brasileiro comete graves erros ao colocar homens trans em presídios femininos e mulheres trans em presídios masculinos, desrespeitando seus direitos à identidade sexual e sujeitando-os a situações de assédio, prostituição e até estupro. A avaliação de para onde mandar cada preso é feita com base na conferência do órgão genital, mesmo que a medicina e o Estado já reconheçam que há muitos mais fatores que determinam nossa sexualidade do que um pênis ou uma vagina. (QUEIROZ, 2015 p. 248).

Queiroz critica não somente a ignorância, mas a displicência das instituições heteronormativas que desconhecem e ignoram a instabilidade identitária de determinados corpos, mais vulneráveis a vários tipos de violência dentro dos presídios. Curiosamente, a fluidez das sexualidades desviantes é praticamente imposta nesse contexto. Nana revela que a homossexualidade nas prisões femininas é maior do que em prisões masculinas. Um estudo realizado em 1983 estimava que ela girasse em torno de 50%. Hoje, com o crescimento da liberdade sexual, acredita-se que esse número tenha aumentado. “Isso não quer dizer, de

²⁷ Interessante notar que a reportagem também oculta o nome social do encarcerado.

maneira alguma, que as homossexuais cometam mais crimes, mas que, para as mulheres, ao menos na cadeia, a afetividade pode moldar – e, por que não, expandir – a sexualidade.” (QUEIROZ, 2015, p. 251). A reportagem sugere, assim, a maleabilidade do desejo. O trabalho de Queiroz insinua, ao tratar do tema, que todos os corpos são produzidos pelas estruturas sociais e pelas tecnologias que delimitam – ou ampliam – suas possibilidades de conformação. Sabemos, com o relato, que as condições impostas pelo cárcere transformam sexualidades. A partir da leitura, podemos aferir que nenhuma identidade sexual é fixa. “Algumas chegam a dizer que não são, mas ‘estão lésbicas’.” (QUEIROZ, 2015, p. 251). São mulheres que, “ligadas pelo companheirismo, o apoio na depressão e no medo, se envolveram com outras mulheres. Nessas parcerias descobrem novos desejos e, às vezes, o amor.” (QUEIROZ, 2015, P. 251). E quem melhor para explicar essas relações do que uma delas?

– Tem aquelas uma que se envolve e assume, e aquelas que se envolve e não conta pra ninguém, é escondidinho. Ela tenta enganar o povo, né? – conta Vera. – Mas as que curte mulher mesmo são poucas. Tem aquelas uma que eles fala que é sapatão. Sapatão, pra mim, não existe. Sapatão é quem usa 45 e tem que mandar fazer sapato especial. Não existe e palavra “sapatão” no dicionário. É as lésbicas ativas e as lésbicas passivas, né? Tem aquelas uma que a opção dela foi aquilo ali naquele momento na cadeia, tirar uma onda, um lazer, uma curiosidade. E umas que fica porque se sente ameaçada na cadeia. Porque se você é bonita, você incomoda. Se você é muito feia, você incomoda também. Se você usa uma blusinha particular e a minha é uma branquinha velha da casa, as meninas já leva você meio assim. Rola uma inveja. E elas pensa, tipo: “Seu eu ficar com uma mulher, eu vou ficar mais protegida”. Porque se mexer com a minha mulher, eu vou comprar, eu vou brigar, eu não vou deixar minha mulher brigar, vamos as duas junto. (QUEIROZ, 2015, p. 252).

Pela fala de Vera, notamos que a sexualidade se atrela ao instinto de sobrevivência despertado pelas hierarquias estabelecidas entre as detentas. Privilégios de classe – que, como vimos, muitas vezes garantem tratamentos diferenciados por parte dos carcereiros –, como a “blusinha particular”, não são bem-vindos pelas companheiras de cela. “Rola inveja”. Sentem, logo, a necessidade de criar uma rede de apoio familiar dentro da prisão – como muitas vezes lhes faltam quando perdem a liberdade. E nem sempre configuram relações de cunho paternalista: a proteção é mútua e a briga conjunta. Nada de donzelas indefesas nos presídios brasileiros.

A fluidez sexual corre livre nos corredores das prisões, mas, assim como as instáveis identidades de gênero, sexualidades são engessadas pela burocracia da cadeia. A heteronormatividade institucional impede, muitas vezes, que Vera encontre com sua companheira Stéfani:

Os problemas do casal começaram somente quando a administração da Penitenciária do Butantã, alegando preocupação com os antecedentes criminais de Stéfani, proibiu sua entrada no presídio. Vera suspeita que a verdadeira razão da dificuldade seja o preconceito. Já que as duas não têm laços legais que comprovem o casamento, o sistema não é obrigado a permitir que se vejam. (QUEIROZ, 2015, p. 271).

“O preconceito, na realidade, é tão institucionalizado que a própria resolução do Ministério da Justiça que determinada que o direito à visita íntima deveria ser concedido às mulheres colocava o benefício como uma maneira de combater a homossexualidade.” (QUEIROZ, 2015, p. 272). Percebemos, portanto, que enquanto determinadas particularidades que conformam os corpos das mulheres encarceradas – como a maternidade ou a falta de apoio familiar – são completamente esquecidas pelo sistema carcerário, outras – como lesbiandade, a bissexualidade ou a transexualidade –, que desafiam noções de normalidade, são ferozmente combatidas pelas tecnologias normativas da prisão.

– Hoje tá um pouco mais liberado, mas muitos funcionários criticam. Se andar de mão dada já brigam, você não pode dar um beijo na sua mulher – Vera complementa. – No semiaberto não pode. Se for beijar sua mulher na hora de ir embora, mesmo que seja assim, escondidinho, as guardas já reclama, fala que isso é feio na frente das pessoas, é complicado, muito complicado. Preconceito tem. Das presas, não, as presas hoje já se acostumaram. De boa. Acho que é por parte das funcionárias mesmo, diretores. Por exemplo, uma vez cheguei na cadeia e a guarda jogou fora tudo minhas cuecas e disse que lá não é penitenciária masculina. (QUEIROZ, 2015, p. 273).

Segundo Queiroz, Vera muitas vezes tem que esperar “as saidinhas” para “tirar o atraso”. Os encontros com Stéfani acontecem, no entanto, poucas vezes por ano. Por isso, Vera fica cerca de três meses sem ver a companheira, impedia de lhe visitar. “Isso acontece porque àquelas que são casadas, é permitido colocam em sem rol de visitas o nome da família e do marido. As que não são casadas legalmente têm que escolher entre família *ou* ‘amigos’.” (QUEIROZ, 2015, p. 274).

– Eu tirei minhas irmãs, que vinham de vez em quando me visitar, pra minha mulher vir me ver. E ela entrou três vezes só. Daqui a três meses, se eu quiser tirar ela e pôr minha família de volta, eu até posso. Mas tenho que opinar: ou ela ou minha família. E tá ela no meu rol (mesmo que não pode entrar) porque é ela que me manda Sedex. A minha filha quem cuida é uma amiga minha – como eu passei a guarda pra ela, só ela pode me visitar. Mas, lá no semiaberto, minha filha foi me visitar três vezes só, não quero que ela vá muito não. A visita lá é muito ruim. Precisa ver em dia de chuva, só tem uma coberturazinha assim, mas tá caindo aos pedaços. Cheio de cocô de gato, pombo pra todo lado. Tem que forrar o chão pra sentar com a família. Então ela veio três vezes e eu já falei “não vem mais, quando for minha saidinha eu vou pra casa”. (QUEIROZ, 2015, p. 274).

Supomos que mais do que simplesmente traçar o perfil das personagens, Nana Queiroz tenta edificar o perfil do sistema prisional brasileiro. A história metonímica de Vera, assim como de outras detentas, é capaz de denunciar as estruturas de opressão que subjagam mulheres encarceradas. A jornalista aborda algumas temáticas frequentemente vinculadas à feminilidade dominante para subvertê-las e denunciar a existência de outras codificações femininas, perpassadas por diferentes interseccionalidades, que precisam ser reconhecidas em sua humanidade. Coloca em relevo, também, os enfretamentos de determinados corpos, heterodesviantes, frente à normatividade que orienta o sistema carcerário. A reportagem não nos aproxima somente de suas personagens, mas das opressões que as produzem como seres abjetos. Demandas e histórias particulares se desindividualizam, como sugere Safatle (2015b), conformando, assim, uma narrativa política comprometida com a defesa de uma ampliação mais abrangente de direitos.

Essas aproximações são estimuladas, obviamente, pelo teor das histórias contadas, que interpelam leitores pela radicalidade de seu conteúdo. Mas Queiroz se empenha, ainda, em engendrar um modo narrativo singular que potencializa essas experiências de vida. A repórter embaralha informação e narração para atingir propósitos políticos. Essa articulação bastarda, como denominamos neste trabalho, configura uma estratégia textual que nos permite transitar entre a história particular e uma realidade social mais ampla. Podemos perceber esse artifício quando Queiroz aborda a experiência de Romina, sul-mato-grossense de origem paraguaia, que “misturava português, espanhol e guarani na língua e na cara” (QUEIROZ, 2015, p. 157), para ilustrar o delito cometido por 97% das 830 estrangeiras presas, à época, no Brasil. A entrevistada foi detida pelo crime de “mula”:

Romina nem sabe, mas o golpe no qual caiu é muito comum. Grandes redes de tráfico internacional costumam aliciar mulheres em situação de vulnerabilidade para fazer o serviço mais arriscado em seu lugar. Assim, se pega, elas não dirão nada, por medo. Essas mulheres, pobres, pouco instruídas, doentes ou mães solteiras, também aceitam correr perigo por quantias mínimas. Romina, por exemplo, ganharia apenas mil reais e a passagem de volta. (QUEIROZ, 2015, p. 159).

Através da história da brasileira-paraguaia, Queiroz consegue caracterizar um conjunto mais amplo de mulheres que são vítimas da mesma situação, aumentando o potencial de denúncia desse relato. Importante notar que Queiroz, quando utiliza informações capazes de ampliar a força político da história narrada, principalmente as provenientes de fontes oficiais, opta por referências que não desautorizam a fala das presas, mas que nos auxiliam a entender, por outro viés, suas condições de vida. Para explicar a animosidade das prisões femininas, por

exemplo, não busca a fala de carcereiros ou policiais pouco simpáticos a essas mulheres; pelo contrário, ancora-se em uma referência feminista, dedicada a compreender as relações hierárquicas entre gêneros:

A opinião de Camila sobre o clima de pouca solidariedade nas penitenciárias femininas é compartilhada por detentas e funcionárias. No século passado, a filósofa feminista Simone de Beauvoir fez uma análise sobre a relação entre mulheres que pode iluminar um pouco esse caso. Em nossa sociedade, ela afirmou, cada mulher está acostumada a enxergar a outra como rival pela atenção e o amor masculinos. Já o homem costuma buscar o outro como cúmplice de suas conquistas, para validar sua masculinidade ao ir em prostíbulos, bares ou boates. Criar mulheres para a competição seria uma estratégia da sociedade machista para dividi-las e mantê-las submissas. Nessas bases, desenvolveriam-se [sic] relações. Na cadeia, elas apenas seriam turbinadas pela tensão. A indiferença e a antipatia das demais tiravam o sono de Camila. (QUEIROZ, 2015, p. 101).

As escolhas das fontes para reportagem corroboram a insistência de Queiroz em explicar as estruturas, principalmente sexistas e classistas, que justificam escolhas e comportamentos de suas personagens. *Presos que menstruam* enquadra os presídios brasileiros como tecnologias produtoras de corpos abjetos, destrinchando seus principais mecanismos de instituição de normalidade. Através das histórias de vida das personagens, percebemos como algumas especificidades do feminino são ignoradas e outras combatidas. A reportagem sugere, portanto, a importância de reconhecimentos afirmativos, mas sem abrir mão da luta por transformação social.

4.2.3. *A mulher sem clitóris e vagina*

A senhora de Alagoinha (Agreste de Pernambuco), com seus peitos surgindo na camisetinha, a cabeça quase careca, o corpo fortalecido pelos anos de trabalho árduo na roça, nas cozinhas e em seu pequeno salão de beleza, atraía olhares justamente por não encaixar-se em um modelo socialmente compartilhado e respeitado de mulher. (MORAES, 2015, p.18).

Em *O nascimento de Joicy*, Fabiana Moraes nos apresenta à protagonista de sua reportagem destacando as ambiguidades que percorrem seu corpo impreciso. Joicy Melo da Silva tem seios, mas ostenta a calvície masculina. Assim como as outras oito mulheres que aguardavam atendimento médico no Hospital das Clínicas do Recife, não tinha “útero e ovários”, nem “clitóris e vagina”. O relato, que abarca uma feminilidade aparentemente contraditória, parece defender que imprecisões identitárias existem somente em contraposição

a modelos socialmente instituídos. Ciente disso, Moraes constrói sua personagem a partir da contestação de estereótipos que circundam a ideia de hegemônica de mulher.

Joicy é uma transexual que “não usa maquiagem. Não gosta de usar vestido. Não tem cabelo comprido. Na verdade, está ficando meio careca, coisa de quem vai fazer 51 anos de idade.” (MORAES, 2015, p. 34). Contrariando o imaginário social, a cabelereira de Perpétuo Socorro não é uma mulher feminina e nem lança mão de signos da feminilidade para afirmar-se como tal. Entretanto, ao mesmo tempo em que demarca particularidades e “excentricidades”, Moraes naturaliza aspectos dessa existência. Quando se refere à careca de Joicy, algo comum a alguém da sua idade, a repórter nos sugere que, apesar dos desvios identitários, nem tudo é extraordinário sobre a cabelereira de Perpétuo Socorro, que “usa apenas bermuda, camiseta e sapatilhas pretas. Senta-se com as pernas abertas. É musculosa e, às vezes, um tanto rude. Carrega as maneiras de quem passou boa parte da vida dentro da roça. No meio do mato, plantando mandioca e cuidando de cabra, galinha e boi.” (MORAES, 2015, p. 34). A reportagem tenta normalizar um corpo não normativo, apontando obviedades de sua conformação – quem trabalhou no campo durante toda a vida certamente terá um físico esculpido pelo serviço braçal, por exemplo. Moraes articula o comum e o inesperado, nos familiarizando com mundo de Joicy, mas sem deixar de abordar suas singularidades.

“Suas únicas aproximações com as outras [mulheres trans] – e com aquilo que entendemos como feminino – são as unhas pintadas de vermelho, os peitos que já se destacam sob a camiseta e a profissão de cabelereira.” (MORAES, 2015, p. 35). A representação de Joicy acaba denunciando o caráter fabricado dessas e de todas as outras mulheres, cis ou trans, que precisam apresentar “características femininas hiperbólicas” consideradas necessárias para se assinalar, sem questionamentos, feminilidades.

Sem os marcadores que a fariam, externamente, ser “mulher”, Joicy termina sofrendo um preconceito duplo, que vem tanto daqueles que não experimentam a sua condição quanto das próprias transexuais. Estas olhavam com certa incredulidade para aquela mulher. Era como se, naquele banco, um intruso estivesse sentado entre elas. Como se fosse uma piada de mau gosto feita por alguém que estava ali para lembrar a aparência que elas tinham antes dos longos cabelos e das calças justas. (MORAES, 2015, p. 35).

Aspectos naturalizados do sujeito “mulher” – categoria colocada entre aspas pela jornalista, a nosso ver, para indicar sua imprecisão conceitual – são referidos, pela repórter, como “marcadores”, índices artificialmente manuseados pelos corpos femininos que Joicy subversivamente rejeita. A personagem não precisa dos longos “cabelos” e das “calças justas” para se reconhecer mulher. A reportagem, ao abordar seus dilemas, parece propor

questionamentos sobre identidades fixas, consideradas, aparentemente, construções sociais passíveis de transformações. Contesta estereótipos que rodam as percepções de gênero, minando miragens essencialistas: “Aquela maneira de ser, no fim, foi interpretada como algo “masculino”. Como se o mundo não estivesse povoado por homens de imensa delicadeza e mulheres de fortíssimo temperamento. Como se emoções e comportamentos fossem essencialmente propriedades de gênero.” (MORAES, 2015, p. 117).

Entretanto, Moraes afirma que a aparência de Joicy “sugere que ela ainda está engatinhando para mostrar socialmente a mulher que é – e, principalmente, para deixar para trás o agricultor que sempre foi.” (MORAES, 2015, p. 34). A despeito de suas tentativas de desconstrução, podemos perceber, no excerto, uma perspectiva disparatada, sutilmente engessada sobre corpos trans. A repórter trata Joicy como alguém que ambiciona a conquista dos adornos da feminilidade, como se ela e todos os outros corpos, trans ou cis, não pudessem existir em permanente transformação ou contradição. Para a jornalista, há uma linha de chegada: a feminilidade específica socialmente reconhecida. Sendo uma “mulher primária”, Joicy teria que abandonar os shortinhos e camisetas simples e percorrer, assim, um percurso evolutivo de construção de seu corpo feminino, até fixá-lo, sem incongruências, nessa posição.

Para elaborar discursivamente esse corpo confuso – que, a nosso ver, surpreende e dribla as tentativas de representação da repórter – a jornalista busca apreender aspectos da personalidade de Joicy a partir de sua interação com personagens secundárias. Já delineando o preconceito que tange grande parte das relações da cabelereira, Fabiana Moraes revela que “entre as mais de 20 pessoas do distrito entrevistadas para esta reportagem, as crianças foram as únicas a perceber que se dirigiam, de fato, a uma mulher.” (MORAES, 2015, p. 37). A jornalista explora, principalmente, o relacionamento de Joicy com familiares, como sua irmã Maria Dejanira e a sobrinha Luciana, que se recusavam a aceitar sua identidade feminina.

Joicy: Oi, Deja. Vim avisar que vou fazer a cirurgia

Dejanira: Vai fazer, mas não vejo motivo. Sei que é complicado. Se fosse doença...

Luciana: Ainda não tirou essa ideia da cabeça, não? A sua família praticamente não concorda.

Joicy: Isso não tem nada a ver.

Luciana: Não acredito que vai ficar como mulher, a ciência está muito avançada, mas não é a mesma coisa...

Joicy: E que agouro é esse?

Luciana: Tu sempre foi assim, normal. Agora que fazer isso, ficar assim.

Dejanira: Eu não quero nem saber o dia.

Joicy: Pois eu vou dizer, é dia 21, segunda-feira.

Luciana (com cara de riso): E vai mudar o resto do corpo também? Já tirar esse jeito de homem?

Dejanira: Olha, você quer, siga em frente.

Luciana: Sabe o que eu acho: Que tu deveria continuar assim, tio João. Mas você é muito ignorante, com as pessoas, com a sociedade, só quer estar certo. E você está errado.

Joicy: Errado não, errada.

Dejanira: Isso é coisa de louco. Tá precisando de tratamento. Eu nunca vou te chamar de Joicy.

Luciana: E quem vai cuidar de tu depois da operação? Todo mundo trabalha, todo mundo tá ocupado.

Joicy: Vou ficar na casa de alguém, vou fazer a cirurgia, não vou ficar esbarrada. Até teste de HIV eu fiz e, para sua surpresa (olhando para Luciana) deu negativo.

Luciana: Por que para minha surpresa? É sonho seu, faça, tomara que dê certo. Agora, se não der...

Joicy: Vai dar.

Dejanira (fazendo graça): E quem vai querer casar com você, hein? Eu mesma não ia querer casar com vocês.

Luciana (falando baixinho): ...E do jeito que todo mundo de odeia... (MORAES, 2015, P. 45-46).

Percebemos a rejeição sofrida por Joicy por causa de sua transexualidade. Sua família, representada pela irmã e pela sobrinha, vê a cirurgia de redesignação genital como capricho, não como necessidade. Provocam a cabelereira por seu jeito bruto, inadequado ao ideal delicado de mulher. Revelam, também, a solidão que marca a vida da personagem, supostamente odiada por todos. Joicy, por sua vez, parece não se importar tanto com as ofensas desferidas. Não rebate os malogros sobre sua cirurgia, tampouco a insatisfação agressiva de suas interlocutoras. Suas prioridades na discussão são notadas quando Luciana diz que a cabelereira está errada: “Errado não, errada”, responde. Para ela, mais importante do que estar certa é se adjetivar no feminino.

As interações de Joicy com a própria repórter – que se automeidia em alguns trechos da obra, principalmente nos textos secundários – também influem na construção da personagem, revelando, destacadamente, o lado briguento e teimoso da cabelereira. Com esse recurso, presente nos outros trabalhos que investigamos, torna-se possível extrapolar nossa compreensão sobre a transmulher, engendrada narrativamente a partir de outros predicados para além do gênero. Os conflitos com a jornalista, por exemplo, foram motivados muito mais por uma diferença de classe, o que nos permite entender como esse atravessamento específico intervém na personalidade de Joicy. Essas questões são explicitadas quando Fabiana Moraes viaja com a cabelereira para a capital paulista. *O nascimento de Joicy* ganhara o Prêmio Cidadania em Respeito à Diversidade, promovido pela Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, na categoria cobertura de mídia. Em determinado momento, Joicy começou a se queixar com a jornalista sobre sua situação difícil, insinuando, em alguns

momentos, que Moraes estaria usando a imagem dela para se beneficiar. A repórter, por sua vez, já demonstrava irritação com as suspeitas da cabelereira:

Iríamos dormir mais aquela noite juntas para voltarmos no outro dia. Decidi ir para o hotel e mudar a passagem para o mesmo dia: Joicy tinha traslado garantido para o aeroporto e a casa de sua irmã. Ela percebeu que eu estava magoada e mudou radicalmente de comportamento [...]: tornou-se doce, passou a fazer piadas. Quando desci para pegar um táxi, ela me seguiu até o lobby do hotel. Não queria que eu fosse embora. Eu não aguentava mais um minuto ao seu lado. Sabia que, mais cedo ou mais tarde, me sentiria novamente insultada. (MORAES, 2015, p. 150).

Nesse episódio, temos acesso à face manipuladora de Joicy. Não obstante, seu jeito desconfiado e, a partir da ótica da jornalista, insensível à ajuda que lhe era ofertada consegue retirar a cabelereira do lugar de vítima, digna somente de reações de pena. Diante do relato da repórter, que nos apresenta seu ponto de vista sobre os embates com a personagem, podemos, como leitores, compartilhar a raiva e a frustração da narradora. O ápice do confronto ocorre quando Joicy se esquece de pegar o recibo do táxi na viagem de volta, que garantiria o reembolso à repórter que havia custeado suas despesas.

“Joicy, foi meu único pedido a você. O único pedido.” “O motorista não quis dar, nem sei se ele tinha.” Comecei a falar alto ao telefone, disse que ela era egoísta, que não pensava em ninguém além dela mesma. Que eu estava tentando ajudá-la há meses e ela nunca havia sido minimamente carinhosa comigo, que ela só esperava que eu desse algo para ela, principalmente dinheiro. Que eu estava cansada de ser tratada mal, que ela havia me envergonhado dizendo, na frente das pessoas, que eu a usava. Desabei. Desliguei o telefone e comecei a chorar muito. (MORAES, 2015, p. 151).

Novamente, reiteram-se as tentativas de manipulação de Joicy. A jornalista contrapõe sua generosidade e cuidado à falta de reciprocidade de sua personagem, preocupada, somente, consigo mesma. Entretanto, percebemos, nas entrelinhas, que o comportamento de Joicy é guiado por sua precariedade econômica extrema:

Reclamava que nunca mais havia recebido dinheiro das pessoas que anteriormente a ajudaram, que não havia mais doações. Foi se tornando mais dura e alegou que as pessoas diziam que eu estava usando a imagem dela – atribuía o que queria dizer aos outros, como faria meses depois, ao insinuar que eu ficava com seu dinheiro. Eu, novamente, comecei a explicar que as pessoas realizaram as doações quando souberam de suas necessidades, mas que era normal que, depois de um tempo, isso deixasse de acontecer. “Bem, então eu vou deixar de falar com o seu jornal e vou procurar outro”. (MORAES, 2015, p. 149).

Conforme discutimos em outro momento desta análise, Joicy parece ter visto na abordagem de Fabiana Moraes uma oportunidade não somente de obter reconhecimento

cultural, mas de garantir uma transformação econômica. Apesar da carência de afeto e das injúrias provocadas por sua transexualidade, Joicy parece ter orgulho da mulher que é, menosprezando aqueles que não percebem sua distinção. Sua vulnerabilidade desponta, muito mais, por causa da pobreza financeira. Não tem comida na geladeira, acesso a saneamento básico ou dinheiro para quitar suas dívidas em uma ótica de Arcoverde e em uma loja de colchões. Por causa de sua classe social, foi menosprezada, até mesmo, entre os “seus”:

Em meio ao público LGBT que lotava o hotel, no centro de São Paulo, ela se destacava justamente por sua simplicidade. Esperei que ela se enturmasse com outras pessoas, mas logo percebi que a maioria estranhou o comportamento simples de Joicy. Alguns riam dela. Exatamente como em qualquer lugar. (MORAES, 2015, p. 148).

Podemos contestar a maneira como a jornalista dispõe, discursivamente, seus embates com a personagem. Afinal, Fabiana Moraes detém o monopólio da palavra escrita e, frequentemente, se representa como uma pessoa injustiçada diante da falta de tato de Joicy. Mas esses conflitos também nos permitem ver discrepâncias entre as realidades sociais da jornalista e da cabelereira, explicitando origens do desespero da última, causado pela miséria que se manifesta em forma de chantagem. A compreensão da condição de classe de Joicy é fundamental para entendermos como a precariedade influi, até mesmo, nas suas possibilidades da personagem se tornar a mulher que pretende ser:

A pobreza financeira – e afetiva – que a cerca não é compatível com a delicadeza da cirurgia. Esse aspecto, infelizmente, deixou de ser observado pelo hospital. O banheiro de sua casa, dentro da cozinha, resume-se a um vaso sanitário colocado sobre uma estrutura de cimento, alta demais para ela. Assim, sempre que Joicy ia urinar, a força para subir no vaso terminava provocando a expulsão do molde. É preciso lembrar que, em Perpétuo Socorro, não há água encanada e ter sistema de esgoto em casa é luxo. Também veio a dor: não se sabe se por uma reação do corpo ou por falta de higienização adequada, a cirurgia terminou inflamando, o que transformou a colocação do molde em uma pequena sessão de tortura. Quando recebeu alta e voltou para casa, Joicy não trouxe nenhum medicamento para combater dores ou possíveis inflamações. Também não tinha recomendação para adquirir algum mais indicado. Não tinha o telefone de nenhum dos médicos presentes na operação para o caso de uma emergência. (MORAES, 2015, p. 79).

A incompatibilidade da cirurgia de redesignação sexual com a realidade padecida de Joicy leva Fabiana Moraes a problematizar, também, a relação da personagem com os médicos do Hospital das Clínicas, capaz de revelar dimensões mais sistêmicas da desigualdade de classe que acomete a cabelereira e prejudica o êxito do procedimento cirúrgico.

Precisava de uma certidão que comprovasse a sua sanidade mental para, assim, tentar reverter a curatela e tirar novos documentos. Primeiro, procurou o cirurgião Sabino Pinho, que a orientou a falar com a psicóloga Inalda Lafayette. Encontrou-a no térreo, assistindo a uma palestra. Quando a abordou, falou sobre a necessidade do atestado. “Eu não posso falar agora, volte outro dia”, disse a psicóloga. Joicy insistiu e a lembrou de que morava longe, de que não podia mudar o nome nos documentos, de que, em suma, estava sendo difícil ser mulher. Inalda estava apressada. “Eu não posso fazer nada”. (MORAES, 2015 p. 76).

A mediação da urgência da psicóloga, incapaz de gastar alguns minutos com a paciente que levava horas para chegar ao hospital, serve como indício da insensibilidade médica. Jessé Souza nos lembra que o sistema público de saúde, ao qual Joicy recorreu para realizar sua cirurgia, reproduz esquemas de desigualdade que se perpetuam há alguns séculos em nosso país. Existe, segundo o autor, uma má-fé institucional que expõe médicos e pacientes a conflitos de classe contínuos. Funcionários do hospital, muitas vezes, desconhecem a cidadania dos sujeitos da rale, dirigindo-lhes tratamentos desiguais. Fabiana Moraes insinua a ocorrência dessas opressões a partir do enquadramento crítico dos responsáveis pelo procedimento cirúrgico de Joicy, narrando momentos de confronto e descuido por parte da equipe.

As interações da cabelereira no hospital também revelam o lugar abjeto desse gênero desviado. O retrato de pequenas tensões cotidianas demonstra a incompreensão que ronda a existência de corpos como o seu, a começar, pelo tratamento nominal: “O enfermeiro baixinho e de farda puída entra no quarto 1113. ‘Bom dia! Quem é Seu João?’ ‘Não é João, é Joicy.’” (MORAES, 2015, p. 51). Além de ressaltar a insistência coletiva em chamar a mulher pelo nome que escolheu enterrar, Fabiana Moraes relata a insensibilidade do corpo médico ao se referir à cabelereira no masculino, dimensão da identidade que ela pretendia, justamente, afastar com a cirurgia: “A especialista avisa que ‘ele’ vai apenas almoçar naquele dia e que depois ‘ele’ vai entrar na dieta própria do pré-operatório. Que ‘ele’ vai tomar, várias vezes, um medicamento próprio para limpeza do intestino.” (MORAES, 2015, p. 52).

A jornalista procura, também, rascunhar a patologização da transexualidade provocada pelo discurso médico e científico extremamente normativo, ilustrada, por exemplo, na conversa entre Joicy e a médica Lúcia Rhör:

Médica: A senhora não vai ter útero, ovários e clitóris. Os primeiros a senhora não precisaria, até pela idade, já que não iria engravidar ou menstruar, não é? E o clitóris, que é o que dá o prazer, não tem como fazer. Mas a senhora vai ter penetração vaginal e vai sentir prazer com isso.

Joicy: Acho que tem alguma coisa errada. Ninguém falou isso.

Médica: Veja, as novas mulheres, como a senhora, têm prazer na sensação da penetração, é um prazer psicológico, vem da cabeça.

Joicy: Mas eu acho isso muito estranho, porque a outra menina que eu falei e que vai fazer a cirurgia da mudança disse que a gente sente prazer, sim...

Médica: Uma dúvida: a senhora usava o pênis para se masturbar?

Joicy: Todas usam, quem diz que não está mentindo.

Médica: Mas veja...Você falou isso com a psicóloga?

Joicy: Era só um pouco, era pouco.

Médica: É, porque os homens sentem prazer no pênis, as mulheres no clitóris. E a senhora não vai ter nenhum dos dois.

Joicy: E eu não vou mais ter prazer?

Médica: A senhora pode ter prazer, mas ele vai vir da sua cabeça, do carinho do companheiro, da sensação de estar sendo penetrada.... As mulheres sentem prazer com o carinho também, com o envolvimento, é um pouco diferente dos homens. A senhora entendeu?

Joicy: Eu acho que tem alguma coisa errada. (MORAES, 2015, p. 55).

O diálogo demonstra, primeiramente, a heteronormatividade e o sexismo que sustentam, teórica e praticamente, percepções sobre a sexualidade feminina (que dispensaria, na ótica masculinista, prazeres desvinculados à penetração) e, principalmente, cirurgias de redesignação sexual. Em seu *Manifesto contrassexual*, Preciado (2017) acusa a agressiva tecnologia médica de se ancorar na mesma lógica de dissecação do corpo que produz corpos considerados “normais”. A vaginoplastia, muitas vezes, é baseada em resultados estéticos, não raramente medíocres. São cirurgias agressivas que carregam elevado custo econômico e social. Joicy vê-se confrontada, inesperadamente, com a possibilidade de nunca mais sentir prazer. Sua reação de espanto é interpretada, ainda, como desvio. Os métodos propostos pelo discurso médico, pouco interessado em alternativas mais humanas, “devem ser compreendidos como formas políticas de censura sexual.” (PRECIADO, 2017, p. 129). A preocupação esboçada pela profissional quando indaga se Joicy comentou com a psicóloga sobre a masturbação peniana sugere, também, que a transexualidade é entendida como um transtorno mental – de fato, ela foi assim reconhecida pela Organização Mundial de Saúde até junho de 2018²⁸ – que demanda acompanhamento psicológico para monitorar comportamentos desviantes. Qualquer “recaída” deve ser tratada nas consultas, que buscam reinstaurar alguma normalidade no corpo transtornado.

Os médicos se frustram, inclusive, com a resistência de Joicy em se enquadrar nos parâmetros da feminilidade hegemônica, questionando, até mesmo, a escolha de Fabiana Moraes em retratá-la na sua reportagem por considerarem a cabelereira pouco representativa de uma “identidade” trans:

²⁸ Segundo reportagem do El País, escrita pelo repórter Emilio De Benito. Ver referências.

- Por que você escolheu logo Joicy? Há outras transexuais aí com aparência mais feminina, seria bem melhor.

- Mas Joicy não é mulher? Não é a próxima a ser operada pelo senhor?

- Sim, mas é uma paciente difícil, não tem as características mais femininas, é um pouco embrutecida, ignorante.

Em vez de me desencorajar, o cirurgião terminou me instigando ainda mais: afinal, pensei, o que exatamente nos transforma em mulheres? Brincos, batons, vestidos? Por que em Joicy o feminino era questionado ao não se associar aos elementos decorativos mais comuns relacionados às mulheres? Percebi que, além de todos os obstáculos pelos quais precisaria passar – a falta de dinheiro, a falta de respeito, a falta de amor –, ela ainda teria que provar ao mundo que, apesar da cabeça quase careca (problema que acomete também mulheres biológicas) e das maneiras díspares do feminino socialmente construído, ela também era sim, uma mulher. (MORAES, 2015, p. 96).

A escolha por abordar a vida de Joicy revela o desejo da jornalista em denunciar estereótipos que definem a categoria de mulher. Mas, apesar de acusar a normatividade e a violência sistêmica provocada pelo saber médico e científico, Fabiana Moraes recorre, majoritariamente, a especialistas da área como fontes oficiais para se discutir a transexualidade, o que acaba reforçando os estereótipos patologizantes que ela busca contestar. O cirurgião Jalma Jurado, da Faculdade de Medicina de Jundiaí, um dos entrevistados com esse propósito, “acredita que transexuais, de fato, possuem um problema de saúde, mas que ele não é de ordem psicológica, e sim médica.” (MORAES, 2015, p. 46). “O cérebro obriga a pessoa a se sentir com outro sexo”, continua Jurado. Tal disfunção, segundo ele, pode incidir em várias pessoas de uma mesma família.” (MORAES, 2015, p. 47). O discurso especializado que ganha espaço na reportagem trata a transexualidade como uma enfermidade, sem qualquer contraposição. A reportagem não escuta estudiosos de gênero, ativistas ou qualquer representante do discurso contra-hegemônico. Mesmo expondo essas perspectivas com o objetivo de confrontá-las posteriormente, Fabiana Moraes acaba reforçando a ideia de que essas são as únicas fontes oficiais possíveis e legítimas.

A jornalista também recorre ao vocabulário biologizante da medicina que, como ela mesma mostra na matéria, condena a existência de Joicy enquadrando-a como anormal. Rastros do conhecimento médico e científico hegemônico, que se ancora no discurso naturalizado sobre o sexo, são perceptíveis logo no *lead* da reportagem:

Joicy Melo da Silva nasceu no dia 22 de novembro de 2010, às 12h30. Pesava 74 quilos e media 1,63 metro de altura. Naquele dia, mais sete partos foram realizados no Hospital das Clínicas (HC), na Cidade Universitária, Recife (PE). O de Joicy foi, sem dúvidas, o mais complicado de todos: durou quase sete anos e envolveu uma série de especialistas [...] Quando Joicy nasceu, morreu João Batista, 51 anos, filho de Irene (83, viva) e de Eupídio Luiz (77, enterrado). Foram os dois que ensinaram o garoto a plantar milho, mandioca, feijão. (MORAES, 2015, p. 31).

A abertura da obra parece ser pensada a partir do mesmo pressuposto que inspira o título. O “nascimento” de Joicy se refere a sua cirurgia de redesignação sexual. Essa analogia alude que não havia uma Joicy, ou uma mulher, antes do procedimento; sua existência é impedida pelo pênis que lhe prende a João. Entretanto, percebemos, pelo próprio texto, a insistência de Joicy em se afirmar mulher antes da cirurgia. Ela já era Joicy mesmo em processo: afinal, todo e qualquer corpo estará sempre em contínua conformação. Parece haver uma tentativa, mesmo que involuntária, de reencaixar e fixar Joicy nos esquemas de continuidade dos gêneros inteligíveis conceituados por Butler (2016). Obviamente, a cabelereira sentia a necessidade de passar pelo procedimento cirúrgico, mas não parece considerá-lo condição última para manifestação de sua identidade feminina. Essa percepção pode ser notada quando a personagem sai da cirurgia e um paciente, João Antônio, tenta demonstrar apoio à recém-operada, apesar da religião constranger aceitação: “‘É isso mesmo. É a mesma pessoa’. Joicy discorda: ‘Não, eu agora sou uma pessoa melhor.’” (MORAES, 2015, p.57). A personagem reconhece que a cirurgia representa de fato uma mudança em sua vida, mas ela não afirma que, a partir dela, tornou-se uma pessoa diferente. Joicy sempre esteve ali, só que, agora, mais feliz.

O retorno a concepções biologizantes do sexo e do gênero torna-se ainda mais complicado quando Fabiana Moraes utiliza essa lente para encarar outras personagens. Joicy realmente demandava uma alteração física, apesar de não depender dessa transformação para reconhecer-se mulher. Mas ao abordar outras pessoas trans que perpassam a narrativa a partir dessa ótica, a jornalista engessa a percepção desses corpos, que existem de maneiras múltiplas e com configurações corporais distintas. Ela ativa, em seu relato, algumas nomenclaturas como “homens e mulheres não biológicos” para se referir a transhomens e a transmulheres, vinculando suas identidades a um dado supostamente “natural” – órgãos genitais – que, em verdade, diz muito pouco sobre a complexidade dessas existências. Como exemplo, ela fala de “Leonardo, que nasceu mulher biológica e vem tentando alcançar o corpo masculino” e “foi uma das poucas pessoas a visitar a cabelereira naqueles 11 dias [...] ouviu falar que havia um homem feito mulher no 11º andar.” (MORAES, 2015, p. 58). A jornalista se refere à Leonardo como uma “mulher em processo”, e não como um homem não normativo, negando-lhe o sujeito que ele luta para ser. Também se refere a Joicy como “homem feito mulher”, apagando a identidade feminina que antecede à cirurgia. A situação se agrava quando relata sua conversa com “Mariana, uma moça muito bonita que, a princípio, não identifiquei como

homem biológico.” (MORAES, 2015, p. 95). Novamente, Moraes reposiciona a personagem em um enquadramento, masculino, que ela pretende aniquilar, sugerindo, ainda, que sua beleza é incompatível com o gênero terrorista – como se só pudessem haver belas mulheres cis, que nunca carregaram qualquer traço, visível ou não, de masculinidade em seus corpos. A beleza parece ter que ser “genuinamente” feminina. A transexualidade, a nosso ver, não é tratada em todos os momentos da reportagem como uma existência legítima. Os órgãos genitais que aprisionam os corpos representados parecem orientar suas inteligibilidades narrativas. Um pênis não pode existir em um corpo feminino?

O reconhecimento social da feminilidade de Joicy de fato passa pela questão biológica. A vagina torna-se um documento que lhe confere legitimidade, como podemos perceber no pequeno embate com uma segurança do Aeroporto Internacional do Recife:

Ao ver a usuária de aparência masculinizada entrar no local [banheiro feminino], uma das seguranças entrou no recinto. “O que o senhor está fazendo aqui? ”, perguntou. “Eu não sou homem, eu provo que não sou”, disse Joicy, baixando o short e a calcinha para expor a vagina. A segurança olhou, pediu desculpas e saiu. Joicy não usava roupa colada nem chinelo com flor. Mas era, sem dúvida, mulher. (MORAES, 2015, p. 80).

Entretanto, Joicy parece lutar, mesmo antes da cirurgia, para se afirmar mulher. O procedimento médico parece ser uma forma de avigorar, socialmente, a identidade feminina que ela sempre cultivou, apesar da interpretação normativa de seu corpo com pênis. Essa é uma dimensão que a reportagem parece negligenciar ao apostar, em alguns momentos, no dado biológico como o único relevante para a constituição dessa feminilidade distinta. Não obstante, a história de Joicy não pretende ser apenas sobre ela. Ela ambiciona ser representativa de vários corpos trans que passam pelo mesmo procedimento e não se pode reduzir esses corpos, multiplamente configurados, à biologia, pois ela, nem sempre, será central, embora muitas vezes importante. A pergunta que fica é se a expansão normativa que a reportagem tenta provocar faz caber somente o corpo de Joicy ou se ela consegue desindividualizar a história que enquadra, podendo ser vista como um instrumento de reconhecimento e inteligibilidade de outros corpos trans e “fora da norma”.

4.3. Os limites da mediação

Em *A floresta das parteiras*, *Presos que menstruam* e *O nascimento de Joicy*, percebemos um esforço comum em revelar os aspectos que perpassaram o processo de

elaboração das reportagens desafiando seus esforços de representação. As repórteres, cada uma a sua maneira, tentam lidar discursivamente com a emergência da radicalidade do outro mediado, que constrange, em alguns momentos, incorporações narrativas. Eliane Brum, Nana Queiroz e Fabiana Moraes parecem reconhecer a impossibilidade de se representar plenamente o humano e buscam trazer, assim, essa barreira simbólica para compor seus relatos.

Os dilemas que tangenciam a prática profissional de Eliane Brum são revelados, com destaque, no posfácio *Os limites da palavra*. A repórter questiona a hierarquia existente entre formas distintas de transmissão de conhecimento, contemporizando a prevalência da escrita que ancora o saber hegemônico em detrimento da oralidade que faz perpetuar o saber popular, relação desigual que tenta combater em *A floresta das parteiras*. Em verdade, trata-se de um embate presente em diversos trabalhos da jornalista, que aborda, frequentemente, a vida de diferentes comunidades marcadas pela tradição oral.

A mim, como repórter, cabia escutá-los com todos os sentidos e buscar traduzi-los em palavra escrita – sem traí-los. Para isso, uso dois gravadores, transcrevo cada palavra pronunciada e assinalo hesitações e silêncios, cubro os bloquinhos de observações sobre o que não é palavra dita. Mas na trajetória destes homens e mulheres da floresta, tanto quanto nas periferias e favelas das grandes cidades brasileiras, a escrita aparece como aquilo que foi e ainda é: um instrumento de dominação dos opressores. (BRUM, 2017, p. 365).

Eliane Brum afere que, apesar das virtudes que a marcam como jornalista – a sensibilidade, a capacidade de escuta e a empatia superlativadas por uma técnica de trabalho minuciosa e atenta, características cuidadosamente arquitetadas em sua obra – a estrutura da reportagem será, inevitavelmente, colonizadora.

A palavra escrita, aquela que me constitui e que me permitiu ter uma vida viva, passou a me constranger nos últimos anos. Ao transformar a palavra oral em palavra escrita, eu sentia que me tornava também uma reprodutora de opressões. Contar a história daquelas populações era uma denúncia da violência que sofriam, mas essa denúncia usava o mesmo instrumento do violador. Ainda que a reportagem ampliasse o alcance das vozes e às vezes colaborasse para promover justiça, ela, ao mesmo tempo reforçava a violência maior: a de que a palavra escrita era a única com valor. (BRUM, 2017, p. 366).

A jornalista esboça deficiências da reportagem como tecnologia antinormativa. Ainda que haja um esforço por reconhecimento das existências esquecidas pelo saber dominante, o jornalismo contra-hegemônico é, inevitavelmente, uma linguagem que dá lastro e legitimidade ao jornalismo de forma geral e que desautoriza os modos de falar

subalternizados. Reforça-se, mesmo através de práticas dissonantes, a escrita jornalística como instância privilegiada de mediação.

A verdade dessas populações, seu testemunho, só era escutada quando convertida em letra. Era a palavra escrita que conferia veracidade à verdade. E isso era não só inversão, mas também violência. E, mais do que isso, uma reafirmação da violência. Quando minha reportagem contribuía para promover uma pequena justiça, ela ao mesmo tempo reforçava a injustiça de fundo, a de que aquela transmissão de memória, de experiência e de conhecimento não tinha valor. (BRUM, 2017, p. 366).

“Não me autorizava a completar o ato de tradução do oral para o escrito. Não tinha convicção de que era ético converter em letra a palavra oral que pertencia a um outro – e a um outro que persistentemente era violado pela palavra escrita.” (BRUM, 2017, p. 367). Brum, entretanto, consegue superar esse empecilho ético. Afinal, continua reproduzindo seus relatos e persevera em suas tentativas de tradução. Apesar de colocar em xeque a validade da reportagem como gênero textual capaz de promover reconhecimento social e deslocamentos normativos de uma maneira mais ampla, a jornalista opta por conviver com a insuficiência para sua obra. “Já não tenho a ilusão de escrever sem conflitos. Um repórter não pode contornar as contradições. Nem as da história que conta, nem as da história de contar histórias.” (BRUM, 2017, 369). *A floresta das parteiras* é, portanto, uma insistência na fragilidade do gênero que, mesmo limitado, é capaz de provocar pequenas rupturas simbólicas, ainda que para um público circunscrito. A reportagem não altera, em nada, a vida das parteiras. Elas continuarão cansadas do ofício que praticam há bem mais de 500 anos. Mas talvez trabalhos como esse sejam capazes de moldar percepções de leitores, inseridos na cultura dos colonizadores, estimulando relações de solidariedade e respeito diante da alteridade mediada. Os cantos e os lamentos das parteiras tornam-se vozes que podemos, parcialmente, ouvir e reconhecer como precárias. De qualquer forma, a reportagem contra-hegemônica não deve ser a única arma do embate por justiça social, pois ela será sempre incompleta e mediada por sujeitos inseridos nesse universo dominante. Brum parece sugerir que precisam haver, concomitantemente, outros discursos emancipatórios.

Fabiana Moraes também prefere revelar contradições que marcaram seu trabalho nas instâncias paratextuais de sua obra. Nos textos secundários, a jornalista medeia determinados acontecimentos que não conseguiu enquadrar na reportagem principal. Segundo Moraes, são experiências que demandaram tempo e reflexão para se tornarem matéria narrada. Foi o caso de seu primeiro encontro com a personagem:

Nessa primeira visita, as unhas dos meus pés estavam pintadas de vermelho-tomate, enquanto as de Joicy apareceriam pintadas de rosa-pitanga. Nossos pés aparecem juntos em um vídeo divulgado no site²⁹ da reportagem. Nela, a cor contrastava dramaticamente com um ferimento do dedão direito, um corte aberto disputado por várias moscas. Aquela imagem não saíria da minha cabeça: era uma espécie de síntese da vida dura, com algumas pinceladas de sonho e cor, da cabelereira. (MORAES, 2015, p. 98-99).

Alguns elementos que refletem a marginalidade da vida de Joicy não foram representados no texto original. A terceira pessoa discreta que marca o trabalho de Moraes não poderia dar conta, supomos, de uma cena pautada pelo espanto imagético da própria jornalista. A repulsa pela ferida malcuidada, metáfora para vulnerabilidade da personagem que, apesar dos percalços, não abria mão da delicadeza do esmalte cor de rosa, precisaria de uma distância afetiva por parte da autora para ser escrita. É uma cena apresentada, para o leitor, travestida de reflexões posteriores, sem a crueza que constrangeu, inicialmente, a mediação da repórter. O mesmo acontece quando Moraes entrevista a personagem em sua melindrosa residência:

A sala separava-se da cozinha/banheiro por uma porta, que também mantinha quase afastado o odor do quintal, onde um esgoto corria a céu aberto (várias vezes, precisei sair da casa para respirar o ar de lá fora durante as entrevistas e as observações: nessas horas, tinha cuidado para não constranger Joicy, justificando minha saída por causa do calor). (MORAES, 2015, p.99).

Apesar de se referir, diversas vezes, às condições de desamparo material de Joicy, Moraes não menciona, em nenhum momento do texto principal, o embaraçoso mau cheiro da casa da cabelereira. A personagem, acostumada com a situação, parece sequer perceber o infortúnio, demonstrando a naturalização de sua existência paupérrima. Novamente, esse dado aparentemente secundário, mas extremamente representativo, precisou ser abordado fora da estrutura da reportagem que não daria conta de lhe abarcar. O paratexto dá espaço para a explicitação da posicionalidade da repórter, recurso que permite com que ela trate esses aspectos a partir de uma ponderação mais demorada, retirando o acontecimento de uma nudez incômoda e vestindo-o com suas percepções e reações de indignação.

Ainda, percebemos mais claramente nos paratextos os constrangimentos que marcaram os encontros de Joicy com seus familiares, mediados, na reportagem principal, por meio da reprodução diálogos diretos, já mencionados em nosso trabalho. Sobre esses encontros, Moraes diz que ficou “nervosa quando Joicy concordou em me levar até a casa das

²⁹ Lembramos que *O nascimento de Joicy* foi publicada, também, em formato multimídia, no site do *Jornal do Commercio*.

irmãs – sabia que, provavelmente, algum conflito seria gerado com a sua presença, ou melhor, com a nossa.” (MORAES, 2015, p. 103).

Não foi fácil participar daquela situação que eu havia provocado ao pedir a Joicy para conhecer sua família. Os níveis de intimidade e de agressividade eram altos demais, tanto que saí da casa e fui circular lá fora para diminuir o desconforto instaurado. Mas é claro que já era tarde demais para isso. Luciana já havia afirmado, tão baixinho quanto cruelmente, que todo mundo odiava Joicy. Era, em grande parte, minha culpa tê-la feito ouvir aquilo. (MORAES, 2015, p. 104).

Parece-nos que a reprodução direta dos diálogos foi uma estratégia da repórter para lidar com o desconforto extremo das situações retratadas, como se para retirar qualquer carga extra de emotividade e constrangimento além da que a situação já apresentava. Narrou o essencial, para apontar, como vimos, algumas características da protagonista do relato, perceptíveis somente a partir de sua relação com a família. A tensão desses encontros foi narrativamente desdobrada, assim como os demais elementos delicados que percorrem a vida de Joicy, apenas no comentário posterior.

A conversa da cabelereira com a mãe, Dona Irene, foi sublinhada pelo mesmo desgaste emocional. Para Moraes, “foi uma pequena bomba que ajudei a armar. Estourou em minhas mãos e até hoje me provoca uma sensação ruim.” (MORAES, 2015, p. 125). Joicy, pouco preparada para a situação organizada pela jornalista, preferiu ignorar a mãe, que lhe visitava pela primeira vez após a cirurgia, e conversar demoradamente com Dorneles ao telefone, ignorando os demais presentes.

Dona Irene retornou à sala, viu a filha sorrindo ao celular. Olhou para mim e disse que ia embora. Eu, que também era responsável por colocá-la naquela situação, disse que iria levá-la para casa. Eu estava intimamente horrorizada e admito que senti muita raiva de Joicy. Para mim, era difícil entender como alguém tão carente de amor dispensava justamente a atenção de dona Irene, não exatamente pelo fato de ela ser sua mãe, mas por toda delicadeza e disponibilidade de ir até lá, por suas rezas e pela maneira carinhosa com a qual havia falado do filho³⁰ há poucos dias. (MORAES, 2015, p. 126).

Algumas cenas, como essa, só puderam ser narradas através do testemunho da própria jornalista, carregado de raiva e frustração. Supomos que, em certos momentos, Moraes não deu conta de cumprir o papel da “testemunha que escuta e que transmite o relato do outro”, talvez por não conseguir compreender os valores que moviam as atitudes de Joicy, inserida

³⁰ Fabiana Moraes explica, na reportagem, que optou por se referir à Joicy no masculino nas conversas com a mãe da cabelereira, senhora já fragilizada pela idade e pela saúde, que tinha dificuldades em se engajar no tratamento desejado pela filha. Nos demais contextos, a jornalista utiliza o tratamento preferido pela personagem.

em um contexto de carência social tão distante e estrangeiro. A repórter precisou transformar a história em sua para narrá-la, assumindo a posição da *supertes* – aquela que experimenta a situação radical e tenta torná-la narrável– reafirmando a importância da instância paratextual, em primeira pessoa e explicitamente posicionada, em sua obra.

Por fim, a jornalista parece perceber algumas limitações de seu ofício, assim como Brum. Reflete sobre os limites do impacto que a reportagem, como gênero, pode causar na vida de sua personagem:

Assim, dei algum dinheiro para a cabelereira no momento em que nos dependíamos, ela voltando para Perpétuo Socorro, eu voltando para minha casa a fim de terminar sua história e minha tese. Eu tinha consciência de que meu caminho me levava para a frente, para a obtenção de novos ganhos: estava prestes a finalizar um trabalho acadêmico[tese de doutorado], um trabalho que me empoderava também como jornalista, que podia ser o instrumento para acessar outras áreas, um trabalho que, enfim, marcava, confirmava ou melhorava a minha situação de classe. Mas e Joicy? Para onde ela, com apenas algum dinheiro no bolso, estava voltando? (MORAES, 2015, p. 128).

Fabiana Moraes assume que o reconhecimento e a estima social são direcionados muito mais à jornalista que produz a reportagem do que ao sujeito de sua representação. De maneira similar à Eliane Brum, aponta que seu trabalho provocou tímidos impactos na vida que buscou retratar, estacionada na mesma miséria de sempre. A reportagem demonstra que Joicy apostou em uma suposta melhoria de vida, imaginando o prestígio que viria com o destaque midiático, capaz de sanar suas carências afetivas e econômicas: para ela, as pessoas perceberiam sua singularidade e se sensibilizariam com sua situação. A cabelereira garantiria, com a fama que pensava ter, condições de subsistência mais sólidas. Não foi, obviamente, o que ocorreu.

Tanto Brum como Moraes são jornalistas renomadas, premiadas pela excelência de seus trabalhos e respeitadas por colegas de profissão. As parteiras e Joicy, por sua vez, vivem a vida que sempre viveram. A reportagem, reconhece Brum, não pode salvar ninguém. Raramente provoca reconhecimentos transformativos e deslocamentos emancipatórios em sua circulação. Os paratextos que acompanham *A floresta das parteiras* e *O nascimento de Joicy* parecem estar a serviço dessa ressalva. Mas também nos lembram, como pontua a repórter gaúcha, que “não poder tudo não é o mesmo que não poder nada.” (BRUM, 2017, p. 363).

Nana Queiroz é a única jornalista que aborda a radicalidade do outro e as inconstâncias da reportagem no relato principal. No processo de apuração, a repórter passa por algumas situações que são cotidianas na perspectiva das detentas, mas bastante atroz e

representativas da crueldade do sistema carcerário para alguém de fora. Assim como Fabiana Moraes, Queiroz opta por mediar alguns desses momentos incômodos por meio da reprodução de diálogos diretos, deixando toda tensão a cargo do acontecimento em si:

O juiz de execução Sidinei Brzuska fazia uma visita de praxe ao Presídio de Guaíba, no Rio Grande do Sul. Sua passagem pelos corredores compridos, porém, era acompanhada de gritos pouco comuns, que escapavam de dentro das celas fechadas.

– Dr. Brzuska, por favor!

– Escuta a gente, seu juiz!

– Doutor, doutor, doutor!

A insistência das presas foi tanto que, a certo ponto, o homem resolveu retrucar.

– Mas o que é, afinal?

– Por favor doutor, libera ao menos a chapinha. (QUEIROZ, 2015, p. 65).

A situação presenciada faz parte do dia a dia das mulheres encarceradas e revela, a partir de um simples pedido ao juiz, pequenos desejos movidos pela falta. As presas são privadas, até mesmo, do cuidado com o próprio corpo. O desespero pela chapinha extrapola a interpelação prosaica: a solicitação impactou a repórter e, conseqüentemente, atinge seus leitores, pela simplicidade. A privação é tamanha que tudo que parecem querer é o direito de cuidar do cabelo. Diferentemente de Moraes, Queiroz não precisa explicar, posteriormente, essa radicalidade, já compreendida no desfecho, inesperado, do episódio.

Essas pílulas de acontecimentos, curtos trechos metonímicos de uma realidade precária, são polvilhadas por toda a obra da jornalista, que medeia, com crueza, situações características da ausência de humanidade nas prisões:

Leio, em voz alta, a inscrição no alto da Penitenciária de Sant’Anna:

- “Aqui o trabalho, a disciplina e a bondade resgatam a falta cometida e reconduzem o homem à comunhão social.”

No final da frase, uma funcionária cochicha ao meu ouvido:

- Mentira... (QUEIROZ, 2015, p. 165).

Uma única palavra, “mentira”, proferida em segredo, sugere toda violência simbólica e física a que as presas são submetidas na cadeia. Uma única palavra carrega a dor e o sofrimento das mulheres privadas de qualquer gesto de “bondade”, que a funcionária, em sua curta sentença, prontamente nega. A última preocupação do sistema carcerário – um sistema falso em seus objetivos – parece ser a reinserção das detentas na sociedade que as produziu criminosas.

Nana Queiroz, que frequentemente abraça a primeira pessoa na reportagem principal, também utiliza a autonarração para conseguir representar situações limite. Como vimos em Moraes, as jornalistas nem sempre logram mediar o testemunho de terceiros. Necessitam, por

vezes, assumir perspectivas e a autoria do testemunho para torná-lo narrável. Queiroz se sente especialmente sensibilizada ao conversar com Ieda:

Entre as milhares de perguntas com as quais Ieda me atropelou no dia em que nos conhecemos, estava uma de estilhaçar o coração. Como ela poderia manter a guarda de sua filhinha? Amargas ironias: ela tinha o nome da minha mãe e eu me senti responsável pelo destino de sua filha, sem nada poder fazer a respeito, nem sequer responder à questão. (QUEIROZ, 2015, p. 94).

A jornalista explica que filhos e filhas de mulheres encarceradas se tornam alvos frequentes de disputas judiciais. Muitas vezes, durante os processos para designação de guarda, intimações são enviadas às antigas casas das presas, que nunca as recebem e não ficam sabendo que foram convocadas a depor. O Estado, então, encaminha as crianças para o sistema de abrigos e adoção. “Assim, uma mãe, com o nome da minha, perde sua garotinha.” (QUEIROZ, 2015, p. 95). Ativistas da Pastoral Carcerária e da Conectas encaminharam uma proposta ao Tribunal de Justiça de São Paulo para contornar a situação: sugeriram acrescentar nos processos que corriam nas varas de infância e juventude uma fita azul ou amarela para indicar que as mães estavam presas e que deveriam ser convocadas a depor nos presídios, procedimento semelhante ao que já se praticava em casos de pais falecidos, nos quais o processo vinha com fita preta. A ideia foi refutada. No Pará, onde Ieda e sua filha vivem, o procedimento também não sofreu alterações. “Assim, mesmo que eu tivesse uma resposta a dar a Ieda na ocasião, seria das piores possíveis. Ia ter que dizer que, para o Estado, o amor dela pela filha não vale nem uma fitinha colorida.” (QUEIROZ, 2015, p. 95).

A repórter se depara com sua incapacidade de ajudar Ieda, com quem cria uma afinidade especial. Retratá-la em uma reportagem não trará sua filha de volta e o pouco conhecimento jurídico de Queiroz também é insuficiente para representar qualquer tipo de solução. Ao se aproximar de seu drama pela lembrança da mãe, homônima da personagem, Queiroz esboça uma dor que poderia ser, também, a dela. A autonarração torna-se um recurso, portanto, para acessar esse sofrimento. Assim, a repórter consegue nos aliar, como leitores, ao pesar de Ieda e sua filha, separadas pela ineficácia e apatia do sistema prisional.

Nana Queiroz também se confronta, e torna visível esse dilema, com o valor de verdade dos relatos que colheu durante quase quatro anos de apuração. Em uma abordagem jornalística tradicional, esse tipo de questionamento poderia invalidar a legitimidade da reportagem. Conforme apontado na introdução de *Presos que menstruam*, a jornalista precisou lidar, invariavelmente, com imprecisões, mas não apenas de ordem metodológica. Queiroz foi interpelada por questões sobretudo éticas:

– Com quantas presas você teve a oportunidade de conversar para escrever seu livro?

A pergunta pesou no peito como uma espécie de acusação por minha tendência a julgamentos rápidos. Vinha de uma das profissionais mais sérias que eu havia conhecido no sistema penitenciário.

– Atuo dentro dos presídios paulistas há mais de trinta anos e não me considero especialista em presídios – prosseguiu. – Sei que você é muito inteligente, deve ter lido muito sobre o tema e entrevistados muita gente. Mas para você conhecer uma pessoa, precisa de tempo. Precisa comer um pacote de sal juntos, como dizia o meu pai. As histórias que ouviu, foram as que elas quiseram te contar. Histórias em que elas acreditam porque já repetiram muitas vezes, visando a liberdade. Ou seja: são ficções. O pior ser humano dentro de cadeia se considera vítima, injustiçado. (QUEIROZ, 2015, p. 221).

A colcha de retalhos minuciosamente alinhavada por Queiroz é quase descosturada e contestada, em sua veracidade, em um curto diálogo. Sua interlocutora coloca em dúvida a suficiência do trabalho de apuração da jornalista, que não garante, através de seus métodos, a descoberta da verdade. Sugere que a repórter constrói seu relato, invariavelmente, a partir de ficções. O questionamento deferido à jornalista ganha nuances trágicas quando ela descobre o processo de Gardênia:

O momento mais duro que em essa balança se pôs diante de mim se deu alguns meses depois de minhas visitas às oficinas de trabalho da Funap, no centro de São Paulo. Resolvi consultar os processos das mulheres que eu havia entrevistado para averiguar a versão da Justiça sobre seus casos. Fiz questão de lê-los algum tempo depois de as entrevistas terem terminado – não queria ir para as conversas com nenhum viés. Assim, conheci as inconsistências do processo de Camila, a provável cumplicidade de Julia com o ex-namorado – talvez por medo, talvez por amor, como ela havia me contado – os detalhes sórdidos do sequestro em que Vera esteve envolvida. Chegaram em minhas mãos, então, os documentos de Gardênia. Àquela altura, eu havia me afeiçoado por seu jeito desparafusado e suas gargalhadas sem motivo. Encontrei Gardênia muitas vezes no refeitório da Funap, tive com ela um punhado de conversas interessantes e meio sem pé nem cabeça. Em muitas delas, ela fez referência ao “Um-dois-um, uma fita aí que dizem que eu fiz”. Sempre, porém, se negou a me falar do que se tratava, por mais que eu insistisse. A maior parte da pena de Gardênia, no entanto, se referia a este artigo 121 do Código Penal ao qual ela respondia, o artigo referente ao homicídio. Quando abri o documento, comecei a tremer. Não podia acreditar que aquela mulher risonha que eu conhecera tinha sido capaz de algo tão torpe. De repente, os pontos se juntaram. Fez sentido que ela tivesse cumprido pena em Tremembé. Gardênia era acusada de assassinar uma criança. Não qualquer criança, vale ressaltar, mas o próprio filho. Imediatamente, busquei a justificativa da loucura. Gardênia, claramente, não era sã. E não era improvável que estivesse sob o efeito de drogas. Já as primeiras linhas do processo me negavam essa esperança[...] O relator do caso seguia concluindo que “com inequívoco ânimo homicida”, Gardênia havia matado seu filhinho de 4 anos, “por motivo fútil e com o emprego de meio cruel, mediante diversos golpes com um pedaço de madeira, que produziram-lhe a lesão descrita no laudo necroscópico. (QUEIROZ, 2015, p. 222-223).

O acesso aos processos de suas personagens, muitos deles repletos de violências que elas mesmas não são capazes de admitir, poderia anular, jornalisticamente, a legitimidade da narração das mulheres que Queiroz entrevistou. Ela chega a se perguntar: “Ó Gardênia, iria eu, entre tantos, acreditar na sua versão? Será que você mesma sabia se havia matado ou não William ou estava tão drogada que não lembra dos fatos?” (QUEIROZ, 2015, p. 225). A atrocidade dos crimes descritos nos processos de cada encarcerada seria capaz de constranger a validade de suas falas, cujas únicas evidências seriam suas próprias lembranças. Não há como distinguir fatos. Sabemos que o jornalismo, tradicionalmente, é pautado pela verdade factual e precisaria, necessariamente, transmiti-la: o que seria a verdade nesse contexto?

- Sabe, Heidi, eu escuto tantas histórias. As presas sempre se justificam, e eu fico sem saber quando posso acreditar.
- Quando pode acreditar totalmente? Nunca. Existem muitas verdades no mundo: a verdade da presa, a verdade do juiz, a verdade da vítima. E não é que ela está mentindo, mas é que, na cabeça dela, aquilo é verdade. (QUEIROZ, 2015, p. 227).

Em *Presas que menstruam*, Nana Queiroz resolve essa difícil equação abrindo mão da verdade única como objetivo principal de seu relato, confirmando insinuações presentes na introdução do trabalho. Mesmo diante de discursos dissonantes, a repórter não nega versão das presas, tampouco as deslegitima. Processos, percepções de profissionais, posicionamentos de ativistas, vivências de carcereiros e, claro, o depoimento das mulheres privadas de liberdade não se aniquilam, mas se somam em um mosaico textual intrincado. O mais importante não são informações precisas: são as contradições e tensões que provavelmente seriam apagadas em um relato jornalístico objetivo. O norte da reportagem, que nos parece operar na contra-hegemonia, não é a disposição de dados concretos, mas uma sensibilização democrática e social. Nela, os ruídos e lacunas de sentido tornam-se não só possíveis, como fundamentais. A jornalista apresenta certa prudência em relação às reivindicações da verdade de seu relato, modéstia necessária, segundo Steiner e Okrusch (2011), em práticas jornalísticas de pretensões feministas e políticas. Abandonam-se anseios por verdades totalitárias para quebrar silêncios.

Em *A floresta das parteiras* e em *O nascimento de Joicy*, a falibilidade dos textos e a dimensão do conflito só se tornam visíveis através dos paratextos que acompanham as obras, veiculadas, originalmente, sem esses comentários posteriores. Somente com uma reflexão tardia as lacunas das reportagens tornaram-se visíveis. Destacamos a importância das esferas paratextuais desses livros-reportagem, muitas vezes a serviço de um exercício de crítica

mediática, embora a circulação desses formatos jornalísticos seja bastante restrita. Em *Presos que menstruam*, o conflito é indissolúvel do relato principal. Apesar do potencial transformativo de seu trabalho ser tão diminuto quanto os de suas colegas de profissão – afinal, Safira, Júlia, Vera e as demais encarceradas continuam condenadas a sobreviver nas prisões brasileiras e o sistema prisional permanece operando em conluio com os mesmos critérios heterossexistas – Nana Queiroz nos mostra que é possível rascunhar práticas jornalísticas desvinculadas dos principais preceitos que orientam representações hegemônicas sem o aporte de textos que servem como instâncias de controle de sentido. A reportagem, em si, pode propor outros rumos, menos reguladores, para os relatos que ressignificam, ainda que incipientemente, o mundo em que vivemos.

5. QUALQUER CANTO É MENOR DO QUE A VIDA DE QUALQUER PESSOA: BREVES CONSIDERAÇÕES

Se as humanidades têm algum futuro como crítica cultural, e a crítica cultural tem uma tarefa no presente momento, é, sem dúvida, no sentido de nos fazer retornar ao humano, onde não esperávamos encontrá-lo, em sua fragilidade e nos limites de sua capacidade de fazer sentido.

Judith Butler, *Vida Precária*

O objetivo dessa pesquisa foi trazer à cena experiências jornalísticas que tentam escapar das amarras positivistas que assinalam, comumente, a produção majoritária do campo. Investigamos reportagens que renunciam à imparcialidade e à neutralidade como nortes da escrita, possibilitando a emergência de uma objetividade que designamos por perspectivada, alicerçada na teoria crítica feminista. Na contramão da racionalidade indolente dos discursos dominantes, os trabalhos autorreflexivos e narrativos de Eliane Brum, Nana Queiroz e Fabiana Moraes expõem incertezas, fissuras e posicionamentos, anulando tendências domesticadoras, redutoras e totalitárias de enquadramento. Incorporam o caos cotidiano como dimensão constitutiva de seus textos, engajando-se na construção de conhecimentos solidários, receptivos à alteridade.

As repórteres mobilizam esse aparato discursivo para representar corpos femininos não normativos, que, muitas vezes, são expelidos do terreno da inteligibilidade social, ora por meio de estratégias estereotipadas de relato, ora através do apagamento total de suas existências em registros legitimados de comunicação social. São vidas, portanto, simbolicamente desumanizadas, encaradas, no imaginário coletivo, como inelutáveis e menos importantes. Os estudos de gênero nos mostram criticamente que esses corpos precisam ser vistos como monstruosidades descartáveis para fazer perpetuar estruturas de poder vigentes alicerçadas em rígidas heteronormas. A mídia hegemônica atua, em grande medida, como uma tecnologia sexual que reitera, continuamente, a ordem operante.

A partir de uma análise narrativa à luz da teoria *queer* – que nos possibilita compreender corpos desviantes fora de categorias identitárias produzidas pela heteronormatividade – intentamos destacar como as reportagens elegidas para o nosso estudo podem promover a humanização desses sujeitos abjetos, tornados visíveis por elas. Almejamos expor as tentativas de contestação e expansão normativa esboçadas pelas jornalistas e rupturas de sentido que estimulam a compreensão de existências múltiplas e distintas. Perscrutamos averiguar, assim, possíveis contribuições dessas reportagens nas lutas

por reconhecimento e emancipação social, sem nos eximir de apontar as contradições e limites desses relatos.

Em *A floresta das parteiras*, Eliane Brum anseia valorizar saberes populares, marcados pela oralidade e por tradições centenárias. Eleva suas personagens à condição de sábias, detentoras de um conhecimento peculiar que somente elas podem transmitir. A repórter ressignifica abjeções regionais, tornando relativamente positiva a distância que separa as mulheres amapaenses da cultura cientificista dominante, amplamente contestada, no relato, em sua hegemonia. Entretanto, Brum não deixa de vangloriar, em certos momentos, a feminilidade que subjuga as parteiras. A mesma essência feminina que garantiria acesso ao saber que a reportagem busca exaltar as circunscreve em hierarquias abusivas. As masculinidades da floresta não são menos opressivas, embora específicas. Na reportagem, elas são, de fato, um pouco turvas. Não conseguimos compreender plenamente as especificidades das relações de gênero nesse contexto, pois temos acesso, somente, à experiência das parteiras. Homens, por exemplo, são lembrados pela ausência; as chamadas “fontes oficiais”, por sua vez, são tão rejeitadas pela jornalista quanto o conhecimento hegemônico que lhes dão lastro. Mas o trabalho de Brum não se pretende totalitário. É a representação de um fragmento de cultura que a repórter, “escutadeira”, pretende tornar audível.

Nana Queiroz, em *Presos que menstruam*, busca desindividualizar as histórias de suas entrevistadas, tornando-as representativas de um grupo mais amplo – e contra-hegemônico – de mulheres. Mais do que elaborar um retrato fiel das detentas, a repórter parece tentar tracejar características do sistema carcerário e das demais estruturas sociais que produzem feminilidades desviantes – agressivas, irreverentes, vingativas – para depois condená-las e expulsá-las do convívio social. Explora, principalmente, atravessamentos de classe que influem nos rumos dessas vidas bandidas. A despeito das imprecisões factuais que rondam os depoimentos das mulheres encarceradas, Queiroz evita falas que desautorizam as versões fornecidas por elas. Incorporando a bastardia em seu texto, renuncia à objetividade jornalística positivista em nome de uma perspectiva ativista e combativa.

Fabiana Moraes, por sua vez, tenta escapar de estereótipos comuns para se referir à transexualidade de sua personagem, embora nem sempre consiga. A jornalista objetiva reconstruir narrativamente a instabilidade identitária de Joicy, que mescla elementos socialmente codificados como femininos e masculinos em seu corpo ambíguo, porém ativa nomenclaturas que remetem a concepções biologizantes e dicotômicas do sexo, negando

outros critérios de conformação do gênero. Apesar de direcionar fortes críticas ao discurso médico e cientificista, a repórter o enquadra como sendo a única referência “especializada” possível, reforçando sua legitimidade e a patologização de corpos trans. Apesar dessas fixações, Fabiana Moraes arquiteta a personagem a partir de outras interseccionalidades, conferindo profundidade narrativa à cabelereira de Perpétuo Socorro. Sabemos que Joicy é violentada, também, por sua condição de classe, que justifica determinados comportamentos, perceptíveis em suas interações cotidianas. A precariedade que assola sua vida é incompatível, nos mostra Moraes, com a complexidade e as demandas por cuidado da cirurgia de redesignação sexual. A pobreza econômica – e também afetiva – impediu que Joicy se tornasse a mulher que desejava ser.

As três reportagens aspiram, cada uma a seu modo, a se distanciar de práticas jornalísticas hegemônicas, afirmando esse afastamento, por vezes, nas instâncias paratextuais de suas obras. Desferem severas críticas ao jornalismo dominante, evidenciando que ele pode ser, de fato, contestado. A metodologia que acompanha práticas tradicionais, não questionada pelos profissionais nas redações, falha, na perspectiva das autoras, em representar corpos dificilmente enquadráveis. Brum, Queiroz e Moraes apresentam seus trabalhos, portanto, como contrapontos a certas abordagens, caudatárias de uma racionalidade atrofiada, que contribuem com a perenidade de desigualdades sociais. Destacam, principalmente, a qualidade lacunar e testemunhal que distingue suas narrativas, assumidamente falhas, que não almejam apreender a realidade em sua totalidade.

É através dessas fissuras de sentido que as jornalistas podem forjar autocríticas. Brum e Moraes optam por discorrer sobre possíveis entraves, marcadamente, nos paratextos posteriores aos relatos principais, ainda que sejam discursos com sentidos mais fechados e mais resistentes à interpretações difusas. Nessas instâncias textuais, não pode haver dúvidas sobre o que se pretende dizer e criticar. Queiroz, por sua vez, abdica de comentários secundários, conferindo a seu trabalho uma qualidade metacrítica que tensiona formas tradicionais do jornalismo, incapazes de lidar com o caos e com a opacidade das histórias que ambicionam representar. Essas diferentes manifestações reflexivas, mesmo que orquestradas com exclusividade pelas autoras, indicam que as reportagens que investigamos não intentam ocupar o espaço de inquestionabilidade das práticas hegemônicas, pelo contrário; mostram-se tão insuficientes quanto, ainda que por outras motivações.

Embora insatisfatórias, as reportagens se advogam necessárias. Apesar de sedimentações simbólicas inevitáveis, outros pontos nodais são instituídos e tentativas de

desestabilização normativa são colocadas em prática. As narrativas pretendem evidenciar realidades ignotas perpassadas por opressões de gênero e, também, de classe. Apostam no poder dessas representações para reparar, de alguma maneira, a marginalidade que as acomete. Sabemos, no entanto, que tornar visíveis experiências de vulnerabilidade não implica em transformá-las. A transformação, assim como o reconhecimento social ambicionado, é uma promessa cujo cumprimento não logramos averiguar. As reportagens podem operar como instrumentos de sensibilização para ações políticas concretas, mas jamais conseguirão afiançar o deslocamento simbólico necessário para motivá-las. Nos textos, percebemos indícios desse esforço: o respeito às formas de falar, a valorização da cultura do outro, a escolha cuidadosa de vozes concorrentes, a automeadiação para expressar limites, dúvidas e incertezas. Diante desses rastros discursivos, acreditamos que as produções parecem propor, em suas feitura, interações dialógicas, mas os desdobramentos desses gestos se ancoram em pretensões, não em garantias. Não somos capazes de dimensionar, também, o impacto que representações como essas podem exercer nas lutas por reconhecimento que estão alinhadas às demandas por redistribuição – como vimos, caras às personagens dos relatos, oprimidas por desigualdades não somente simbólicas, como materiais –, aspectos ainda mais distantes das competências transformativas desses textos. As reportagens são tão insuficientes em suas formas quanto em suas reverberações sociais e políticas, em verdade, imprevisíveis. Essa será, sempre, a impotência do gênero-texto, que pode muito pouco diante de um gênero-corpo violentado pelo mundo que o rejeita.

Isso não significa o abandono da reportagem como instância de legitimação. Trabalhos como esses devem estar conjugados a outras experiências, jornalísticas ou não, mais dilatadas. Diversas tecnologias de gênero precisam ser reapropriadas e articuladas entre si para realocar fronteiras de inteligibilidade. Supomos que a luta por justiça social deva englobar não apenas diferentes sujeitos e grupos capazes de desindividualizar demandas, mas múltiplas linguagens e maneiras de produzir sentidos que, coletivamente, favorecem a emergência de outros modos de existir em nosso tempo.

Por fim, não julgamos que *A floresta das parteiras*, *Presos que menstruam* e *O nascimento de Joicy* sejam experiências plenamente subversivas, que consigam esgarçar ao máximo as amarras do jornalismo tradicional, apesar de enxergarmos iniciativas de saqueamento das normas: Eliane Brum, por exemplo, renuncia à fala “especializada”; já Nana Queiroz relativiza o fato como elemento último da representação jornalística; Fabiana Moraes, por sua vez, expõe o estereótipo como artifício discursivo. São trabalhos que, embora

carentes de uma radicalidade “terrorista”, certamente se somam às lutas por humanização e reconhecimento. Por isso, não podemos tratá-los como modelos adotáveis sem reparos e ponderações, apesar das virtudes destacadas. Essas produções ainda se apropriam, em maior ou menor medida, da linguagem dominante, como observamos na análise. Percepções estereotipadas sobre a feminilidade, por exemplo, são reforçadas, a despeito de esforços contrários. Entretanto, são inspirações iniciais para o desenvolvimento de práticas feministas e *queer* que poderão surgir em um campo historicamente machista, classista, racista, colonialista e sexista. Estejamos atentas e atentos a elas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L.BRANDINO,G.FERNADES, T. **Dossiê Violência contra as Mulheres.**

Instituto Patrícia Galvão, São Paulo, 2015. Disponível em:

<<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/feminicidio/>>. Acesso em 1 de jul. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO. **Mulheres no jornalismo brasileiro.** Disponível em: <<http://mulheresnojornalismo.org.br/>>. Acesso em 7 de jul. 2018.

AYER, Flávia. BOTTREL, Fred. **Brasil é país que mais mata travestis e transexuais.**

Estado de Minas, Belo Horizonte, 9 mar, 2017. Disponível em:

<<http://www.em.com.br/app/noticia/especiais/dandara/2017/03/09/noticia-especial-dandara,852965/brasil-e-pais-que-mais-mata-travestis-e-transexuais.shtml>>Acesso em 14 de jul. 2018.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista Estudos Feministas** [online], vol.16, n.1, 2008, p.207-228.

BARBERO, Jesus Martín. **Dos Meios às Mediações: Comunicação, cultura e hegemonia.** 7ª Ed. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

BARCELOS, Caco. Prefácio. In: **O olho da rua: uma repórter em busca da literatura da vida real.** São Paulo: Globo, 2017. p. 17-38.

BENJAMIN, Walter. O narrador – considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política.** 7ª.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.

BIROLI, Flávia. **A reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico.** In: Notícias em Disputa. São Paulo: Contexto, 2017.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia.** São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BIROLI, F. MIGUEL, Luís Felipe. Orgulho e preconceito: a “objetividade” como mediadora entre o jornalismo e seu público. **Opinião Pública.** Campinas, vol. 18, nº 1, junho, 2012, p. 22-43.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política.** São Paulo: Boitempo, 2014.

BORGES, Lenise Santana. Feminismos, teoria queer e psicologia social crítica: (re)contando histórias... **Psicol. Soc.** [online], vol.26, n.2, 2014, p.280-289.

BOURDIEU, P. **Dominação masculina.** Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

BRUM, Eliane. **A floresta das parteiras.** In: **O olho da rua: uma repórter em busca da literatura da vida real.** São Paulo: Globo, 2017. p. 17-38.

BRUM, Eliane. **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2006.

BRUM, Eliane. **Coluna Prestes**: o avesso da lenda. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994.

BRUM, Eliane. **Uma Duas**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2014.

BRUM, Eliane. **meus desacontecimentos**: a história da minha vida com palavras. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2013.

BUITONI, Dulcília. **Mulher de papel**: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Summus, 2009.

BULHÕES, Marcelo. **Jornalismo e literatura em convergência**. São Paulo: Editora Ática, 2007.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”**. Buenos Aires: Paidós, 2002.

BUTLER, Judith. **Vida Precária**. *Contemporânea*. N1, p. 13-33. Jan-Jun. 2011.

BUTLER, **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015a.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016a.

BUTLER, Judith. Meramente cultural. Trad. Alécia Bretas. **Idéias**, v. 7, n. 2, p. 229-248, 2016b.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CABECINHAS, Rosa. Sensitive to others: emotions, care and gender in the construction of news. In: **Gender in focus: (new) trends in media**. Braga: CES/UMINHO, 2016.

CANDIDO, A. A personagem do romance. In: CANDIDO, A. [et al.] A personagem de ficção. 10a. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

COELHO, Salomé. Por um feminismo *queer*: Beatriz Preciado e a pornografia como pré-textos. **ex aequo**, n. 20, 2009, p. 29-40.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero**: uma perspectiva global. São Paulo: nVersos, 2015.

DE BENITO, Emilio. **OMS retira a transexualidade da lista de doenças mentais**. El País, Madri, 18 jun, 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/18/internacional/1529346704_000097.html>. Acesso em 12 de nov. 2018.

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. **Indiana University Press**, 1987.

DE LAURETIS, Teresa. *The Practice of Love: Lesbian sexuality and Perverse Desire*. Bloomington: Indiana University Press, 1994.

DESPENTES, Virginie. **Teoria King Kong**. São Paulo: n-1 edições, 2016.

DIA de pagamento. Rio da Barra: Ateliê Produções, 2016.

DYER, Richard. **The role of stereotypes**. *Media Studies: A Reader*, 2nd Edition, Edinburgh University Press, 1999.

ELIANE BRUM DESACONTECIMENTOS. Disponível em: <<http://elianebrum.com/>>. Acesso em 12 de dez. 2018.

EU+1: Uma jornada de saúde mental na Amazônia. Belo Monte: produção financiada coletivamente pela plataforma Catarse, 2017.

GENETTE, Gérard. **Discurso da narrativa**. Lisboa: Editora Veja, 1995.

GENETTE, Gérard. **Paratextos editoriais**. Cotia: Ateliê Editorial, 2018.

GRETCHEN Filme Estrada. Itamaracá: Mixer, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialistas”. **Cadernos de campo**. São Paulo, n.1415, 2006, p. 1-328.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(2): 240, mai-ago, 2007.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio: Apicuri, 2016.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. Campinas, 1995.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. I, n. 1, 1993, pp.7-32.

HARDING, Sandra. Gênero, democracia e filosofia na ciência. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, jan.-jun., 2007, p.163-168.

HERSEY, John. **Hiroshima**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

JACOME, Phellipy. **O jornalismo como singular coletivo**: reflexões sobre a historicidade de um fenômeno moderno. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017, 257 p.

KOTSCHO, Ricardo. Posfácio: Humanos Anônimos. In: **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2006.

KRISTEVA, Julia. **Pouvoirs de l'horreur**. Paris: Le Seuil, 1980.

LAERTE-SE. São Paulo: True Lab para Netflix, 2017.

LEVINÁS, Emmanuel. **Ética e infinito**. Lisboa: Edições 70, 2018.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. 4ª Ed. Barueri, SP: Manole, 2009.

LIMA, José Antônio. **Cinco famílias controlam 50% dos principais veículos de mídia do país, indica relatório**. Carta Capital, São Paulo, 31 out, 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cinco-familias-controlam-50-dos-principais-veiculos-de-midia-do-pais-indica-relatorio>>. Acesso em 2 de out. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MAROCCO, Beatriz. Os “livros de repórteres”, o “comentário” e as práticas jornalísticas. **Contracampo**. Niterói, no. 22, fev, 2011.

MAROCCO, Beatriz. VEIGA, Marcia. O feminino no “livro de repórter”: uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalísticas. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 26., 2017, São Paulo. **Anais eletrônicos**. São Paulo: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2017.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo**: da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

MEIJER, Irene. PIRNS, Baukje. *Como os corpos se tornam matéria*. **Revista Estudos Feministas**. V.10, n.1, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe. **Dominação e Resistência**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, UFOP, 2012.

MORAES, Fabiana. **O nascimento de Joicy**: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.

MORAES, Fabiana. **Nabuco em pretos e brancos**. Recife: Massangana, 2012.

MOARES, Fabiana. **No país do racismo institucional**: dez anos de ações do GT Racismo no MPPE. Recife: Procuradoria Geral de Justiça, 2013.

MORAES, Fabiana. **Os sertões**. Recife: Cepe Editora, 2010.

MORETZSOHN, Sylvia. Sensibilidade e senso crítico. In: MORAES, Fabiana. **O nascimento de Joicy**: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: BENETTI; LAGO. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MOUFFE, Chantal. **Identidade democrática e política pluralista**. In: Pluralismo cultural, identidade e globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

NEVEU, Erik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

PARIS is burning. New York: Miramax Films, 1991.

PERES, A. C. **O que resta dos fatos**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017, 182 p.

PIGLIA, R. **La forma inicial**. Buenos Aires: Eterna Cadencia Editorial, 2015.

PRECIADO, P.B. *Multidões Queer: notas para uma política dos “anormais”*. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 19(1):312, janeiro-abril/2011.

PRECIADO, P.B. **Manifesto Contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2017.

PRECIADO, Paul B. **Texto Junkie**: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 edições, 2018.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**: a brutal vida das mulheres — tratadas como homens — nas prisões brasileiras. Rio de Janeiro: Record, 2015.

QUEIROZ, Nana. et al. **Você já é feminista**: abra este livro e descubra o porquê. São Paulo: Pólen Livros, 2016.

RESENDE, Fernando. O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. **Revista Galáxia**, São Paulo, n.18, p 31-43, 2009.

REVISTA AZMINA. Disponível em: < <http://azmina.com.br/>>. Acesso em 12 de dez. 2018.

REVISTA CULT. Dossiê Teoria Queer. **Revista eletrônica**. Disponível em: <https://www.cultloja.com.br/?download_file=5902&order=wc_order_5b831185842b7&email=jugusman%40terra.com.br&key=9d7ee91a632899b0d7b0deb4a4f1ac88> Acesso em: 6 de novembro de 2018.

ROSEN, Jay. Para além da objectividade. **Revista de comunicação e linguagens**. Lisboa: Relógio D'água, 2000. p. 139-150.

SAFATLE, Vladimir. Dos problemas de gênero a uma teoria da despossessão necessária: ética, política e reconhecimento em Judith Butler. In: BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015a.

SAFATLE, Vladimir. *Por um conceito “antipredicativo” de reconhecimento*. **Lua Nova**. São Paulo, no. 94, p. 79-116, 2015b.

SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

SARDENBERG, Cecilia. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? **Estudos Feministas**, v. 11, 2007, p.45.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimos a Notícia**: Uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

SERELLE, Marcio. *Formas bastardas: reportagem e vida anônima*. **RuMoRes**, São Paulo, n.25, v.8, jan-jun 2014.

SERELLE, Marcio. Jornalismo e guinada subjetiva. **Estudos em Jornalismo e Mídia (UFSC)**, v.2, p. 167-179, 2009.

SERELLE, Marcio. A reportagem autorreflexiva: o encontro com o Outro entre textos e paratextos jornalísticos. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 1-15, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2018.

SERELLE, Marcio. O outro e o mesmo nas reportagens de Eliane Brum. In: SERELLE, Marcio; SOARES, Rosana. (Org.). **Mediações críticas: representações na cultura midiática**. 1ed.São Paulo: ECA/USP, 2017.

SILVA, Marcia Veiga. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

SILVERSTONE, Roger. **Complicity and Collusion in the Mediation of Everyday Life**. In: *New LiteraryHistory* – Fall 2002a.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** 1. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002b.

SODRÉ, **Narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SOUZA, Candice Vidal. **Repórteres reportagens no jornalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

SOUZA, Jesse. **A Ralé Brasileira: quem é e como vive**. 1. Ed.- Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

STEINER, Linda. Solving Journalism's Post-Truth Crisis with Feminist Standpoint Epistemology. **Journalism Studies**, 19:13, 2018, 1854-1865.

STEINER, Linda. OKRUSCH, Chad. Care as virtue for journalists. **Journal of Mass Media Ethics**, 21(2-3), 2006, 102-122.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Editora Insular, 2005.

UMA história Severina. *Imagens Livres*; ANIS – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero: Chã Grande, 2005.

WELLE, Deutsche. **Aumenta número de homicídios de mulheres negras no Brasil**. Carta Capital, São Paulo, 11 nov, 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/aumenta-numero-de-homicidios-de-mulheres-negras-no-brasil-6928.html>> Acesso em 7 de jul. 2018.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.

WOLFE, Tom. **Radical Chique e o Novo Jornalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.